



Vol.1 nº1
Jan./jul. 2009

FICHA CATALOGRÁFICA

T288 Temporalidades [recurso eletrônico] /Departamento de História,
Programa de Pós-Graduação em História. --
v.1, n. 1 (jan./jul. 2009) -- Belo Horizonte : Departamento de História
História, FAFICH/UFMG, 2009.

Semestral

ISSN:

Modo de acesso:<http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História.

CDD 901

Endereço:

Temporalidades – revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG

Av. Antonio Carlos, 6627 – Campus Pampulha

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.

31270-910 – Belo Horizonte/MG

***e-mail:* temporalidades@gmail.com / temporalidades@fafich.ufmg.br**

***home page:* <http://fafich.ufmg.br/temporalidades>**

Conselho Editorial

Adriano Toledo Paiva
Alex Alvarez Silva
Clarissa Fazito
Francismary Alves da Silva

Henrique Rafael Apolinário Costa
Martha Rebelatto
Natascha S. Carvalho Ostos
Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Conselho Consultivo

Adriana Romeiro (UFMG)
Adriana Vidotte (UFMG)
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)
Carlos Alvarez Maia (UERJ)
Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)
Hal Langfur (University of Buffalo)
Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)
João Pinto Furtado (UFMG)
Jonas Marçal de Queiroz (UFV)
José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)
José Carlos Reis (UFMG)
Kátia Gerab Baggio (UFMG)
Márcia Sueli Amantino (Universo)
Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)
Renato Pinto Venâncio (UFOP)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Samantha Viz Quadrat (UFF)
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)
Thaís Velloso Cougo Pimentel (UFMG)
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitor: Ronaldo Tadeu Pena

Vice-reitora: Heloísa Maria Murgel Starling

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: João Pinto Furtado

Vice-diretor: Eduardo Dias Gontijo

Departamento de História

Chefe: Mauro Lúcio Leitão Condé

Vice-chefe: Kátia Gerab Baggio

Secretária: Kelly C. Canesso Agostini

Colegiado de Graduação

Coordenadora: Adriana Romeiro

Vice-coordenador: Magno Moraes Mello

Secretário: Marinho Nepomuceno

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: Eduardo França Paiva

Vice-coordenadora: Adriana Vidotte

Secretária: Norma Guedes

Edição e formatação final: Adriano Toledo Paiva e Francismary Alves da Silva

Avaliadores *Ad hoc*

Temporalidades agradece aos pesquisadores que colocaram sua experiência e sabedoria a serviço da avaliação e melhoria dos trabalhos acadêmicos submetidos ao nosso Conselho Editorial. Esse trabalho voluntário foi fundamental no aprimoramento das contribuições recebidas. Durante quatro meses, observamos a construção de verdadeiras parcerias entre os autores, Editores, Conselho Consultivo e os avaliadores, enriquecida pelo diálogo aberto e franco de todas as partes. Devotamos sinceros agradecimentos aos pareceristas *ad hoc* listados a seguir. A contribuição destes avaliadores foi determinante para a qualidade dos artigos veiculados em nosso periódico.

Alessandra Amaral Andrade (UFMG)	Lucileide Costa Cardoso (UFRB)
Alexandre Torres Fonseca (UFAL)	Luís Eduardo de Oliveira (ISECC)
Ana Maria Faccioli de Camargo (UNIUBE/UNICAMP)	Luiz Antônio Dias (UNISA/UNISAL/PUC-SP)
Analúcia Danilevicz Pereira (FAPA/ESPM)	Luiz Henrique Assis Garcia (MHAB)
Anderson Pires (UFJF)	Márcia Almada (UFMG)
Ângelo Adriano Faria de Assis (UFV)	Márcia Pereira da Silva (UNESP)
Betânia Gonçalves Figueiredo (UFMG)	Maria do Carmo Pires (UFOP)
Bruno Viveiros Martins (UFMG)	Marilécia Oliveira Santos (UNB)
Carolina Marotta Capanema (UFMG)	Marina Camisasca (UFMG)
Catarina Capella Silva (UFMG)	Marisangela Terezinha A. Martins (UFRGS)
Cinara Soares Iannini (UFMG)	Marlene de Fáveri (UDESC)
Cynthia de Cássia S. Barra (UNIBH/UFMG)	Mateus Henrique de Faria Pereira (UFU)
Cynthia Greive Veiga (UFMG)	Matilde Araki Crudo (UFMT)
Eduardo Fabbro (UNB)	Moacir Rodrigo de Castro Maia (CEFET – Ouro Preto, UFF)
Eduardo Natalino dos Santos (USP)	Mônica Yumi Jinzenji (UFMG)
Ermelinda Moutinho Patoca (USP)	Natally Vieira Dias (UFMG)
Fabiano Fernandes (UNIFESP)	Paulo Teixeira Iumatti (IEB-USP)
Fernanda Domingos Pinheiro (Unicamp)	Rangel Cerceau Netto (UFMG)
Francis Albert Cotta (CEG APMMG/UFMG)	Raphael Rajão (UFMG - APCBH)
Francisco Carlos Cardoso Cosentino (UFV)	Raul Amaro de Oliveira Lanari (UFMG)
Geosine Mendes Machado (UFMG)	Regina Helena Martins de Faria (UFMA)
Hugo Arend (PUC-RS)	René Lommez Gomes (UFMG)
Ivana Parrela (UFMG)	Rita de Cássia Marques (UFMG)
Ivo Canabarro (UNIJUI)	Rita Lages Rodrigues (UFMG)
Joana Vieira Borges (UFSC)	Robson Jorge de Araújo (UFMG)
Jose Carlos Gimenez (UEM)	Sônia Maria de Magalhães (UFG)
José Luiz de Andrade Franco (UNB)	Surama Conde Sá Pinto (UFRRJ)
José Newton Coelho Meneses (UFMG)	Tânia Maria Figueiredo Braga Garcia (UFPR)
Leonilde Servolo de Medeiros (UFRRJ)	Tathiane Gerbovic (USP)
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ)	

Sumário:

Apresentação.....	7-8
-------------------	-----

Artigos

El dios Kukulcán en las fuentes etnohistóricas de Yucatán y su relación con Chichén Itzá Alexandre Guida Navarro.....	9-28
---	------

Fiéis vassallos de Sua Majestade: descoberta e conquista do Arraial do Ribeirão do Carmo Michelle Cardoso Brandão.....	29-54
--	-------

Paulistas no “sertão” das Gerais: os motins de Pitangui Vagner da Silva Cunha.....	55-67
--	-------

Mecanismos de controle, autonomia e trabalho: As corporações de pretos de Pernambuco Clara Farias de Araújo.....	68-83
--	-------

O movimento de favelas de Belo Horizonte e as representações do passado (1960-1980) Samuel Silva Rodrigues de Oliveira.....	84-104
---	--------

Questão agrária, capitalismo e a criação da nação: Caio Prado Júnior e a crítica ao agrarismo comunista no Brasil Sérgio de Sousa Montalvão.....	105-115
--	---------

“A árvore proibida do sacerdócio”: razão e religião segundo Tom Paine Marcos Felipe de Brum Lopes.....	116-129
--	---------

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: um lugar de memória Cylaine Maria das Neves Auler.....	130-146
--	---------

A Trajetória de um propagandista no início da República: o discurso de João Pinheiro da Silva em prol do desenvolvimento Marcos Fábio Martins de Oliveira; Ana Carolina Ferreira Caetano.....	147-172
---	---------

A presença de japonesas e japoneses imigrantes nas imagens do álbum do 10º aniversário da colônia de Bastos – São Paulo (1938) Daniel Choma.....	173-194
--	---------

Passado, simbolismo e naturalidade: os primeiros anos de Jaime I (1208-1276) no Livro dos Feitos Luciano José Vianna.....	195-214
---	---------

The French Experience in Algeria: The Character of the Fighting and the Political Consequences (1954-1962)

Connor McNulty.....215-230

Tipos de interpretação sobre as especificidades do objeto do conhecimento na História das Ciências

Fernanda Schiavo Nogueira.....231-245

Entrevista

Margareth Rago.....246-252

Resenha

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008. 224p.

Amanda Silva Martins.....253-257

Transcrição documental comentada:

Vendendo secos e molhados: estudo de caso de uma comerciante negra no setecentos mineiro

Débora C. de Gonzaga Camilo.....258-268

Apresentação

A Revista *Temporalidades*, em sua concepção e nos processos de editoração, transformou-se em um veículo de aproximação de pesquisadores em diferentes níveis de formação. Recebemos inúmeras contribuições de pesquisadores vinculados a diferentes instituições nacionais e internacionais de Ensino Superior. De acordo com nossas normas editoriais, os textos foram submetidos à avaliação de dois pareceristas. Deste modo, promovemos um constante diálogo entre diferentes professores e alunos de diversas instituições de ensino: UFAL, UNIUBE, UNICAMP, UFJF, UFV, UFMG, UFES, UNIBH, UNB, USP, UNIFESP, UEMG, UNIJUI, PUC-RS, UNISA, UNISAL, PUC-SP, UERJ, UFRB, UFSC, UNESP, University of Illinois, UFOP, UNAM/México UFMT, UEM, PUC-MG, UFRRJ, ISECC, CPDOC/FGV, UFF, IEB-USP, APCBH, MHAB, UFRGS, UDESC, UFU, CEFET – Ouro Preto, UFMA, UFPR, UFRJ. Com o objetivo de não restringir as proposições e aprovações dos trabalhos, em nosso primeiro número decidimos não reunir os artigos sob o formato de um dossiê temático. Para a escolha dos artigos que integram esta edição, nos pautamos nas disposições do nosso Regimento Interno: contemplando 60% do espaço editorial para trabalhos de estudantes de pós-graduação; 20% para os de mestres e doutores (profissionais titulados); e os demais 20% aos de graduandos e graduados. Assim, os textos que integram esta edição são frutos de cuidadosas pesquisas empíricas, discussões e formulações que provêm de um diálogo de pesquisadores espacialmente distantes, mas com o convergente objetivo da produção e divulgação histórica. O resultado desse projeto materializa-se na publicação de treze artigos, uma entrevista, uma resenha e uma transcrição comentada.

Abrindo a seção livre de artigos, Alexandre Guida Navarro, doutor em Antropologia/Arqueologia pelo Instituto de Investigaciones Antropológicas, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), pós-doutorando do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE/UNICAMP), procura entender como o personagem-deus de Kukulcán foi representado nas fontes etnohistóricas do período da conquista. Os processos de conquista dos sertões das Minas do Ouro são estudados por Michelle Cardoso Brandão e Vagner da Silva Cunha, respectivamente, mestrando em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Estes colaboradores avaliam a instituição de um aparato administrativo-institucional nos sertões, os mecanismos cotidianos de sociabilidades e conflitos nas Vilas do Ribeirão do Carmo, atual Mariana, e de Pitangui. Outros aspectos do “viver em colônias” estão contidos no texto de Clara Farias de Araújo, professora e doutoranda no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que se debruça sobre as estruturas das corporações de homens de cor e sua inserção socioeconômica na Capitania de Pernambuco.

Temporalidades recebeu, também, contribuições que problematizam o “fazer histórico” e construção da memória/história através de instituições, pensadores e populares. As lutas dos “trabalhadores favelados” nas décadas de 1960 e 1970/80 são desvendadas por Samuel Silva Rodrigues de Oliveira, mestre em História pela UFMG. Sérgio de Sousa Montalvão, doutorando do Programa de Pós-graduação em História, Políticas e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), problematiza as discussões em torno da legislação trabalhista no campo, através do pensamento de Caio Prado Júnior. Vertendo também pela análise da “história intelectual”, Marcos Felipe de Brum Lopes, mestrando da Universidade Federal Fluminense (UFF), analisa o pensamento filosófico de Thomas Paine (1737-1809). Esta contribuição elucida uma das vertentes da crítica iluminista às sociedades cristãs dos séculos XVIII e XIX. Os vínculos do *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* e a

construção da memória/história dessa unidade federativa são desvendados por Cylaine Maria das Neves Auler, pós-doutoranda na Universidade de São Paulo (USP). Marcos Fábio Martins de Oliveira, doutorando em História Econômica na USP, e Ana Carolina Ferreira Caetano, graduanda em História pela PUC-MG e em Letras pela UFMG, recorrem aos pressupostos metodológicos da história econômica para analisar a trajetória política de João Pinheiro da Silva. O emprego da fotografia como fonte histórica foi problematizado por Daniel Choma, mestrando em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), por intermédio da análise dos estabelecimentos de imigrantes japoneses no interior paulista. Este estudo foi enriquecido pela abordagem das relações de gênero, construção e difusão de papéis sociais entre os imigrados.

Em outro trabalho, a imagem real de Jaime I, o *Conquistador*, nos primeiros anos de seu reinado (1208-1276) é o tema de estudo do trabalho de Luciano José Vianna, pesquisador do Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio/Brasil, mestrando em História na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), aluno do mestrado em *Ciències de l'Antiguitat i de l'Edat Mitjana* da UAB/Espanha, bolsista (BCC) da *Agència de Gestió d'Estudis Universitaris i de Recerca* (AGAUR). Ao analisar o *Livro dos Feitos*, o historiador verifica os simbolismos celestes e terrestres em relação à confirmação de Jaime I como rei. Os processos de “descolonização da África”, sob uma perspectiva militar, social e das relações internacionais, são questionados pelo estudo da “Guerra da Argélia” por Connor McNulty, graduando em História e Filosofia na University of Illinois. Finalizando a seção de artigos dessa edição, Fernanda Schiavo Nogueira, graduanda em História na UFMG, verifica no pensamento de alguns historiadores das ciências o papel desempenhado pelos fatos na construção do conhecimento científico.

A entrevistada dessa edição é a pesquisadora Margareth Rago, professora titular do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Durante a entrevista, a professora Margareth Rago discorreu sobre as especificidades da categoria de gênero e o emprego dos pressupostos teóricos de Michel Foucault para as abordagens historiográficas.

A resenha aqui publicada esmiúça o trabalho de Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo, intitulada *Senhores da história e do esquecimento*. Fechando essa edição, a transcrição documental comentada do testamento de Tereza Ferreira Souto, africana da Costa da Mina, foi realizada por Débora Cristina de Gonzaga Camilo, mestranda do Programa de Pós-graduação em História da UFOP. Esperamos que o público leitor da *Temporalidades* aprecie a seleção dos textos aqui reunidos.

Conselho Editorial

El dios Kukulcán en las fuentes etnohistóricas de Yucatán y su relación con Chichén Itzá¹

Alexandre Guida Navarro

Doutor em Antropologia/Arqueologia pelo Instituto de
Investigaciones Antropológicas, Universidad Nacional
Autónoma de México, UNAM, México. Pós-
doutorando do Núcleo de Estudos Estratégicos,
NEE/UNICAMP. Endereço: Cidade Universitária
Zeferino Vaz, s/n, cep. 13083-970, Campinas, São
Paulo, Brasil, tel. 3289-4411, fax 3521-7790.
Bolsista FAPESP.
altardesacrificios@yahoo.com.br

Resumen

Este artículo trata de señalar cómo el personaje-dios Kukulcán aparece en las fuentes etnohistóricas de Yucatán, México, escritas durante el siglo XVI con la conquista espiritual española. Se empieza con la etimología de la palabra encontrada en los diccionarios mayas y se analiza como Kukulcán fue visto por los cronistas españoles durante el periodo de la Conquista. Por fin, discutimos como la divinidad se manifiesta en Chichén Itzá y su relación con el fenómeno guerrero.

Palabras-clave: civilización maya, crónicas coloniales, religión maya.

Abstract

This article aims to study the god Kukulcán who appears in ethnohistoric sources at Yucatán, written during the 16th century. Firstly, we present the word's etymology thought the mayas dictionary and we analyze how Kukulcán were described by the Spanish conquerors during Mexico's Conquest. We also discuss how the divinity is manifested on the archaeological vestige at Chichén Itzá.

Keywords: maya civilization, ethnohistory sources, maya religion.

La etimología de la palabra Kukulcán

Kukulcán fue una importante divinidad de los mayas. Estaba asociado a diversas manifestaciones culturales, donde se destacan el poder político, la guerra y la a religión. Su principal desdoblamiento o manifestación de da bajo la representación de una “serpiente emplumada”, que es símbolo de la vida por excelencia, pues asocia el cielo (representado por

¹ *Agradecimientos:* Agradezco a los siguientes investigadores que me ayudaron de diferentes maneras: Dr.^a Mercedes de la Garza, Dr. Pedro Paulo Funari, Dr. Bernd Fähamel Beyer, Dr. Rafael Cobos, Dr. Ernesto Vargas Pacheco.

el ave quetzal) y la tierra (representado por la serpiente) como los generadores de la misma vida.

Investigamos tres diccionarios de la lengua maya para entender con mayor claridad sus acepciones y relaciones con el personaje así nombrado. En el *Calepino de Motul*, organizado por Ramón Arzápalo Marín (Diccionario maya-español, Tomo III, UNAM: 1995), encontramos las siguientes palabras o combinaciones: a la partícula *ku* se le da el siguiente significado:

Dios. yotochku. la iglesia & u canantech ku dios te guarde & ku ventex a ba ti. encomendaos a dios & de. ku por dios sale. Ku uinic hombre de dios hombre divino. & ku uinic buthan balaan ti Dios hombre divino lleno todo de dios & Item Ku uinic dios hombre. 1. hombre dios.²

Una partícula asociada es *kuu*, que significa “nido de ave & u kuu cuic nido de las ardillas que son como lo de los pájaros & u kuu u bech de las cordonizes hacerlo en el suelo & u kuu thul cama de los conejos” (p. 1843). La palabra *kuk* tiene que ver con “renuevo tallo o pimpollo del árbol o breton de berça & de aquí solo toma por los hijos y descendientes que uno deja & ante in kuk yumile ayudad señor y favoreced a mis hijos y descendientes” (p. 1846). Otro término que hallamos es *kul*, que significa “lo mismo que ah kukel u kul batab indio a quien el cacique manda cosas de gobierno de pueblo y de quien anda siempre acompañado y servido” (p. 1846). *Kuul* es:

Dios o ydolo in yumile in Kuuile Dominus deus et deus meus. cosa divina ya ti uol in çipci ta kuuk tepal yumile. diose pesame señor dios de aver ofendido a tu divina magestad & kuul abilah don divino & De aquí salen Khulna. yglesia cosa de dios o divina & kuul nok ornamentos de yglesia ropas divinas para el servicio de dios (p. 1846)”. *Kukum* es “pluma de ave en general (DICCIONARIO CALEPINO DE MOTUL, 1955: 1846).

Con relación a la partícula *caan*, encontramos el significado “cielo” (p.1535). Por su parte, *can* significa “culebra, nombre genérico. Dadiva, o presente que se da al juez por vía de sobrino, darla o presentarla assi & yan ua a kamil u can ah kat justicia tech, por ventura has reicevido presente de los que te piden justicia” (p.1535). El término *kan* tiene que ver con “piedras que servían a los indios de moneda y de adorno el cuello, maizes y frosoles sazonados” (p. 1535).

En el *Diccionario Cakchiquel-Español*, recopilado por Carmelo Sáenz de Santa María (Guatemala, 1940), en la página 231 encontramos que *K’uk’* es “quetzal, perica,

² DICCIONARIO MAYA CALEPINO DE MUTUL. Diccionario maya-español. Ramón Arzápalo Marín (organizador). México D.F.: UNAM, 1995: 1843.

guacamaya, plumas verdes con que bailan”. En la misma página, *Kukum* es “pluma de ave general”. Parece ser que en los diccionarios, la palabra *Kuk* es la raíz del término *Kukum*.³

Con respecto al Diccionario maya *Cordemex*, organizado por Alfredo Barrera Vázquez (Mérida, Ediciones Cordemex, 1980), es ahí donde encontramos más acepciones para los términos que forman la palabra Kukulcan.⁴ La palabra *k’ul* significa:

adoración, reverencia; cierto oficial de la república menores que los ah Duch kabes y mayores que los tupiles; abogado medianero y tercero entre algunos; la rabadilla del ave donde le hacen las plumas de la cola; fruta empedernida, se dice de las frutas que aunque estén muy maduras no se abandonan o tienen partes duras; adorar algún dios, que ha sido o debe ser adorado o reverenciado como dios; cosa divina, don divino (DICCIONARIO MAYA CORDEMEX, 1980: 420-421).

La partícula *Kuk’* se asocia a “renuevo, tallo o pimpollo de árbol o bretón de berza, de aquí se toma por los hijos y descendientes que uno deja, tallo de yerba, rama, vástago nuevo, yema o retoño de planta o árbol, brote de plantas” (p.420). Sin embargo, la partícula *K’uk’* tiene que ver con “quetzal, descendencia” (p. 420). Ya *K’u’uk’* es “traza del edificio, plumas verdes y muy galanas y grandes que sacan en los bailes” (p.420). El término *k’an* se asocia a “piedra preciosa, conchas amarillas, cosa amarilla, color amarillo, red de pescadores o de cazadores y pescarán, andanzas, trabajo u ocupaciones varias” (p. 374). *K’uk’um* es “pluma de ave en general” (p.420). *K’u’uk’um* es “pluma de ave” (p. 420) y *K’uk’um* significa “el quetzal, el emplumado por excelencia” (p. 420). En el mismo diccionario encontramos algunas palabras que tienen una relación más intrínseca con la serpiente emplumada. Encontramos que *K’uk’ilkan* significa “serpiente, serpiente con plumas preciosas” (p. 420) y *K’uk’ulkan* significa “serpiente emplumada” (p. 420).

Con todo lo anterior nos gustaría hacer un paréntesis acerca de la relación entre el personaje Kukulcán y la serpiente emplumada. En el artículo de Charles Lincoln intitulado “*Structural and Philological Evidence for Divine Kinship at Chichén Itzá, Yucatán, México*” publicado en 1994, al tratar sobre Kukulcán el autor se preocupa en desmitificar lo que según él no tiene que ver con la serpiente emplumada, o más bien tiene un significado más metafísico.⁵ Después de analizar la filología de la palabra concluye que la palabra Kukulcán tiene que ver más con regeneración vegetativa, y por analogía, con la reproducción humana vista desde una perspectiva de linaje, ya que la mayoría de las acepciones encontradas en el *Diccionario Motul* hace referencia a fenómenos vegetativos.

³ DICCIONARIO CAKCHIQUEL-ESPAÑOL. Carmelo Sáenz de Santa María (recopilador). Guatemala, 1940.

⁴ DICCIONARIO MAYA CORDEMEX. Alfredo Barrera Vázquez (director). Mérida: Ediciones Cordemex, 1980.

⁵ LINCOLN, Charles. *Structural and Philological Evidence for Divine Kinship at Chichén Itzá, Yucatán, México*. Berlín, 1994.

Utilizando el *Diccionario Motul*, uno de los significados de la palabra *can*, y que los autores la relacionamos con “serpiente”, en verdad sería una “tangled bramble”, es decir, “una enredadera herbácea” (Lincoln, 1994: 179). El autor no ve en la filología de la palabra Kukulcán una asociación con la serpiente emplumada. Así que propone su desuso y abandono, y plantea que deba ser leída como “vegetación que brota o germina” y metafóricamente “línea sanguínea ramificada”. Sin embargo, en el mismo diccionario que le sirve de fuente, Lincoln (1994) descarta algunos términos que si se relacionan con la serpiente emplumada, como *kukum*, que origina la palabra *kuk*, y que significa “pluma de ave general”; y *can*, que también puede ser leído como “serpiente, culebra”.

Pensamos que la propuesta de Lincoln (1994) es demasiado radical ya que sí encontramos referencia directa de la filología de la palabra Kukulcán asociada a la serpiente emplumada, tanto en el *Diccionario Motul*, como en el *Diccionario Cordemex*. Además, no podemos negar la asociación que hicieron los cronistas con respecto a este tema. Como veremos más adelante, todos los cronistas que escribieron sobre Kukulcán, o solamente hicieron una breve referencia a éste, lo relacionan con la serpiente emplumada.

Kukulcán y la serpiente emplumada en las fuentes escritas

La primera mención escrita de la presencia de Kukulcán entre los mayas la registra el clérigo Francisco Fernández, quien en 1545 informó al obispo de Chiapas, Bartolomé de las Casas, que en Campeche los indígenas afirmaban “que antiguamente vinieron a aquella tierra veinte hombres [de los cuales] el principal de ellos se llamaba Cocolcan [y] a éste llamaron dios de las fiebres o de las calenturas” (Las Casas, 1967: 121).⁶

El primer obispo de Yucatán, Fray Diego de Landa, describió en 1566 en la *Relación de las Cosas de Yucatán*, algunos de los edificios que componen la Gran Nivelación de Chichén Itzá. En la obra, dice: “Que es opinión entre los indios que con los yzaes que poblaron Chicheniza, reinó un gran señor llamado Cuculcan, y que muestra ser esto verdad el edificio principal que se llama Cuculcan...” (Landa, 2003: 94).⁷ Para el fraile, Kukulcán era un dios, y considera en su relato que:

Dicen que entró [a Yucatán] por la parte del poniente y que difieren en si entró antes o después de los yzaes o con ellos, y dicen que fue bien dispuesto y que no tenía mujer no hijos; y que después de su vuelta fue tenido en México por uno de sus dioses y llamado Cezalcuatí y que en Yucatán también lo tuvieron por dios por ser gran republicano, y que

⁶ LAS CASAS, B. *Apologética historia sumaria*... 2 vols. México: UNAM, 1967.

⁷ LANDA, D. *Relación de las Cosas de Yucatán*. México: CONACULTA, 2003.

esto se vio en el asiento que puso en Yucatán después de la muerte de los señores para mitigar la disensión que sus muertes causaron en la tierra (LANDA, 2003: 94).

En la obra de Landa se dan a conocer por primera vez los glifos mayas. En la descripción que hace de las fiestas religiosas yucatecas y sus respectivos meses del calendario de cuenta larga, menciona que los indígenas asociaban el mes de Xul (noviembre) con Kukulcán. El texto, transcrito aquí por completo, dice que:

Queda dicha la ida de Cuculcan de Yucatán, después de la cual hubo entre los indios algunos que dijeron se había ido al cielo con los dioses, y por eso lo tuvieron por dios y le señalaron templo en que como a tal le celebrasen su fiesta, y se la celebró toda la tierra hasta la destrucción de Mayapan. Después de esta destrucción, dicha fiesta se celebraba sólo en la provincia de Mani; y las demás, en reconocimiento de lo que debían a Cuculcan, presentaban a Mani, una un año y otra en el otro año, o a las veces, cinco muy galanas banderas de pluma, con las cuales hacían la fiesta en esta manera y no como las pasadas: a 16 de Xul se juntaban todos los señores y sacerdotes en Mani, y con ellos gran gentío de los pueblos, el cual venía ya preparado de ayunos y abstinencias. Aquel día, en la tarde, salían con gran procesión de gente, y con muchos de sus farsantes, de casa del señor donde se habían juntado, e iban con gran sosiego al templo de Cuculcan, el cual tenían muy aderezado; y llegados, hacían sus oraciones, ponían las banderas en lo alto del templo y abajo, en el patio, tendían todos cada uno de sus ídolos sobre hojas de árboles que para ello había, y sacada la lumbre nueva comenzaban a quemar en muchas partes incienso y a hacer ofrendas de comida guisadas sin sal ni pimienta, y de bebidas de sus habas y pepitas de calabaza; y quemando siempre copal, sin volver los señores a sus casas, los habían ayudado, pasaban cinco días y cinco noches en oraciones y en algunos bailes devotos. Hasta el primer día de Yaxkin andaban los farsantes estos cinco días por las casas principales haciendo sus farsas, y recogían los presentes que les daban y todo lo llevaban al templo, donde acabados de pasar los cinco días repartían los dones entre los señores, sacerdotes y bailadores y cogían las banderas e ídolos y se volvían a casa del señor y de allí cada cual a la suya. Decían y tenían muy creído, que el postrer día bajaba Cuculcan del cielo y recibía los servicios, vigiliias y ofrendas. Llamaban a esta fiesta Chickaban (LANDA, 2003: 178-179).

Aunque el obispo relaciona a Kukulcán con el Castillo de la Gran Nivelación de Chichén Itzá, no hizo una evaluación de cómo la serpiente emplumada, en escultura o imagería, está distribuida en este espacio.

A fraile Diego de Landa le siguen otros cronistas y, como es costumbre de la época, se copian unos a otros, por lo que en términos generales no agregan mayor información a la aportada por el obispo. De esos cronistas destacan Gaspar Antonio Chi (1579); Antonio de Herrera (1601); Tomás López Medal (1612); Bernardo de Lizana (1633); Pedro Sánchez de Aguilar (1639); y principalmente Diego López de Cogolludo (1688). Este último, al describir los dioses mayas de la guerra, redacta el siguiente texto: “Veneraban un ídolo de uno que había sido gran capitán entre ellos, llamándole Kukulcan...” (López de Cogolludo, 1971 I: 352).⁸

⁸ LÓPEZ COGOLLUDO, D. “*Los tres siglos de la dominación española en Yucatán, o sea Historia de esta provincia*”, 2 vols. Austria: Akademische Druck u. Verlagsanstalt, Graz, 1971.

En las *Relaciones Histórico-Geográficas de la Gobernación de Yucatán* (De La Garza, 1983), el nombre de Kukulcán es mencionado seis veces.⁹ En la “Relación de Mutul”:

En lo que toca a las adoraciones, tenían conocimiento de un Dios que creó el cielo y la tierra y todas las cosas...al cual tenían edificado templo con sacerdotes, a los cuales llevaban presentes y limosnas para que ellos los ofreciesen a Dios, y esta manera de adoración tuvieron hasta que vino de fuera de esta tierra un gran señor con gente llamado Kukulcan, que él y su gente idolatraba, y de aquí comenzaron los de la tierra a idolatrar (De La Garza, 1983 I: 269-270).

En la *Relación de Izamal* está registrado que:

En un tiempo estuvo toda esta tierra debajo del dominio de un señor, estando en su ser la ciudad antigua de Chichén Yyza, a quien fueron tributarios todos los señores se esta provincia...y andando el tiempo, estando poblada Mayapan, cuando se hizo señor de ella Tutuejio [Tutul Xiu, que según Lincoln (1994) es un nombre textual cercano a Kukulcán]. Los naturales de esta provincias fueron grandes idólatras, especialmente los señores y principales;...Dícese que los primeros pobladores de Chichén Yyza no fueron idólatras, hasta que Kukulcán, Capitán mexicano, entró en estas provincias, el cual enseñó la idolatría, como ellos dicen que éste les enseñó (De La Garza, 1983 I: 305-306).

Sin embargo, ninguno de los cronistas mencionó una relación de la serpiente emplumada con los diversos edificios que componen la Gran Nivelación de Chichén Itzá.

En los *Libros de Chilam Balam*, Kukulcán aparece en tres eventos y se relaciona con el sitio de Chichén Itzá a través de acontecimientos asociados al periodo de fin de ciclo, es decir, el calendárico de 20 años conocido como Katun 4 Ahau.¹⁰ En los textos, publicados por la primera vez en 1948 con traducción de Alfredo Barrera Vázquez y Silvia Rendón, Kukulcán está relacionado con la llegada de los itzáes a Chichén Itzá. Narrado en la “Segunda Rueda Profética de Un Doble de Katunes”, cuya serie completa aparece en los libros de *Chilam Balam de Chumayel de Tizimín*, se registró:

El 4 Ahau Katun es el undécimo que se cuenta: Chichén Itzá, Orillas-de-pozos-del-brujo-del-agua, es su asiento. Llegará el Quetzal, llegará el pájaro verde Yaxum, llegará Ah Kantenal, El-del-árbol-amarillo; llegará el vómito de sangre por cuarta vez. Llegará Kukulcán, Serpiente-quetzal, en persecución de los Itzaes, Brujos-del-agua. La cuarta vez que habla el katun, la cuarta vez que le llega al Itzá, Brujo-del-agua (Barrera Vázquez y Rendón, 2002 [1948]: 83).

En el segundo evento, Kukulcán, aun bajo influencia itzá, aparece asociado a Chac-Xib-Chac, el nombre del dios G1 de la Triada de Palenque, y como dios protector de Chichén Itzá en contra el ataque de Uxmal, narrado en el relato llamado “Acontecimiento Histórico en

⁹ DE LA GARZA, M. *Relaciones histórico-geográficas de la Gobernación de Yucatán*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1983.

¹⁰ BARRERA VÁZQUEZ; RENDÓN. *Los Libros de Chilam Balam*. México: FCE, 2002.

1 Katun 8 Ahau”, que transcurrió entre los años de 1185 y 1204, según puede verse en la *Crónica de Matichu*, parte III:

El 8 Ahau aconteció en Chichen, Orilla-de-los-pozos. Entonces ocurrió que se puso pintura la Señor de Uxmal y vino a imponer la huella de sus pies en las espaldas del Chac Xib Chac, Rojo-temible-Chac, en Chichén, Orillas-de-los-pozos, en donde imperaba Ah Nacxit Kukulcan, El- Nacxit-Serpiente-quetzal; entonces fue cuando bajó el éxodo del Itzá, Brujo-del-agua, y vino el pleitear ocultamente, el pleitear con furia, el pleitear con violencia, el pleitear sin misericordia (Barrera Vázquez y Rendón, 2002 [1948]: 147).

En el último evento en que aparece Kukulcán no se hace referencia a los itzáes, sino que a un periodo de incertidumbres e inestabilidad, siendo la única referencia que asocia a Kukulcán con la guerra, y está narrado en la parte de los *Chilames* relacionados al Cuceb o Rueda Profética de los Años Tunes de Un Katun 5 Ahau :

6 Cauac, Trueno, es el día del vigésimo año tun; llega el tiempo en que se toma de la mano. Durante su transcurso habrá muerte súbita y disputas de Ah Uucte Cuy, El-siete-tecolote, Chacmitan Choc, Gran-podredumbre, cuando se golpean los katunes. A la orilla del mar estará Ah Maycuy, El.tecolote-venado; en Dzidzontun, Lugar-de-las-piedras-puntudas-como-pezuñas; y Chac Hubil Ahau, Señor-muy-revoltoso, en Sihomal, Lugar-de-amoles. Será el tiempo en que se extiendan las tripas de Kukulcán, Serpiente-quetzal, será el katun en que recule Ah Chichic Soot, El-que-agita-la-sonaja; agitará la sonaja pidiendo su limosna y llamando con la mano al vigésimo año tun (Barrera Vázquez y Rendón, 2002 [1948]: 119).

Kukulcán y su espacio sagrado

Rapoport (1994) considera que el espacio está organizado jerárquicamente, y que es la expresión de las instituciones sociales, de los sistemas, de los grupos y del esquema cognitivo, sugiriendo que es a través de la investigación del contexto específico que se pueden comprender las diferentes maneras en las que está organizado el espacio.¹¹ La organización del espacio es una expresión del medio ambiente, del paisaje y de la cultura material y es indisociable de los aspectos de la vida humana. La organización del espacio refleja, refuerza y guía la organización de la comunicación. La expresión física de la organización espacial es también un aspecto de la organización del significado pues es un reflejo de la vida social y de los arreglos culturales de un grupo.

Para Renfrew (1985) el culto, como un acto de adoración que legitima la religión, implica estructuras de creencias compartidas que son transferidas a la arquitectura.¹² Considera que un culto está formalizado, y por lo tanto, necesita de un espacio para manifestarse con una

¹¹ RAPOPORT, Amos. “Spatial Organization and the Built Environment”. En *Companion Encyclopedia of Anthropology. Humanity, Culture and Social Life*, Tim Ingold (ed.), Londres: Routledge, 1994, p. 460-502.

¹² RENFREW, Colin. *The Archaeology of Cult*. Londres: Thames and Hudson, 1985.

planeación y un esquema específico. A nivel teórico, este autor ofrece algunos indicadores cúlticos con el objetivo de que el arqueólogo pueda inferir su presencia en un determinado sitio arqueológico:

- Φ El culto es realizado en un área específica y posee asociaciones naturales, como un cerro o una caverna.
- Φ El culto es llevado a cabo en construcciones especiales destinadas a las funciones sagradas, como un templo o una iglesia.
- Φ La estructura y el equipamiento usado en el culto revelan un plan previo, y se reflejan en la arquitectura y en sus peculiaridades de construcción como son los altares, escaleras y frisos, y en el equipamiento móvil como son los incensarios, lámparas y toda la parafernalia del culto.
- Φ El área sagrada del culto presenta repetidos símbolos en forma abstracta.
- Φ El área sagrada incluye un espacio dedicado al público, que va a adorar a la divinidad.
- Φ Los símbolos del culto están representados más eficazmente en la iconografía. El simbolismo animal muchas veces puede representar a una divinidad.
- Φ Las tumbas y entierros también pueden delatar la presencia del culto.
- Φ La adoración a una divinidad puede incluir movimientos especiales como las peregrinaciones, y pueden estar reflejados en la iconografía.
- Φ El sacrificio humano y animal pudo haber sido practicado.
- Φ La ofrenda de objetos votivos pueden ser traídos de otros lugares.

A partir de este modelo, podemos aplicarlo a Chichén Itzá en el sentido de delimitar un espacio sagrado destinado al culto guerrero a Kukulcán. Pensamos que este espacio fue la Gran Terraza o Gran Nivelación.

La Gran Nivelación representa la obra arquitectónica de mayor magnitud en el sitio. Esta construcción consiste en la nivelación de una gran plataforma sobre la cual se localizan los edificios conocidos como El Castillo o Pirámide de Kukulcán, el Gran Juego de Pelota, el Templo del Sur, el Templo del Norte, el Templo Superior e Inferior de los Jaguares, el Tzompantli, la Plataforma de las Águilas y Jaguares, la Plataforma de Venus, el Templo de

los Guerreros, el Templo de las Mesas, el Grupo de las Mil Columnas y otras construcciones menores (Piña Chán 1970; 1980; Schmidt 1992; Navarro 2002, 2007).¹³

A partir del modelo propuesto por Renfrew (1985) podemos inferir la existencia de un culto que se llevó a cabo en la Gran Nivelación. En primer lugar esta área está ligada por la sacbé nº 1 al Cenote Sagrado (premisa 1). Según las fuentes históricas el cenote fue un lugar en donde se sacrificaban personas como una de las manifestaciones del culto. De hecho, de las exploraciones que se llevaron a cabo en el cenote (Thompson 1904; Piña Chán 1970) se rescataron huesos, la mayoría de niños y hombres adultos (premisa 9).¹⁴ La evidencia del culto también se manifiesta en las peregrinaciones que relatan las fuentes y su probable ejecución a partir de varios objetos procedentes del Centro de México, Guatemala, Chiapas y principalmente el oro que llegaba de algunas áreas de Centroamérica y Colombia (premisas 8 y 10).

La Gran Nivelación es un espacio que está amurallado. De carácter defensivo o no, esta muralla más bien sirvió para delimitar el espacio del culto y dar cabida a la multitud que participaba de las ceremonias (premisas 3 y 5).

La iconografía de esta área del sitio presenta muchas formas abstractas que todavía no han sido sistemáticamente estudiadas y que pueden presentar relación con el culto, como son las imágenes del planeta Venus y del hombre-pájaro-jaguar. Muchas imágenes de animales, como las serpientes emplumadas, los coyotes, jaguares y águilas más bien están relacionadas a la divinidad ya que esta puede representarse en la forma animal (premisas 4 y 6).

El culto guerrero a Kukulcán

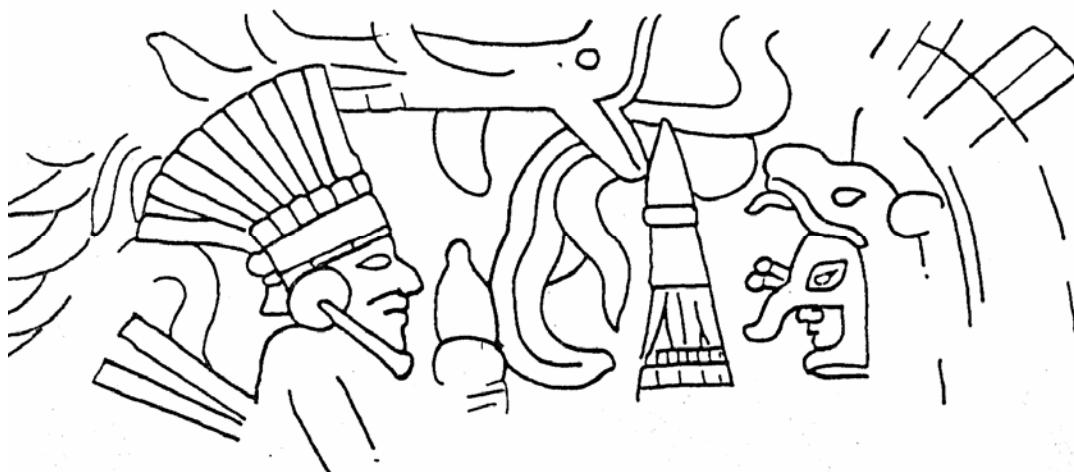
La principal evidencia del culto guerrero a Kukulcán está en la arquitectura y en la iconografía de la Gran Nivelación. Aunado que la principal manifestación de la divinidad es una serpiente emplumada.

¹³ PIÑA CHÁN, Román. “Informe Preliminar de la Reciente Exploración del Cenote Sagrado de Chichén Itzá”. En: *Serie de Investigaciones*, nº 24. México: INAH, 1970. *Chichén Itzá: la ciudad de los brujos del agua*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

SCHMIDT, Peter. *Proyecto Chichén Itzá*. Mecanoescrito. México: CRY-INAH, 1992. NAVARRO, Alexandre Guida. *Las serpientes emplumadas de Chichén Itzá: distribución en los espacios arquitectónicos e imagería*. Tesis de Doctorado. México: UNAM, 2007. O Retorno de Quetzalcóatl: contribuição ao conhecimento do culto a divindade a partir do registro arqueológico de Chichén Itzá, México. Sao Paulo: tesis de maestría, Facultad de Filosofía y Letras, Museo de Arqueología y Etnología de la Universidad de Sao Paulo, 2002.

¹⁴ THOMPSON, Edward H. “Archaeological Research in Yucatán”. En: *Memories del Peabody Museum Harvard University*, vol. 1, nº 3, Cambridge, Massachusetts, 1904.

La estructura conocida como El Castillo o Pirámide de Kukulcán es de planta cuadrada, el tipo de sistema constructivo es el talud/tablero y está abovedado. Posee cuatro escalinatas, una de cada lado del edificio. La escalinata norte posee alfardas que están rematadas por serpientes emplumadas. Subiendo la pirámide por esta escalinata, que es la entrada principal, se ubica el templo, cuya entrada está compuesta por columnas de serpientes emplumadas mirando el norte. En las jambas de las pilastras y en la pared del muro del fondo del templo están esculpidos guerreros que portan atlatl (propulsores de dardos), dardos, lanzas, escudos redondos, escudos flexibles, palos defensivo y ofensivo y cuchillos. La escena principal está compuesta por uno de estos guerreros que está envuelto por una serpiente emplumada y parece estar dentro de un óvulo o cartucho.



Los Capitanes Disco Solar y Serpiente en el dintel del santuario del Castillo. Imagen tomada de Taube, p. 14

A su lado otros guerreros que parecen ser sus prisioneros ya que llevan sogas en las manos. En las jambas de las otras entradas estos guerreros también están representados además de otros que de la misma manera están envueltos por serpientes emplumadas.

El Templo del Norte o del Hombre barbado es una estructura de planta rectangular, con sistema constructivo en talud/tablero y está abovedado. Presenta alfardas decoradas el algunos de los elementos decorativos son serpientes emplumadas. El edificio posee columnas en la entrada que la dividen en tres claros. En estas columnas hay representaciones de guerreros portando escudos flexibles, atlatl y dardos y serpientes emplumadas. Las escenas más interesantes están el la pared del muro del fondo y en la decoración de las bóvedas. En general tratase de escenas cotidianas en donde se perciben personas en sus actividades y las chozas de un poblano. Sin embargo hay representaciones de guerreros portando las mismas armas que los de las columnas y están envueltos por serpientes emplumadas. Igual que en El

Castillo, hay una escena en donde se ve un personaje guerrero central dentro de un óvulo o cartucho envuelto por una serpiente emplumada y acompañado por otros guerreros.



Las serpientes emplumadas del Templo del Norte. Imagen tomada de Ringle, 2004, p. 172.).

La diferencia es que éstos parecen no ser prisioneros; más bien participan de la entronización de este personaje central.

El Gran Juego de Pelota es una estructura de planta rectangular con sistema constructivo de talud/tablero. Posee alfardas rematadas con cabezas de serpientes emplumadas cuyos cuerpos emplumados corren por todo el friso del edificio. Poseía una escalinata del lado oeste cuyas alfardas también estaban rematadas por serpientes emplumadas y cuyas cabezas se hallan cerca de la estructura en derrumbe. La estructura posee banquetas con paneles decorados en bajorrelieve cuya escena principal parece ser la decapitación de un personaje de cuyo cuello expuesto salen siete serpientes. Algunos de estos personajes también portan un objeto en la mano que tiene la forma de una serpiente. Y de los sombreros de otros salen estas mismas serpientes.

El Templo Superior de los Jaguares es una estructura de planta cuadrada con sistema constructivo en talud/tablero y está abovedado. El acceso al templo se da por una escalinata que está remata por serpientes emplumadas. Los ángulos del edificio presentan cabezas de estos animales cuyos cuerpos emplumados corren por todo su friso. La entrada del templo está

formada por dos columnas de serpientes emplumadas, cada una de ellas pesando cerca de 25 toneladas.



Las columnas en forma de serpiente emplumada del Templo Superior de los Jaguares. Fotografía tomada por el autor.

Las jambas de la entrada están representados guerreros que portan escudos, atlatl y dardos; algunos de ellos envueltos por serpientes emplumadas. En la parte inferior están esculpidos los hombres-pájaro-jaguar. Los frisos superiores del edificio están decoradas con serpientes emplumadas entrelazadas y procesión de jaguares alternados con escudos, estos muy parecidos a los hallados en la Subestructura de El Castillo. Sin embargo, lo más interesante es que dentro del templo, en sus paredes, fueron pintadas muchas escenas en diversos colores. El tema principal de estas escenas son batallas y enfrentamiento de dos grupos de guerreros. Estos grupos son liderados por un Capitán Disco Solar (Miller, 1978), cuyas tropas siempre portan escudos rectangulares; y por un Capitán Serpiente, cuyos guerreros llevan escudos redondos.¹⁵ En todas las escenas de combate parece ser que el Capitán Serpiente siempre es el victorioso.

¹⁵ MILLER, Arthur G. “Capitanes del itzá: evidencia mural inédita de Chichén Itzá”. En: *Estudios de Cultura Maya* n° 11. México: 1978, p. 121-154.



Los Capitanes Disco Solar y Serpiente en el Templo Superior de los Jaguares.
Imagen tomada de Coggins y Shane III, 1989, p.160.

Resulta que este Capitán está representado no solamente por una serpiente, sino por una serpiente emplumada. Las escenas parecen ser la mayor demostración del poderío militar en el área maya. Los guerreros portan todos los tipos de armas y algunas todavía desconocidas en la literatura: atlatl, dardos, cuchillos, escudos redondos, escudos flexibles, palos defensivo y ofensivo y lanzas. Se evidencian también captura de prisioneros que son humillados, capturados, sacrificados, decapitados por el uso de estas armas. Muchas de estas acciones son llevadas a cabo por el Capitán Serpiente que también parece tomar algunas aldeas y destruirlas.

El Tzompantli es una estructura de planta rectangular con sistema constructivo en talud/tablero. Posee una escalinata rematada por serpientes emplumadas y con representación de guerreros. Los ángulos de la estructura, como en el Templo Superior de los Jaguares, está rematado por cabezas de serpientes emplumadas que corren por todo el friso de la estructura. Los tableros están decorados con muchas filas de serpientes emplumadas. Los guerreros esculpidos en bajorrelieve portan atlatl y dardos e llevan en una de manos una cabeza-trofeo. La peculiaridad de estos personajes es que todos tiene la pierna descarnada o esquelética, así como algunos de los guerreros representados en el Templo del Sur. En muchos de estos guerreros salen serpientes emplumadas de sus cuerpos, de los dos lados, como se estuvieran envueltos por estos animales. Otra peculiaridad de estos guerreros es que ellos portan las lanzas más grandes encontradas en toda la iconografía de la Gran Nivelación, y del sitio.

La Plataforma de las Águilas y Jaguares es una estructura cuadrada con sistema constructivo en talud/tablero. Posee cuatro escalinatas cada cual rematada por cabezas de serpientes emplumadas cuyos cuerpos emplumados decoran las alfardas del edificio



Las serpientes emplumadas en las alfardas del Templo de los Jaguares y Águilas. Fotografía tomada por el autor.

Los frisos de la estructura están decorados por personajes recostados a la manera de los chacmooles y llevan un objeto en las manos.

El Templo de Venus es otra estructura de planta cuadrada con sistema constructivo en talud/tablero. Posee cuatro escalinatas cada cual rematada por cabezas de serpientes emplumadas y, diferentemente del Templo de las Águilas y Jaguares, los cuerpos emplumados de estos animales corren por todo el friso de la estructura en vez de decorar las alfardas. En los tableros del edificio hay representaciones del hombre-pájaro-jaguar y el símbolo de Venus que se suele relacionar a la guerra en la literatura maya.

El Templo de los Guerreros es una estructura de planta cuadrada con sistema constructivo en talud/tablero y estuvo abovedado. Posee una escalinata cuyas alfardas están rematadas por cabezas de serpientes emplumadas. Cuenta con banquetas en donde están esculpidos guerreros que portan escudos, atlatl y dardos. Las cornisas de estas banquetas están decoradas con procesión de serpientes emplumadas y, en muchas de ellas, hay guerreros saliendo de sus fauces abiertas. Los tableros del edificio están decorados con el hombre-pájaro-jaguar. La entrada del templo está formada por dos pilastras de serpientes emplumadas,

parecidas a las columnas halladas en El Castillo, Templo Superior de los Jaguares y Templo de las Mesas. El templo posee varias pilastras interiores, que posiblemente sostenían el techo, con representaciones de guerreros que portan las mismas armas de los demás encontrados en el edificio. Las jambas de la entrada también están representados estos mismos personajes. En el último cuarto de la estructura hay una banqueta sostenida por talantes en cuyas cornisas están esculpidas serpientes emplumadas en procesión. Cuando la estructura empezó a ser restaurada en los años 1930 por la Carnegie Institution of Washington las paredes del edificio estaban decoradas con pintura mural, que por su estado de conservación no pudieron ser salvadas pero fueron dibujadas con fidelidad y una copia de estas escenas se encuentran en el museo del sitio de Chichén Itzá. La mayoría de las pinturas tienen como representación escenas ubicadas en el mar o en regiones lacustres. En una escena peculiar se ven los guerreros portando bolsas en una representación casi idéntica de los representados en las pilastras del Templo del Sur. En esta misma representación, en la parte superior derecha de la pintura, se percibe una persona dentro de un templo rindiendo culto, cuya estructura está ornamentada con una serpiente emplumada



Pintura mural del Templo de los Guerreros. Imagen tomada de Lombardo de Ruiz, 1998: 40.

La Columnata Noreste es un conjunto de planta rectangular de 259 pilastras que se halla frente al Templo de los Guerreros. Su sistema constructivo es el talud/tablero y probablemente sostenía bóvedas. Las principales representaciones de estas pilastras son guerreros que llevan diferentes armas, como atlatl, dardos, cuchillos, lanzas, escudos, palos defensivo y ofensivo; en sus cuatro lados. Algunos de estos personajes están envueltos por

serpientes emplumadas. Muchos de estos personajes llevan sogas en las manos y parecen ser prisioneros, incluso uno de ellos tiene un cuchillo fincado en el cuello. En la parte inferior de cada una de estas pilastras hay representaciones del hombre-pájaro-jaguar en sus cuatro lados. En las banquetas adosadas al conjunto arquitectónico hay representaciones de guerreros profusamente armados y procesión de serpientes emplumadas decorando sus cornisas. Otras banquetas del mismo estilo pueden encontrarse en la Columnata Norte y en El Mercado.

El Mercado es una estructura rectangular con sistema constructivo en talud/tablero y que posiblemente estuvo abovedado. También es el mejor ejemplo de estructura del tipo patio-galería hallada en el sitio. En la banqueta adosada a la estructura hay representaciones de guerreros que portan atlatl, dardos y lanzas. En el friso principal hay la representación de una procesión de guerreros que llevan sogas en las manos y están sometidos a un personaje central que está envuelto por una serpiente emplumada. Esta escena es parecida con la de la pared del muro del fondo de la entrada norte de El Castillo. En las jambas de la entrada de la estructura hay representaciones de guerreros que llevan las mismas armas de los demás encontradas en el edificio.

Para concluir esta sección, aclaramos que del cenote sagrado, asociado a la Gran Nivelación a través del sacbé 1, se recuperaron muchos artefactos en representaciones de guerreros y serpientes emplumadas. De los ocho discos de oro recogidos, muchos de ellos tienen representación de guerreros armados idénticos a los encontrados en la iconografía de los edificios de la Gran Nivelación. Y en muchas de estas escenas hay representaciones de serpientes emplumadas también en el mismo estilo de las halladas en la extensión de toda la Gran Terraza. Otros artefactos recogidos son placas de jade, cuentas y cerámica, también con representación de guerreros y serpientes emplumadas.

Discusión y consideraciones Finales

Es sabido que las escenas de conflicto dominan el arte de Chichén Itzá (Kurjack 1992).¹⁶ Estos conflictos han recibido una especial atención por muchos investigadores, y sus conclusiones son muy dispares. Desde las acepciones de Tozzer (1930, 1957) hasta investigaciones más recientes se ha creído que Chichén Itzá tiene monumentos

¹⁶ KURJACK, Edward B. "Conflicto en el arte de Chichén Itzá". En: *Mayab*, Sociedad Española de Estudios Mayas nº 8. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1992, p. 88-96.

conmemorativos de la invasión tolteca ocurrida en el siglo X.¹⁷ Los decisivos escritos de Tozzer hicieron que se aceptara ampliamente el concepto de invasión durante el mencionado siglo. En su detallada cronología de invasiones, migraciones y otros incidentes en la historia maya tuvo como fuentes documentos de origen nativo escritos en frases de difícil interpretación que fueron compilados siglos después de que supuestamente acontecieron tales sucesos (Kurjack 1992).

En este sentido, la visión tradicional de la historia maya vincula el conflicto, el sacrificio humano y la glorificación de la guerra en la iconografía, a la llegada de personas e ideas procedentes del centro de México durante el Posclásico. Las ruinas de Tula se consideran la patria original de los toltecas, quienes invadieron Chichén Itzá, pero la alfarería y la arquitectura en ambos sitios es distinta. La cerámica y técnicas de construcción en ambos lugares tiene sus raíces en tradiciones arqueológicas locales.

La iconografía de Chichén Itzá se diferencia claramente de otros lugares de Yucatán y puede ser considerada como un estilo local a pesar de algunas características originadas en el centro de México. Luego, gran parte de las ideas y sus representaciones iconográficas llegaron a la península por medio del tráfico comercial que prosperó a lo largo de la costa. Andrews y Gallareta Negrón (1986) han esclarecido el mecanismo con el cual ideas, materiales y gente pasaron al área de Chichén Itzá.¹⁸ En sus excavaciones en la Isla Cerritos cerca de la costa norte de Yucatán, encontraron materiales extraños en abundancia. La isla sirvió como base para el comercio marítimo. La Isla Cerritos parece haber sido el puerto principal para Chichén Itzá. De esta manera, el tráfico comercial trajo ideas extrañas, mercaderías y nuevos conceptos que se fundieron con las formas de representación iconográfica de los indígenas para crear la mezcla que se puede observar en Chichén Itzá.

Estos conflictos representados en la iconografía de Chichén Itzá nos llevan a creer que este fenómeno se intensificó entre los asentamientos durante el Clásico Tardío y Terminal (600-1000 d.C.). Estos rasgos pueden ser identificados arqueológicamente. Se puede percibir fortificaciones, murallas defensivas y albarradas cercando los edificios en varios de los sitios de este periodo, como en Muna, Cobá y Chunchucmil. En Chichén Itzá hay varios espacios

¹⁷ TOZZER, Alfred M. "Maya and Toltec Figures at Chichén Itzá". En: Twenty third International Congress of Americanists, Acta, Nueva York, 1930, p. 155-164. *Chichén Itzá and Its Cenote of Sacrifice: a Comparative Study of Contemporaneous Maya and Toltec*. Washington: Memoirs of the Peabody Museum of American Archaeology and Ethnology, 1957.

¹⁸ ANDREWS, Anthony P. & GALLARETA NEGRÓN, Tomás. "The Isla Cerritos Archaeological Project, Yucatán, México". En: *Mexicon*, vol. 8, n° 3. México, 1986, p. 44-48.

amurallados. Datos relacionados con los patrones de asentamiento sugieren que el incremento demográfico llegó a su apogeo en el periodo mencionado. Luego, es de esperar, entre poblaciones densas, que se incrementen los conflictos.

Ya según Robertson y Andrews (1992) la iconografía de Chichén Itzá ofrece la evidencia de un enorme conflicto, una lucha interna por el poder.¹⁹ Basándose en las similitudes de la iconografía su trabajo muestra la coexistencia entre grupos sociales, probablemente familias, representando facciones competidoras. Piensan las investigadoras que el plan concebido en la colocación específica de las pilastras en la Columnata Noroeste, así como los dinteles de madera labrados del Castillo, señalan un gran conflicto interno en Chichén Itzá durante su periodo floreciente. Al estudiar las los diferentes personajes retratados en estas pilastras, como sacerdotes, guerreros y prisioneros las investigadoras concluyen que se puede apreciar los distintos grupos étnicos representados en todos los niveles en un tiempo de gran conflicto interno.

Sin embargo discordamos de los autores presentados que este conflicto haya desestructurado la organización social del centro urbano. Al revés, la disposición de las estructuras en el espacio y la simetría de las representaciones iconográficas y arquitectónicas de los edificios nos hacen creer que hubo una organización social interna muy organizada para ordenar estas acomodaciones, que serían imposibles de la manera que Kurjack (1992) y Robertson y Andrews (1992) conciben tal conflicto interno.

Más que un reflejo del conflicto interno en Chichén Itzá pensamos que la iconografía del sitio tiene un fuerte mensaje de un culto guerrero centrado en la divinidad Kukulcán, independientemente de cual sea la naturaleza de esta guerra. Los estudiosos han basado sus modelos de conflicto interno a partir de las imágenes de guerreros ampliamente representadas en la extensión del sitio. Sin embargo olvidan decir que muchos de estos guerreros están acompañados de serpientes emplumadas en diferentes contextos.

En su interesante trabajo Robertson y Andrews (1992) en la Columnata Noroeste y en el Templo del Chacmool que sirvieron de base para su modelo de conflicto interno en el sitio, dejan de citar que muchos de estos guerreros son caracterizados por serpientes emplumadas. En algunas de las pilastras estos animales envuelven los guerreros. Además en la banqueta adosada a la estructura hay serpientes emplumadas en las cornisas, además de

¹⁹ ROBERTSON, Merle Greene & ANDREWS, Margaret. “Una evaluación del arte del Templo del Chacmool y de la Columnata Noroeste en Chichén Itzá: coexistencia y conflicto interior”. En: *Mayab*, Sociedad Española de Estudios Mayas, n° 8. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1992, p. 54-87.

guerreros de salen de dentro de las fauces abiertas de estos reptiles. Escenas de guerreros y serpientes emplumadas también son encontradas en el Templo del Chacmool. En una de las paredes de esta estructura, en toda su extensión, había la pintura de una gran serpiente emplumada que hoy ya se ha borrada. Una reproducción de esta pintura puede verse en el museo del sitio de Chichén Itzá.

Los rasgos compartidos de estos guerreros en cuanto su indumentaria y armas pueden encontrarse en toda la extensión de la Gran Nivelación, en lo que se percibe un plan muy bien ejecutado por sus idealizadores. Guerreros portando atlatl, escudos y dardos son representados de manera similar en el Castillo, en los Templos Superior y Inferior de los Jaguares, en los Templos del Norte y Sur, en el Gran Juego de Pelota y en el Templo de las Mesas. En algunas de estas estructuras hay pilastras y columnas con representaciones de serpientes emplumadas planeadas en el mismo estilo y gran similitud. Las procesiones de guerreros pueden apreciarse en estructuras como El Castillo, Templo de los Guerreros y El Mercado. Interesante también notar que estas representaciones de guerreros están en estructuras que poseen rasgos arquitectónicos equivalentes, es decir, poseen alfardas, sistema constructivo en talud/tablero, crujías y techo abovedados.

Como hemos mencionado, el culto se manifiesta en espacios específicos. El espacio comprende y expresa ciertos principios de orden y clasificación. Como un medio cultural construido, el espacio es un contexto definido en el cual las personas realizan actividades específicas en tiempos específicos. Los medios ocupados son pensados antes de ser construidos. Y ese medio existe en términos de nuestras acciones y significados. El espacio arquitectónico puede ser definido como la concretización del espacio existencial, es decir, los elementos del paisaje son construidos culturalmente y transformados dentro de sus marcadores materiales y permanentes autenticando la historia, la experiencia, por extensión, la cultura de un grupo (Pearson y Richards, 1994).²⁰

A manera de conclusión, sugerimos que la iconografía del sitio de Chichén Itzá; la similitud entre los personajes esculpidos en bajorrelieve, en general guerreros; la profusa representación de estos individuos junto de serpientes emplumadas, que es la manifestación más común de la divinidad Kukulcán; la disposición de la Gran Nivelación que presenta un espacio muy organizado y está amurallado; la simetría de los rasgos arquitectónicos de los edificios de esta plaza, como las columnas y pilastras de serpientes emplumadas y bóvedas

²⁰ PEARSON, Mike Parker; RICHARDS, Colin. "Ordering the World: Perceptions of Architecture, Space and Time". En: *Architecture and Order*, Mike P. Pearson y Colin Richards (eds.). Londres: Routledge, 1994, p. 1-37.

decoradas son evidencia de un espacio estructurado, ordenado y muy bien organizado en donde se celebraban el culto a Kukulcán bajo su manifestación guerrera, más bien que un espacio que refleja un gran conflicto interno en Chichén Itzá.

Artigo recebido em 26/11/2008 e aprovado em 16/02/2009.

Fiéis vassallos de Sua Majestade: descoberta e conquista do Arraial do Ribeirão do Carmo

Michelle Cardoso Brandão
Mestranda em História Social – UFJF
michellehis@gmail.com

Resumo

O presente artigo é parte integrante dos resultados das pesquisas referentes à dissertação de mestrado em curso, cujo objetivo maior é analisar a formação da elite social marianense a partir dos oficiais presentes nos assentos da Câmara Municipal de Vila do Carmo durante os anos de 1711 até 1736. Por agora, nossa intenção é apresentar o ambiente em que se forjou a elite em questão, os mecanismos utilizados por ela na sua empreitada em busca de uma ascensão social, bem como a forma que a Coroa Portuguesa utilizou desses seus fiéis vassallos tendo em vista a implantação das políticas reais no ultramar.

Palavras-chave: Conquista, elite, império português.

Abstract

This article is part of research results related to the masters dissertation in progress, whose prime objective is to examine the training of high society marianense from the official seats in Vila do Carmo's City Council during the years from 1711 until 1736. Our intention is to present the environment in which they formed the high society in question, the mechanisms used by it in its work in search of a social ascension, and the way that the Portugal's king of used its loyal vassals of these with a view to implementing ours policies .

Key words: Conquest, high society, portuguese empire.

Ao expandir seus desígnios ao além mar, a Monarquia portuguesa ampliou também as possibilidades de prestação de serviços a ela à medida que obtinha, neste contexto, novas terras, ofícios e cargos disponíveis para retribuir os feitos realizados em nome de El Rey. Isso por um lado contribuiu de modo bastante significativo no processo de viabilização e manutenção da governabilidade régia no Império português e, por outro, para a formação e o fortalecimento de grupos detentores de poder; configurando-se então numa relação entre súditos e vassallos pautada no que Maria Fernanda Bicalho definiu como “combinação de autoridade dividida e negociada”¹.

Essa relação entre a coroa portuguesa e indivíduos dispostos a contribuir com “seu sangue e fazendas” para a ampliação e manutenção do Império luso se refazia a todo o momento. Frente ao empenho dos seus súditos o Rei reconhecia e era reivindicado a retribuir os feitos realizados, reafirmando, pois, como aponta Bicalho, o *pacto político* que unia Rei e

¹ BICALHO, Maria Fernanda. Cidades e elites coloniais: redes de poder e negociação. In: *Vária História*, nº 29, p. 17 – 39. Belo Horizonte, 2003, p.37.

colonos-reinóis, que ao terem os laços estreitados com a Coroa, tornavam-se seus “fiéis vassallos”; obtendo daí importantes privilégios e bonificações.

O pacto político seria então responsável por interligar diferentes partes do Império Português através da negociação e das mercês régias: elementos que uniam Rei e súditos propiciando a expansão dos interesses metropolitanos e estabelecendo vínculos estratégicos com os colonos².

A historiografia recente vem dando significativo enfoque a este tema, principalmente no que respeita à relação baseada em mercês remuneratórias, chamamos a atenção para as primeiras discussões desenvolvidas neste sentido. Deste modo, reconhecidos, hoje, como clássicos, os trabalhos que António Manuel Hespanha e Ângela B. Xavier³ desenvolveram ao analisarem as mercês (o ato de dar) nas sociedades de Antigo Regime, basearam-se nas noções antropológicas da obra de Marcel Mauss⁴, iluminando a partir de então a muitos trabalhos.

Para Xavier e Hespanha as relações sociais têm como alicerce a tríade de obrigações: dar – receber – retribuir, isso significa dizer que a comunicação pelo dom pressupõe um benfeitor e um beneficiado o que caracteriza uma economia de favores. Assim, ao se dispensar um benefício, o benfeitor cria no beneficiado a obrigação moral de receber e também de restituir, formando então uma cadeia de obrigações recíprocas imersas num espiral de poder.

Resguardadas suas contribuições, para muitos estudiosos, tal perspectiva parece ser bastante monolítica e estática, ao passo que analisa as relações sociais de modo que elas se pareçam previsíveis e mecânicas, não levando em conta o essencial: o indivíduo em suma. Neste sentido, entendemos que é necessário relativizar a perspectiva abordada pelos autores supracitados o que ale de refinar, proporciona uma maior complexidade da análise das relações sociais em que os indivíduos e grupos estão inscritos; e para tanto, os trabalhos de Fredrick Barth foram imprescindíveis enquanto pressuposto teórico em nossa abordagem.

Para Barth é necessário levar em conta os indivíduos e suas ações particularidades, tendo em vista os recursos, estratégias, valores e *status* intrínsecos às relações sociais que

² FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria F. “Bases da materialidade e da Governabilidade no Império: uma leitura do Brasil colonial”. *Penélope*. Fazer e Desfazer a História. n.º. 23, Lisboa, 2000, p.75.

³ XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In.: HESPANHA, António Manuel. *O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p.382.

⁴ MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.

vivência, questionando assim os mecanismos que levam os indivíduos e grupos a interagirem desta ou daquela forma. Tal interpretação possibilita entender o indivíduo como um ser racional e não mecânico, um ser que age visando seus objetivos, mas também está limitado pela sua capacidade de ação frente aos seus recursos e às relações sociais que mantém constantemente.

É sob esta perspectiva que visamos tornar mais inteligível a relação que os primeiros povoadores e conquistadores do Carmo desenvolveram com a Coroa, no sentido de utilizarem de suas ações com fins de obtenção de benefícios e privilégios e, ainda como o Rei se articulou neste contexto a fim de utilizar destes homens na ampliação e manutenção da governabilidade régia nas novas terras ultramarinas.

Assim, os últimos anos do século XVII foram marcados pela disseminação das Bandeiras que seguiram rumo às terras onde se diziam haver montanhas de esmeraldas, minas de ouro e prata. Seja como for, pelo menos dois séculos antes dos primeiros achados de metais preciosos, havia a convicção de que o Brasil era permeado por minas de ouro e pedras preciosas.

Neste sentido, os anos finais do século XVII foram promissores e marcados pela disseminação das Bandeiras que seguiram rumo às terras onde se diziam haver montanhas de esmeraldas, minas de ouro e prata. Seja como for, pelo menos dois séculos antes dos primeiros achados de metais preciosos, havia a convicção de que o Brasil era permeado por minas de ouro e pedras preciosas.

Sob inspirações de lendas ameríndias, ou ainda fundamentadas pelo famoso mito do Eldorado, foi em fins do século XVII que estas convicções se confirmaram⁵ e assim, homens seguiram esperançosos, principalmente em realizar descobertas “que com trabalho próprio tirassem proveitos não só para sua utilidade como também para o aumento da Monarquia Portuguesa”⁶.

Deste modo, a empreitada de determinados indivíduos não ocorreram por acaso, ao descobrirem e colonizarem a “dourada” região do Carmo que mais tarde passou a dominar o cenário mundial em importância para o Império luso, ampliavam ainda as formas de obtenção de *graças*, mercês régias; enquanto a Coroa lusitana tinha neles importantes aliados na expansão e manutenção do seu Império. Tal contexto nos faz ressaltar o quanto a História de

⁵ ROMEIRO, Adriana e BOTELHO, Ângela Viana. *Dicionário Histórico de Minas Gerais*. Período Colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 45-47. BOXER, Charles. *A idade do ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p.57.

⁶ TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Sertanistas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981, p.27.

Minas Gerais, mais especificamente da região do Carmo, é indissociável do imaginário dourado de homens cuja trajetória de vida esteve inquestionavelmente envolvida neste processo.

Assim, a possibilidade de enriquecimento fácil assente na descoberta aurífera, significou então uma oportunidade de se manter ou obter “qualidade nobre” em virtude dos benefícios que no seu singular exercício de “justiça” o rei conferia aos seus vassallos mercedores. Sem dúvidas, muitas foram as bem sucedidas incursões ao interior das Minas dos Cataguases quanto ao achado de ouro, mas foi a expedição de Miguel Garcia, a primeira a dar manifesto conforme o regimento da época sobre o descobrimento daquele metal. Esta bandeira rumou para Itaverava em abril de 1694, onde um importante episódio incidiu de maneira marcante no desbravamento da opulenta região do Carmo.

No início do ano seguinte ao que Garcia iniciara sua empreitada, o Coronel Salvador Furtado de Mendonça saiu de Taubaté a fim de socorrer expedições antecedentes e auxiliar no descobrimento, em razão de sua demasiada capacidade e prática em matéria de sertão⁷. Na região de Itaverava Garcia encontrou pelo caminho com a comitiva do conterrâneo Salvador, que sendo exequível apreciador de armas, estava bem munido delas. E diante disto e reconhecendo aí uma oportunidade de melhor munir-se de armas, Garcia interessou-se na Cravina e na Catana do Coronel taubateano, sugerindo então um trato: todo o ouro da sua comitiva pela arma de fogo e pelo facão.

Foi então realizada a troca que segundo relatos de Afonso E. Taunay foi feito não por interesse no negócio, mas pela vontade de Salvador em socorrer a quem ficava entregue a mais perigos⁸ e sendo assim, Garcia passou então ao Coronel Salvador todo o ouro de sua tripulação, cerca de 12 oitavas de ouro. Tal valor não nos parece um bom pagamento pelas armas, o que ratifica a colocação de Taunay no que concerne ao desinteresse demonstrado por Salvador no negócio em si. Isso porque se levarmos em conta que os valores da Cravina e da Catana são aproximados aos de uma espingarda e de uma faca respectivamente, por serem armas de mesma natureza (arma de fogo e cortante), o valor pago por Garcia não representa um montante razoável. André João Antonil destaca que naquela época uma espingarda custaria 16 oitavas de ouro, enquanto uma faca 6 oitavas⁹, isso daria um total de 22 oitavas, valor significativamente superior às 12 oitavas aceitas por Salvador.

⁷ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte Itatiaia, 1999, p.126 - 129.

⁸ TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Sertanistas*, p.26.

⁹ Cf. ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1997, p.171.

Houve, contudo contestação do negócio por parte de Bartolomeu Bueno - chefe da comitiva ajudada por Miguel Garcia, cujo associado mais rico era Carlos Pedroso – e percebendo a agitação dos ânimos em razão da troca, o Coronel Salvador visando apaziguar a discórdia, num desenlace honroso¹⁰, devolveu o ouro para que este fosse levado a Carlos Pedroso; prosseguindo então rumo diverso ao de Bueno.

Partindo de Itaverava, o Coronel dirigiu-se ao norte acompanhado de Garcia, já desligado de Bueno e chegando ao Ribeirão de Garcia, Salvador auxiliou-o na exploração e estabelecimento do local denominado Arraial do Fundão: primeiro domicílio ereto de Minas Gerais. Feito isso:

Levantou acampamento e prosseguiu para Serra do Gualaxo, entrou pelo vale do ribeiro (...) e começou subir a Serra de Bento Leite (...). Dali se abriu o quase infinito horizonte de Mato Dentro (...), âmbito mais vasto de serras longínquas (...). O Coronel arrancou-se do êxtase e deu sinal de marcha. Os companheiros, erguendo os machados, fizeram retumbar o côncavo das florestas aos golpes de posse; e desceram para as fraldas da serra, de onde começaram a ouvir o estrépito noturno das águas. Perlongando em seguida animadamente nessa mesma tarde acompanharam nas margens do Ribeirão do Carmo. Foi um domingo de 16 de julho de 1696, festa da Virgem. Descoberto o Ribeirão (...), declarado riquíssimo, o Coronel Salvador dele se apossou para sua comitiva: e pronto erigiu as primeiras cabanas do Arraial (...)¹¹.

Este arraial, denominado Mata-Cavalos, localiza-se num lugar conhecido por praia, núcleo primitivo ou Arraial de Cima. Foi neste lugar bastante cômodo para se passar a “invernada” que Salvador construiu a primeira capela com licença ampla para administrar os sacramentos a todos que procurassem¹². Dedicada a Nossa Senhora do Carmo foi consagrada pelo capelão da bandeira, o Padre Francisco Gonçalves Lopes e ao passo que a população foi se estendendo a capelinha acabou sendo elevada a Paróquia em 1701, segundo pedido proferido pelo Coronel Salvador desde 1696. Destaca-se neste sentido, que a formação de capela era um importante indicativo de ocupação permanente, o que denota a movimentação no que respeita ao iminente apossamento da área por seu conquistador.

Não ao acaso tanto o ribeirão, como a capela tiveram no nome uma homenagem a Nossa Senhora do Carmo, santa de devoção do Coronel taubateano Salvador Furtado de Mendonça, personagem central na descoberta e povoamento da região da futura Mariana; e cuja trajetória - assim como de outros - é indissociável do processo de origem e formação da primeira elite social

¹⁰ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998, p.125-132.

¹¹ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*, p.132.

¹² TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Sertanistas*, p.42.

marianense compósita pelos poderosos locais e assim traduzidos pelo empenho no serviço à Coroa e dos quais nos ateremos com detalhes mais adiante.

Após a descoberta do ouro e assentamento do arraial, Salvador retornou à Vila de Taubaté na Comarca de São Paulo com os gentios que já havia domesticado, levando ainda as novidades do ouro na região e diante de suas importantes descobertas e ações foi provido com o ofício de Escrivão Geral das Repartições e Ribeiros descobertos¹³. Mas como era vigente na época uma disposição que proibia ao Provedor, Tesoureiro, Escrivão e demais oficiais terem parte ou companhia nas minas, seja por seu trabalho ou de outrem; apenas em maio de 1703 o coronel (e outros) “assumiram francamente a possessão de suas respectivas lavras”¹⁴.

O retorno de Salvador ao Arraial do Carmo se deu em meio à primeira crise de alimentos ocorrida entre os anos de 1697 e 98, tempos em que a fome assolou a muitos, causando a fuga dos bandeirantes e seus séquitos para outras paragens. Havia neste momento, duas alternativas: a dispersão por entre os matos do sertão mineiro ou ainda o regresso a São Paulo. Foi esta última, a preferida dos “principais” e assim aconteceu com Salvador que retornou para São Paulo a fim de encontrar esposa e filhos em Pindamonhangaba e dar as notícias da calamidade, na certeza de que poderia retornar somente no momento em que se pudesse realizar alguma colheita.

Achando então, conveniente plantar roça para o abastecimento daqueles que voltariam ao ribeirão no ano seguinte, Salvador deixou nas Minas seu filho Antônio Fernandes Cardoso com os escravos, encarregado de procurar um sítio fértil e adequado ao plantio, enquanto seu pai retornava por pouco tempo à sua terra natal¹⁵.

Antônio continuou o caminho iniciado pelo pai, rumando ainda no sentido norte e descendo junto à margem do Ribeirão do Carmo chegou a um lugar denominado Morro Grande¹⁶, formando aí a fazenda conhecida como Engenho Pequeno a qual lhes foi bastante frutífera e cujas colheitas de 1698 proveram em abundância a região.

¹³ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*, p.27.

¹⁴ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*, p.181.

¹⁵ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*, p.141. É importante destacar que muitos relatos dizem ter sido Bento Fernandes Furtado a acompanhar o pai pela região da Minas, mas de acordo com Vasconcelos, este teria nascido em 1698 ou 90, sendo então uma criança nesta ocasião.

¹⁶ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995, p.41. Segundo o autor, esta localidade teve como denominação primitiva São João do Morro Grande, tendo sido riquíssima na extração aurífera. A nomenclatura Morro Grande deixou de existir em 1943 quando o município foi desmembrado de Santa Bárbara, sendo hoje conhecido como Barão de Cocais.

Passados os tempos de crise, Salvador retornou às catas auríferas em 1699 e então investido no cargo de Guarda-mor¹⁷, continuou a seguir pelo caminho ao Norte de Itaverava na direção do fio de água barrenta próximo à “Pedra com Filho”¹⁸ a fim de verificar os novos descobrimentos, dar posse deles e legalizá-los. Pelo caminho deparou com amigos e conterrâneos, era a tropa de Padre Faria e por isso batizou o lugar de Bom Sucesso, cujo nome fora uma homenagem à Nossa Senhora Padroeira de Pindamonhangaba”¹⁹.

A forte presença de Garcia e Salvador nos primeiros descobertos de ouro e desbravamento de importantes regiões na zona do Carmo conferiu-lhes significativas mercês régias. Se por um lado essas mercês condizem ao acesso a determinados privilégios como a obtenção que Garcia teve de quatro sesmarias e a patente de 5 mil cruzados anuais, significou também a consolidação do seu poder e o reconhecimento de sua autoridade local sobretudo pelo Rei que o investiu de “poderes absolutos”²⁰.

Com Salvador não foi diferente, ao ser investido em 1711 da patente de Coronel das Ordenanças da Vila de Taubaté, o Governador Antônio de Albuquerque apresentou detalhadamente os feitos do Coronel, bem justificando a patente dada em remuneração pelos serviços realizados em nome de El Rey. Sendo assim, o governador ressaltou que Salvador fora uma das “pessoas das principais famílias de São Paulo (...) exercitou sempre nestas Minas com todo bom procedimento e zelo do serviço de sua Majestade (...), [sendo] merecedor de toda estimação (...)”²¹

Não obstante o Coronel, em 1701 já havia requerido e conseguido as melhores porções de sua descoberta na região do Carmo, compartilhando desta sua fortuna com parentes e constituindo-se aos poucos, como um importante potentado local.

Esta era uma estratégia recorrente, pois ao repartirem os *seus* pelas terras da região, aumentavam seu poder de ação ao mesmo tempo em que exteriorizavam seu prestígio alcançado em boa medida através do serviço à Sua Majestade. Ao optarem por agregar *aparentados* em

¹⁷ROMEIRO, Adriana. Soberania e poderes locais: os paulistas nos sertões dos Cataguases, às vésperas dos levante emboaba. In: *I Simpósio – Impérios e lugares do Brasil: território, conflito e identidade*. Mariana, 29 a 31 de maio de 2007 – ICHS – UFOP, p.2. Conforme a autora o cargo de Guarda-mor ocupava o topo da hierarquia administrativa nas Minas nesse momento.

¹⁸ Atualmente denominado Pico do Itacolomy, recebeu tal denominação na época por ser formado de dois picos, um maior e outro menor, aludindo à idéia de pedra mãe e à pedra-filho cuja denominação em Tupi-guarani é: Ita Curumim.

¹⁹ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*, p.145-146.

²⁰ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*, p.184.

²¹ *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Vol. II, fascículo 4. Out. a Dez. de 1987, p.784-786.

suas propriedades, conforme fez Salvador; buscavam fortalecer seu grupo, algo inerente às ações daqueles que tinham suas ações norteadas por uma concepção de família *extensa*.

A família era compreendida como a célula básica do exercício do poder nas sociedades de Antigo Regime, destaca-se que esta juntamente com a Igreja compartilhava o exercício do poder com o Rei. Nesse sentido, ao utilizarmos uma concepção de família *extensa*, devemos compreendê-la num sentido bastante ampliado. Isso significa dizer que esta abarcaria, sobretudo, agnados e cognados, criados, escravos e bens, ou seja, todos aqueles membros consangüíneos ou não que viviam envolvidos pela fidelidade, direitos e deveres, unidos principalmente por laços de vinculações pessoais sob a hegemonia do *pater*²².

É bom lembrar ainda que os homens, neste momento, se agrupavam não apenas em função da consangüinidade, mas também através de referenciais como amizade, vizinhança, senhorio, clientela, a partir dos quais constituíam laços que supunham o exercício de autoridade e do agir solidário²³; e assim a idéia de parentesco acabava por esquadrihar também as relações desenvolvidas por afinidade.

Ao carregar ainda em si o significado de “casa”, o termo “família” abarcava indivíduos que comumente partilhavam de um mesmo conjunto de bens simbólicos e materiais, tendo cada um o seu lugar conhecido e bem definido, o que fazia o indivíduo ser reconhecido ainda pela casa da qual faz parte e pelo papel social que esta lhe definiu, o que tinha um valor fundamental para quase todas as elites sociais neste momento.

Deste modo, ao repartir sua família pelas terras adquiridas nas Minas, o Coronel Salvador compartilhava-as com sua parentela consangüínea ou não, amigos, clientes e subordinados, reforçando seu poder pela região e fortalecendo sua “casa”. Isto é, fazia-se reconhecer enquanto autoridade, exteriorizando e reafirmando o capital simbólico e material que sua família carregava, sobretudo enquanto primeiros povoadores da região, advindos das melhores famílias de São Paulo, ou seja, uma importante célula da elite local em formação.

Dito isto, os empreendimentos realizados por Salvador Fernandes Furtado iam muito além de sua atuação enquanto fiel vassallo de Sua Majestade, implicava ainda na “viabilização de possibilidades de reproduzir sua casa, ao lhe ser garantido o acrescentamento de bens

²² HESPANHA, António Manuel. História de Portugal: O Antigo Regime, p.250, 325.

²³ VARANDAS, José. Tecido social e redes de poder. In: BARATA, Filipi Themudo (Coord). *Elites e redes clientelares na Idade Média*. Edições Colibri & CIDEHUS-EU, Lisboa, 2001, p.60.

materiais (terras, minas, índios, etc) e mercês que lhes conferiam prestígio social e alguma nobreza”²⁴ por isso o empreendimento contava com os familiares e demais “agregados”.

Neste contexto, percebemos ainda que o estabelecimento de arranjos matrimoniais nos remete também ao fortalecimento do grupo (a saber, os conquistadores), via seus fechamento. Num momento em que a sociedade era altamente hierarquizada e tinha nos “pioneiros das conquistas”, verdadeiros “principais”, unir famílias de conquistadores acrescentaria predicados àqueles que muito obraram tendo em vista as dignidades que os levariam à desejada preeminência social.

Filho legítimo do Coronel Manuel Fernandes Yedra e D. Maria Cubas – naturais de São Paulo, o Coronel Salvador casou-se com Maria Cardoso de Siqueira - prima de Bartolomeu Bueno e Carlos Pedroso, como anteriormente abordado, importantes agentes no processo de descoberta e povoamento da região mineira. Isso realça a descendência de todos estes indivíduos “de um tronco comum, de Garcia Rodrigues e Catarina Dias, fundadores de São Vicente”²⁵. Como se vê a preeminência do poderio que potentados paulistas como Salvador tiveram na sobredita região tinha como importante pilar a atuação no processo de conquista, que lhe conferia “status” resguardado, fortalecido e implementado também através dos enlaces matrimoniais.

O primeiro momento da crise provocada pela falta de mantimentos, como se observa, foi bastante importante para o processo de expansão das fronteiras da região do Carmo, incitada pela dispersão dos moradores do arraial por diversas localidades tangenciais dando assim, origens às fazendas mais antigas das localidades denominadas Gualaxo do Norte e do Gualaxo do Sul.

Se por um lado muitos não viram outra alternativa senão o regresso a São Paulo ou o refúgio em distantes localidades, deixando para trás os ribeiros onde mineravam²⁶; houve também os que com bravura resistiram aos infortúnios da vida no sertão mineiro, direcionando-se às paragens virgens, vivendo do que a natureza poderia lhes oferecer neste momento. Assim foi com “o reinol Antônio Pereira Machado, um dos primeiros povoadores do Carmo, descobridor do Ribeiro do Gualaxo do Norte, que se refugiou na serra e no ribeiro que ainda

²⁴ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *A conquista do Centro-Sul: fundação da colônia de Sacramento e o “achamento” das Minas*, p.18. Texto inédito.

²⁵ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*, p.128.

²⁶ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*, p.144 - 148.

guarda seu nome”²⁷, localidade outrora denominada Bonfim do Mato Dentro, cujo ouro encontrado fora de expressivo quilate²⁸. Este local, hoje conhecido como Antônio Pereira, distrito de Mariana, no alvorecer dos setecentos estava em situação de fome pior que a do Carmo, obrigando ao português se retirar para as datas de Manuel Maciel da Cunha, localizadas pouco acima da foz do córrego do Seminário.

Não demorou muito e Manuel voltou para São Paulo, vendendo assim, suas datas minerais a Antônio Pereira Machado e este, “minerando nelas descobrira (...) muito ouro em cujos descobrimentos acomodaram muitos homens que todos lavraram com muita utilidade dos quintos reais”²⁹. Tirando proveito de suas terras pôde, portanto comprar muitas outras, aumentando suas propriedades na região e como consequência, passando a deter boa parte do circuito que viria a se tornar a cidade de Mariana.

O empreendedorismo de Antônio Pereira Machado ao pioneiramente iniciar a mineração em terra firme, acabou por incitar uma grande leva de pessoas a se deslocarem para a região onde ele minerava e “pela fertilidade das terras foram concorrendo a elas muitos moradores e edificaram casas nas terras lavradas de ouro”³⁰, neste momento “desenhou-se” o perímetro da localidade de Antônio Pereira. A concorrência de pessoas para o local possibilitou fazer a construção de uma capela em honra a Nossa Senhora da Conceição no ano de 1703. No entorno desta cresceram vários aglomerados, entre eles um que está situado à margem direita do Gualaxo do Norte, o Arraial de Camargos, descoberto por Bento Rodrigues, recebendo por isto seu nome e que teve no Alcaide-mor José Camargo Pimentel e seus sobrinhos os primeiros povoadores. Além deste, formou-se ainda o Arraial de Baixo, cuja denominação decorre de próximo dali, anos antes ter sido fundado o Arraial de Cima³¹ desbravado ainda em 1696 pelos paulistas Miguel Garcia e Coronel Salvador Fernandes Furtado; como já assinalado.

A invasão das terras de Antônio Pereira Machado lhe conferiu um destacado prejuízo que não tardou ser muito bem recompensado pelo Governador Antônio de Albuquerque Coelho “[que] lhe deu meya légua de terra de sesmaria em quadra nas ditas terras”³², das quais voltaremos a tratar adiante.

²⁷ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989, p.232.

²⁸ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*, p.148.

²⁹ Ver: Arquivo Histórico Ultramarino – Minas Gerais. (AHU/MG). Cx.: 162; doc.: 25.

³⁰ Ver: Arquivo Histórico Ultramarino – Minas Gerais. (AHU/MG). Cx.: 162; doc.: 25.

³¹ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes*, p.232.

³² AHU/MG. Cx.: 162; doc.: 25.

Pouco tempo depois da primeira crise ocasionada pela falta de mantimentos nas Minas dos Cataguases, entre os anos de 1701 e 1702, novamente a fome incidiu sobre os recém-descobertos resultando no abandono do Arraial do Carmo e conseqüentemente em outro significativo processo de expansão de suas fronteiras.

Ainda que a expansão das fronteiras dos Cataguases tivesse se dado também a partir dos reveses causados pela escassez de mantimentos que em boa medida atordoou o caminho e os planos de muitos, obrigando-os a se refugiarem; foi – principalmente - a inspiração aguçada pela presença de ouro na região e as oportunidades daí subseqüentes, as maiores responsáveis pela mobilização de homens que se embrenharam corajosamente nas inóspitas entranhas da Minas fronteira.

Pouco acima do Morro Grande estava a Praia de Santa Tereza, região deveras próspera, que possibilitou emergir no entorno diversos povoamentos, como o que pertenceu a Maximiano de Oliveira Leite, sobrinho do Guarda-Mor Garcia Rodrigues. Maximiano foi mais um dos que se instalou na região com parentes e amigos em terras minerais que Garcia, quase que exclusivamente repartiu aos seus, o que colaborou de maneira fulcral para a ampliação de seu poderio, tornando-o um importante potentado na localidade.

Sem dúvidas muitas foram as carreiras de sucesso em virtude da exploração aurífera nas minas e muitos foram os potentados formados nesta região, mas nos detivemos em ressaltar alguns dos que tiveram destaque no que referenda a atividade no desbravamento e conquista do Carmo e a conseqüente mercê remuneratória obtida em reconhecimento a seus serviços.

De qualquer forma, não pretendemos esquadrihar todos aqueles que se empenharam na conquista da Zona do Carmo, mas demarcar como os indivíduos envolvidos nesta empreitada foram imprescindíveis aos planos da Coroa portuguesa e como, a partir daí, foram se constituindo em destacados personagens da elite que se forjava neste contexto de formação da futura Vila do Carmo.

O processo de conquista coadunava com a expectativa de ganho por parte dos seus executores, que atendiam ao pedido do Rei, mas na expectativa deste, num ato de justiça, reconhecer as ações de seus vassallos; e conforme era patente numa sociedade regida por princípios e valores do Antigo Regime, a solicitação de mercês era bastante conveniente, tratando-se de um traço cultural bastante expressivo.

Dos exemplos que se seguiram, a produção da hierarquia social nas minas, como destaca João Fragoso teve como marco a conquista da região, tendo concorrido “por esta época, potentados (...) com suas parentelas, escravos e índios flecheiros (...) às custas de suas fazendas (...)”³³ para tais regiões inóspitas não apenas em nome de El Rei, mas também na busca por oportunidades.

Não por acaso, José Rebello Perdigão³⁴, mostrou-se bastante solícito ao Rei, acompanhando o então governador Arthur de Sá e Meneses “em várias jornadas a Capitania de Santos e São Paulo e as minas de ouro no princípio do descobrimento dellas com muito trabalho (...) grande préstimo e talento (...)”³⁵. Não tardou para Perdigão solicitar ao Rei o Hábito de Cristo e Alcaidaria-mor de Vila Rica, não economizando palavras para listar suas atividades enquanto fiel vassallo que serviu:

Na capitania do Rio de Janeiro e seus districtos por 25 annos (...) em praça de soldado em cargo de secretário (...) e actualmente Mestre de Campo de Auxiliares na Vila do Carmo, sendo pella sua capacidade no anno de 1697 encarregado do cargo de secretario oque com tanto zello e distincção (...) sem levar sallario pelo trabalho que teve na expedição dos negócios.(...)Acompanhou com trabalho e perigo o (...) governo na jornada que fez a capitania do sul sem despesa da real fazenda(...) gastando nas jornadas (...) e ordenado tudo muito a sua satisfação do governador (...) com amigos e escravos seos armados (...) Atuando sempre com seos amigos e partindo para defender com seu próprio sangue o real serviço (...)”³⁶.

E pelas mãos de homens que estavam sempre prontos “com suas armas e escravos na execução das ordens da Vossa Magestade”³⁷ as minas fronteiriças foram aos poucos se delimitando a partir das primeiras picadas e das conquistas realizadas por indivíduos cujas perspectivas reduzidas nas terras de origem fizeram com que percebessem o “mundo de possibilidades e soluções novas”³⁸ que era aquela região.

E como destacamos, a corrida pelo ouro fez a região mineradora se povoar rapidamente, congregando elementos sociais variados³⁹ e fazendo concorrer neste espaço um

³³ FRAGOSO, João. À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750). *Tese apresentada no Concurso Público para Professor Titular de Teoria da História da UFRJ*. Rio de Janeiro: 2005, p.44. Grifo do autor.

³⁴ Primeiro Juiz Ordinário da Câmara Municipal de Mariana. RAPM, CD 01, pasta 02.

³⁵ AHU/MG. Cx: 02; doc: 23.

³⁶ AHU/MG. Cx: 22; doc: 64.

³⁷ AHU/MG. Cx: 22; doc: 64.

³⁸ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p.154 e 160.

³⁹ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*, p. 154.

considerável contingente humano composto de homens advindos de diversos lugares. Em resumo, era tempo “de aventura, conflitos e rebeliões”⁴⁰ e conforme assinalado:

Além dos paulistas, as novas minas atraíram enorme quantidade de pessoas, vindas de outras capitânias (...). Mas vinham notadamente novos mineradores em potencial, de outras regiões e do próprio Portugal, para concorrer com os paulistas pela posse das minas e participação na administração local. O conflito (...) se anunciava (...) ⁴¹.

E na proporção que o número de forasteiros aumentava, estes e os paulistas se hostilizavam cada vez mais, intensificando a disputa pela posse da região aurífera, decorrendo desde 1707, uma série de pequenos incidentes, os quais foram o pretexto necessário para a eclosão do grande enfrentamento armado entre os dois grupos.

Em outubro de 1708 o levante denominado Guerra dos Emboabas teve início⁴² e se arrastou até 1709 quando o então Governador do Rio de Janeiro, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho em nome do Rei deu conta do conflito⁴³ do qual os emboabas saíram como vencedores.

A vitória do Rei sobre os revoltosos, encabeçada pelo governador Albuquerque teve sine qua non apoio de alguns poderosos da região do Carmo e do Ouro Preto, homens que logo corresponderam ao pedido de ajuda feito pelo governador em nome de Sua Majestade. Se por um lado a Coroa mais que qualquer outra coisa buscava aliados locais para contenção do conflito, os “principais” da terra se prontificaram tendo em vista os ganhos que poderiam auferir diante de um feito tão grandioso; e assim ambos (príncipe e vassalo) se articularam em prol dos seus anseios.

Com prontidão, Pedro Frazão de Brito, Torquato Teixeira de Carvalho, Francisco Pinto de Almendra, José Rebelo Perdigão, além de Rafael da Silva e Sousa⁴⁴ e outros mais, retiraram-se do Carmo e se apresentaram com cerca de 200 homens armados e sustentados à sua própria custa⁴⁵ para ajudarem na batalha contra os revoltosos. E sendo homens empreendedores no serviço real, atestavam a todo momento seu poderio, o que redeu-lhes o reconhecimento local enquanto autoridades, transformando-se em “homens bons” da região

⁴⁰ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho*, p.285-286.

⁴¹ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho*, p.285-286.

⁴² TAUNAY, Afonso de E. *Relatos sertanistas*, p.83.

⁴³ ROMEIRO, Adriana e BOTELHO, Ângela Viana. *Dicionário Histórico de Minas Gerais*, p.152-155.

⁴⁴ Todos os citados foram Oficiais na futura Câmara do Carmo (Juiz mais velho, Procurador, Vereador e Juiz mais moço, respectivamente). APM, CMM – 04, 05, 06.

⁴⁵ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*, p.296.

do Carmo; obtendo as “qualidades” necessárias que posteriormente os possibilitaram ocupar importantes ofícios na câmara marianense.

Todos estes levantes que colocaram em risco a autoridade real, feriram em demasia os interesses régios, principalmente pelo prejuízo na arrecadação do quinto, dízimos e direitos de entradas provenientes da exploração aurífera, fazendo a Coroa dar decisivos passos na organização do novo território⁴⁶, visando investir num maior controle e ordenamento da localidade.

A Coroa criou então a Capitania de São Paulo e Minas Gerais, designando para governá-la o dito Antônio de Albuquerque. Sua estratégia foi perfeita; se por um lado asseverou a autoridade do Rei, assegurando a presença da Coroa nas Minas; por outro possibilitou a investidura das autoridades locais legítimas através dos senados⁴⁷. Isso possibilitou o exercício legítimo da autoridade de homens cujo poder local se acrescia e consolidava através de suas ações em prol de *El Rey* e por meio do exercício da governabilidade pública.

Destarte, os primeiros anos de descoberta da região das Minas dos Cataguases foram bastante tumultuados e cheio de conflitos de uma só natureza: o poderio na região. Foram, contudo, marcados pelas expressivas oportunidades que muitos nela encontraram. Era uma “faca de dois gumes”, a Coroa precisava do “sangue e da fazenda” de indivíduos para tirar proveito das riquezas locais e implantar ali seu poderio e os executores deste projeto real, desejavam se firmar enquanto autoridade frente à sociedade que se formava. E não sendo nenhuma novidade a invasão de centenas de indivíduos à região, fizeram do seu desbravamento uma corrida em busca de privilégios, poder e autoridade que a Coroa teve de reconhecer e bonificar.

O processo de desbravamento e conquista das fronteiras através da interiorização de determinados homens pelo sertão da minas, seus esforços em nome de El Rei, bem como a implantação das suas políticas via burocratização do Estado português na América, fez do *pacto político* entre rei e vassallos o pilar da instituição e da demarcação de poderes neste contexto.

Destacamos como tal questão incidiu de maneira marcante na conformação do poder e do “espaço de mando” no Império Ultramarino Português que se definiram ao longo do período de constituição da região do Carmo, sua defesa e conquista; influenciando claramente a formação da elite local composta pelos homens de maior destaque e influência no contexto apresentado.

⁴⁶ LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1978, p.39.

⁴⁷ *Revista Vária História*. Nº 21, Edição Especial. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1999, p.109-110.

O arranjo político-administrativo e a definição de poderes na Leal Vila do Ribeirão do Carmo

A fundação da Câmara de Vila do Carmo, bem como sua “distinção”⁴⁸ aos olhos do Rei entre algumas demais, potencializou o poder do insipiente grupo de poderosos locais que ia se formando desde a época dos primeiros descobrimentos; contribuindo para a definição dos espaços de autoridade no local.

Ao se estabelecer uma câmara numa dada região, a Coroa implantava ali um *locus* do exercício das políticas do príncipe, mas também reconhecia e legitimava o poder dos potentados locais e sua preeminência social ao institucionalizar “um espaço para atuação das elites locais e a condução dos interesses que representavam, com os camaristas (...)”⁴⁹.

Com efeito, como se percebe as relações entre metrópole e colônia na época Moderna não se esgotaram na exploração ou na espoliação econômica, mas se caracterizaram no nível da dominação política por uma dinâmica de autoridades negociadas em que os poderes locais ou coloniais tinham papel bastante significativo na construção da autoridade central dos Estados metropolitanos.

Logo, a autoridade real não se confirmava pela imposição, mas pela negociação entre todos os sujeitos históricos envolvidos no processo de colonização. Isso explica o fato da autoridade não ter crescido do centro para a periferia, mas ter-se constituído através de barganhas recíprocas entre ambos; o que não excluía a possibilidade de concentração de poder nos agentes do estado central; tampouco uma considerável ‘porção’ dessa autoridade nas mãos dos principais detentores de poder nas periferias⁵⁰, o que até poderia gerar conflitos.

Ao abrigar uma responsabilidade inerente de mediar e implantar as políticas reais nas diversas localidades, operacionalizadas por seus oficiais, as câmaras municipais foram

⁴⁸ Seu caráter *sui generis* se justifica no seu título de Leal Vila e nos benefícios adquiridos pelos oficiais da Câmara do Carmo em função deste título. Embora isso seja abordado mais especificamente adiante, cabe ressaltar que diferentemente do que destacou Silva, a Vila do Carmo também recebeu o título de Leal Vila e conseqüentemente sua Câmara teve o prestígio de ser reconhecida como Senado, o que incidiu num importante caráter de nobilitação dos camaristas. Isso (além dos exemplos que ao longo do trabalho citaremos) vai de contraponto ao que a autora e Russel Wood relatam a respeito da “pouca” qualidade dos oficiais da Câmara em questão, ao passo que tiveram acesso aos ditos cargos as pessoas nobres e distintas da região. Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: UNESP, 1994, p.141 e 147-148.

⁴⁹ ROMEIRO, Adriana e BOTELHO, Ângela Viana. *Dicionário Histórico de Minas Gerais*, p.14.

⁵⁰ Para mais sobre o assunto, ler: GREENE, Jack. *Negotiated authorithies: the problem of governance in the extended polities of the early modern Atlantic world*. In: *Negotiated authorithies. Essays in colonial political and constitutional history*. Charlottesville, University Press of Virginia, 1994.

instituições que mesclaram poder real e local, pertinentes a uma sociedade cuja dinâmica interna construía aos poucos sua autonomia apoiada, sobretudo no exercício “polissinodal” da governabilidade o qual conferia autonomia aos diversos “membros da administração”. Deste modo, as câmaras municipais para além de um *locus* de representação do poder real, tornaram-se importantes espaços de emergência e consolidação do poder periférico municipal, ratificado principalmente pela ação do seu oficialato.

Atinentes a este fenômeno e se tratando de um estudo preocupado em apreender - além dos critérios definidores do padrão de acesso aos assentos na câmara, a origem e a formação da primeira elite social marianense - os mecanismos que engendraram as relações entre Rei e municipalidade, tomamos como principal interlocutor Fredrik Barth.

Conforma fora assinalado anteriormente, segundo este antropólogo norueguês para entender o comportamento dos indivíduos é necessário descrever o processo que o gerou e desta forma ter acesso aos valores que nortearam as suas ações, estratégias e recursos. Isto significa dizer que a câmara, enquanto eixo mediador das relações entre centro e periferia era espaço de interação e negociação entre os dois eixos norteadores desta relação: Rei e oficiais da municipalidade; e ambos agiam em busca do que F. Barth denomina “maximização de ganhos”⁵¹. Isto é, os grupos e indivíduos ao interagirem buscam ganhar algo e esta noção de ganhar será sempre condizente com o contexto, com a posição social dos agentes, seus recursos, interesses e necessidades que são diferenciadas e particulares.

Neste sentido, com o objetivo de apreender quem foram estes indivíduos que tiveram acesso ao mando e à autoridade em Vila do Carmo no início dos setecentos, por terem qualidades que os tornavam parte de uma elite embrionária em processo de formação e que os tornavam os homens bons da localidade; tomamos o sistema de mercês como uma importante variável contribuinte à condução destes indivíduos à proeminência social, juntamente, claro com a prestação de serviços à Sua Majestade.

Entre outros importantes elementos que poderiam tornar o indivíduo apto ao cargo na câmara, os benefícios reais (mercês) - grosso modo, uma recompensa por serviços prestados à Coroa - potencializaram também a configuração destes camaristas do Carmo, enquanto homens detentores de distinção e prestígio; importantes predicados na sua empreitada na

⁵¹ Para mais sobre o assunto ver: BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981, especialmente os capítulos 1 e 2. Ver também: ROSENTAL, Paul-André. Fredrik Barth e a Microhistória. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

busca de poder e autoridade, condições deveras importantes na delimitação daqueles que eram reconhecidos enquanto homens bons ou nobreza da terra.

Assim, pareados às conquistas e à defesa da terra - destacados serviços ao Rei, “(...) as mercês régias recebidas em retribuição dos serviços prestados podem ser evocados como critérios de formação e de definição das elites coloniais”⁵², interferindo na qualificação do indivíduo e por isso, habilitando-o ou não à ocupação de cargos administrativos, como nas câmaras.

A escolha dos indivíduos aptos aos assentos das câmaras era indissociável da notoriedade do status do indivíduo, não era definida pelo Rei, embora este legislasse de modo a intervir que a ocupação dos ofícios camarários fosse desempenhada por pessoas deveras qualificadas⁵³. E mesmo todo o Império Português tendo um modelo mental assente numa cultura de Antigo Regime e o reconhecimento de um “ethos nobiliárquico” fosse definidor neste contexto, a composição do rol dos elegíveis se configurava consoante às práticas costumeiras de cada comunidade e os critérios de honra aí significativos e pertinentes. Destarte, no caso de Vila do Carmo, a associação com os primeiros povoadores e desbravadores da região, bem como o serviço real na ocasião da Guerra dos Emboabas parecem ter sido quesitos deveras significativos.

A definição do quadro de oficiais se dava através de um processo eleitoral em que se reconheciam e listavam os mais adequados a serem possivelmente eleitos, ou seja, os mais abastados do ponto de vista da preeminência social. Isso tornava tanto as mercês adquiridas, quanto os serviços reais, poderosos meios conferidores desse status - seja em virtude da aquisição de determinado título, da realização de alguma ação em nome de Sua Majestade ou mesmo do exercício de um ofício anterior na esfera administrativa - distinguindo sobremaneira um indivíduo dentre os demais.

Rafael da Silva e Souza, importante colaborador na luta da Coroa portuguesa visando o fim da Guerra dos Emboabas, esteve presente como eleitor durante o primeiro processo eleitoral na câmara de Vila do Carmo, não obstante ocupou o assento desta instituição durante cinco legislaturas e em todas como Juiz Ordinário⁵⁴, o que realça seu prestígio conseguido

⁵² BICALHO, Maria Fernanda. Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia. In: MONTEIRO, Nuno G. CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da (Orgs.). *Optima Pars* – elites ibero-americanas do Antigo Regime. Lisboa, ISC – Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p.74.

⁵³ Cf. Ordenações Filipinas, L. 1º, Títulos XLVII e LXVII. Vale ainda ressaltar, como o faz Silva, que embora as Ordenações determinassem que fossem eleitos os naturais e bons da terra, o significado claro de *homem bom* não era expresso. Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*, p.139.

⁵⁴ APM, Sessão colonial, CMM 02, 05, 08.

graças às mercês adquiridas em virtude de bem “abraçar às ordens de Sua Majestade”⁵⁵. Em 1721 ao solicitar ao Rei de Portugal, D. João V, que lhe fizesse mercê de prorrogar a sua ocupação no posto de Sargento Mor do Terço Auxiliar de Vila do Carmo, que já vinha ocorrendo desde 1712, teve por D. Pedro de Almeida Portugal, exaltadas suas qualidades, entre elas de ser “uma das pessoas que mais se distinguem neste país e com zelo aplicar o seu serviço (...) assistindo com sua pessoa, escravos armados fazendo grande despesa a sua custa (...)”⁵⁶. Diante das suas prerrogativas enquanto fiel vassallo que muito obrou em nome do Rei, teve em 1725, confirmada a prorrogação no dito posto⁵⁷.

Tal episódio nos oferece importantes respostas no que concerne à definição do *homem bom* e do esclarecimento acerca das qualidades deste destacado grupo da incipiente Vila do Carmo, no momento de formação da Vila e da Câmara em 1711, levando-se em conta questões como o serviço ao rei e as mercês.

Ao erguer-se a primeira vila nas Minas em abril de 1711, o antigo arraial de Mata Cavalos foi elevado à categoria de Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e Albuquerque. O então governador, Antônio de Albuquerque convocou para tanto uma junta de moradores a fim de iniciarem a determinação do termo da nova vila; ou seja, a área do novo município e a delimitação do rossião⁵⁸ para “a construção de um lugar para o funcionamento da câmara e cadeia, a ereção do pelourinho e a adequada conservação da igreja Matriz”⁵⁹, territórios que cabiam à câmara administrar. Havia, portanto a necessidade de aqueles moradores ali convocados na junta, como:

(...) Leais vassallos concorrerem conforme suas posses para tudo que fosse necessário para se levantar a Vila neste districto e Arrayal (...) e assim ajudarião para se fazer Igreja, Caza de Câmara não só para os presentes, mas também todos os mais da jurisdição neste districto (...) esperão delle Senhor Governador que em tudo os ajudasse e protegesse e advertisse para que com todo o acento se igualassem os seus procedimentos às obrigações de Vassallos⁶⁰.

Para a construção da Câmara de Vila do Carmo foi doado um terreno pelo português Antônio Pereira Machado, um dos mais bem sucedidos desbravadores da região

⁵⁵ Ver: AHU/MG. Cx.: 02; doc.: 119.

⁵⁶ Ver: AHU/MG. Cx.: 02; doc.: 119.

⁵⁷ Ver AHU/MG. Cx.: 06; doc.: 16.

⁵⁸ FONSECA, Cláudia Damasceno. “O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações” In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p.34.

⁵⁹ KANTOR, Íris. A Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo. In: *Termo de Mariana*. Ouro Preto: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p.147.

⁶⁰ RAPM, Cd 01, Pasta 01, Imagem 44.c Termo da Junta de Fundação da Vila de Senhora do Carmo.

do Carmo e da leva dos primeiros que povoaram a localidade⁶¹. O terreno que então serviria à construção da Câmara fora concedido a Antônio Pereira em sesmaria, em virtude da considerável perda que sofreu quando suas terras foram invadidas por forasteiros que lá fizeram moradia e lavraram no período vindouro após a segunda crise de fome no ribeirão.

E assim, “erigindo-se depois a Villa (...) [Antônio Pereira] largara graciosamente as terras ao senado da câmara”⁶² recebendo em mercê pelo mérito dos relevantes serviços prestados à Sua Majestade e ao bem comum, a propriedade do ofício de escrivão da Câmara de Vila do Carmo⁶³. Neste contexto, torna-se pertinente ressaltar, como bem o fez Ana Paula Pereira da Costa, que embora a doação de terra realizada por Antônio Pereira Machado fosse de um significativo tamanho e valor; na perspectiva do povoador a perda da terra importava muito pouco perto daquilo que ele poderia alcançar em honra, poder, mercês e prestígio provenientes dessa sua ação⁶⁴; mais que tudo, este era um ganho simbólico.

As investidas deste reinol, natural da freguesia de São Salvador do Real Conselho de Santa Cruz no bispado do Porto⁶⁵, nas Minas dos Cataguases ainda quando era fronteira, bem como a doação do terreno para o sítio da Câmara do Carmo já em tempos mais adiantados; possibilitaram-lhe a obtenção de uma importante e privilegiada posição na hierarquia social. Se por um lado o “Real serviço” lhe conferiu honra e status ao ser recompensado pelo Rei com a propriedade do dito ofício; suas ações possibilitaram ainda o incremento de sua proeminência sócio-econômica, seja pelo trato em suas datas auríferas ou também pelo exercício no cargo de juiz ordinário em 1712⁶⁶.

Ademais, tudo isso foi fundamental para a participação de sua família no seleto grupo constituído pelas proeminentes famílias detentoras de parte do poder de mando local, o que lhes conferiu demasiada autoridade e distinção à sua casa. Ora, a ocupação dos principais ofícios camarários era uma das formas de ascensão ao status de nobreza, ou pelo menos de afirmação da condição nobre, assim o ofício na câmara distinguia e nobilitava; e

⁶¹ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes*, p.232.

⁶² Ver: AHU/MG. Cx.: 162; doc.: 25.

⁶³ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirante*, p.232.

⁶⁴ Para mais detalhes ver: COSTA, Ana Paula Pereira da. *Atuação dos Poderes Locais no Império Lusitano*, p.70-71.

⁶⁵ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes*, p.232.

⁶⁶ Ver AHU/MG. Cx.: 162; doc.:25. Acórdãos da Câmara Municipal de Mariana. APM. Seção Colonial – Cód. 02, 05 e 06.

se por um lado para este exercício o indivíduo necessitava de qualidades por outro lado, sua presença no cargo reforçava-as ⁶⁷.

Em 1731, Antônio Pereira Machado lega ao seu filho Pedro Duarte Pereira o ofício de escrivão da Câmara de Vila do Carmo e pelo fato deste não ter tido filho varão, em 1750 passa o ofício ao seu genro João da Costa Azevedo que, finalmente em 1802 pede a mercê de ocupação do cargo por estar desde 1782 atuando com honra e zelo no exercício do dito ofício ⁶⁸.

Passados três meses à fundação da Vila do Carmo, como ditavam as Ordenações “foi convocado o povo e principal nobreza do dito distrito a (...) fazer eleição para governança e oficiais da Câmara da dita Vila” ⁶⁹ e em 4 de Julho de 1711 foi realizado o “processo eleitoral com lista tríplice válida por três anos, cerimônia de posse e juramento público” ⁷⁰ no qual:

Ficarão eleytos para servirem na câmara o presente anno; para juiz mais velho Pedro Frazão de Brito e mais moço Joseph Rebelo Perdígão, vereador mais velho Manoel Ferreyra de Sá, segundo Francisco Pinto Almendra, terceiro Jacinto Barboza Lopez e procurador Torcato Teyxeira de Carvalho ⁷¹.

Da reunião dos principais listados no rol dos elegíveis ⁷² resultou este primeiro grupo de camaristas (acima apresentados) em Vila do Carmo, cuja distinção embora numa localidade ainda em processo de formação, era de fato existente. Tais indivíduos deveras proeminentes em face ao exercício do “bem comum da república (...) alçados à posição de mandatários da sociedade, compartilhando com a coroa o poder da república” ⁷³ não se forjaram apenas no exercício da conquista e do povoamento, mas ainda sobre um alicerce chamado status, também fundamental neste novo cenário que se construía no momento de ordenação político-administrativa da região.

⁶⁷ SOUZA, Avanete Pereira. Poder local e autonomia camarária no Antigo Regime: o senado da câmara da Bahia (século XVIII). In: BICALHO, Maria Fernanda Baptista e FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. In: *Modos de Governar: idéias e práticas no Império Português, séculos XVI e XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, p.319.

⁶⁸ AHU/MG. Cx.: 162; doc.: 25.

⁶⁹ RAPM, Cd 01, Pasta 01, Imagem 45. Termo da Junta de Fundação da Vila de Senhora do Carmo.

⁷⁰ KANTOR, Íris. *A Leal Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo*, p.147.

⁷¹ RAPM, Cd 01, Pasta 01. Imagem 45. Termo da Junta de Eleição da Primeira Câmara da Vila de Nossa Senhora do Carmo.

⁷² Segundo MONTEIRO, Nuno Gonçalo, a *Lista dos elegíveis* seria composta pelos recrutados entre os principais da terra, havendo sendo estes os mais nobres do ponto de vista do estatuto nobiliárquico. Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Elites e poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo. In: *Elites locais e mobilidade social*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p.51-53.

⁷³ FRAGOSO, João. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750)*, p.52.

O que contava na elaboração da lista dos elegíveis e na escolha dos eleitos, pelo menos no que se refere à ‘fortuna’ dos indivíduos arrolados, não era necessariamente, como destacamos, o rendimento ou a fortuna material dos indivíduos, mas a categoria social a que eles pertenciam com base na “qualidade” que carregavam. No geral, segundo Nuno Gonçalo Monteiro, os arrolamentos selecionavam de fato os principais do ponto de vista do estatuto nobiliárquico, o que não significa dizer em hipótese alguma, que eram necessariamente os mais ricos da localidade⁷⁴.

Entendemos, neste sentido, a escolha do Capitão Manuel Ferreira de Sá para o cargo de vereador no primeiro ano de operação da Câmara de Vila do Carmo. O inventário⁷⁵ do solteiro capitão, natural do reino, aponta para um indivíduo cujas prerrogativas se encerravam em apenas quase 370 mil réis que deixara à mulatinha Francisca de 9 anos, sua filha e herdeira. Tratava-se, no entanto, de um “Cavalheiro Fidalgo da casa de Sua Magestade”⁷⁶ o que significava muito nessa sociedade altamente hierarquizada, tendo em vista que era este o maior grau e fidalguia da Casa Real⁷⁷.

A condição especial da câmara de Vila do Carmo também contribuiu para um outro patamar de distinção no que se refere aos que tiveram assentos na câmara do Carmo. Em 14 de Abril de 1712 – ocasião na qual o Rei reconheceu o Ribeirão do Carmo como Vila – ele a favoreceu também com o título de Leal Vila, concedendo também aos camaristas os privilégios da Câmara da cidade do Porto⁷⁸ o que elevou a câmara marianense a um estatuto de Senado, o que atribuiu também a seus oficiais, relativo destaque na escala hierárquica de distinção social.

Tais privilégios permitiam aos camaristas usarem armas defensivas e ofensivas durante dia e noite, isentando-os inclusive da prestação de serviços em guerras, da obrigação de prover pousada, adega ou cavalos, salvo por própria vontade. Além de conceder a esses oficiais a honra do uso de espadas com bainha de veludo, trajes de seda e terços dourados e abona-los com outras imunidades que davam condição de fidalguia aos vereadores⁷⁹.

⁷⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e poder*. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 51-53

⁷⁵ Ver: Cód. 118, auto 1503/1722/CPOP/1º ofício. Inventário de Manoel Ferreira de Sá – Arquivo Histórico da Casa do Pilar, Ouro Preto - MG

⁷⁶ AHU/MG. Cx.: 33; doc.: 11.

⁷⁷ Cf. LEME, Pedro taques de Almeida Pais *Apud* SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*, p.69.

⁷⁸ VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*, p.291.

⁷⁹ Para mais detalhes ver: VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*, p.290-294, KANTOR, Íris. *A Leal vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo*, p.147-153, RAPM, Cd 01, Pasta 01, Imagem 44.c Termo da Junta de Fundação da Vila de Senhora do Carmo.

O título e os privilégios concedidos à Vila, à câmara e a seus oficiais respectivamente, foram resultados (mercê) do reconhecimento da Coroa à fidelidade que o Arraial do Carmo manteve ao Rei na ocasião da Guerra dos Emboabas⁸⁰.

Neste contexto, destaca-se o Capitão-mor Pedro Frazão de Brito - juiz mais velho e presidente da câmara de Vila do Carmo⁸¹, eleito em 1711 – cujo inventário aberto em 1722 trazia listadas, neste momento final de sua vida, um total de 15 armas, entre elas “pistolas, espingardas, clavinas e espadas”⁸², o que ratifica o uso de seus privilégios. Ademais, as armas eram também símbolo de distinção no período e ter na bainha uma “arma de fogo aparelhada de prata com 5 palmos de cano”⁸³ era sinônimo de muita distinção.

Ao que parece, esta não deve ter sido a única serventia de seu razoável armamento, tendo em vista que foi atestado que o Capitão-mor tinha “um sitio em que vivia... com suas casas de vivenda cobertas de telha, senzalas, bananal, capoeiras que levam 15 alqueires e terras minerais (...) outras capoeiras... sítio na Timbopeba que levam de planta de milho 18 alqueires (...)”⁸⁴. Possuindo também algumas cabras, porcos, gado vacum e cavalos e um destacado plantel de 57 escravos, o Coronel tinha ainda um considerável dispêndio de mão-de-obra na atividade mineradora, sendo por isto “um dos maiores potentados paulistas na região”⁸⁵ o que nos faz acreditar que deriva daí uma verdadeira e intrínseca necessidade de se ter armas para a sua defesa e a de seus interesses.

Pedro Frazão de Brito fora um dos primeiros povoadores da Zona do Carmo, iniciando suas idas à região das Minas em virtude do comércio de gados que realizava em sociedade com Luis Pedroso de Barros. Destaca-se entre os maiores feitos daquele paulista, a importante atuação na Guerra dos Emboabas, que investido no posto de Capitão-mor atuou ferrenhamente e resistiu às tropas que atacaram Guarapiranga, derrotando-as finamente no Arraial do Carmo. Para além deste, seu serviço de árbitro demarcador das três primeiras vilas assinala também sua distinção.

⁸⁰ Cf. Idem e FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes*, p.232.

⁸¹ Revista APM, Cd 01, Pasta 01, Imagem 45. Termo da Junta de Fundação da Vila de Senhora do Carmo.

⁸² Ver: Cód. 132, auto 2658/1722/CSM/2º ofício. Inventário de Pedro Frazão de Brito – Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana - MG

⁸³ Cód. 132, auto 2658/1722/CSM/2º ofício. Inventário de Pedro Frazão de Brito – Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana – MG.

⁸⁴ Cód. 132, auto 2658/1722/CSM/2º ofício. Inventário de Pedro Frazão de Brito – Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana - MG.

⁸⁵ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de Bandeirantes*, p.87-88.

Sua trajetória pareceu bastante promissora e ao iniciar em 1704 a mineração numa sesmária que obteve na capitania mineira, tornou-se nesta região um dos maiores potentados paulistas⁸⁶.

Embora o rol dos elegíveis prevalecesse valendo por apenas 03 anos, para então se realizar outra eleição com nova lista, foi possível observar para esta primeira câmara, a reincidência de alguns indivíduos - pós 1711 – seja no mesmo cargo ou em outros - confirmando o esforço da elite local em cristalizar-se no exercício camarista - tornando o grupo de oficiais endogâmico. Neste sentido, embora representantes de uma insipiente elite, verificamos que assim como ocorria em outras paragens, existiu uma tendência oligárquica deste grupo, o que não foge daquilo que “se poderia esperar numa sociedade que se defende, estabiliza e pretende perpetuar o equilíbrio político alcançado. Fecha-se para eficazmente bloquear qualquer modificação que perturbe a harmonia em que se vive”⁸⁷.

Manuel Ferreira de Sá, vereador em 1711 retornou ao ofício em 1718, ao passo que o vereador neste mesmo ano, Francisco Pinto Almendra ascendeu em 1716 a Juiz Ordinário, acumulando ainda a função de Presidente do Senado, conforme também ocorreu com Jacinto Barboza Lopes em 1718, salvo ocupação do cargo de Presidente. Torcato Teixeira de Carvalho esteve na procuradoria do Senado da Câmara em 1711 e 1715; provavelmente não retornou ao grupo do oficialato camarista de Vila do Carmo por ter logo depois se mudado para São Paulo, já riquíssimo⁸⁸, tendo sido então provido no cargo de Sargento-Mor da Fortaleza de Itapema em Santos, reconstruindo-a a sua custa no ano de 1725.

Dos seis indivíduos eleitos para a câmara em 1711, obtivemos raras informações para apenas dois: os vereadores Francisco Pinto Almendra e Jacinto Barbosa Lopes. Para os demais camaristas os quais achamos informações, ou seja, quatro, apenas um era paulista, Pedro Frazão de Brito; situação em conformidade com a conjuntura do momento, uma vez que vencidos na Guerra dos Emboabas, muitos paulistas deixaram a região mineira. Ainda, no que concerne à supremacia dos portugueses nos postos camarários de Vila do Carmo em 1711, o “pequeno número de paulistas” na região e no Senado parece ter contrariado os propósitos do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho que logo após os acirrados conflitos entre emboabas e paulistas visando a pacificação entre os grupos,

⁸⁶ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de sertanistas*, p.87-88 e VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*, p.212.

⁸⁷ MAGALHÃES, Joaquim Romero *Apud* BRAUDEL, Fernand. *Gente nobre, gente importante*, p.329.

⁸⁸ VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*, p.296.

determinou que se “elegessem igualmente paulistas e emboabas para o senado da câmara, a fim de aplacar as disputas entre estes grupos”⁸⁹.

Outra variável cuja importância merece destaque é a presença dos indivíduos analisados (vereança de 1711) em outros cargos da governança o que demonstra a experimentação destes na administração, antes e/ou depois do seu aparecimento na câmara de Vila do Carmo, ratificando seu prestígio. Ademais, embora pareça óbvio, vale ressaltar a significativa presença desses camaristas de 1711, seja nos primeiros povoamentos ou descobertas da região mineira, como auferido na primeira parte do texto.

Pode-se perceber, através dos exemplos expostos até aqui, que assim como em outros trabalhos concernentes à origem e formação das elites sociais na colônia, Vila do Carmo seguiu o mesmo padrão na definição e recrutamento dos seus homens bons, ou seja, a delimitação deste grupo a partir de critérios como: serviço ao rei, atuação nas conquistas e/ou defesa da terra, ocupação de cargos administrativos e mercês régias⁹⁰. Chamamos a atenção para o fato de que cabia, sobretudo, ao conquistador a organização sócio-administrativa da nova localidade, configurada através da ocupação de cargos no poder municipal e também em outras instâncias da governança⁹¹. Isto de fato tornava estes indivíduos preeminentes do ponto de vista sócio-político, relegava-os a um *statuto* bastante refinado, o que incidiu diretamente na dinâmica de formação e caracterização das elites locais; assunto que nos ateremos com mais detalhes em capítulo posterior, cujo objetivo central será determinar os critérios definidores da elite em construção na Vila do Carmo no alvorecer do XVIII.

Ainda no que concerne à delimitação do significado desses “homens bons”, conforme ressalta Nuno Gonçalo Monteiro, a elite camarária era provida de uma similitude institucional (do ponto de vista do exercício do ofício na câmara) bastante peculiar ao espaço local do Antigo Regime português e que encobria a diversidade social do recrutamento dos protagonistas⁹².

Tratando-se da primeira análise que realizamos, o mesmo ocorre em Vila do Carmo, sendo possível se verificar a existência de uma elite institucional homogênea compósita pelos indivíduos cujos nomes estavam nos arrolamentos das câmaras e por isso dotada de

⁸⁹ KANTOR, Íris. *A Leal Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo*, p.147.

⁹⁰ BICALHO, Maria Fernanda. *Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas*. História e historiografia, p. 74

⁹¹ FRAGOSO, João. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra*, p. 59.

⁹² Ver: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os concelhos e as comunidades. In: HESPANHA, António Manuel (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*, p. 292.

características similares; o mesmo não ocorre, entretanto, do ponto de vista social, tendo em vista a diversidade característica deste grupo. É o que podemos perceber se compararmos os testamentos de dois dos vereadores de 1711: Pedro Frasão de Brito e Manuel Ferreira de Sá. Se o inventário do primeiro nos apresenta um homem abastado e de vida regada à lei da nobreza, o inventário do segundo dá destaque a um homem mais simples, que morre com um número considerável de dívidas, legando apenas 2 escravos; enquanto Pedro Frazão de Brito deixa para os herdeiros mais de 50 escravos e uma extensa lista de créditos⁹³.

Deste modo, apesar da homogeneidade institucional dos camaristas verificada no Império Português, isso não se repete do ponto de vista da condição social destes indivíduos nos vários cantos do Império, tampouco dentro de uma mesma câmara como no caso que assinalamos. De fato, o teor das fortunas não era o que em primazia iria definir o recrutamento do indivíduo, muito menos era *condition sine qua non* na sua caracterização enquanto homem bom, mas características relevantes do ponto de vista de uma distinção social alicerçada pela propriedade de títulos e benesses por exemplos, atreladas às tradições de cada terra.

Características como a presença destes indivíduos nos empreendimentos de descoberta e colonização da região do Carmo, bem como o envolvimento no serviço real seja em quaisquer instâncias, incluindo o exercício administrativo, foram de fato, variáveis significativas no que concerne à composição do predicado “homem bom” em Vila do Carmo. Neste sentido, a relação súditos-Coroa, baseada na negociação do exercício da autoridade, aponta para uma “maximização dos ganhos” observada em ambas as partes. Isto é, a Coroa enquanto centro de emergência do poder real gratificava os que em seu nome atuavam e por outro lado, os vassallos de “Sua Majestade” se empenhavam a fim de obterem benefícios, títulos e cargos, questões que contribuíam significativamente para o incremento de seu poder e status. Tais variáveis significavam bem mais que um incremento sócio-econômico para o indivíduo, proporcionava-lhes o reconhecimento da sua autoridade, institucionalizada pelo exercício na administração camarária, onde só se poderia chegar sendo um “homem bom”.

⁹³ Ver: Cód. 132, auto 2658/1722/CSM/2º ofício. Inventário de Pedro Frazão de Brito – Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana – MG e Cód. 118, auto 1503/1768/1º ofício/ Inventário de Manuel Ferreira de Sá - Arquivo Histórico da Casa do Pilar de Ouro preto – MG.

Deste modo, trabalhos como o que estamos desenvolvendo vem ratificar questões que já vem sendo levantadas pela historiografia atual no que respeita a análise da formação das elites locais e a natureza do seu poder compartilhado com a Coroa⁹⁴.

A este respeito, as nossas análises apontam para o fato de que se fazer parte da elite local em formação no Carmo significou em boa medida ser um “fiel vassallo de Sua Majestade”, seja atuando no embate contra a Guerra dos Emboabas, mas principalmente, estando ligado ou pertencendo à leva dos primeiros povoadores e conquistadores desta região. Isso de fato ampliou a possibilidade de barganha destes indivíduos com a Coroa, tendo em vista a obtenção de mercês régias que conseqüentemente colaborou para a conquista da autoridade e a institucionalização do mando político através do exercício na administração, mais especificamente na recém formada Câmara de Vila do Carmo.

Por hora, estando nosso trabalho em andamento, estas foram umas das principais conclusões obtidas, de uma pesquisa cujos resultados irão corroborar para a apreensão dos níveis de relação entre súditos e Coroa no que referenda o exercício do poder, bem como para o entendimento da formação das elites num nível local. Contribuindo, deste modo, para o incremento da historiografia no sentido de se valorizar a história regional e sua expressão no âmbito global da análise da formação das elites nas diversas, porém semelhantes, sociedades de Antigo Regime nos trópicos.

Artigo recebido em 22/12/2008 e aprovado em 01/03/2009.

⁹⁴ FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVIII). In.: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVEIA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos, dinâmica imperial portuguesa*. (Séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.52.

Paulistas no “sertão” das Gerais: os motins de Pitangui¹

Vagner da Silva Cunha
Mestrando em História pela UFMG
vagzeppelin@yahoo.com.br

Resumo

Como parte constitutiva de uma pesquisa mais abrangente, o presente artigo visa retomar o tema dos motins e das revoltas populares ocorridos nas Minas na primeira metade do século XVIII, tendo como estudo de caso as sublevações de Pitangui. Região ocupada originalmente por grupos de sertanistas oriundos de São Paulo e “Serra Acima” – alguns inclusive com notável participação na chamada “Guerra dos Emboabas” – desde seus primórdios Pitangui tornou-se palco de graves conflitos, opondo poderosos locais e diversas autoridades metropolitanas sediadas na Capitania. Nessa perspectiva e ainda que de forma bastante breve, neste artigo atentaremos mais especificamente para o próprio comportamento dos atores envolvidos nestas sublevações e em que medida a análise de tais fatores permite ao pesquisador aproximar-se do universo mais íntimo das idéias e práticas políticas de seus agentes.

Palavras-chave: Motins, Pitangui do século XVIII, imaginário e práticas políticas.

Abstract

As part of a more complete constitutive research, the current article aims at going back to the riots themes and the popular rebellions taken place in Minas Gerais during the first half of the 18th Century, having as a case study the Pitangui’s incitation. This region was originally occupied by countryside groups originated from São Paulo and “Serra Acima” – some of them with remarkable participation in the so-called “Guerra dos Emboabas” – from the very beginning, Pitangui has become the stage for severe conflicts, going against powerful locals and several metropolitan authorities based in the “Capitania”. In this context and somehow simplified, this article concentrates more specifically in the behavior of the actors involved in those incitations and to what extent the analysis of such factors allows the researcher to get as close as possible to the universe of the ideas and political practices of its agents.

Key words: Riots, Pitangui as of the 18th Century, imaginary and political practices.

Conforme já asseverava George Rudé em sua obra *A multidão na história*,² analisar o vasto universo da sedição e da revolta popular sempre constituiu árdua tarefa. Em primeiro lugar, como é notadamente sabido, geralmente há poucos registros documentais acerca das trajetórias de vida dos elementos provenientes das camadas mais inferiores da população,

¹ Uma versão reduzida deste texto foi apresentada no XVI Encontro Regional de História, ANPUH-MG/2008, sendo seu resumo publicado nos Anais do respectivo evento. Dessa forma, neste artigo procuramos ampliar a discussão teórica acerca do tema, assim como aprofundar a análise das fontes documentais pertinentes.

² RUDÉ, George. *A multidão na história: estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra – 1730-1848*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

sobretudo em se tratando de sociedades como as de Antigo Regime, caracteristicamente excludentes e hierarquizadas e nas quais a cultura iletrada predominava. Por outro lado, se encontrar “os rostos na multidão” já representa uma encruzilhada para o historiador, reconstituir as formas de pensar, ver e sentir o mundo de tais indivíduos torna-se uma tarefa ainda mais difícil.

Nessa medida e no que pese o caráter comumente fragmentário, incompleto e lacunar das fontes que tem como objeto as sedições e revoltas populares dos séculos XVII e XVIII, não raro os documentos e relatos coevos existentes estão eivados de parcialidades, apresentando os acontecimentos mais significativos apenas sob um único ponto de vista; no geral, o ponto de vista das autoridades oficiais constituídas. Dessa forma, conforme nos informa Rudé, não é estranha a imagem comumente depreciativa que se construiu acerca da “multidão em ação” ao longo da história, no geral apenas vista como uma “turba” de elementos degenerados e facinorosos, não raro propensos a atos de extrema crueldade, violência e destruição, sobretudo em momentos de grande crise.³

No entanto, a princípio a constatação desse caráter comumente parcial das fontes documentais acerca do tema poderia até mesmo soar como um truísmo, uma verdade trivial. Contudo, uma análise cuidadosa da literatura referente às sublevações ocorridas nas Minas da primeira metade dos setecentos por sua vez pode surpreendentemente demonstrar que nem sempre tais alertas foram respeitados, e não poucos autores comprometeram suas análises ao filiarem-se demasiadamente àquilo que poderíamos chamar de “discurso oficial” das fontes. Nessa perspectiva, cumpriria então questionar se seria possível ao historiador se desvencilhar ou pelo menos se precaver perante as armadilhas presentes nessas fontes documentais: estaria nossa historiografia fadada a interpretar os movimentos de sedição e revoltas populares mineiras apenas sob a ótica das autoridades metropolitanas como consequência da própria exigüidade das fontes existentes? Em outras palavras, como o pesquisador poderia adentrar-se no universo mais íntimo da multidão sublevada e desvelar as crenças, idéias e concepções que, ainda que de forma subjacente, deram sentido, organicidade e legitimidade a suas ações?

Obviamente, tais questões não são novas e diversos autores já se depararam com as mesmas em suas pesquisas. Contudo, se alguns caminhos já foram apontados, aqui partiremos da hipótese de que, se os povos no geral poucos registros deixaram acerca de suas idéias e concepções sobre o mundo em que viviam, é através da análise de suas próprias formas de

³ RUDÉ, George. *A multidão na história*, p.05-08.

ação e de protesto que talvez pudéssemos identificar e reconstituir, com relativa segurança, a sua linguagem política. Por outro lado, conforme vem sendo comumente debatido, a recente abordagem cultural dos fenômenos sociais e políticos tem demonstrado com bastante propriedade que não faz o menor sentido dissociar práticas e representações; comportamentos e imaginário.⁴

Deste modo e partindo desses pressupostos teóricos, nesse estudo abordaremos – ainda que brevemente – os conturbados anos de ocupação da região mineradora de Pitangui no alvorecer das Minas coloniais, atentando mais especificamente para o próprio comportamento dos atores envolvidos nos motins ali ocorridos. Dessa forma, procuraremos discutir em que medida tal procedimento pode desvelar as concepções e idéias políticas de seus agentes.

Situada em pleno “sertão” centro-oeste da Comarca do Rio das Velhas e povoada inicialmente por grupos de sertanistas oriundos de São Paulo e “Serra Acima” – alguns inclusive com notável participação na chamada “Guerra dos Emboabas” (1707-1709) –, de fato, desde seus primórdios Pitangui tornou-se um pólo de poderes privados. O principal atrativo da região eram os depósitos auríferos ali “descobertos” por volta do ano de 1709 e que alguns acreditavam renderiam fabulosas riquezas. No entanto, uma vez ocupada a área, parte de seus moradores adotou uma postura de isolamento da região e de enfrentamento direto das autoridades metropolitanas sediadas nas Minas, situação que compreenderia praticamente todo o período que vai de 1709 a 1720, não obstante tenha havido momentos de maior ou menor recrudescimento das tensões.

Como não poderia deixar de ser, logo a fama de Pitangui como região “rebelde, insubordinada e turbulenta” se difundiu, tanto nos escritos das autoridades régias da época quanto nos relatos coevos, perpassando inclusive toda a primeira metade do século XVIII, mesmo a despeito de terem sido os primeiros anos de efetiva ocupação da área os mais tumultuados.

Sobre este aspecto, um dos testemunhos mais interessantes é, sem sombra de dúvida, o do agente comercial da região de Sabará, Francisco da Cruz, personagem analisado por Júnia Ferreira Furtado em estudo baseado na correspondência entre Francisco Pinheiro, grande “homem de negócios” português, e seus representantes nas Minas.⁵ Francisco da Cruz era compadre de Francisco Pinheiro e havia se estabelecido em Sabará no final do ano de 1724,

⁴ A esse respeito, ver, entre outros estudos, CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1998.

⁵ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio*. A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

onde realizaria inúmeros negócios para o grande comerciante, servindo inclusive no cargo de Escrivão da Ouvidoria daquela Comarca, posto arrematado para o mesmo por Francisco Pinheiro. Como escrivão da Ouvidoria, entre as funções de Francisco da Cruz constava realizar visitas periódicas a diversas Vilas e arraiais nas regiões das Comarcas do Rio das Velhas e Serro Frio, acompanhando o ouvidor em suas diligências e, eventualmente, aproveitando-se para transportar mercadorias e cobrar eventuais dívidas em atraso com o comerciante.⁶

Por conseguinte, em 1726, Cruz informou a Francisco Pinheiro que estava prestes a partir em diligência à região do Rio de São Francisco para fazer uma correição em Papagaio e na Vila de Pitangui, viagem de grande perigo, pois, segundo suas palavras, “estamos com a gente da Vila de Pitangui, cuja esta está alevantada, que dizem não querem lá justiças, que eles por si só se governam”. Nesse mesmo sentido e muito provavelmente temendo por sua própria vida, pedia ainda a Pinheiro “me encomendar a Deus e à Sua Santíssima Mãe, para que me livre destes perigos e de outros semelhantes”.⁷ Segundo Júnia Furtado, tudo isso se devia “à péssima reputação dos moradores da região, insubmissos à Coroa, cuja ordem da metrópole dificilmente chegava e onde abundavam os poderosos e os potentados locais, que aplicavam eles mesmos a ordem e a lei”.⁸

Em outra carta, certamente fazendo referência aos eventos ocorridos logo no início do ano de 1720 quando os moradores impuseram resistência armada à passagem do Ouvidor e suas tropas à dita Vila, relatou Francisco da Cruz que, ao ouvirem o anúncio de sua chegada [do Ouvidor Bernardo Pereira de Gusmão e sua comitiva a Pitangui] “a resposta que lhe davam era atirar dizendo: morra o Ouvidor e todos os que o acompanham; e, com efeito, houveram [sic] bastantes de parte a parte e vários feridos, até que não houve outro remédio senão voltarem”.⁹ Na ocasião, sob ordens de D. Pedro de Almeida, o Conde de Assumar

⁶ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio*, p.23.

⁷ Testamentária de Francisco Pinheiro, fundo do Hospital de São José (TFP. HSJ) Carta 161. Maço 29. fl. 194. *Apud* FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio*, p.173.

⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio*, p.173.

⁹ TFP. HSJ. Carta 161. Maço 29. fl. 194. *Apud* FURTADO. *Homens de negócio*, p.174. Nesse aspecto, contudo, vale esclarecer que, ao contrário do que afirmara Cruz, o Ouvidor Dr. Bernardo Pereira de Gusmão, juntamente com a tropa de Dragões e demais paisanos conseguiu adentrar-se em Pitangui, onde, após a pacificação momentânea da área, apurou os crimes de sedição ali ocorridos. Com tal procedimento, foram declarados os nomes dos culpados, os quais tiveram suas propriedades e bens confiscados. Cf. AUTOS de Seqüestro, Doc. 70 – “Certidão de haverem sido arrasadas e queimadas as casas de Domingos Rodrigues do Prado e seqüestro e arrematação de bens dos chefes do movimento de Pitangui”. ABN/RJ, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, vol. LXV, p. 134-142.

(1717-1720), Bernardo Pereira de Gusmão fora enviado à Vila para punir os diversos assassinatos e motins ocorridos na região nos anos anteriores.

Significativamente, nos primeiros anos da década de 1750 a opinião das autoridades acerca do caráter rebelde e insubmisso dos habitantes de Pitangui ainda não havia sofrido alterações substanciais, embora já estivessem longe os anos iniciais de ocupação da área, quando se esboçaram os primeiros conflitos pela posse das catas auríferas da região. Assim, em 1752 o então governador das Minas Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadella, em instrução dada a seu irmão José Freire de Andrade para substituí-lo temporariamente no governo da Capitania, afirmou inclusive que Pitangui era “Vila aonde [sic] há alguma sombra da forma antiga das Minas”; estando “pela vizinhança do sertão”, ainda guardava potentados e “malfeitores de que usa, se bem que já atira a pedra, esconde a mão”. Dessa forma, “e como as partidas cruzam para aquela parte, recomendar-lhe sempre dissipem esta congregação de pés rapados, caribocas e mulatos que hoje são os executores das insolências”.¹⁰

Contudo, nenhum preposto régio havia sido mais eloqüente que D. Pedro de Almeida na construção de uma imagem altamente depreciativa da região e de seus moradores. Nesse aspecto, às voltas com a população amotinada ao final da segunda década dos setecentos, em uma dada ocasião ameaçou mesmo “colocar-se em marcha àquela Vila”, prometendo pôr fogo à mesma “para que não [houvesse] mais memória dela”, caso seus moradores não se dispusessem a acatar suas determinações. Em sua opinião, a Câmara de Pitangui, comumente caracterizada por ele como “o flagelo de seu governo”, “sempre fora a mais rebelde e renitente” daquelas Minas, sendo mesmo melhor que nem tivesse chegado a existir.¹¹ Opinião semelhante já havia sido inclusive esboçada por seu próprio antecessor no governo da Capitania, pois em abril de 1715 D. Brás Baltazar da Silveira (1713-1717) afirmou em carta a Sua Majestade, o rei D. João V, que conservar tais moradores em paz dava-lhe mais trabalho “que todas as Vilas [daquelas] Minas”.¹²

Em realidade, não se sabe ao certo a data da chegada dos primeiros exploradores bandeirantes em Pitangui, embora haja fortes indícios de que sertanistas já conhecessem a região desde os últimos anos do século XVII e inícios do XVIII. Porém, parece certa a

¹⁰ Instrução e norma que deu o Ilmo. E Exmo. Sr. Conde de Bobadella a seu irmão o preclaríssimo Sr. José Antônio Freire de Andrade para o governo de Minas, a quem veio suceder pela ausência de seu irmão, quando passou ao sul. *Revista do Arquivo Público Mineiro* (doravante RAPM), Belo Horizonte, vol. IV, p. 727-735, 1899. Trechos extraídos à página 733.

¹¹ Arquivo Público Mineiro (doravante APM), Seção Colonial (doravante SC) 11, fls. 47-47v. “Para a Câmara de Pitangui”. Vila do Carmo, 08 de setembro de 1718.

¹² APM, SC 04, fl. 187v. “Sobre as Minas de Pitangui”. Vila de Nossa Senhora do Carmo, 24 de abril de 1715.

proposição de que apenas a partir de 1709 a ocupação da região ganhou força entre os paulistas, talvez pela própria circulação da notícia das potencialidades auríferas desses novos achados. Com efeito, localizadas em uma região incrustada entre os rios Pará e Paraopeba – porção relativamente distante dos principais centros de poder metropolitano da Capitania – as minas de Pitangui tornaram-se particularmente atraentes para alguns paulistas que nesse período saíam do conflito emboaba altamente desfavorecidos e desprestigiados, além de ultrajados em sua própria honra de valentes sertanistas.

Sílvio Gabriel Diniz, um dos primeiros historiadores a debruçar-se sobre o tema, referindo-se aos anos iniciais de povoamento de Pitangui destaca que as primeiras minas da região começaram a ser exploradas por volta de 1710, não obstante as poucas informações documentais existentes. No entanto, chama a atenção para o fato do Regimento das Minas não ter sido respeitado logo de início, não havendo divisão das datas minerais e nem a designação de guarda-mor, prevalecendo, segundo suas palavras, “a lei do mais forte”.¹³ De fato, ao tomar conhecimento de tais eventos, em setembro de 1711 D. Antônio de Albuquerque (1709-1713) chegou inclusive a nomear o Tenente-general Manuel da Borba Gato como capitão-mor do distrito de Pitangui, com ordens expressas para que vistoriasse a região e apaziguasse os ânimos revoltosos de seus moradores.¹⁴ Contudo, devido à carência de maiores referências documentais, não é possível reconstruir o desfecho de tal acontecimento e nem sequer sabemos se Borba Gato efetivamente adentrou a região de Pitangui para cumprir as determinações que recebera do governador.

Ao que tudo indica, porém, tais homens tentaram manter em sigilo as minas ali descobertas: segundo Gabriel Diniz, somente por volta de 1713 o então governador da Capitania D. Brás Baltazar da Silveira obteve informações mais concretas acerca dos descobertos de Pitangui, enviando tal notícia ao Rei.¹⁵ Por conseguinte, após o fracasso das primeiras explorações auríferas na localidade, neste mesmo ano seriam descobertas novas jazidas na região depois batizada de “Morro do Batatal”.¹⁶ Sendo reputada por alguns como promissora mina de beta, este novo descobrimento atrairia definitivamente a atenção tanto das

¹³ DINIZ, Sílvio Gabriel. *Pesquisando a História de Pitangui*. Belo Horizonte: s/ed, 1965. p.120.

¹⁴ Ordem para o tenente-general Manuel da Borda Gato ir aos distritos de Pitangui e Paraopeba às diligências que nela se contém. RAPM, v. 2, fasc. 04, p.796-797, 1897.

¹⁵ DINIZ, Sílvio Gabriel. *Pesquisando a História de Pitangui*, p.12.

¹⁶ Conforme explica Sílvio Diniz, o ouro apresentou-se na forma de faisqueiras, taboleiros e grupiarias. Foi achado à superfície, à forma de “reboleiras de batatas”; daí o nome Morro do Batatal. No entanto, segundo esse autor, também não corresponderia às expectativas, esgotando-se em apenas dois anos. Cf. DINIZ, Sílvio Gabriel. *Pesquisando a História de Pitangui*, p.25.

autoridades sediadas nas Minas quanto dos habitantes do entorno do arraial, recrudescendo ainda mais o ânimo buliçoso dos paulistas habitantes de Pitangui.

Sem perda de tempo, por seu turno os principais moradores do arraial trataram logo de pedir ao governador que elevasse a localidade à condição de Vila, ao passo que intentaram a abertura de um caminho que ligaria Pitangui diretamente à região de São Paulo e Serra Acima. D. Brás Baltazar, porém, temendo maiores dissidências, adotou uma postura conciliatória, à medida que buscava persuadí-los da não conveniência em abrir tal caminho sem a permissão régia.¹⁷ Por conseguinte, em 1714 foi empossada uma junta encarregada da “regência e governo” dos moradores do arraial, sendo formada pelos paulistas Bartolomeu Bueno da Silva, de alcunha o Anhangüera; seu genro Domingos Rodrigues do Prado; Francisco Jorge da Silva e Jerônimo Pedroso de Barros – famoso potentado paulista que inclusive tivera parte no episódio do duelo com Manuel Nunes Viana em Caeté às vésperas da deflagração do conflito contra os emboabas. Sob este aspecto, cabe destacar que nesse período Pitangui ainda não era vila, mas passou a ser governada como tal por essa nascente elite de poderosos locais.

Buscando alternativas para “ver bem ordenada” a exploração das minas de Pitangui, D. Brás Baltazar resolveu então enviar a essa região o sargento-mor e engenheiro Pedro Gomes Chaves; contudo, ao que parece, este não obteve sucesso, pois não conseguiu a aceitação da cobrança dos quintos por parte da população.¹⁸ A 09 de junho de 1715, o arraial foi elevado à condição de Vila, a sétima de Minas, com nome de Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui. Segundo Carla Anastasia, D. Brás ordenou que se levantasse a Vila “não só para o bom regime [de seus] moradores, mas para a melhor expedição da cobrança dos reais quintos”.¹⁹ No entanto, conforme afirma Sílvio Gabriel Diniz, os problemas continuariam: “instalada a Vila, não mandaram Procuradores às Juntas de 04 de fevereiro, 13 e 18 de maio de 1715, e 22 de julho de 1716, 16 de junho de 1718 e 24 de outubro de 1720, todas sobre a forma de pagamento dos reais quintos”.²⁰

Da mesma forma, não reconhecendo as autoridades instituídas nas Minas, tais paulistas dirigiram-se diretamente ao Marquês de Angeja, vice-rei sediado na Bahia,

¹⁷ APM, SC 09, fl. 03. “Para Amador Bueno assistente”. São Paulo 10 de setembro de 1713.

¹⁸ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes*. Violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998, p.88.

¹⁹ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes*, p. 88.

²⁰ DINIZ, Sílvio Gabriel. *Pesquisando a História de Pitangui*, p.130.

solicitando que a jurisdição sobre a região ficasse a cargo da Ouvidoria da Comarca de São Paulo e São Vicente.²¹ Segundo análise de Maria Verônica Campos acerca desses fatos,

Os paulistas residentes em Pitangui não tinham nenhuma ilusão sobre o papel que ocupariam se vinculados à Comarca do Rio das Velhas. O pedido foi deferido, embora o vice-rei não tivesse alçada para tanto. Alegava estar atendendo à representação pela menor distância entre Pitangui e São Paulo, afirmação absurda.²²

Obviamente, tais determinações do vice-rei não foram cumpridas pelo governador das Minas e São Paulo, pois o intento dos moradores de Pitangui era explicitamente vincular os dízimos dessa localidade à Provedoria de Santos, São Vicente e São Paulo, ao passo que todos os pleitos judiciais teriam recurso apenas junto ao ouvidor de São Paulo. Nesse particular, conforme destaca Maria Verônica, “digno de nota é o fato de os potentados de Pitangui terem se valido de um conflito aberto entre as autoridades nomeadas pela Coroa, da crise entre os dois pólos de poder – Salvador e Ribeirão do Carmo – para a obtenção de maior autonomia”.²³

Por conseguinte, em 1716 a situação em Pitangui tornou-se particularmente grave. Fato ilustrativo dessas tensões, Domingos Rodrigues do Prado em conjunto com seus comparsas e apaniguados chegou a publicar uma série de “bandos” na região de Pitangui, ameaçando de morte quem simplesmente “falasse” na localidade em pagamento à Sua Majestade dos quintos relativos à extração aurífera.²⁴ A palavra bando referia-se a uma ordem emitida pelos governadores e, ao agir dessa forma, o régulo se apropriava não só da jurisdição dos mesmos, mas da própria etimologia inerente a eles.

Como resultado de suas determinações, quando de fato ocorreu, no ano seguinte, tentativa das autoridades camerárias de cobrarem na Vila os impostos devidos, várias pessoas foram assassinadas na região, ao que tudo indica sob as ordens de Domingos Rodrigues do Prado.²⁵ A esse respeito, o que se percebe é que além de usurpar uma prerrogativa exclusiva

²¹ Provisão que acusa a carta acima sobre pertencer à Provedoria da Fazenda Real de Santos, São Vicente e São Paulo os dízimos dos distritos do Pará e Pitangui na forma que nela se declara. Bahia, 5 set. 1715. *Documentos históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.70, p.237-240, 1945; PROVISÃO que acusa a carta acima sobre os dízimos do Pitangui e Pará pertencerem à Provedoria de Santos, São Vicente e São Paulo, e outrossim que todas as mais causas cíveis e crimes que não pertencerem aos ditos dízimos e Fazenda Real tenham o seu recurso na Ouvidoria de São Paulo. Bahia, 5 set. 1715. *Documentos históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v.70, p.240-243, 1945.

²² CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros – de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado – 1693 a 1737*. Tese de doutorado, Departamento de História, FFLCH-USP, 2002, p.144.

²³ CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros*, p.145.

²⁴ APM, SC 11, fls. 08-09. “Para o Marquês de Angeja”. Vila do Carmo, 30 de dezembro de 1717.

²⁵ APM, SC 11, fls. 08-09. “Para o Marquês de Angeja”. Vila do Carmo, 30 de dezembro de 1717. De acordo com este documento, uma carta do Conde de Assumar ao vice-rei Marquês de Angeja, na ocasião foram assassinados Valentim Pedroso de Barros, paulista a quem havia sido encarregada a cobrança dos quintos na

dos agentes do rei – a publicação de bandos – Rodrigues do Prado o fazia para proibir a arrecadação do imposto sobre a produção aurífera da Vila, colocando explicitamente em xeque a própria legitimidade da autoridade régia sobre o local. Como se sabe, no contexto político de Antigo Regime o pagamento dos quintos possuía um significado não apenas de cunho econômico, mas também simbólico, sendo uma das expressões fundamentais da relação de vassalagem que, por suposto, deveria reger as atitudes dos súditos coloniais com El-Rei.

Na opinião de Assumar, o maior perigo, no entanto, era Pitangui tornar-se um modelo de rebeldia para as outras Vilas, uma vez que elas poderiam ficar “com a mão ateadada para fazerem o mesmo”, sendo “incobráveis os quintos” caso não se procedesse a um castigo “exemplaríssimo”[sic] naqueles moradores. Conforme sugere a documentação, àquela altura, Assumar já se mostrava bastante descrente com a possibilidade de trazer a região para a órbita de domínio da Coroa portuguesa sem usar de meios que não a força. Referindo-se a tais eventos em carta ao Marquês de Angeja, datada de 30 de dezembro de 1717, argumentava que

quando as cousas chegam a este termo, bem reconhecerá Vossa Excelência que o jeito não pode tanto como pode a força e que há casos como estes que se não deve buscar temperamentos suaves, particularmente quando com estes se descobre a fraqueza de quem os executa, mas eu determino neste caso fazer o que puder, já que não posso o que desejo (...).²⁶

Com efeito, após esses graves conflitos e temendo represálias por parte do mais recente governador empossado D. Pedro de Almeida, vários moradores da região fugiram para outros locais mais distantes, estratégia inclusive já utilizada nas primeiras contendas por volta do ano de 1710, quando Manuel da Borba Gato recebeu ordens para dirimir os recorrentes tumultos que ocorriam na região. No entanto, o governador, tomando conhecimento de tais fatos, resolveu publicar o perdão aos amotinados, alegando que o abandono das minas de Pitangui traria sérios prejuízos à Coroa, dadas as suas “grandíssimas utilidades”.²⁷ Nesse ponto, conforme fica subentendido, é possível conjecturarmos que ou o Conde de Assumar buscava simplesmente “abafar” a sublevação, evitando que tal contenda se espalhasse para outras regiões, ou realmente acreditava na existência de grandes riquezas em Pitangui, justificando dessa forma seu esforço em pacificar e submeter a área. De qualquer

Vila, seu sogro e seus cunhados. Jerônimo Pedroso de Barros, então juiz ordinário da Vila e irmão de Valentim Pedroso, saíra gravemente ferido do atentado, mas conseguiu sobreviver.

²⁶ APM, SC 11, fls. 08-09. “Para o Marquês de Angeja”. Vila do Carmo, 30 de dezembro de 1717.

²⁷ APM, SC 11, fls. 272-273. “Sobre o perdão e indulto geral que se concede aos moradores de Pitangui e seu distrito”. Vila Real, 30 de maio de 1718.

forma, mais uma vez, conforme afirma Carla Anastasia, “o perdão que fora concedido pelo Conde não alterou o ânimo belicoso dos moradores da Vila”.²⁸

Sem maiores alternativas e tentando melhor sorte, o governador decidiu então enviar o Brigadeiro João Lobo de Macedo a Pitangui com ordens para reger seus moradores com toda a prudência possível. Sendo oriundo do reino e com uma enorme lista de serviços anteriores prestados à Coroa – havia sido ajudante de tenente em Pernambuco e Capitão de Infantaria no Rio de Janeiro – João Lobo aparecia aos olhos do governador como um bom nome a ser indicado para o governo da Vila. Contudo, após retardar visivelmente sua partida para a região, ao chegar a Pitangui João Lobo resolvera publicar novamente o perdão a todos os revoltosos envolvidos nos motins anteriores, contrariando as ordens expressas que recebera do governador. Sua estadia em Pitangui seria, porém, bastante curta: expulso da Vila sob ordens de Domingos Rodrigues do Prado e envolvendo-se em tratos ilícitos, acabou sendo preso por oficiais militares fiéis ao governador²⁹.

Em suma, após vários incidentes que muito irritaram D. Pedro de Almeida, tropas foram organizadas e mobilizadas para submeter e pacificar a região, sendo recebidas à bala por sertanejos entrincheirados nas proximidades de Pitangui. Depois de algumas escaramuças, a Vila foi ocupada e momentaneamente controlada, havendo inclusive o confisco de bens de alguns dos principais líderes envolvidos. Domingos Rodrigues do Prado, nosso personagem ilustre, conseguiu, no entanto, fugir: dirigindo-se para Goiás, tornou-se posteriormente um dos pioneiros na descoberta de ouro na região, juntamente com seu sogro Bartolomeu Bueno da Silva e seu cunhado João Leite da Silva Ortiz. Teve, porém, seus bens seqüestrados e sua cabeça foi colocada a prêmio.³⁰

No seu conjunto, ao se revisitar tais eventos em Pitangui o que nos chama a atenção, entre outros aspectos, é o elevado grau de radicalidade alcançado pelos motins ali ocorridos. De fato, conforme afirma Carla Anastasia, “na medida em que a própria cobrança do tributo foi posta em xeque, dificilmente estes levantes poderiam ser aproximados daqueles que apresentaram comportamentos dos atores claramente definidos dentro das regras do jogo colonial”.³¹ Nesse ponto em específico, cabe destacar que, conforme recentes estudos têm demonstrado, grande parte dos motins e sublevações ocorridos na segunda metade do século

²⁸ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes*, p.92.

²⁹ Cf. CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros*, p.203-205; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes*, p.92-96.

³⁰ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes*, p.97.

³¹ ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes*, p.89.

XVII e mesmo nos anos iniciais dos setecentos possuía um escopo geralmente restrito de reivindicações, embora houvesse uma noção mais ou menos bem esclarecida e difundida entre os súditos coloniais acerca de seus “direitos” tradicionais e costumeiros, assim como da legitimidade em defendê-los, ainda que por meios violentos³².

Geralmente associados a questões relativas a mudanças na forma de cobrança de impostos (ou ao aumento de taxas e/ou criação de novos tributos); estabelecimento de contratos; problemas no abastecimento de gêneros de primeira necessidade ou o não pagamento dos soldos dos militares, tais motins caracterizavam-se, conseqüentemente, por seus aspectos apenas “reativos”, sendo muito comum inclusive a utilização de lemas como “Viva o Rei e Morte ao Mau Governo!”, ou ainda “Viva o Rei e morram os traidores!”. Porém, já no alvorecer do século XVIII, sobretudo na região das Minas, algumas situações parecem ganhar novos contornos e o caso de Pitangui se destacaria como um bom exemplo de clara contestação das prerrogativas régias em terras americanas, embora ainda não houvesse um “projeto político” alternativo estrategicamente orientado e arquitetado para a região.

Opinião semelhante parece ter sido defendida pelo próprio Conde de Assumar que em uma dada ocasião chegou mesmo a advogar uma punição exemplar para Domingos Rodrigues do Prado caso o conseguisse prender. Caracterizava-o, assim, como “homem revoltoso, régulo, e por natureza matador, insigne e motor principal das repetidas revoluções que sempre houve naquele distrito”; “réu de crime de lesa-majestade por usurpar prerrogativas régias e pegar em armas contra os ministros de Sua Majestade”.³³ Todavia, verdade seja dita, nem sempre foi assim, pois anos antes o mesmo Domingos do Prado recebera carta de nomeação como Provedor dos quintos da freguesia de Pitangui, sendo a mesma registrada nos livros da secretaria daquele governo.³⁴ Assim, como em outros casos, falhara a estratégia de cooptação de poderosos locais empreendida pelo governador.

³² Sobre o assunto ver, dentre outros estudos, FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. O Império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império colonial português, séculos XVII e XVIII. In: FURTADO, Júnia F. (org). *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p.197-254; ANASTASIA, Carla M. Junho; SILVA, Flávio Marcus da. Levantamentos setecentistas mineiros: violência coletiva e acomodação. In: FURTADO, J. (org). *Diálogos Oceânicos*, p.307-332.

³³ Respectivamente, APM, SC 11, fls. 200-201v. “Para Bartolomeu de Souza Mexia”. Vila do Carmo, 09 de fevereiro de 1720 e APM, SC 11, fls. 192-193. “Para o Ouvidor do Rio das Velhas”. Vila do Carmo, 29 de Janeiro de 1720.

³⁴ APM, SC 12, fl. 37v. “Provisão passada a Domingos Rodrigues do Prado e Sulplício Pedroso Xavier”.

Por fim, uma das questões centrais aqui levantadas ainda merece tratamento, mesmo que parcialmente. Afinal de contas, quais as concepções e idéias políticas que tais homens movimentaram para agirem com tamanha violência e relutância em Pitangui?

Sobre este aspecto, podemos encontrar basicamente duas versões na documentação. A primeira delas, sugere que os moradores de Pitangui se recusaram a pagar os quintos pela própria pobreza das minas da região, opinião esta defendida inclusive por D. Brás Baltazar da Silveira.³⁵ A segunda, desenvolvida em grande medida pelo Conde de Assumar, conforme vimos mais acima, alega que as conturbações ali ocorridas decorriam da “péssima qualidade” de seus habitantes – gente selvagem e indômita, quase sinônimo de “paulista” à época segundo determinado acervo de representações. Segundo Assumar, os moradores de Pitangui eram, em sua maioria, compostos por homens “bárbaros” e “feros”, mais próximos aos animais do que da natureza humana; em suma, um bando de criminosos que somente a força das armas poderia domar, já que o apelo à razão no trato com tais “onças” mostrava-se, de acordo com a experiência vivenciada até ali, totalmente inútil.³⁶

De acordo com tudo o que foi até aqui exposto, nossa opinião, porém, é que a resposta a esta questão somente encontrará consistência se levarmos em consideração o passado mais distante de conflitos entre os sertanistas de São Paulo e Serra Acima e os agentes metropolitanos, conflitos estes já presentes desde os anos iniciais do século XVII. Obviamente, não cabe aqui tentar reconstituir as vicissitudes de tal trajetória, mas vale lembrar que durante todo esse período estabeleceram-se relações bastante singulares entre a Coroa e os habitantes do Planalto, baseadas fundamentalmente na contratação dos “serviços” dos mesmos em troca da promessa de receberem recompensas e benesses por parte de Sua Majestade. Seja na luta contra quilombos e índios bravios nos sertões, seja na busca de metais e pedras preciosas no interior da América, a máquina de guerra paulista foi sempre requisitada, embora nem sempre tais homens recebessem as recompensas prometidas.³⁷

³⁵ APM, SC 09, fls. 27v-28. “Para Luis Botelho de Queirós”. Vila do Carmo, 10 de junho de 1714.

³⁶ É o que se depreende da fala de Assumar em diferentes oportunidades, como no trecho destacado a seguir, retirado de uma carta por ele escrita e endereçada a Bernardo Pereira de Gusmão, Ouvidor Geral do Rio das Velhas: “como naquela vila não há ordem a que obedeça sem réplica, a tem feito hábito das muitas sublevações pelos mais leves casos, suposto que até agora usei com eles de toda a moderação, para ver se com esta, com a brandura podia domar aquelas feras, mostra a experiência que isto para eles não vale coisa alguma, é necessário agora procurar o do rigor (...)”. APM, SC 11, fls. 48v-49. “Para o Ouvidor Geral do Rio das Velhas”. Vila do Carmo, 09 de setembro de 1718.

³⁷ A esse respeito, ver, dentre outros estudos PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo: HUCITEC, 2002; ROMEIRO, Adriana. Revisitando a Guerra dos Emboabas: práticas políticas e imaginário nas Minas setecentistas. In: BICALHO,

Tal situação, como não poderia deixar de ser, ganhou maior gravidade nas Minas, expressa no próprio conflito envolvendo paulistas e emboabas no alvorecer dos setecentos.³⁸ Por conseguinte, desonrados na guerra e expulsos das ricas minas que eles mesmos haviam descoberto “à custa de suas próprias vidas e fazendas” e a despeito de seus “direitos de conquista” conforme alegavam, tais paulistas mais uma vez viram naufragar suas pretensões de obter cargos de mando, ganhos econômicos, distinções e nobilitações régias. Nessa medida, conforme defendemos, a muitos não restou outra opção a não ser partir para o enfrentamento direto para fazer valer seus interesses, seja em Pitangui, seja em outras novas frentes de povoamento como nas minas de Goiás e Cuiabá, também estas palco de violentos conflitos envolvendo sertanistas de São Paulo e agentes metropolitanos.

Artigo recebido em 22/12/2008 e aprovado em 16/02/2009.

Maria Fernanda; FERLINI, Vera L. Amaral (orgs). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império português (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005. p.387-401.

³⁸ Para a análise deste contexto, ver ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas – idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

Mecanismos de controle, autonomia e trabalho: As corporações de pretos de Pernambuco¹

Clara Farias de Araújo;
Professora e Doutoranda no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ;
Largo de São Francisco, 1, Centro – Rio de Janeiro/RJ – 20051-070
clmfar@gmail.com

Resumo

A partir do último quarto do século XVIII, as associações de trabalho formadas por pessoas de cor em Pernambuco passam a ser designadas por corporações pelos governadores da capitania. Na nossa análise, este movimento caracteriza um momento de redefinição social no mundo do trabalho urbano, de crescimento das profissões urbanas, e conseqüentemente do aumento da mão-de-obra empregada nelas. Os governadores da capitania ao classificarem as associações como corporações procuravam dar conta da realidade desses grupos e apontavam para as semelhanças com o que conheciam por corporações, diferenciando-os daqueles que exerciam ofícios desvinculados das mesmas, nomeavam para melhor conhecerem e controlarem. A classificação dada pelos governadores ao passo que se convertia em instrumento para a formulação de mecanismos mais adequados de controle, também identificava mudanças na organização das associações como a apropriação de elementos das corporações tradicionais.

Palavras-chaves: pretos, corporações, ofícios

Abstract

Starting from the last room of the century XVIII, the work associations formed by color people in Pernambuco they become designated by corporations by the governors of the captaincy. In our analysis, this movement characterizes a moment of social change in the world of the urban work, of growth of the urban professions, and consequently of the increase of the labor used in them. The governors of the captaincy to the they classify the associations as corporations they tried to give bill of the reality of those groups and they appeared for the likeness with what they knew for corporations, differentiating them of those that exercised disentailed occupations of the same ones, they named for best they know and they control. The classification given by the governors while turned into instrument for the formulation of more appropriate mechanisms of control, it also identified changes in the organization of the associations as the appropriation of elements of the traditional corporations.

Key-words: blacks, corporacions, ocupacions

Os indícios da existência de corporações profissionais remontam à Antiguidade. Na Grécia e em Roma suas funções eram “homenagear os agremiados que faleciam, prestar auxílio às viúvas, aos doentes e inválidos e tabelar o preço dos produtos”.² “Entre os séculos XI e XII,

¹Ao longo do texto, usaremos corporações de pretos para distingui-las das corporações de ofícios mecânicos ou corporações de ofícios tradicionais.

²REIS, Lysie. *A liberdade que vem do ofício: práticas sociais e culturais dos artífices na Bahia do século XIX*. Tese de Doutorado, Salvador, 2006, p.13.

existiram nas cidades alemãs, britânicas, francesas e espanholas as guildas, associações de cunho religioso que aglutinavam profissões”.³

“Antônio Santoni-Rugiu designou por corporações as associações de artesãos e mercadores que, na Europa, se estruturaram a partir do século XII até seu declínio, no final do século XVIII e início do XIX”.⁴

Em Portugal, as corporações se organizaram inicialmente em confrarias religiosas, posteriormente, a crise agrícola, que aumentou a concentração urbana, provocando o crescimento do número de artífices e a maior dependência de seus serviços, contribuiu para a reorganização dos mestirais (artífices), que buscaram maior participação na vida da cidade a partir das últimas décadas do século XIII. No século XIV, os mestirais eram chamados mais correntemente de *oficiais mecânicos* e se reuniam nos seus “ofícios incorporados”, quando passaram a ser convocados para as Vereações relativas a assuntos profissionais e de interesse da cidade. Em 1384, o rei D. João I determinou a inserção destes agrupamentos na Câmara Municipal e a eleição anual de “dois de cada mester”, constituindo a “Casa dos Vinte e Quatro”. No reinado de D. João II, incorporou-se a figura do “Juiz dos Vinte e Quatro”, batizado tempos depois de “Juiz do Povo”. Cada ofício possuía dois juízes chamados “veadores”,⁵ que eram acompanhados por um escrivão e encarregados das transgressões e do exame dos mestres, ulteriormente conhecidos como juízes de ofício.⁶

O termo corporação “designava associações autorizadas por lei de pessoas que realizavam o mesmo ofício ou profissão”.⁷

As corporações de ofícios que se estabeleceram em Pernambuco se aproximam mais de suas congêneres em Portugal.

Em *Sobrados e Mocambos*, Gilberto Freyre define as corporações de Pernambuco como associações formadas por *oficiais mecânicos*, através das quais os *mecânicos* organizados em

³REIS, Lysie. *A liberdade que vem do ofício: práticas sociais e culturais dos artífices na Bahia do século XIX*, p.13.

⁴Apud REIS, Lysie. *A liberdade que vem do ofício: práticas sociais e culturais dos artífices na Bahia do século XIX*, p.14.

⁵ Védor, ou veedor, ou veador de casa de um senhor. O que assiste ao que há de comprar o despenseiro, ou comprador da casa. Védor da Casa Real é o cargo, segundo em preminências, depois do mordomo. Seu ofício é examinar as iguarias que chegam à mesa Real, por cuja causa se chama veedor(...). Bluteau, D. Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: No Colégio das Artes da Companhia de Jesus, Ano de 1712.

⁶REIS, Lysie. *A liberdade que vem do ofício: práticas sociais e culturais dos artífices na Bahia do século XIX*, p.18.

⁷MORAES SILVA, Antônio de. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Na Impressão Régia, 1831, p.469.

irmandades ou dirigidos por juízes de sua escolha tomavam parte na organização do Regimento⁸ e na taxação dos preços das respectivas obras. Anualmente, eram eleitos em ato de Vereação um juiz e um escrivão de ofício de cada corporação, assim garantiam a representação das corporações na Câmara.

Em algumas corporações, os *mecânicos* criaram irmandades, nas quais escolhiam um santo que possuía afinidade com o ofício para que apadrinhasse a corporação. É o caso dos ourives de prata da Irmandade de Santo Elói, Bispo, a de São Crispim e São Crispiano, dos sapateiros e a de São José, dos carpinteiros e marceneiros.⁹ Assim como os colégios em Roma tinham seus deuses patronos de profissão.¹⁰

Segundo Freyre, até 1770, vigorou uma carta de lei, que determinava não exercesse ninguém arte alguma sem carta de examinação de seu ofício, cujos títulos eram passados pela Câmara do Senado local.¹¹

Nas corporações de *ofícios mecânicos*, os juízes e escrivães realizavam exame profissional e apenas os mestres examinados poderiam ensinar a seus escravos, a escravos alheios e a outros tipos de aprendizes, mas nem sempre os juízes e mestres entravam em consenso sobre quem deveria dar a licença para ensinar o ofício.¹² Em Pernambuco, alguns mestres deixavam a cargo de seus escravos o exercício do ofício, assim mantinham o controle do aprendizado e sua posição na hierarquia. Em resposta, alguns juízes a fim de defender a dignidade do ofício, resistiam em submeter a exame profissional negros e pardos cativos, a quem seus senhores ensinavam para não praticarem com as próprias mãos.¹³

⁸ Estatuto que regia a corporação e determinava o valor das obras ou dos serviços.

⁹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981, 474.

¹⁰ As “heterias” na Grécia e os *collegia ou corpora officum* em Roma são as primeiras referências às corporações profissionais na Antiguidade. In: REIS, Lysie. *A liberdade que vem do ofício: práticas sociais e culturais dos artífices na Bahia do século XIX*, p.13.

¹¹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, p.474. Nossas pesquisas revelam que pelo menos até 1798, pois nas posturas consultadas nos Termos de Vereações do período, encontramos condenações até 1798, para as pessoas que exerciam ofício sem carta de exame.

¹² Sobre a desavença entre os mestres tanoeiros e os juízes de ofício na Irmandade de São José no Recife. AHU, PE, cx. 114, doc. 8752. Lisboa, 4 de março de 1773.

¹³ FREYRE, Gilberto, *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, p.474.

A reclamação dos mestres tanoeiros contra os juízes da Irmandade de São José, com posse dos ofícios de carpinteiro, marceneiro, pedreiro e tanoeiro,¹⁴ ilustra as tensões entre mestres e juízes. O protesto dos mestres se dirigia à atitude dos juízes, que acrescentaram capítulos ao compromisso sem convocar a irmandade, um deles proibindo os mestres de “ensinar o mesmo ofício a escravo algum, ou fosse próprio, ou alheio, e bem assim o não poderiam ensinar a outra qualidade de aprendizes, sem licença dos mesmos juízes acumulando penas pecuniárias”.¹⁵ A atitude para os tanoeiros tinha outra explicação:

pôr os mestres do dito ofício na maior sujeição e obediência a eles juízes e fazer lugar o vil eximamente rendoso, por ficar no seu arbítrio a faculdade de permitir os aprendizes, cuja licença se conseguirá pelo preço que eles taxarem.¹⁶

A irmandade era regida por um *compromisso amigo*, ou seja, sem confirmação régia e não cabia aos juízes alterarem o compromisso sem a anuência dos confrades, interferindo nas prerrogativas dos mestres e pondo em jogo a autonomia dos mesmos.

Além dos ofícios citados, havia outros ofícios reconhecidos pelas Câmaras do Recife e Olinda, entre eles: seleiros, alfaiates, sapateiros e ourives, que são poucos se comparados ao leque de profissões reconhecidas em Portugal, que englobava marchantes e vendeiros de rua. Os dados para a cidade de Lisboa no século XVI contam 285 ofícios realizados por 50.250 pessoas.¹⁷

Nas corporações de *ofícios mecânicos*, as gradações variavam entre mestres, oficiais ou jornaleiros e aprendizes, os primeiros se examinados poderiam ensinar a aprendizes, os oficiais recebiam salário ou jornal e os aprendizes, apenas alojamento e alimentação.

O exame realizado em algumas licenças recebidas por mestres e em eleições de juízes e escrivães constata a ausência de *criolos*,¹⁸ pardos e pretos¹⁹ ocupando tais posições hierárquicas, para eles eram reservados os lugares de aprendizes e jornaleiros ou oficiais. Este dado é

¹⁴Fabricavam tonéis, pipas, barris. In: REIS, Lysie. *A liberdade que vem do ofício: práticas sociais e culturais dos artífices na Bahia do século XIX*, nota de rodapé 10, p. 111.

¹⁵AHU, PE, cx. 114, doc. 8752. Lisboa, 4 de março de 1773.

¹⁶AHU, PE, cx. 114, doc. 8752. Lisboa, 4 de março de 1773.

¹⁷BRANDÃO, João (de Buarcos). *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Coleção CIDADE DE LISBOA, Coordenação de José da Felicidade Alves, Livros Horizonte, p. 215

¹⁸Optamos por reproduzir a grafia que está na documentação.

¹⁹Reproduzimos aqui a tipologia apresentada na documentação. No final do século XVIII, os termos usados para classificar os filhos de mães africanas, refletiam mudanças na classificação da escravaria. O termo *criolo* estava associado diretamente à filiação africana, enquanto a condição de pardo, a partir desta data, vai se distanciando da ascendência africana.

confirmado pela pesquisa de José Luiz Mota Menezes sobre a presença de pardos e negros nas artes de Pernambuco, ao comprovar serem raras as cartas de habilitação destinadas a este segmento.²⁰

As distinções na composição da população e na organização da sociedade no reino e na América portuguesa explicam as distorções. Em Portugal, quando os africanos chegaram, as corporações já estavam constituídas e havia uma tradição herdada do mundo feudal “dos servos brancos”, que destinava a homens e mulheres brancos pobres o exercício de ofícios, o que levou algumas corporações a tentar impedir formalmente nos Regimentos a entrada dos mesmos.²¹ A característica escravista das sociedades formadas na América portuguesa alterou essa percepção. Não havia restrições à entrada de mulatos e negros nas corporações, o que não impediu os “brancos” de fazerem valer seu estatuto diferenciado, ao criarem mecanismos restritivos dentro destas instituições, que limitavam sua participação.

A reprodução da concepção corporativa na América portuguesa levou a criação de mecanismos distintivos, que se refletiram em todas as instâncias da sociedade. Na América portuguesa, foram criados hierarquias e estatutos diferenciados, que permitiram a incorporação de africanos e seus descendentes, desde que ocupassem locais pré-determinados.²² Para Lysie Reis, a presença de mulatos e negros nas corporações de *ofícios mecânicos* impediu que o sistema corporativo aos moldes português vigorasse na América portuguesa.

Na América portuguesa, as configurações profissionais se modificaram. Nas corporações de *ofícios mecânicos* de Pernambuco além da participação nas Câmaras Municipais, traço herdado do modelo português, alguns mestres conseguiram distinção por conservarem em seu poder o aprendizado e por manterem um segmento formado por mulatos e negros sem acesso à posição de mestres e para quem a condição lhes reservava apenas o lugar de aprendizes e algumas vezes de oficiais.

²⁰MENEZES, José Luiz Mota. “A presença dos negros e pardos na arte pernambucana”. In: ARAÚJO, Emanuel (org.). *A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Tenenge, 1988, pp. 83-85.

²¹REIS, Lysie, *A liberdade que vem do ofício: práticas sociais e culturais dos artífices na Bahia do século XIX*, p. 123.

²²MATTOS, Hebe Maria. “A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica”. In: J. Fragoso, F. Bicalho e F. Gouvêa. *O Antigo Regime nos Trópicos. A Dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

No Recife e em Olinda, algumas associações de trabalho formadas por homens de cor, também foram denominadas corporações pelos governadores da capitania,²³ a saber: *pescadores, canoeiros, ganhadores, marcadores de caixas de açúcar, pombeiras²⁴ e boceteiras²⁵ e comerciantes*. Num Edital produzido pelo governador Dom Thomaz José de Mello também são inclusas as fressureiras.²⁶

O uso do termo homens de cor ao invés de negros faz referência às categorias classificatórias usadas na época para os africanos e seus descendentes, que tinham como um dos critérios a cor.

Outra distorção se apresenta quanto aos que exerciam os ofícios supracitados, afora o ganho, os outros ofícios no reino e em outras regiões da América portuguesa eram destinados à população branca pobre ou pelo menos livre. Em Pernambuco, eram tradicionalmente ofícios de pretos, realizados por escravos, na maioria das vezes africanos. Por este motivo passaram a ser mal vistos e considerados desonrosos por outros segmentos da população, não conferiam distinção a quem os exercia e ao contrário de alguns *ofícios mecânicos*, não gradaram bons lugares na hierarquia social, porque sobre eles recaía o estigma de não exigirem aprendizado. Todavia eram indispensáveis ao bom andamento de alguns serviços nas cidades do Recife e Olinda.

A associação corrente entre procedência, etnia e ofício nas irmandades de pretos, por algum tempo, dificultou a identificação dos limites e distinções existentes entre as diversas instituições abarcadas pelas irmandades. Para entender o que acontece com as associações profissionais formadas por homens de cor nas últimas décadas do século XVIII é preciso ter em mente dois processos concomitantes: a ordenação do núcleo urbano do Recife e com menor intensidade o de Olinda e a criação de uma identidade leiga ligada ao trabalho decorrente das tensões entre o poder temporal e o poder espiritual durante a política pombalina. Em meio a essas

²³ Termo usado nas Patentes de governador dos canoeiros e pescadores e governadora das boceteiras e comerciantes e num Edital sobre se ordenar à formalidade do exercício que deve ter a Ribeira Nova do pescado, no qual se regula o exercício dos pescadores, pombeiras e fressureiras.

²⁴ O escravo que vende peixe nas ribeiras. In: Antônio de Moraes Silva, *Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 484.

²⁵ A palavra deriva de boceta, caixa pequena de papelão, madeira, redonda, oblonga, oval. In: Moraes e Silva, *Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 281.

²⁶ Mulher que vende fressura (forçura, o fígado, coração, bofes do boi, vaca, porco, e outros animais, que se come: de ventre, debulho). In: Antônio de Moraes Silva, *Dicionário da Língua Portuguesa*, p. 59-60.

tensões, as associações profissionais de homens de cor delimitaram espaços profissionais antes imbricados no interior das irmandades.²⁷

Pelo que se tem notícia, as irmandades de pretos do Recife e Olinda não agregavam ofícios. Mas os homens de cor antes de se organizarem em associações profissionais,²⁸ podiam ter nas irmandades a primeira experiência de sociabilidade e organização ou se organizado primeiramente em função do ofício e depois escolhido uma devoção.

Assim como os *mecânicos* escolhiam santos para apadrinhar as corporações, eles também tinham suas devoções, os canoieiros festejavam Nossa Senhora do Rosário em Olinda e Nossa Senhora da Conceição no Recife.²⁹

Algumas distinções são percebidas nas duas corporações. Nas corporações de pretos, a hierarquia se assemelhava à militar, na qual o cargo de governador era seguido por postos militares. A hierarquia presente na organização dos canoieiros chamou a atenção do viajante Kidder em passagem pelo Recife:

Existe entre eles uma espécie de hierarquia semelhante à militar. Alguns são eleitos por sufrágio dos demais, para os postos de sargento, alferes, tenente, capitão, major e coronel. Não são meramente nominais as suas honras. Quando inferiores ou particulares encontram oficiais superiores, são obrigados a saudá-los com uma, duas, três ou quatro varadas n'água, com o varejão. O número de varadas obedece à hierarquia do indivíduo saudado, o qual sempre retribui o cumprimento com uma única varada. A falta de continência é considerada, nessa comunidade aquática, indisciplina sujeita a certas penalidades. Entretanto, caso um canoeiro consiga passar à frente de um superior, por habilidade ou sorte, está isento da continência.³⁰

Outro documento confirma a descrição de Kidder e a apropriação da hierarquia militar por outras corporações.

²⁷Embora concordemos com o argumento de Eduardo Romero de Oliveira de que no reinado de D. Maria I “houve um maior entrelaçamento da política com a religião”, acreditamos que as tensões entre os poderes temporal e espiritual durante o período pombalino alicerçaram, posteriormente, alguns movimentos das hierarquias de cor em Pernambuco. OLIVEIRA, Eduardo Romero de. “A idéia de Império e a fundação da Monarquia Constitucional no Brasil (Portugal-Brasil, 1772-1824). In: *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 18, pp. 43-63.

²⁸Nas Listas de pagamento dos irmãos das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Recife e Nossa Senhora do Terço, produzidas ao longo do século XVIII, poucas vezes se faz referência ao ofício dos confrades.

²⁹COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Vocabulário Pernambucano*. 2ª ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado de Pernambuco, 1976. (Coleção Pernambucana, v. 2).

³⁰KIDDER, Daniel Parisch. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/Ed. USP, 1980, (Coleção Reconquista do Brasil – Nova Série, v. 16), p. 96-97

havendo respeito à preta forra Josefa Lages estar servindo o posto de coronela das pombeiras da Repartição de Fora de Portas.³¹

Luís Geraldo Silva afirma que a hierarquia semelhante à militar reproduzia a hierarquia das milícias dos Henriques, contudo as informações apontam para instituições, cuja formação das hierarquias era híbrida, aproveitando-se das hierarquias de outras instituições, inclusive das “hierarquias do rei do Congo” da Irmandade do Rosário, nas quais abaixo do rei, estavam o vice-rei e os governadores seguidos por oficiais militares.³²

Uma comunicação do governador Caetano Pinto confirma esta relação, ao comprovar a existência de “Reis e governadores, que por suas cartas e patentes nomeassem secretários de Estado, generais, tenentes-generais, marechais, brigadeiros, coronéis e todos os demais postos militares”.³³

Ainda não há indícios suficientes para entender todos os aspectos da organização, como se dava a gradação de postos e como relacionavam o ofício e a hierarquia militar. Acredita-se que à semelhança das corporações de *ofícios mecânicos* nas quais as corporações de pretos deviam se espelhar e apesar das distinções entre elas, o lugar na hierarquia era determinado também pela habilidade no exercício do ofício adicionada a outras características como liderança e capacidade de disciplinar os subordinados. A hierarquia militar não invalida o bom exercício do ofício como um critério de avaliação, apenas indica a existência de outros critérios, que não se baseavam apenas no aprendizado do ofício.

Na falta de um documento similar para o período em questão, um processo do Tribunal da Relação produzido em 1832, bem depois da extinção das corporações na Constituição de 1824, fornece dados sobre o seu funcionamento. Eis um resumo do processo:

O comerciante Samuel Ritchen aluga a canoa do preto Antônio, escravo de Manoel Luis da Veiga, para ir da cidade de Olinda para o Recife, ao perceber que o preto mudara o percurso, deixando-lhe distante das margens, o comerciante ao descer dá umas pancadas no preto com a vara da canoa, levando-a depois enquanto a canoa era levada pela maré. O preto não pôde fazer nada para salvá-la. No dia seguinte, quando

³¹Carta Patente de governadora das pombeiras dada pelo governo interino no Recife em 12 de novembro de 1802. Patentes Provinciais, cód. XI, fls. 279-279v.

³²SILVA, L. G. “Da festa à sedição: sociabilidades, etnia e controle social (1776-1814)”. In: *História Questões e Debates*, Curitiba: Editora UFPR, 1999, ano 16, n° 30, p. 83-110.

³³Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao Ouvidor Geral da cidade de Olinda, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, sobre a insubordinação dos pretos do Recife e Olinda, 24 de dezembro de 1815. OG, cód. XV, fls. 160-161v.

o preto foi pegar a vara na casa de Samuel, este pediu que ele subisse até o primeiro andar onde foi amarrado e espancado por mais três homens, o negociante e seus caixeiros. O preto permaneceu preso até que uma testemunha avisasse a seu dono, que foi soltá-lo com o governador do porto das Canoas e o Major dos Canoeiros. Por causa deste incidente o dono do preto está processando Samuel e seus companheiros responsáveis pelo delito.³⁴

De acordo com os testemunhos, o governador e o canoeiro eram escravos de senhores distintos, o que havia em comum entre eles era o fato de exercerem o mesmo ofício e de pertencerem à mesma associação profissional. O preto Antônio, além de ser escravo e canoeiro, era membro da “Capataria” dos canoeiros e este pertencimento criava solidariedades entre seus membros, o que explica uma das funções dessas associações.

A participação do governador do Porto das canoas e de alguns oficiais de sua hierarquia é exemplar da influência atribuída às associações de trabalho na resolução de conflitos relacionados ao exercício do ofício. A jurisdição criada em torno do exercício do ofício é respeitada por outras instâncias da sociedade e serve para proteger seus membros e evitar interferências nas suas obrigações. A linha de pertencimento em torno da identidade profissional criava espaços de sociabilidades, que influenciavam não só as relações intragrupo como as relações com outras pessoas a quem tocava diretamente o exercício do ofício.

A defesa dos acusados se pauta na justificativa que as contusões no preto foram provocadas pelos castigos que seus superiores o infligiram na “Capataria” do Porto das Canoas.³⁵ Em nenhum momento fica provada a assertiva, mas os acusados elaboram sua defesa fundamentada no costume, que reservava à instituição a competência de punir os delitos cometidos por seus membros no exercício do ofício.

Porque sendo o preso escravo do Apelante conduzido a presença dos canoeiros seus superiores foi ali castigado segundo costume entre eles observado quando acontecem fatos desta, ou outra qualidade³⁶

O uso do termo “Capataria” em lugar de corporação evidencia a existência histórica do termo. Quando as corporações são extintas, o sentido de organização solidária sobrevive, porém, o termo cai em desuso.

³⁴IAHGPE, Processo do Tribunal da Relação, Cx. 02, 1832.

³⁵IAHGPE, Processo do Tribunal da Relação, Cx. 02, 1832.Informação dos réus, fl. 42.

³⁶IAHGPE, Processo do Tribunal da Relação, Cx. 02, 1832.Informação dos réus, fl. 42

As corporações de pretos podem ser comparadas aos *cantos*,³⁷ por serem organizações solidárias com fins à proteção e ajuda mútua, todavia o diferencial está no critério étnico valorizado nos *cantos*. A configuração identitária das corporações estaria muito mais próxima da configuração dos *cantos* no final do século XIX.

No início do século XIX, os *cantos* eram formados quase exclusivamente por escravos africanos, já no final do século, devido à decadência da escravidão em Salvador e na Bahia, passaram a reunir livres e libertos e além de africanos, uma gama variada de cores, que incluía brancos e quase brancos.³⁸

As corporações reuniam africanos, pardos, *criolos*, livres, escravos e forros.³⁹ As classificações presentes nas patentes de governador denotam que o termo preto na época ainda era usado predominantemente para escravo africano, para indicar mudança de condição, usava-se preto forro. O termo preto ainda aparecia associado ao termo *criolo* e neste caso, pressupunha cor e *criolo*, a condição de escravo nascido no Brasil.⁴⁰ O termo pardo fazia referência à cor da pele mais clara e a um distanciamento da descendência africana, embora não se desvincilhasse do estigma da cor.

A sociedade escravista tentava criar com estas classificações distinções entre os homens de cor. Em algumas situações, a segregação foi bem sucedida, por outro lado, não impediu, devido às condições próprias de cada local, a criação de solidariedades, que não se baseassem apenas na experiência da escravidão. Ao mesmo tempo em que a sociedade escravista tentava segregar os homens de cor por meio de distinções,⁴¹ fornecia instrumentos para os mesmos criarem espaços de solidariedade.

A associação de diferentes cores e condições no mesmo espaço é esclarecedora da condição social dos descendentes de africanos em Pernambuco na passagem do século XVIII, os quais pela proximidade com a condição escrava e pela incidência do estigma da cor, embora

³⁷ grupos de trabalho etnicamente organizados.

³⁸ REIS, João José. “De Olho no Canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição”. In: *Afro-Ásia*, n° 24, Bahia, pp. 199-242.

³⁹ Ao enumerar assim, quisemos demonstrar a diversidade de tipos que ocupavam esses locais.

⁴⁰ Para uma discussão sobre as categorias de classificação referentes aos negros vide Hebe Mattos, *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 16-17.

⁴¹ Tem-se o exemplo do Terço da gente preta formado por *criolos* e africanos forros. O Terço era dos Corpos de Milícias (ou simplesmente Milícias), que permitiam e obrigavam a participação de pretos e pardos, enquanto as Ordenanças eram formadas por “brancos”. Ambas, Milícias e Ordenanças, consideradas “tropas auxiliares”, eram distintas das chamadas “tropas regulares” ou “tropas de primeira linha” (posteriormente denominadas exército).

criassem estratégias para se diferenciarem dos escravos, a sociedade em que viviam criava mecanismos para achatá-los sob a condição de escravos e lhes negava maior participação em espaços profissionais ocupados por “brancos”.⁴²

No mundo do trabalho urbano, os descendentes de africanos também foram empurrados para espaços profissionais associados à escravidão. Este fato colaborou para que o ofício não fosse identificado como um item na distinção da cor ou condição e nas corporações, seus membros estivessem mais voltados para a construção de uma identidade profissional desvinculada da identidade étnica.⁴³

A organização corporativa foi uma das alternativas possíveis àqueles que exerciam ofícios “desonrosos”, de criarem uma identidade coletiva fundada no exercício do ofício em comum e de se fazerem representar por ela. Em busca de inserção, em Pernambuco, os homens de cor criaram estratégias de sobrevivência baseadas em leituras próprias do funcionamento e dos mecanismos de representação dessa sociedade. Nas corporações, usaram formas de organização tradicionais, que, a princípio, serviam para excluir-lhes, para criar novas formas de trabalho baseadas na solidariedade e proteção mútua. Tal é a organização e a importância que assumem no ambiente urbano, que os governadores da capitania de Pernambuco passam a reconhecer seus governadores com Cartas Patentes.

A concessão de patentes, neste momento, se insere entre as regras de controle criadas tanto pelos governadores da capitania quanto pelas Câmaras do Recife e Olinda para regular as liberdades que vinham do ofício.

Nas patentes, os governadores da capitania ordenam ao governador dos pretos e seus subordinados que “obedeçam e cumpram as suas ordens relativas ao Real Serviço e bem público assim como devem e são obrigados”. Com isto, pretendiam transformar o governador em intermediário da ordem vigente, subordinar as corporações e criar um canal de negociação direta entre o governador da capitania e as corporações.

As ações dos governadores da capitania e das Câmaras do Recife e Olinda intentavam transformar as corporações em instituições disciplinadoras, a serviço das administrações colonial

⁴² As novas identidades, portanto, são construídas no contexto da escravidão, do desarranjo das relações, da necessidade de distinguir-se em relação a uma massa de escravos, que olhada de cima parecia um todo homogêneo e do achatamento da condição de escravo.

⁴³ Pode-se aventar a possibilidade de serem a maioria angolas e *criolos* e por isso, neste caso específico, não tinham necessidade de operacionalizar a identidade étnica.

e municipal, coadunando a disciplina já presente nestas instituições à ordem vigente, visto que a sua autonomia, algumas vezes, se convertia em incômodos à ordem pública ou se opunha às diretrizes dessas administrações.

O crescimento do Porto do Recife no século XVIII deu relevo às atividades urbanas e de comércio desenvolvidas em sua maior parte por homens de cor, destacando-se o trabalho realizado pelos marcadores de caixas de açúcar indispensável ao controle da quantidade e qualidade dos produtos exportados, o transporte de pessoas, materiais de construção e do açúcar, dos armazéns até os navios de onde era exportado, feito pelos canoeiros e o comércio de gêneros realizado pelas vendedeiras, pombeiras, fressureiras e pescadores, que também embarcavam açúcar nas jangadas.

Nos bairros do Recife, concentrava-se a maior parte da população de cor, que chegava a aproximadamente 2/3 da população. Em 1814, o governador Caetano Pinto faz referência a quinze mil pretos e mulatos. Koster diz que chegavam a 25.000 habitantes nos três bairros do Recife, contando os brancos, mulatos e negros livres, e escravos de vários matizes.⁴⁴

Para se ter uma idéia da participação dos homens de cor nas duas cidades nas atividades ligadas a seus rios, a informação de José César de Menezes ao secretário Martinho de Mello e Castro numerou 75 pescadores em Olinda e 208 no Recife, nesta última, 423 marinheiros e 227 que faziam o comércio de transporte pelo rio e ribeiras.⁴⁵ Sabe-se que havia homens de cor de diferentes qualidades e condições exercendo estes ofícios, mas é importante ressaltar a presença expressiva de escravos africanos.

No ambiente urbano, novas relações são estabelecidas entre senhores e escravos, continuavam existindo escravos domésticos, mas a predominância era de escravos de aluguel e de ganho, estes últimos pagavam ao senhor uma quantia previamente estabelecida ou jornal, que podia ser diário ou semanal. A maioria residia longe de seus senhores, situação que no exercício do ofício lhes possibilitava regular o tempo, o valor dos serviços e das mercadorias negociadas.

⁴⁴KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Recife: Secretária de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1978 (Coleção Pernambucana, v. XVII), p. 32

⁴⁵Ofício do governador José César de Menezes ao secretário Martinho de Mello e Castro. Recife, 10 de outubro de 1775. AHU, PE, cx. 120, doc. 9196.

Para João Reis, assim como comprova esta pesquisa, a liberalidade dos senhores em relação aos escravos no ambiente urbano resultou da necessidade econômica.⁴⁶

A forma como se apropriavam do espaço fazia a situação da população de cor passar por instâncias não-privadas e demandava a criação de mecanismos de controle condizentes com a nova situação.

A prosperidade do açúcar, do tabaco e do algodão resultava no emprego ainda maior de mão-de-obra escrava, período que coincide com uma crise no abastecimento interno, em decorrência os gêneros rareavam e encareciam. A farinha, as carnes verde e seca e os miúdos das reses eram repassados ao povo pelas vendedeiras e fressureiras, que vendiam nas ruas e pelos carneiros nos açougues, e o peixe era atravessado por pescadores e pombeiras.

Esses ofícios eram destinados a pessoas de cor, sobretudo escravos africanos, e, por isso, mal vistos pelo resto da população. O que lhes reservou a posição de intermediários do acesso do público aos serviços que realizavam e às mercadorias por eles negociadas, posição que se tornou privilegiada por lhes oferecer autonomia sobre parcela significativa dos serviços e do comércio essenciais à vida no Recife e em Olinda. Eles sabiam da utilidade de seus serviços para a população, seja no transporte, na marcação de produtos que saíam da capitania ou na venda de gêneros de primeira necessidade.

Em tempo de crise de abastecimento, em que os senhores de engenho e lavradores deixavam de plantar mandioca e os atravessadores impediam que a carne chegasse aos açougues, a procura pelo pescado e miúdos das reses aumentava e os vendedores desses gêneros aproveitavam para encarecer o preço.

A necessidade obrigava aqueles que dependiam dos serviços e mercadorias a pagarem o preço cobrado, dando aos membros das corporações, margem para regulá-lo. Neste sentido, as corporações funcionavam como verdadeiras instituições monopolistas, nas quais se montavam redes organizadas para ter controle sobre os serviços, seus rendimentos e os preços das mercadorias, comportamento também observado na relação entre pescadores e pombeiras, na

⁴⁶ REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra ao Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 118.

qual estas serviam de intermediária na venda de pescado ao povo, garantindo o controle do preço.⁴⁷

Analisando as possibilidades abertas aos homens de cor nas cidades de Olinda e Recife, é impossível não fazer relação entre o crescimento de seus núcleos urbanos com o incremento das atividades do Porto e a maior demanda por ofícios associados à escravidão, estes, como se comprovou, de maior utilidade para toda a população. No Recife e em Olinda, o que causa estranhamento é a presença de pardos e *criolos* em algumas posições hierárquicas de trabalho inicialmente destinadas a africanos cativos e libertos.

A presença de pretos, pardos, *criolos*, forros e escravos realizando os mesmo ofícios, a princípio destinados a africanos cativos e libertos, tem como explicação várias situações, eles podiam trazer da irmandade uma certa tolerância ou menor resistência a dividir com os africanos espaços de sociabilidade e solidariedade; segundo, podia ser sintomática do pouco acesso que tinham os descendentes de africanos a outros setores no mercado de trabalho urbano; e, por último, a maior demanda por esses serviços como também sua rentabilidade podia atraí-los.

Há um momento de redefinição social no mundo do trabalho urbano, de crescimento das profissões urbanas e aumento da mão-de-obra empregada nelas. Os governadores da capitania ao classificarem as associações de trabalho como corporações, procuravam dar conta da realidade desses grupos, apontando para as semelhanças com o que conheciam por corporações e os diferenciando de pessoas que exerciam ofícios desvinculados das mesmas, nomeavam para melhor conhecerem e controlarem.

A maior parte dos escravos presentes nas corporações eram ganhadores, seja qual fosse o ofício. Mas como foi exemplificado, havia corporações de ganhadores e corporações identificadas ao ofício, um exemplo é a divisão entre pombeiras, fressureiras e boceteiras e comerciantes, que eram escravas de ganho ou domésticas. A especialização tinha como função evitar a concorrência entre eles, mas servia às autoridades coloniais na criação de mecanismos de controle mais eficientes para cada grupo.

A explicação de Lysie Reis para a opção de se organizarem dos trabalhadores, dada para a associação dos homens de cor nos montepios profissionais, em parte pode servir para explicar a opção dos homens de cor em Pernambuco de se associarem profissionalmente. Para Lysie Reis

⁴⁷Termo de Vereação da Câmara do Recife, Diversos III (1802-1817), 22 de janeiro de 1812.

“no âmbito profissional, o fato de estar coletivizado propiciava status social e os diferenciava, enquanto classe de trabalhadores”, nós complementaríamos, tanto dos que exerciam ofícios individualmente quanto daqueles associados nas corporações de *ofícios mecânicos*.

Não se sabe que circunstâncias específicas levaram a associação em corporações, nem este é o objetivo do presente artigo. Pode-se dizer, que numa sociedade escravista cujas funções sociais eram pré-determinadas para os africanos e seus descendentes, a reserva de determinadas ocupações para a população de cor criou, neste caso, um elemento de identificação em torno do qual foram geradas relações de solidariedades, alianças e redes de proteção mútua, criando uma identidade profissional não associada ao critério étnico. E, posteriormente, a possibilidade de ascensão vertical nestas instituições era uma alternativa às restrições a posições melhores nas corporações de *ofícios mecânicos*.

A irmandade era uma importante instituição encarregada da caridade e do socorro, mas os homens de cor precisavam de uma instituição que tivesse a mesma equivalência para o ofício e pudesse oferecer proteção para resistirem ao controle senhorial e das autoridades coloniais.

Pelas informações das Câmaras do Recife e Olinda, vê-se que as corporações não eram apenas organizações solidárias criadas com o fim de proteger mutuamente seus membros ou simplesmente evitar a competição, passava pela construção de uma rede entre seus membros responsável por regular os preços e estabelecer valores para serviços e mercadorias, que obrigavam o “povo”, devido a sua necessidade, a pagá-los. Dito de outra forma, o controle sobre os serviços e mercadorias possibilitava a seus membros liberdade na cobrança de valores, uma espécie de concorrência às avessas, à população não restava escolha.

Numa economia monopolista como era a colonial, em que indivíduos e grupos controlavam desde os preços dos produtos exportados e importados até o preço dos víveres vindos do Sertão, as corporações por deterem uma importante parcela do pequeno comércio, seja na prestação de serviços, que implicavam a sua participação no exercício de funções específicas na economia de exportação, como os canoeiros responsáveis pelo transporte das caixas de açúcar e marcadores, pelo controle dos efeitos que saíam do Porto do Recife, seja na venda ao povo dos gêneros que necessitava, fizeram uso dos instrumentos monopolizadores da economia.

Nas corporações de *ofícios mecânicos*, os *mecânicos* tomavam parte na organização do Regimento e na taxação das obras, uma das funções do Regimento era taxar o preço dos serviços e obras dos *mecânicos*.

Não há informação do uso de qualquer registro escrito nas corporações de pretos,⁴⁸ mas a forma como se organizavam permitia que tivessem controle sobre o preço dos serviços e mercadorias, praticando o monopólio assim como faziam outros segmentos da sociedade colonial. Esse controle se desdobrava no exercício do ofício, mesmo que não pudessem restringi-lo fora das corporações, devia ser difícil concorrer com tais organizações, entendendo que o exercício do ofício fora das corporações desequilibraria a teia de relações formadas dentro das mesmas.

As semelhanças entre as corporações de *ofícios mecânicos* e as corporações de pretos sugerem que os homens de cor se apropriaram de elementos de sua organização e podem ser entendidas como exemplo de formas de corporativismo na América portuguesa.

Os elementos da organização das corporações de ofícios foram operacionalizados com elementos trazidos da irmandade e reformulados para a construção de uma nova instituição. Na organização, as corporações de pretos aproveitaram a hierarquia do rei do Congo, que condensava características de outras hierarquias. Enquanto na trajetória, assemelham-se às corporações de *ofícios mecânicos*, assumindo uma perspectiva monopolista do ofício, dos serviços e mercadorias, que afinal eram suas “obras”.

Os homens de cor ressignificaram as relações através do controle sobre o pequeno comércio estabelecendo redes que protegiam as liberdades decorrentes desse controle.

Na documentação, não se fala explicitamente das funções assumidas pelas corporações. Mas, certamente, colaboraram nas iniciativas de seus membros, seja dos escravos ou dos homens de cor em geral, reforçando a identificação entre eles, sobretudo entre as categorias, que em outras situações estariam segregadas e os organizaram na defesa de pequenas liberdades, evitando a interferência de outras instâncias.

Artigo recebido em 14/12/2008 e aprovado em 08/02/2009.

⁴⁸Nos Compromissos das Irmandades de pretos fica registrada a dificuldade em encontrar pretos letrados, o que fazia com que os cargos que exigissem saber ler e escrever, fossem reservados aos brancos.

O movimento de favelas de Belo Horizonte e as representações do passado (1960-1980)

Samuel Silva Rodrigues de Oliveira¹
Mestre em *História e Culturas Políticas* pela UFMG
samu_oliviera@yahoo.com.br

Resumo

O artigo discute as representações do passado da luta dos trabalhadores favelados nas décadas de 1960 e 1970/80. Desvendar-se-á duas lógicas discursivas que elaboraram sentidos políticos distintos para o ator coletivo, bem como as permanências e rupturas na ação política do movimento de favelas. Essa análise será feita partindo da crítica ao *Levantamento Histórico do Aglomerado Cabana do Pai Tomás*, produzido em 1984, no momento da redemocratização do país.

Palavras-chave: movimento de favelas, ditadura militar, democracia, memória.

Abstract

The article discusses the representations of the past of the struggle of the slum-workers in the decades of 1960 and 1970/80. One will unmask two discursive logical ones that prepared political different senses for the collective actor, as well as the permanences and breaks in the political action of the movement of slums. This analysis will be made leaving of critical to the *Levantamento Histórico do Aglomerado Cabana do Pai Tomás*, produced in 1984, at the moment of the redemocratização of the country.

Keywords: movement of slums, military dictatorship, democracy, memory.

O artigo tem como objetivo contribuir para reflexão acerca da identidade do movimento de favelas de Belo Horizonte. Dentro desse tema, não abordaremos a rede de conceitos e palavras articuladas na apreensão da realidade e na construção de uma visão de mundo. Também não trataremos da forma como o ator constituiu uma auto-representação (“nós”) e figurou uma alteridade (“eles”). Focalizaremos as representações do passado e os interesses e projetos políticos implicados na leitura das experiências de luta dos trabalhadores favelados em duas épocas distintas: no contexto da democratização do regime militar e em período anterior ao Golpe de 1964.

¹ Defendeu a dissertação “*A favela vem à cidade e não é para sambar*”: o movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964), sob a orientação do Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta.

A relação entre identidade coletiva e ação política é central nessa análise. Pressupõe-se que o discurso e a imaginação social são capazes, quando interiorizados, de interpelar o cidadão a ação, provendo-o de uma visão crítica as suas experiências. As representações do mundo social estão imbuídas da capacidade de convocar energias, convencendo indivíduos e grupos a agirem em conjunto².

Sob esse prisma, as representações são colocadas no centro das análises por revelarem os interesses e por constituírem o meio pelo qual visões de mundo antagônicas projetam-se na conformação da sociedade. Segundo Roger Chartier, os atores sociais, através das representações, são capazes de “traduzirem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e (...), paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostaria que fosse”³. Desse modo, os grupos confrontam modos de ver e imaginar a realidade, tentando tornar hegemônicos seus interesses. Mais que ser reflexo de uma estrutura, a representação influi na sociedade, contribuindo para a manutenção de um equilíbrio ou para transformação das hierarquias entre os grupos.

Os debates sobre a relação entre identidade e os movimentos sociais tem esgarçado os limites de construção de um objeto marcado pelas análises estritas às estruturas sócio-econômicas. Ao contrário dessas interpretações centradas na relação direta entre economia e ação, evocando-se uma lógica utilitária e materialista para os atores políticos, este artigo pressupõe que os grupos são formados e mobilizados a partir da construção de uma auto-imagem, do compartilhamento de uma visão sobre a sociedade e de leituras do passado e expectativas de futuro. Dentro dessas considerações, passamos a levar em conta as especificidades históricas para emergência dos personagens sociais e os valores implicados na ação coletiva; da mesma forma, contribuimos para desconstrução das concepções analíticas que pressupõe um sujeito universal e uma “racionalidade” generalizável a todas as práticas humanas⁴.

² Cf. BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *ENCICLOPÉDIA Einaudi*. V. 5. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985 (Anthropos-Homem), pp. 308-313; LAPLANTINE, François & TRINDADE, Liane Salvia. *O que é imaginário?* São Paulo: Brasiliense, 1996, pp. 10-20; CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 139-164.

³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p.19

⁴ Cf. SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 54; COELHO, Franklin Dias. *História Urbana e movimentos sociais: O Movimento de Reforma Urbana (1950-1990)*. 1996. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, pp. 40-44.

Apesar de sermos críticos a relação direta estabelecida entre a economia e o sentido da ação política no movimento de favelas, não podemos deixar de reconhecer a imbricação do político com as relações sócio-econômicas. Em Belo Horizonte, os dois momentos que analisaremos – 1960 e 1970/80 – foram de expressivo crescimento das favelas. Entre 1955 e 1965, o número de habitantes nas favelas passou da ordem de 36.432 para 119.799; entre 1981 e 1985 esse número foi de 233.500 para 550.000⁵. Esses dados indicam forte relação entre o momento de mobilização analisado e o crescimento da desigualdade no acesso a bens de consumo coletivo (esgoto, água, luz, etc.). Apontam para a acentuação de um modelo de desenvolvimento da cidade que tem perpetuado a segregação sócio-espacial e um correlato movimento de contestação desse paradigma. Todavia, a questão é compreender como surgiu essa contestação, como as condições sociais foram mediadas, através das representações do mundo e dos vínculos forjados no campo político. As relações entre estrutura sócio-econômica e a política não são imediatas, como um “reflexo”; na comunicação de uma esfera a outra existe mediações que devem ser compreendidas⁶.

O debate a cerca da representação do passado no movimento de favelas será realizado através da crítica ao *Levantamento Histórico do Aglomerado Cabana do Pai Tomás*⁷. Produzido em 1984, pelo governo do PMDB (*Partido do Movimento Democrático Brasileiro*), o *Levantamento Histórico* compõe-se de duas partes: a primeira, uma coletânea de reportagens sobre a formação do aglomerado Cabana do Pai Tomás; a segunda, uma transcrição de um debate entre lideranças do movimento de favelas. Apresentado pela *Secretaria de Trabalho e Ação Social* no primeiro governo de Hélio Garcia (1984 – 1987)⁸, ele era resultado de uma pesquisa, integrando-se a dois outros estudos: “*Proposta de Legalização e Urbanização*” e “*Documentação Fotográfica*”.

⁵ Cf. MINAS GERAIS. Levantamento da População Favelada de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1966.p.18, PLAMBEL (1989) *apud* FILHO, João Bosco Moura Tonucci, ÁVILA, Jorge Luís Teixeira. Urbanização da pobreza e regularização de favelas em Belo Horizonte. In: *Anais do XIII Seminário sobre Economia Mineira*, http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A117.pdf, p.21, consultado em 10 de fevereiro de 2009.

⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 165.

⁷ Tomei contato com esse material quando realizava entrevistas para a minha dissertação de mestrado. Edson Fantitni apresentou-me o *Levantamento Histórico do Aglomerado da Cabana do Pai Tomás* como um importante trabalho que deveria ser levado em conta para tratar a história do movimento de favelas. Um exemplar do *Levantamento Histórico* encontra-se na biblioteca da Fundação João Pinheiro.

⁸ Hélio Garcia foi prefeito entre 1982 e 1984 e vice-governador que assumiria o posto deixado por Tancredo em 1984, quando este deixou o cargo para disputar a presidência.

O *Levantamento Histórico* foi o lugar onde se cruzou a ação política voltada para regularização fundiária do aglomerado Cabana do Pai Tomás e a representação do passado para justificar tal processo. Ele foi o espaço onde se materializou um esforço de reconhecimento dos moradores de favelas como cidadãos, servindo para atualizar experiências que legitimavam e instituíam práticas para garantia do direito à moradia em Belo Horizonte. A memória, no *Levantamento Histórico*, possui a função de “atualizar lembranças agindo”, servindo mais à ação política que à construção de um conhecimento⁹. A representação do passado abria um horizonte de espera para os grupos e indivíduos ligados ao movimento de favelas¹⁰.

Nas décadas de 1970 e 1980, o sentido de resgatar uma memória para conhecer o passado recente da história brasileira estava carregado de gestualidade política. A unidade de sentido que permeia o *Levantamento Histórico* tinha por objetivo restituir uma “verdade” para a ocupação da Cabana do Pai Tomás que teria sido suprimida pela censura da ditadura militar. O trabalho empreendido pelo governo estadual é contemporâneo ao projeto *Brasil: Nunca Mais* (1979-1985) e a procura da sociedade pela “justa memória” dos acontecimentos da história republicana recente. A luta pela democratização, a abertura de registros históricos e a presença de novas gerações contribuíram para estimular contendas sobre a representação da implantação e da trajetória do regime militar. O fato de esperanças e projetos terem sido interrompidos com violência pela ditadura tornava essa memória “explosiva”, capaz de contestar o regime e sua legitimidade¹¹.

Mesmo sendo uma memória voluntária, produzida com o fim de documentar e recontar a história de luta dos moradores da Cabana do Pai Tomás, o *Levantamento Histórico* está repleto de tensões que não foram previstas por quem o produziu. A forma como foi construído, composto de recortes de jornais e um debate sobre o processo de ocupação da Cabana do Pai Tomás,

⁹ SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p.53.

¹⁰ Para uma discussão sobre a função política da representação do passado expressa pela memória e história cf. ARENT, Hanna. A quebra entre o passado e o futuro. In: *Entre o passado e o futuro*. 5ª ed. – São Paulo: ed. Perspectiva, 2001. pp.28-42; BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política*. 7ª ed. – São Paulo: ed. Brasiliense, 1994.p.222-234; SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.

¹¹ Para compreensão dessa disputa e do sentido presente no resgate da história dos grupos de esquerda cf. ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e Luta Armada. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.43-93. (O Brasil Republicano; v. 4). MORAES, Denis. *As esquerdas e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989; *BRASIL: NUNCA MAIS*. 19ª - Petrópolis: ed. Vozes, 1985.

permite que múltiplos sentidos irrompam da fonte. Dessa maneira, a desconstrução do *Levantamento Histórico* como monumento da sociedade brasileira e belo-horizontina do período, possibilita a exploração de muitos traços da realidade social e política; esse artigo focalizará apenas as permanências e descontinuidades das representações do passado do (no) movimento de favelas de Belo Horizonte. Realizar esse caminho pode nos indicar as permanências de valores políticos e lógicas culturais aprendidas no período democrático de 1945 a 1964, trazendo o questionamento do que havia de “velho” nos “novos” movimentos sociais das décadas de 1970/80.

O movimento de favelas em período anterior ao *Golpe de 1964* e a importância das lutas da Vila dos Marmiteiros (São Vicente de Paulo)

O *Levantamento Histórico* recorre a discursos exteriores – recortes jornais e falas dos participantes do movimento de favelas – para compor um quadro de evidências que legitime uma versão da história do movimento de favelas da Cabana do Pai Tomás. Nessa medida, ele guarda um conjunto de referências sócio-políticas da década de 1960 que foram resignificados no contexto da democratização; todos esses rastros da ação política anterior à ditadura são apresentados como a história da luta dos oprimidos da Cabana do Pai Tomás, interrompida e suprimida pela ditadura militar. Nessa operação de composição de um corpus documental e um discurso, o sentido das representações e das práticas, anteriores ao Golpe, foram colocadas como periféricas. Para acessar essas significações, é necessário cruzar o *Levantamento Histórico* com outros documentos que revelem a semântica política da luta dos favelados na década de 1960. Esse caminho vai nos levar para uma história que extrapola a trajetória do Aglomerado Cabana do Pai Tomás.

Para explorar a representação do passado das lutas dos favelados em período anterior ao Golpe, apresento a seguir a fala de Francisco Nascimento no “debate sobre o processo de ocupação da Cabana do Pai Tomás”, em 1984, transcrito no *Levantamento Histórico*. Francisco Nascimento usava sua memória e experiência, para mostrar conhecimento e liderança do movimento de favelas, legitimar a associação da qual era presidente (a *União dos Trabalhadores de Periferia*) e indicar soluções para a legalização da Cabana do Pai Tomás:

Eu já me referi a isto no princípio, quando falei que o que nós estamos sugerindo, por enquanto, para essas áreas onde possa haver uma certa pendência judicial, de parte da área, ou de toda a área, é que haja realmente a desapropriação ou a compra, adquirir amigavelmente a área e depois, se promover a reorganização, completando com a regularização da posse da terra. Aliás, como nós reunimos algumas autoridades nas reuniões semanais que estamos fazendo [na União dos Trabalhadores da Periferia], a nossa sugestão é que, nós demos até o exemplo e isso já houve em Belo Horizonte, com muito mais repercussão na época, embora ulterior a 73, foi a luta dos companheiros da Vila São Vicente. *Foi a primeira e grande luta dos favelados em Belo Horizonte. Foi da Vila São Vicente de Paula, antiga Vila dos Marmiteiros. Foi uma luta que durou de 1948 a 1957. Oito anos de luta para disputarem a posse do terreno, porque eles foram pra lá e depois descobriram que os terrenos eram de particulares. Eles lutaram, lutaram, perderam a causa em todas as estâncias, foram até o Supremo Tribunal Federal. Que eu acho que isso também é um caminho que tem a percorrer*¹²

Esse testemunho é revelador de um discurso que procurava a origem da luta dos favelados na Vila São Vicente. Mais importante ainda é a posição que Francisco Nascimento ocupou no movimento social: ele foi um imigrante da Bahia que chegou à cidade em meados da década de 1950, morou na Vila Nosso Senhor dos Passos (“Buraco-quente”), próxima a Vila Pedreira Prado Lopes, e foi presidente da *Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte* entre 1962 e 1964. Mesmo não participando diretamente da luta da Vila dos Marmiteiros, indicava aquela experiência como um norte para as ações políticas dos “trabalhadores da periferia”. Em 1984, depois de quase 30 anos da conquista da Vila São Vicente (1957), ela continuava a ser uma referência como a “primeira grande luta dos favelados”, pontuando um início e um exemplo para o movimento social; na ocasião do debate, essa informação não foi contestada, sinalizando concordância ou mesmo irrelevância da lembrança. Todavia, a duração e a generalidade assumida pela experiência da Vila São Vicente na fala de Francisco Nascimento indica que estamos lidando com o fragmento de uma imaginação social e política mais ampla.

O processo de luta da Vila São Vicente foi tomado como *referência e modelo de ação política* que ecoou em várias associações de vilas e favelas ligada a *Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte* (FTFBH). Criada em 1959 e registrada no cartório em 1960, a FTFBH difundiu um tipo de associativismo derivado da luta dos favelados na Vila São Vicente; em 1948, eles criaram a primeira *Associação de Defesa Coletiva* (ADC), também

¹² MINAS GERAIS. *Aglomerado Cabano do Pai Tomás, Levantamento Histórico*. Belo Horizonte: Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1984, volume 3. (grifo nosso)

conhecida como *União Defesa Coletiva* (UDC) ¹³. Entre a fundação da Federação até seu fechamento, em função do Golpe de 1964, foram expandidas de 9 para 55 UDCs filiadas a Federação. A ata de reunião para criação de uma associação, em 19 de janeiro de 1964, demonstrava a exata medida de como a exemplaridade da Vila São Vicente de Paulo foi corrente. Após registrar o nome da diretoria da nova entidade, Luiz Francisco Souza, presidente da “Assembléia Geral”, pediu aplausos para as 184 pessoas presentes e iniciou um discurso falando dos deveres e compromissos das “U.D.Cs filiadas a Federação”,

(...) o Sr. Presidente fez um ato de louvor aos moradores desta vila pela iniciativa que tiveram em organizar uma Diretoria para dirigir os destinos desta. Dizendo que em Belo Horizonte foi que marcou esta iniciativa daqui da Vila São Vicente, partiu até mesmo na O.N.U. Contando hoje a Federação com adesão de 52 favelas associações que foram [englobadas] pela Federação, que é constituída de um Conselho Consultivo e uma Comissão Executiva. Tendo porem cada UDC livre autonomia sobre sua direção (...) ¹⁴

A referência a um tipo de associação nascida na Vila São Vicente denotava a preservação de uma consciência de direitos referendada por aquela experiência política. O *associativismo de defesa coletiva* representou a legitimidade da luta dos *trabalhadores favelados* interessados na construção de equipamentos urbanos no local de moradia e em permanecerem na área que tinham ocupado, conseguindo a segurança jurídica para suas habitações. Na década de 1960, a sigla “UDC” era um símbolo que servia para identificar o associativismo de favelas em Belo Horizonte. Se lermos o primeiro exemplar do jornal *O Barraco*, o “órgão oficial da Federação dos Trabalhadores Favelados”, vamos encontrar no logotipo do periódico a inicial “UDC”, gravadas em uma casa humilde que representa a sede de uma associação de favela ¹⁵. Importante que se diga: nem todas as associações ligadas a Federação tinham esse nome; havia Sociedade Pró-Melhoramentos, Comitês de Defesa Coletiva, Centro de Defesa Coletiva e Associações Beneficentes. Mas a julgar a reiteração da sigla “UDC” para se referir de forma genérica à associação de vilas e favelas, deve-se considerar a inspiração desse tipo de associação para outras

¹³ Optamos por nos referir as associações ligadas a Federação pela sigla “UDC”, por ser termo mais corrente no período estudado.

¹⁴ [Ata de Assembléia Geral da Vila Frei Josafá, 19 jan.1964] *APM*. Fundo DOPS. Pasta 0121. (grifo nosso)

¹⁵ [O Barraco, jan.1962] *APM*. Fundo DOPS. Pasta 0119.

e a importância da experiência da Vila São Vicente para legitimidade das causas defendidas por outras entidades.

Esse marco do início da luta dos favelados foi compartilhado não só entre as associações, mas por outros atores da arena política em Belo Horizonte. Na eleição de 1962, a campanha de José Maria Rabelo, candidato do Partido Socialista Brasileiro e diretor do jornal *Binômio*, incorporou a luta na Vila São Vicente na sua trajetória política, procurando vincular sua imagem à defesa da causa dos favelados. Na mesma vila, ele realizou o primeiro comício que tentava selar um pacto de apoio com o movimento de favelas. O fato de um jornalista-político utilizar essa referência para criar uma identificação é bastante revelador da força da imagem construída em torno da Vila São Vicente¹⁶.

A reiteração de uma representação do passado nos faz também problematizar: havia apenas esse modo de imaginação do passado da luta dos favelados? Como as experiências particulares a uma comunidade se conjugavam com essa representação que atingiu maior repercussão? A metodologia de história oral pode nos dar grandes contribuições nessa reflexão. Entrevistas com participantes do movimento social têm revelado outros repertórios narrativos que não aparecem em documentos da década de 1960. Em 2008, numa entrevista, um ex-participante do movimento de favelas contou outra história para origem da luta para evitar o despejo e conseguir o reconhecimento de direitos. Vicente Gonçalves, líder do Comitê de Defesa Coletiva da Vila São José nas décadas de 1950 e 1960, falou sobre a “guerra de bodoque” contra caminhões de fiscais da prefeitura, no início da década de 1940, quando Juscelino Kubitschek era prefeito e ele morava na Barroca:

(...) acontece o seguinte, (...) agente ficava lá ajudando o pessoal a construir casa (...). Então tinha que construir de oito e meia às três e meia, porque oito e meia chegava o caminhão com policiais e soldados e derrubava, e as três e meia chegava de novo e derrubava. E um dia eles estavam chegando e quando eles chegaram e derrubaram. Aí nós ficamos por conta e resolvemos lutar. Aí o que acontece... isso deve ser 1942, 1943... acontece o seguinte, chamamos os meninos organizamos, igual o tenente Marcelo falava, e dividimos em três companhias. A primeira companhia vai para a cidade buscar câmara de ar, couro e barbante. Segunda companhia vai buscar forquilha no mato. Terceira companhia vai fazer o seguinte, arruma pedra pra bodoque, pegar mamucha de laranja aí no sanatório [...] e põe prego cruzado para furar os pneus. Aí fizemos as coisas, montamos. No outro dia de manhã chegou o caminhão da prefeitura para derrubar. Eu pus três linhas igual ao tenente Marcelo falava. A primeira linha

¹⁶ *Binômio*, Belo Horizonte, 6 ago.1962, p.1.

deitada, a segunda ajoelhada e a terceira de pé. Tudo de bodoque e pedra na mão e uma sacola de pedra. Quando o fiscal chegou, falou assim: “Já falei para não construir aí, nós vamos derrubar e vamos dar até um coro dessa vez”. Eu cheguei e falei: “Ocês não vão derrubar não, porque foi muito sacrifício e ôces não vão derrubar não”. [Ele disse]: “O que é menino! Haaaa... Dá uns tapa nesse menino”. Então eu peguei e falei, primeira linha, choveu de pedra, segunda linha, choveu de pedra, no que eu falei terceira linha os homens estava tudo com a cara arrebetada, e foi aquela confusão toda.¹⁷

O testemunho de Vicente Gonçalves é fundamental para compreendermos como as experiências individuais e comunitárias de luta eram articuladas no interior do movimento de favelas. Nele se manifesta uma ambigüidade: expõe práticas políticas anteriores, contestando a primazia da Vila São Vicente, mas reconhece a importância do surgimento da UDC como um evento “oficial” – espécie de formalização da luta e do interesses dos moradores em favelas. Aqui está um ponto importante da representação do passado engendrado no movimento social: operava-se um marco temporal (a criação da primeira UDC), mas, simultaneamente, permitia a manifestação de outros tipos de relatos. Entre 1962 e 1964, o jornal *O Barraco* incentivou narrativas de histórias de vidas de lideranças, em que se expunha a forma como eles tomavam a “consciência” da necessidade dos trabalhadores favelados lutarem por direitos¹⁸. Conviver e dialogar com uma pluralidade de experiências reivindicativas facilitava a legitimação e a própria formação do interesse dos favelados no que toca ao direito a moradia e a conquista de melhorias urbanas.

Essa lógica pluralista agregava uma multiplicidade de vivências pessoais e comunitárias na representação do passado, e também reverenciava as autoridades públicas que atuavam a favor dos “trabalhadores”. É bastante significativa, na fala de Vicente Gonçalves, a forma como termina a narrativa do episódio da “guerra dos bodoques”, lembrando a fala de Juscelino Kubistchek (prefeito nomeado pelo interventor Benedito Valadares em 1940): “Juscelino de noite foi lá [na Barroca] e disse: enquanto eu for prefeito de Belo Horizonte ninguém sairá dessa favela. Por que aqui é lugar de trabalhador e gente que luta pelos seus direitos”¹⁹. O depoimento lembra o lugar do trabalhador na sociedade brasileira. No início da década de 1940, Getúlio Vargas dava início a extensas propagandas nas rádios, esclarecendo o trabalhador de seus direitos

¹⁷ GONÇALVES, Vicente. Belo Horizonte, 29 jan. 2008, Arquivo Windows Media Áudio (146 min.). Entrevista concedida ao autor.

¹⁸ Para conferir essa informação, consultar *O Barraco* publicado entre 1962 e 1964, no interior do jornal *Binômio*.

¹⁹ GONÇALVES, Vicente. Belo Horizonte, 29 jan. 2008, Arquivo Windows Media Áudio (146 min.). Entrevista concedida ao autor.

e sua participação na construção da riqueza nacional. As referências históricas que remontam a Vargas e a Revolução de 1930 como momentos de fundação para reconhecimento de direitos sociais pelo estado constituíam, para a democracia articulada em 1945, uma importante alavanca que justificava a mobilização social dos trabalhadores. Outro exemplo disso, era o nome do lugar onde foi fundado a primeira UDC, chamava-se “Vila dos Marmiteiros” (depois se tornou São Vicente de Paulo) em referência a criação do trabalhista Hugo Borghi²⁰. Defendendo a candidatura de Dutra em oposição ao udenista Eduardo Gomes, Borghi inventou o termo “marmiteiro” para reforçar a oposição entre Eduardo Gomes, político dos “grã-finos”, e Dutra, candidato dos trabalhadores apoiado por Vargas²¹.

O reforço de uma memória focada na luta da Vila São Vicente não era excludente com relação a outras manifestações voltadas para o atendimento dos “trabalhadores favelados”. Essa hipótese deve ser considerada em vista das especificidades das histórias de vida de integrantes de cada comunidade que participou do movimento de favelas e da própria trajetória política dos moradores da periferia de Belo Horizonte. Segundo a autora Berenice Guimarães, desde os primeiros anos após a fundação de Belo Horizonte (1897), ocorria ações contra o poder público, para a regularização da posse de lotes ocupados por famílias operárias. As autoridades chegaram, em diversas vezes, a interceder favoravelmente a alguns requerentes que ocupavam áreas da periferia²². Se existia entre 1940 e 1960 uma nova configuração social que dava visibilidade a várias manifestações de luta do “trabalhador favelado” pela permanência em suas habitações, há que se considerar também a duração das experiências de luta para doação de lotes para as “famílias operárias” no início do século XX.

Entretanto, por que a experiência da Vila São Vicente foi tão enfatizada, chegando a receber grande reconhecimento público? Uma primeira hipótese é a oposição entre luta “organizada” e “desorganizada” que aparece como chave de leitura interiorizada por Vicente Gonçalves. Esses termos eram instrumentos de classificação que reduziam a importância de outros tipos de ação coletiva, anteriores a fundação da UDC. Segundo Vicente Gonçalves, na

²⁰ LAGE, Padre. *O padre do Diabo*. São Paulo: Ed. BMW, 1988. p.73-74.

²¹ MACEDO, Michele Reis de. Luta por dignidade: a campanha do marmiteiro na democratização de 1945. In: *Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio*, http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212963259_ARQUIVO_Lutapordignidade-Anpuh2008-textocompleto.pdf, acessado em 18/12/2008.

²² GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões Belo Horizonte, cidade planejada*. 1991. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 148 e p. 154.

“guerra dos bодоques”, “não tinha organização de favela... a primeira entidade de associação nasceu comigo, foi a União de Defesa Coletiva, Centro de Defesa Coletiva. Não tinha nada disso não. Mas tinha um time de futebol do lusitano”²³. Destacando as próprias iniciativas, afirmava o caráter diferenciado da luta através da UDC em relação a outros movimentos espontâneos, não politizados.

O foco nesse tipo ação política “organizada” deve ser compreendido no contexto de reestruturação política da Capital de Minas e o papel assumido pela Vila São Vicente, indicando um caminho de interlocução com o poder público. Desde sua fundação em 1897, o município de Belo Horizonte vinha sendo administrado por um Conselho escolhido pelo governador do Estado. Em 1947, substituindo a intervenção do governo do Estado, principiouse a eleição para o executivo e para a Câmara Municipal, democratizando e promovendo uma reestruturação da dinâmica política do município²⁴. Essa remodelação coincide com a ascensão da Vila São Vicente de Paula como ator político de destaque, quando travou a luta para não ser despejada, fixando uma nova forma de relacionamento da periferia com a prefeitura através da sua UDC. Com a associação, a vila passou a representar-se na esfera pública, tendo voz nos períodos de eleição e nos meios de comunicação. Na década de 1950, a UDC da Vila São Vicente passou a ser identificada como o grupo que elegeu Leopoldo Garcia Brandão (Partido Democrata Cristão) para vereador. O mesmo político, “representando os favelados”, propôs a criação do Departamento de Bairros Populares (DBP), em 1955²⁵, sendo este o principal órgão municipal voltado para a solução da questão das favelas até o Golpe de 1964.

Assim, sublinhar a exemplaridade da luta social da Vila São Vicente indicava a esperança do grupo em pauta de terem seus interesses reconhecidos pelo Estado, atestando a legalidade e o caráter “organizado” de suas reivindicações.

Uma segunda hipótese, para a compreensão do destaque atribuído a Vila São Vicente, relaciona-se à organização interna da *Federação dos Trabalhadores Favelados*, que ambicionava maior centralização na coordenação do movimento social. Encontrar algo que unificasse todas as associações ligando-as a uma luta original, garantia o princípio de “união” entre lideranças e

²³ GONÇALVES, Vicente. Belo Horizonte, 29 jan. 2008, Arquivo Windows Media Áudio (146 min.). Entrevista concedida ao autor

²⁴ SILVA, Regina Helena Alves da. *O legislativo e a cidade: domínios de construção do espaço público*. Belo Horizonte: Câmara Municipal, 1998. p. 49.

²⁵ [Depoimento de Padre Francisco Lage Pessoa, 27 abr. 1964] APM. Fundo DOPS. Pasta 0173.

integrantes de comunidades distintas. As histórias contrárias, enfatizando experiências individuais e locais, podiam ser incentivadas visando ampliar a consciência dos direitos, mas também eram a expressão e a afirmação da “autonomia” de uma comunidade em relação à Federação. Esse pólo de tensão entre entidade centralizadora e autonomia das associações nas versões sobre a representação da luta dos favelados é constitutivo, como veremos, do “debate sobre a ocupação da Cabana do Pai Tomás” transcrito no *Levantamento Histórico do Aglomerado Cabana do Pai Tomás* (1984).

Uma última hipótese para explicar o reforço da referência da Vila São Vicente de Paulo é a relação entre a cultura política católica de meados do século XX e o associativismo de defesa coletiva. O relato de Padre Francisco Lage sobre a fundação da primeira UDC pode ser bastante instigante para a reflexão que propomos:

Belo Horizonte tomou conhecimento de nossa existência e de nossa esperança. Compramos um barracão ao lado da igreja, destinando dois cômodos – o sagrado e o profano – a uma escolinha, que era preciso fundar. (...)

Tempo memorável foi aquele, na história do povo. Pouco importa que hoje não exista mais a Vila São Vicente ou dos Marmiteiros, cuja desapropriação deu lugar a uma bela avenida da parte moderna de Belo Horizonte. Provou-se à sociedade (sic) a capacidade de organização dos favelados brasileiros, na Associação de Defesa Coletiva, que funcionou em regime de sessão permanente, todos os domingos, desde as três horas da tarde até ao anoitecer. Nos longos debates acerca dos vários acontecimentos da semana, debates de igreja cheia de homens e mulheres, inteiramente participantes, foram-se criando pouco a pouco a consciência da luta pelo direito de morar, cimentada pela verificação de que a união de todos conseguia o que antes parecia um sonho²⁶.

O trecho é significativo para apresentar a interdependência entre religião e política posta em prática na fundação da primeira UDC. Padre Francisco Lage Pessoa ao longo do trecho que narra sua chegada a Belo Horizonte enfatiza sua procura por estabelecer contato com a “população pobre”, “subindo as favelas”. Essa aproximação inseria-se no quadro da luta travada pelos católicos contra o “ateísmo” e o “comunismo” entre as classes populares – segundo Padre Lage, essa foi a “pedra angular do pontificado de Pio XII”²⁷. A fundação da primeira UDC aparece como fruto desse contato e do novo sentido da “fé cristã” consubstanciada na prática associativa. Nessa relação entre cultura católica e associativismo de favelas, ressalta-se o papel do governo de Celso Melo Azevedo (1955-1958), que criou canais de diálogo com o

²⁶ LAGE, Padre. *O padre do Diabo*. São Paulo: Ed. BMW, 1988. p.73-74.pp. 72-73.

²⁷ LAGE, Padre. *O padre do Diabo*, 1988, pp.74-45.

associativismo de defesa coletiva e tinha forte ligação com a igreja católica, sendo considerado um “democrata cristão”. Ademais, outros padres, como Agnaldo Leal, Tarcísio Rocha e Padre Ozanan, emprestaram prestígio e apoio ao novo associativismo nas décadas de 1950 e início de 1960. Esse diálogo seria consagrado em um manifesto dos párocos belo-horizontinos pelo “direito de morar” das populações pobres, lançado em 1959²⁸.

Nesse sentido, podemos identificar que a memória da fundação da primeira UDC servia, servia aos propósitos de difusão da cultura católica. Os padres e leigos, que apoiavam e ajudavam a criar associações de favelas, estavam atrelados a uma Igreja que, após a Segunda Guerra Mundial, procurava reestruturar seu corporativismo e sua inserção no mundo da política, desvencilhando-se do rótulo que a vinculava a “regimes totalitários”. Reformulando a imagem do corpo social harmônico que orientou a doutrina social católica desde o pontífice Leão XIII, no século XIX, a Igreja retomava a noção de “comunidade autônoma” opondo-a tanto ao individualismo liberal quanto ao materialismo socialista. Segundo Roberto Romano,

Respondendo ao fracasso do corporativismo teocrático e ao desastre da colaboração com o totalitarismo, rejeitando penosamente a aproximação entre doutrina social católica e as ditaduras de Vichy e as de pós-guerra (Salazar e Franco, com particularidade), a Igreja mudará gradativamente a terminologia com que, até Pio XI, expunha seu programa de ação junto à base social capitalista. As “corporações” foram rebatizadas, recebendo o nome de “comunidades menores” (*societatis minores*) que deveriam ser “não impostas autoritariamente pelo Estado, mas autônomas”.²⁹

A identificação das associações de favelas com a nova militância católica parece ser a chave de interpretativa que permite compreender a declaração de uma liderança, no discurso de fundação da associação da Vila Frei Josafá, que apontava para o reconhecimento das UDCs pelas *Organizações das Nações Unidas* (ONU)³⁰. No contexto do início da Guerra Fria, uma das características da política internacional americana foi o apoio a democratas cristãos e a coalizões anticomunistas tendo em vista a defesa do *status quo* dos regimes atrelados ao “mundo livre”³¹. Todavia, deve-se ressaltar que a noção de comunidade católica articulou-se a luta pela difusão da fé e pela conquista da justiça social, e ganhou contornos que marcariam uma aproximação tanto

²⁸ Binômio, Belo Horizonte, 22 jun.1959, Caderno 2, p. 5.

²⁹ ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Ed. Kairós, 1979, pp.153.

³⁰ [Ata de Assembléia Geral da Vila Frei Josafá, 19 jan.1964] APM. Fundo DOPS. Pasta 0121.

³¹ HOBBSBAWN, Eric J. *A era dos extremos: O Breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp. 235-236.

com a direita quanto com a esquerda. A história do associativismo de favelas em Belo Horizonte nas décadas de 1950 e 1960 foi marcada por essa ambigüidade nas leituras distintas dessa noção de comunidade; tanto serviu para organizar a luta política para conservar tradições católicas e o regime político anticomunista, como para contestar as estruturas sociais brasileiras, tendo em vista a “reforma” ou “revolução” do estado.

No Brasil, as *Comunidades Eclesiais de Base* (CEB) foram as formas associativas mais populares que operacionalizaram o conceito de comunidade numa prática religiosa e política. Essa prática guardou a ambigüidade apontada acima, mas foi constituída no contexto distinto, na luta contra a ditadura militar e após as novas orientações do *Concílio Vaticano II* (1962-1965). Esse Concílio alterou de forma radical a cultura política católica, abrindo a possibilidade de se instituir uma prática religiosa mais favorável a mudanças nos regimes políticos laicos³².

O “Levantamento Histórico”: o encontro entre governo civil e o movimento de favelas

Até agora, cruzamos uma parte do *Levantamento Histórico* com fontes que remetiam ao período anterior ao Golpe de 1964, para analisar a lógica da representação do passado operada pelo movimento de favelas na década de 1960. Esse procedimento se justificou uma vez que a semântica política anterior ao Golpe era periférica no *Levantamento Histórico*, produzido em 1984. Agora, vamos operar uma crítica interna ao documento, desconstruindo sua estrutura e analisando suas condições de produção, para apresentarmos uma das possíveis representações do passado do movimento de favelas no período de luta pela democratização.

Nessa perspectiva, deve-se compreender que o *Levantamento Histórico do Aglomerado Cabana do Pai Tomás* foi um dos produtos do *locus* de interesse do governo nos movimentos de favelas. Os governantes do PMDB eleitos em 1982, para a prefeitura de Belo Horizonte (Hélio Garcia) e para o Estado de Minas Gerais (Tancredo Neves), investiam suas energias para tecer relações com grupos populares. Pode-se vislumbrar esse esforço no depoimento de um morador da Cabana do Pai Tomás: “Hélio Garcia disse que enquanto for (sic) prefeito não deixará a Fayal

³² Sobre a alteração da orientação política da Igreja católica após o Concílio Vaticano II cf. SCOTT, Mainwaring. *Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1989; ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Ed. Kairós, 1979; CORREA, Osvaldo Manoel. *Misticismo e Resistência na Cabana do Pai Tomás: a função da religiosidade no processo de ocupação e resistência no solo urbano na cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2004. pp.89-120.

livre dos impostos e não deixará tocar (sic) em favela alguma”. A fala indica uma promessa de proteção às favelas em contraposição a Antônio Luciano, proprietário da Imobiliária Fayal, que arrogava ser “dono de metade de Belo Horizonte”. Hélio Garcia estava em sintonia com as reivindicações e esperanças dos moradores da Cabana do Pai Tomás e dos movimentos urbanos, que cobravam maior justiça social na ocupação do solo na cidade³³.

O PMDB mineiro empenhava-se em mobilizar as bases do associativismo civil que engrossavam o clamor da luta pela democracia ao longo da década de 1970 e 1980. Desde 1974, nas eleições nacionais, o MDB passava a confrontar a ditadura, exigindo a volta à democracia, rompendo com a imagem incomoda de ser “oposição” criada por militares. O partido buscava reestruturar suas bases e reforçar laços com grupos organizados da sociedade³⁴. Na cena eleitoral da década de 1980, o apoio dos movimentos sociais era disputado por outros partidos nascidos da reforma eleitoral. Nas eleições para o governo estadual de 1982, como observa as autoras de *Lutas urbanas em Belo Horizonte*, o PMDB “formulou uma plataforma de governo com base na participação da população, organizada em Conselhos (conselhos municipais e setoriais)”. Em alguns casos estimularam a criação de associações visando à mobilização eleitoral, em outros fortaleceram a ligação com as já existentes³⁵.

Para enfatizar essa relação entre movimentos sociais e o PMDB no *Levantamento Histórico*, é significativo perceber a data em que foi apresentado o resultado da pesquisa: segundo semestre de 1984, após a *Campanha das Diretas-já*. O Brasil tinha passado por grandes mobilizações políticas na virada do ano de 1983 para 1984; pressionava-se por eleições diretas para presidente e vice-presidente, abolida pelo *Ato Institucional n°2* (1966). O PMDB participou ativamente da organização das manifestações e intensificou contatos com outros partidos e com organizações de base. Deve-se considerar, nesse sentido, o próprio empenho de Tancredo Neves, que era governador do Estado de Minas Gerais; ele “presidiu a comissão suprapartidária que

³³ MINAS GERAIS. *Agglomerado Cabano do Pai Tomás, Levantamento Histórico*. Belo Horizonte: Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1984, volume 3.

³⁴ Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as Esquerdas. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia: 1964...*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.295-297; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e Sociedade: a trajetória do MDB*. Ouro Preto: UFOP, 1997.p.186-200.

³⁵ SOMARRIBA, Maria das Mercês G.; VALADARES, Maria Gezica & AFONSO, Mariza Rezende. *Lutas urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis: Vozes, 1984. p.10-11.

organizou o evento” e “solicitou pessoalmente ao comandante da divisão do Exército sediada na capital de Minas Gerais, que não colocasse a tropa de prontidão”³⁶.

O *Levantamento Histórico*, apesar de evocar a imparcialidade e um caráter “puramente” documental da história, era o resultado desse encontro entre o governo civil do PMDB e o movimento de favelas. A representação da história da luta para ocupação da Cabana do Pai Tomás possuía fortes vínculos com os interesses constituídos entre o PMDB e o movimento social. Para tanto, não se deve considerar inocente a epígrafe de abertura da pesquisa:

O histórico do processo de ocupação da Cabana do Pai Tomás, reflete um pouco da história de Belo Horizonte, desde sua fundação até hoje, não uma história oficial da cidade, mas uma reflexão onde se percebe o esforço dos verdadeiros construtores e conquistadores da cidade, os moradores silenciosos que não fazem parte das colunas sociais dos jornais.³⁷

Essa epígrafe lançava um princípio organizativo da pesquisa e da estrutura narrativa da fonte. Para revelar os “moradores silenciosos”, o *Levantamento Histórico* iniciava-se com a exposição de uma seleção de recortes de periódicos sobre a ocupação do Aglomerado Cabana do Pai Tomás, terminando com um “debate” em que se reúnem moradores e lideranças comunitárias. O “debate” é um fechamento que confronta o relato dos recortes de periódicos com a fala dos envolvidos no processo histórico. Os silêncios da “história oficial” poderiam, então, se revelarem, recompondo a “verdade” sobre os eventos.

Pela via da publicação estatal, encontra-se um fragmento do discurso que pavimentou o *ethos* dos movimentos de base das décadas de 1970 e 1980. Segundo Ana Maria Doimo, os movimentos sociais desse período reiteravam e incorporavam em suas práticas a imagem do “povo como sujeito de sua própria história” em oposição à “história oficial”, afirmavam que só a união do “povo” para ação política levaria a uma transformação da realidade. Ao estudar os panfletos e as falas dos militantes, Doimo observa que essa idéia norteou as mobilizações das associações comunitárias de base para adquirir bens de consumo coletivo (saneamento básico, transporte, moradia, etc.), providos pelo poder público. Constituiu-se um *ethos* que preconizava a soberania popular, uma democracia em que o povo pudesse representar-se diretamente frente ao

³⁶ DELGADO, Lucília Neves de Almeida. Diretas-Já: vozes da cidade. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia: 1964...*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.416.

³⁷ MINAS GERAIS. *Aglomerado Cabano do Pai Tomás, Levantamento Histórico*. Belo Horizonte: Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1984, volume 3.

estado – uma *democracia direta*. Essa moral foi alimentada pelo comunitarismo da Igreja Católica renovado pelo Concílio Vaticano II, pela proliferação da *pedagogia do oprimido* – os métodos educacionais inspirados por Paulo Freire, e por intelectuais de esquerda que estreitaram colaboração com movimentos sociais³⁸.

Favorecia a interpenetração entre o *ethos* dos movimentos sociais e o de uma agência governamental, a ambiência da *Campanha das Diretas-Já*. Esse contexto é importante visto os valores identificados com os movimentos de base podiam, em outras ocasiões, não serem bem recebidos por estadistas e elites governamentais. Um exemplo disso era Tancredo Neves: identificava-se com a democracia liberal, era adepto da representação indireta através dos partidos e das elites políticas, respeitando a ordem pública; entretanto, mostrou-se favorável, nas *Diretas-Já*, a produção de um novo pacto social. Apoiou a larga participação popular junto ao processo de negociações com o governo militar para abertura do regime³⁹. A mobilização suprapartidária das *Diretas-Já*, com clara adesão da população brasileira nas principais capitais, colocava lado a lado o governo civil de Minas Gerais e a questão da *soberania popular* – tópica que assumia contornos vivos nos discursos dos movimentos sociais.

O artifício para construção do sentido político do *Levramento Histórico*, entretanto, esteve muito além da evocação desse campo moral engendrado pelos movimentos sociais; a escolha da Cabana do Pai Tomás como local de pesquisa foi também estratégica. Um dos eventos mais dramáticos que precedeu o Golpe Militar em Belo Horizonte foi a ocupação, entre agosto de 1963 e início de 1964, das vilas Frei Josafá, Padre Alípio, Padre Lage, Operário-Estudantil e Cabana do Pai Tomás. Nela, envolveram-se varias forças políticas: Ação Popular, Juventudes Católicas, Partido Comunista Brasileiro e integrante do movimento organizado pela Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte. Ao escopo dos grupos que atuaram na ocupação, acrescenta-se a repercussão alcançada pelo evento na mídia, mobilizando temores quanto à ação das esquerdas e dos possíveis desdobramentos revolucionários. O Inquérito Policial, instaurado após o Golpe de 1964, para justificar a intervenção e o fechamento das associações de favelas e

³⁸ DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do Popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ANPOCS, 1995. p.73-94.

³⁹ DELGADO, Lucília Neves de Almeida, SILVA, Vera Alice Cardoso. Tancredo Neves e a Política brasileira: ensaio de interpretação. In: *Tancredo Neves: a trajetória de um liberal*. Petrópolis: ed.Vozes, 1985. p.42-43

da *Federação dos Trabalhadores Favelados*, concentrou-se na reconstrução dos eventos ocorridos no final de 1963, visando encontrar bases para incriminar o movimento social⁴⁰.

Mais expressiva que a própria escolha do evento a ser retratado no *Levantamento Histórico* foi o conteúdo do “debate sobre o processo de ocupação da Cabana do Pai Tomás” promovido pela *Secretaria do Trabalho e Ação Social*. Foram convidados de destaque no debate de “reconstituição histórica”: Francisco Nascimento, Dimas Perrim e José do Carmo. Todos foram atingidos pelo Golpe de 1964, sendo que os dois primeiros sofreram com inquéritos e prisões realizadas durante o governo militar. A primeira fala de Francisco Nascimento já denotava o sentido do resgate da memória, declarando a perda sofrida com o Golpe:

Não sei se é o instante ideal para eu falar. Quando fui chamado para participar da reunião de hoje não entendi bem e achei que a reunião seria mais para achar outras soluções e, estou vendo é uma reunião mais de restituição histórica. *Infelizmente, documentos, recortes que a Federação tinha da época, foi tudo liquidado a partir de abril de 1964*. Mas, antes de 1963, já havia na Cabana do Pai Tomás o Movimento Operário Estudantil. Dimas Perrim entrou em dupla condição. Ele era advogado da Federação dos Trabalhadores Favelados e era também vereador. Teve dupla participação.⁴¹

Abordar o “processo de ocupação da Cabana do Pai Tomás” podia não servir ao encontro de soluções práticas, mas contribuía à crítica da ditadura, mostrando como os militares interromperam a constituição da democracia no país. Deve-se compreender que, nesse mesmo período, a anistia aprovada pelo governo do general Figueiredo, em 1979, e o regresso dos exilados políticos, estimulavam depoimentos sobre o período anterior ao Golpe de 1964. As denúncias de violências e arbitrariedades eram correntes, e favoreciam as lutas contra a violação dos direitos humanos no Brasil⁴². Os próprios governos militares pressentiam esse interesse pelo passado como foco de disputa na luta política, e cuidaram para ocultar os acervos de suas agências de segurança. Em Minas Gerais, até a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito

⁴⁰ [Relatório do Inquérito Policial nº 96, ago. 1964] *APM*. Fundo DOPS. Pasta 3239.

⁴¹ MINAS GERAIS. *Aglomerado Cabano do Pai Tomás, Levantamento Histórico*. Belo Horizonte: Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1984, volume 3. (grifo nosso).

⁴² CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 176, 186; FICO, Carlos. *Ibase: Usina de idéias e cidadania*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 1999.p.21-26.

em 1997 para averiguar os destinos dos arquivos do DOPS-MG, era aceita a versão de que esses documentos tinham sido incinerados em princípio da década de 1980⁴³.

Nesse sentido, a representação do passado das lutas dos favelados construída no *Levantamento Histórico do Aglomerado Cabana do Pai Tomás* alimentou-se do contexto de mobilizações populares contra a ditadura militar. O ato de rememorar os eventos que antecederam o Golpe de 1964 e o *ethos* dos “novos” movimentos sociais forjava um amálgama para afirmação da soberania popular na luta pela democracia. Esse parece ser um dos fundamentos culturais que balizaram o encontro em o PMDB e o movimento de favelas, nas décadas de 1970 e 1980.

A lógica cultural que recuperava uma memória de privação de liberdade, contrapondo soberania popular à ditadura, foi compartilhada por parte do movimento de favelas de Belo Horizonte. Essa hipótese é sugerida pelo *Levantamento Histórico* e pela trajetória das duas entidades envolvidas no “debate” sobre a ocupação da Cabana do Pai Tomás: a União dos Trabalhadores de Periferia (UTP), criada no início da década de 1970, era reconhecida como a reedição da *Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte*, fechada pelos militares em 1964⁴⁴; e a *Associação dos Moradores da Cabana*, que também sofreu intervenção em 1964, foi reconstruída sob a influência de uma *Comunidade Eclesial de Base* (CEB)⁴⁵.

Mesmo compartilhando da cultura democrática engendrada pelo período de 1970 e 1980, deve-se atentar para divergências colocadas na representação do passado por essas duas organizações. O *Levantamento Histórico* catalisou uma pequena disputa pela memória, em que se opunham visões localistas do processo de mobilização política à articulações centralizadas em uma entidade federativa. As falas de José do Carmo, líder comunitário da Cabana do Pai Tomás, e Francisco Nascimento, presidente da UTP, são indicativas dessa tensão. No “debate sobre a ocupação do terreno da Cabana”, um tentava centrar sua narrativa na comunidade e nas dificuldades que encontravam para se fixar e melhorar o local de moradia; o outro enfatizava o fato de haver uma luta política na Cabana do Pai Tomás muito antes da ocupação de 1963, com ênfase no suporte da Federação dos Trabalhadores Favelados às ações locais. Um procurava

⁴³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá; OLIVEIRA, Samuel *et al.* República, política e direito à informação – Os arquivos do DOPS/MG. *Vária História*, Belo Horizonte, n. 29, p.126-153, janeiro/2003. p.134-135.

⁴⁴ SOMARRIBA, Maria das Mercês G.; VALADARES, Maria Gezica & AFONSO, Mariza Rezende. *Lutas urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 62-67.

⁴⁵ CORREA, Osvaldo Manoel. *Misticismo e Resistência na Cabana do Pai Tomás: a função da religiosidade no processo de ocupação e resistência no solo urbano na cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2004.

situar o movimento de favelas apenas na comunidade, o outro realçava o caráter federativo e amplo daquele tipo de associação⁴⁶. Francisco Nascimento ao longo do debate apresentou-se como conhecedor da luta dos favelados, remetendo mais de uma vez a um passado que transcendia a história restrita a Cabana do Pai Tomás.

Considerações Finais

Nesse artigo, analisamos as representações do passado da luta dos favelados em Belo Horizonte e os interesses implicados nessas lembranças. Elas inseriam-se em semânticas políticas próprias às décadas de 1970/80 e ao período que antecede o Golpe de 1964, revelando projetos e vontades políticas específicas de cada época.

Agora, podemos formar um quadro de rupturas e continuidades nas práticas e representações políticas do movimento social. A tensão entre centralização ou descentralização nas formas de organização da luta dos favelados e a inflexão da cultura política católica no movimento aparecem como elementos que se desenrolam no decorrer dos dois momentos estudados. A noção de que existia um “direito de morar”, que era “justo” reivindicar melhorias urbanas e segurança da habitação para o favelado, já estavam articulados desde o período anterior ao Golpe de 1964. No final da década de 1970 e início de 1980, todavia, existia um delineamento da questão da democracia e da soberania popular que estava explícito na própria forma como se construiu a representação do passado.

A semântica política desses dois tempos históricos indica lógicas culturais distintas na construção das representações do passado. No período da democratização, priorizou-se o encadeamento da história num jogo de oposição entre “opressores” e “oprimidos”, dando ênfase em como a ditadura militar interrompia a participação popular no “fazer da história”. Na década de 1950 e 1960, destacou-se a força geradora da luta dos favelados da Vila São Vicente de Paulo e do *associativismo de defesa coletiva*, que recebeu incentivo da *Federação dos Trabalhadores Favelados*. Como vimos, em ambos os casos, as representações do passado ganharam um caráter coletivo, mas que se alimentavam da pluralidade de trajetórias e memórias individuais e comunitárias dispersas no tecido social.

⁴⁶ MINAS GERAIS. *Aglomerado Cabano do Pai Tomás, Levantamento Histórico*. Belo Horizonte: Secretaria do Trabalho e Ação Social, 1984, volume 3.

O *Levantamento Histórico do Aglomerado Cabana do Pai Tomás* traz as marcas do tempo. Apesar de se almejar a imparcialidade, um mero “levantamento” documental sobre a ocupação da Cabana do Pai Tomás, interesses políticos de épocas distintas são expressos através do seu texto. Não acredito ter esgotado as possibilidades de crítica da fonte, a variedade dos registros históricos apresentados no documento é capaz de revelar a complexidade da sociedade e da política no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980.

Artigo recebido em 22/12/2008 e aprovado em 12/02/2009.

Questão agrária, capitalismo e a criação da nação: Caio Prado Júnior e a crítica ao agrarismo comunista no Brasil

Sérgio de Sousa Montalvão

Doutorando do Programa de Pós-graduação em História, Políticas e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).
stalvao@yahoo.com.br

Resumo

O artigo procura resumir a análise de Caio Prado Júnior sobre a questão agrária, a partir de artigos publicados pelo historiador na Revista Brasiliense e do livro *A revolução brasileira*. A intenção desses textos foi claramente rechaçar a “teoria da revolução burguesa” do Partido Comunista do Brasil (PCB), que identificava a presença tardia do latifúndio improdutivo no meio rural brasileiro como prova da existência de resíduos feudais. Observando o assunto de um ângulo próprio, independente de sua filiação partidária, o intelectual preferiu enfatizar os possíveis ganhos dos trabalhadores rurais com a implantação de uma legislação trabalhista no campo. O debate entre o intelectual e o partido, numa conjuntura em que a reforma agrária aparecia como parte fundamental das “reformas de base” do presidente João Goulart, aponta para a diversidade do pensamento social de esquerda existente no Brasil na primeira metade dos anos 60 do século passado.

Palavras-chave: Caio Prado Júnior – questão agrária - estatuto do trabalhador rural

Abstract

This article intends to summarize Caio Prado Junior's analysis of the land problem, based on articles published by the historian in the *Revista Brasiliense* and in the book *A Revolução Brasileira*. Those texts were clearly intended to rebuff the Brazilian Communist Party (PCB) “bourgeois revolution theory”, which considered the late existence of large non-productive rural estate in Brazilian rural environment as a proof of feudal remains. Considering the subject from his own point of view, with no partisan affiliation, the scholar rather emphasized the rural worker's possible gains from the implementation of rural labour law. The debate between the scholar and the party, in a conjuncture in which land reform was an essential feature of president João Goulart's “base reforms”, highlights the diversity of the left social thought existing in Brazil during the first half of the 1960's.

Key words: Caio Prado Júnior – land reform – rural worker's statute.

Questionando o latifúndio

Uma das questões mais presentes nos escritos de Caio Prado Júnior nos anos em que esteve à frente da *Revista Brasiliense* foi a da reestruturação da economia agrária brasileira. Esta era vista como a forma mais adequada de oferecer condições para a satisfação das necessidades

materiais da maioria da população nacional. Nos cálculos do intelectual comunista, no início da década de 1960, a maior parte dos trabalhadores nacionais, cerca de 30 milhões de brasileiros, exercia atividades ligadas à agricultura e estava obrigado a conviver com "um dos mais baixos níveis de existência humana de que se tem notícia no mundo".¹ Na resolução desse impasse, tornava-se necessário: 1) melhorar a distribuição de terras e 2) criar uma legislação específica para proteger o trabalhador do campo. Estas medidas iriam servir para iniciar o processo de reforma agrária, cujo objetivo final seria: "a transformação da agricultura brasileira do "negócio" de uma minoria que atualmente é, em organização que opere em favor da população trabalhadora rural, e lhe assegure um nível adequado de existência".²

Essas mudanças, na visão de Caio Prado Júnior, tornavam-se imperativas à construção de uma autêntica nacionalidade:

Não é possível construir um país moderno e realmente integrado nos padrões econômicos e culturais do mundo em que vivemos, sobre a base precária e de todo insuficiente de um contingente humano como este que forma a grande massa da população brasileira. E o primeiro e principal passo, no momento, para sairmos dessa situação ao mesmo tempo dolorosa e humilhante para o nosso país, é sem dúvida alguma a modificação das condições reinantes no campo brasileiro e a elevação dos padrões de vida humana que nele dominam. É isso portanto que deve centralmente objetivar a reforma agrária. O resto virá depois, e somente poderá vir depois, como certamente acontecerá.³

A obtenção de uma divisão mais equânime do espaço fundiário brasileiro, assinalou o autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*, esbarrava no "acentuado dualismo" entre os dois tipos de propriedade rural herdados dos tempos coloniais: a grande exploração monocultural de produtos que proporcionavam uma alta lucratividade (açúcar, algodão, borracha, cacau, café) e a agricultura de subsistência das populações locais. A dominação da primeira sobre a última proporcionou o aparecimento de uma classe privilegiada de grandes proprietários rurais, que estabeleceram os padrões gerais da nossa economia agrária.

Os comunistas brasileiros debateram amplamente essas questões, acreditando ser necessário acabar com os "resíduos feudais" ainda existentes no campo para impulsionar o

¹ PRADO JÚNIOR, Caio. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. In: *A questão agrária no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 16. Originalmente publicado na *Revista Brasiliense*, nº 28, mar/abr, 1960.

² PRADO JÚNIOR, Caio. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil, p. 85.

³ PRADO JÚNIOR, Caio. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil, p. 89.

desenvolvimento capitalista nacional, visto como fator progressista na evolução histórica brasileira. Essa tese teve forte influência numa historiografia marxista de linhagem ortodoxa, estando presente sobretudo na obra de Nelson Werneck Sodré.⁴ Caio Prado Júnior - um "veterano heterodoxo" do partido - afastou-se dessa interpretação tanto em seus aspectos teóricos como políticos, criticando a maneira apriorística como era aplicada a teoria comunista à realidade brasileira:

A economia agrária brasileira não se constituiu a base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelária da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração voltada para o mercado. E o que é mais, o mercado externo, o que acentua ainda mais a natureza essencialmente mercantil da economia agrária brasileira, em contraste com a dos países europeus. Não se constituiu assim uma economia e uma classe camponesas, a não ser em restritos setores de importância secundária. E o que tivemos foi uma estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas por escravos.⁵

Esse debate alcançou os fóruns da imprensa comunista e levou Caio Prado Júnior a ser porta-voz de um grupo minoritário que se colocava em oposição às teses da direção partidária durante os congressos do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Exemplo dessa intervenção ocorreu durante o V Congresso do PCB, em 1960, quando Caio Prado Júnior questionou mais uma vez a tese "oficial" do PCB - que havia criticado ao longo de seus estudos históricos - e escreveu que a partir deste raciocínio os supostos "resíduos feudais" da agricultura brasileira estariam cristalizados no latifúndio improdutivo e no trabalho em parceria.⁶ Mesmo considerando que as teses levadas à discussão naquele momento haviam avançado em relação aos documentos anteriores da direção do partido, afirmou que estas continuavam presas a inúmeras imprecisões e "vícios teóricos", impedindo a formulação de uma linha coerente de ação política. Entre essas imprecisões estava a associação do latifúndio com as sobrevivências pré-capitalistas ou feudais; o que levaria à sua definição como "aquela propriedade que propicia renda ao proprietário", ou "a propriedade que o seu titular arrenda".⁷ Esta definição, se correta, implicava em dizer que a grande propriedade rural representava uma excepcionalidade, dado que apenas

⁴ Esta "linhagem ortodoxa" refere-se à fidelidade em relação ao "modelo da revolução democrático burguesa", que seria a aplicação da análise leninista acerca do passado feudal das regiões coloniais e sua necessidade de superação. Ver: MANTEGA, Guido. *Economia política brasileira*, 7ª edição. Petrópolis: Vozes, 1992.

⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*, 4ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1972, p. 65.

⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. As teses e a revolução brasileira (I). *Novos Rumos*, 10-16/06/1960.

⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. As teses e a revolução brasileira (I).

uma pequena parte dos estabelecimentos agrícolas poderiam ser enquadrados nela. Em relação à parceria aconteceria o mesmo, pois considerando-se o censo de 1950, os parceiros eram em número de 1.245.557, enquanto os trabalhadores rurais assalariados atingiam a cifra de 3.729.244. Neste sentido, perguntava-se o historiador: onde estaria o problema da economia agrária nacional, se o latifúndio e a parceria constituíam apenas uma exceção à regra ?

Em contrapartida, Caio Prado Júnior escreveu que a grande propriedade de terra, apropriada e explorada em regime de monopólio por uma classe de proprietários rurais, não era uma sobrevivência feudal; mas uma empresa capitalista voltada exclusivamente para a obtenção de lucros. Nesse raciocínio, a principal contradição da nossa economia agrária não seria entre camponeses e senhores feudais, mas entre uma burguesia rural e a massa trabalhadora, explorada em sua força de trabalho. Essa descrição das relações sociais no espaço rural brasileiro, longe da imagem feudal produzida pelo PCB, apontava, como disse Raimundo Santos, para um cenário de "Ocidente Agrário".⁸ Caio Prado Júnior retomava a linhagem argumentativa de Karl Kautsky, que sentenciava o desaparecimento dos camponeses a partir da introdução do capitalismo no campo. O tema da impossibilidade camponesa em pertencer à modernidade capitalista reapareceria nos estudos de V. I. Lênin, servindo-lhe de referência às críticas desferidas contra os populistas russos, defensores da entrega de terras aos camponeses como forma de criar um socialismo comunitário. No enfoque leninista (reavaliado em termos estratégicos na montagem da "aliança operária-camponesa", que serviu de apoio à Revolução de Outubro de 1917), os trabalhadores do campo assemelhavam-se à condição operária, reduzidos à simples condição de ofertantes da sua força de trabalho, em um contexto de apropriação privada dos meios de produção. Em virtude disso, serviam-lhes as mesmas propostas de superação da exploração capitalista apresentadas ao operariado urbano.⁹

Mesmo considerando que se tratava de um processo incompleto, "sobretudo naquilo que mais interessa ao trabalhador", Caio Prado Júnior caracterizou como capitalistas as relações de trabalho existentes na agricultura brasileira, inclusive nos casos em que a remuneração não se

⁸ SANTOS, Raimundo. O agrarismo brasileiro na interpelação de Caio Prado Júnior. In: *Debates CPDA*, nº 2, outubro, 1997.

⁹ Nesta apresentação sintética da discussão acerca dos efeitos sociais provocados pela introdução do capitalismo no campo, conforme as leituras de Kautsky e Lênin, baseei-me em: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos & LINHARES, Maria Yedda. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, pp. 30-35.

realizava em dinheiro: o "barracão", o "cambão" e a "parceria". Na essência, ele acreditava que essas relações de trabalho consistiam na "prestação de serviços" entre patrões e empregados, diferenciando-se do trabalho assalariado apenas pelo tipo de remuneração obtida.¹⁰ A tese do "capitalismo agrário" de Caio Prado Júnior, ao invés de considerar o atraso da agricultura brasileira como fruto da persistência feudal, remetia à existência de um sistema econômico estagnado, incapaz de desenvolver-se no sentido de seus próprios interesses, sugerindo um modelo *sui generis* de capitalismo sem acumulação interna e superexplorador do trabalho.¹¹

Em contraste com a visão oficial do PCB, resumida na tese feudal, Caio Prado Júnior entendeu que caso se quisesse "considerar as relações de trabalho da agropecuária brasileira em função de suas origens históricas", o mais acertado seria "falar em restos escravistas ou servis, e relações semi-escravistas e semi-servis".¹² No seu entendimento, apenas os "errados teóricos da reforma agrária", rigidamente apegados ao modelo europeu, não conseguiam enxergar a especificidade do caso brasileiro.

Assim, deixavam de perceber que:

A situação do Brasil se apresenta de forma distinta, pois na base e origem da nossa estrutura e organização agrária, não encontramos, tal como na Europa, uma economia camponesa, e sim a mesma grande exploração rural que se perpetuou desde o início da colonização brasileira até nossos dias; e se adaptou ao sistema capitalista de produção através de um processo ainda em pleno desenvolvimento e não inteiramente completado (sobretudo naquilo que mais interessa ao trabalhador), de substituição do trabalho escravo pelo trabalho juridicamente livre.¹³

¹⁰ Um autor pertencente à trajetória de institucionalização do marxismo no ensino universitário, como Guido Mantega, discordou dessa definição dizendo que "a parceria não é uma forma de trabalho assalariado, porque o parceiro não fornece ao proprietário a sua força de trabalho, mas uma parte da produção (isto é, um trabalho objetivado), como se fosse uma espécie de aluguel da terra". MANTEGA, Guido. *Economia política brasileira*, p. 250. Outro "marxista de cátedra" também criticou essa abordagem, afirmando que não houve uma substituição imediata da mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado e considerando que durante o período da "grande imigração" - entre o final do século XIX ao início do século XX - teria ocorrido uma "produção capitalista de relações não capitalistas de produção", localizada sobretudo no regime de colonato. MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*, 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1990.

¹¹ MANTEGA, Guido. *Economia política brasileira*, p. 258.

¹² PRADO JÚNIOR, Caio. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. p. 66.

¹³ PRADO JÚNIOR, Caio. O estatuto do trabalhador rural. In: *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.158. Originalmente publicado na *Revista Brasiliense*, nº 47, mai/jun, 1963.

Direitos do trabalhador rural:

A partir desse contexto analítico, além de defender medidas que pudessem contrabalançar o peso da grande propriedade na estrutura rural brasileira - como a tributação fiscal sobre a propriedade improdutiva -, Caio Prado Júnior bateu-se a favor da introdução de uma legislação social-trabalhista no campo, que a seu visto, seria "uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão, em 1888".¹⁴ Retomava assim parte do pensamento social brasileiro, por exemplo Sérgio Buarque de Holanda,¹⁵ ao tratar da nossa "herança rural". Naquilo que aqui nos interessa, tal herança esteve representada na "ditadura dos domínios rurais", que estabeleceu o controle da política local desde os tempos coloniais, por meio das Câmaras Municipais, fazendo dos proprietários rurais "praticamente os únicos verdadeiros cidadãos".¹⁶ Indo adiante, o controle político desses proprietários, parte da dominação patriarcal exercida no Brasil há séculos, manteve, com poucas alterações, o domínio do público pelo privado, evitando que a lei alcançasse as suas instâncias.

O dispositivo legal colocado em cena pela estatuto do trabalhador rural provocaria, segundo Caio Prado Júnior, um movimento decisivo na dialética da nacionalidade, rompendo com o imobilismo acima descrito e trazendo uma clara possibilidade de organização política para as massas rurais, através da sua organização em sindicatos. Além disso, poderia ajudar na resolução dos problemas permanentemente enfrentados pelos trabalhadores do campo, que mesmo inseridos em relações de trabalho próprias ao regime capitalista, exerciam suas atividades produtivas em circunstâncias particulares: 1) a concomitância, para o trabalhador rural, da propriedade de terra pertencente ao empregador, enquanto local de moradia e trabalho e 2) a complementação de renda que os trabalhadores recebiam da concessão do direito de ocuparem, para uso próprio, partes da propriedade do empregador. Aqueles que trabalhavam no campo passavam praticamente toda a existência no interior de uma propriedade particular, estando sujeitos aos direitos de propriedade do empregador.

¹⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. O estatuto do trabalhador rural. p. 143.

¹⁵ BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*, 25ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993. Especialmente o capítulo Herança Rural, pp. 41-60.

¹⁶ BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*, p. 58.

Esses direitos, ao contrário do que ocorria nos locais de trabalho da cidade, não eram contrastados com nenhuma instituição exterior:

Pelo contrário, tudo numa grande propriedade rural, desde o espaço ocupado, até as vias de comunicação e meios de contato através de que os moradores da propriedade convivem socialmente entre si e com o exterior, tudo isso é senhoresado pelo proprietário; cuja jurisdição, como titular que é do direito de propriedade, se insinua por isso - se contra isso não se impuserem restrições legais e específicas - por esferas que vão muito além de seus direitos próprios e daquilo que normalmente lhe cabe como proprietário e empregador. De "empregador" ele se faz insensivelmente, ou tende a se fazer, "senhor" de seus empregados.¹⁷

O andamento da reforma agrária, entendida por Caio Prado Júnior como a criação de condições que assegurassem um elevado nível de vida aos trabalhadores rurais, dependia, na fase histórica em que vivia o país, do estabelecimento de mecanismos legais que impedissem os proprietários de terras a continuarem cerceando os direitos de seus empregados. Essas medidas deveriam ser executadas dentro da mais estrita legalidade, complementando aquelas já existentes para o trabalhador urbano. O aparecimento do "Estatuto do Trabalhador Rural", promulgado em 2 de março de 1963, recebeu uma boa acolhida de sua parte, tendo o historiador lamentado o desinteresse das "forças políticas progressistas e de esquerda" existentes no Congresso Nacional em intervir no processo legislativo que culminou na sua aprovação.

Essa leitura destoa da consideração geral de Caio Prado Júnior sobre o governo João Goulart. Aprovada logo após o plebiscito que permitiu a volta ao regime presidencialista, a nova legislação, que havia ficado anos emperrada, pertenceu a um contexto mais amplo de luta pela reforma agrária, no qual o presidente aparecia discursando sobre a sua importância como parte fundamental das "reformas de base". A questão agrária passava a ser identificada não apenas como a questão da propriedade rural, mas também como a questão dos trabalhadores rurais. Outro ponto relevante que precisa ser levantado refere-se ao estatuto como medida que fez surgir também uma disputa em torno da liderança desses trabalhadores, levando a disputas entre organizações católicas e comunistas, em sindicatos e federações.¹⁸

¹⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. In: *A questão agrária no Brasil*, p. 159..

¹⁸ Ver GRZYNSZPAN, Mário. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, Marieta Morais. *João Goulart: Entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006, pp. 59-77.

Em uma nítida declaração de seu entusiasmo em relação a este documento, Caio Prado Júnior escreveu que "se aplicado com rigor", poderia haver por seu intermédio "uma das maiores transformações econômicas e sociais já presenciadas nesse país".¹⁹ Mesmo assim, considerou o estatuto incapaz de entender as peculiaridades do trabalhador rural, não tomando "na devida conta a grande variedade das relações de trabalho e emprego da agropecuária brasileira".²⁰ Entre as variantes do trabalho agrícola estava aquela conhecida como parceria. Em sua análise, embora trabalhassem a terra em unidades produtivas autônomas, os parceiros encontravam-se envolvidos em relações de locação de serviços, e portanto, dependentes dos proprietários. Mesmo assim, supunha o historiador, especialmente aqueles trabalhadores envolvidos na meação, comparados aos que exerciam as suas atividades em regime de puro assalariamento, possuíam maiores vantagens e atingiam melhores condições de vida. Além disso, a prática da parceria abria uma perspectiva de acesso do trabalhador à propriedade da terra. Numa reforma agrária que não interrompesse o fluxo das atividades produtivas no campo, tal como a defendia Caio Prado Júnior, a redistribuição do espaço fundiário deveria iniciar-se pela entrega a cada parceiro da parcela de terra que ele anteriormente ocupava. Essa transferência de propriedade, entretanto, deveria ser feita de uma só vez. Caso contrário, os grandes proprietários de terra, que até então exercitavam o sistema de parceria, poderiam suspendê-lo nas áreas ainda não atingidas pelo processo de reforma, inviabilizando a sua continuidade. Na concepção do historiador paulista, a parceria ganhava uma grande importância estratégica, facilitando o retalhamento da grande propriedade de terra, que se realizaria mais facilmente a partir de uma divisão pré-existente.

Nota-se nesse ponto, mais uma vez, um distanciamento do historiador em relação à teoria defendida pelo PCB, que associava a manutenção da parceria à existência de "resíduos feudais". Contrário a essa dedução, que considerava extraída de uma leitura demasiadamente abstrata da transição feudal-capitalista, ele afirmou que, no caso brasileiro, inclusive de um ponto de vista estritamente cronológico, o trabalho assalariado precedia a parceria. Ainda segundo o historiador, seria errôneo caracterizar esse regime, especialmente quando praticado na modalidade da meação, como um sistema inerentemente atrasado no que se refere à técnica empregada, pois "os

¹⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. O estatuto do trabalhador rural, p. 143.

²⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. O estatuto do trabalhador rural, p. 147.

processos tecnológicos empregados na lavoura algodoeira de São Paulo no regime de meação, são superiores aos empregados nas velhas fazendas cafeeiras do Estado sob regime salarial".²¹

O melhor caminho para a reestruturação da nossa economia agrária não seria através da ampliação do número de pequenos proprietários; mas o da modernização da grande propriedade, imprimindo-lhe uma maior eficiência produtiva. A divisão acentuada da terra causaria uma desorganização do sistema produtivo vigente, sem trazer maiores vantagens econômicas. É o que percebemos na seguinte citação:

Como substituir as propriedades canavieiras do nordeste, as fazendas de cacau da Bahia e as de café de São Paulo, as fazendas de gado de gado de Minas Gerais ou as estâncias gaúchas ? Como substituí-las e suprir as funções econômicas e produtivas que desempenham, por uma organização camponesa de pequenos produtores individuais ?²²

Uma mudança de tal ordem dependia da pressão dos trabalhadores organizados em movimentos sociais reivindicatórios. E estes, estando envolvidos em relações capitalistas de produção, estariam mais interessados em obter as vantagens típicas dos empregados (aumento de salários, regulamentação da jornada de trabalho, etc.) do que em receber um pequeno lote de terra para iniciar uma produção individual. Por outro lado, a criação de cooperativas rurais, que conservariam a unidade original da grande propriedade, transformando-a em uma propriedade coletiva sob a gestão direta dos trabalhadores, tal como proposta no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (Belo Horizonte, 1961), também recebeu críticas do historiador. Foi considerada inadequada à realidade brasileira, uma vez que a maior parte dos trabalhadores empregados em nossas explorações rurais, devido às condições econômicas e sociais a que estavam submetidos, não teria preparo suficiente para assumir tamanha responsabilidade. O sistema cooperativista foi implantado pelos revolucionários cubanos, que entregaram diretamente aos trabalhadores a administração das grandes propriedades rurais. Em pouco tempo, porém, ficou claro que esta organização afetava "desfavoravelmente não só a eficiência da produção, como os próprios interesses imediatos dos trabalhadores".²³ Devido a

²¹ PRADO JÚNIOR, Caio. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. p. 70.

²² PRADO JÚNIOR, Caio. O estatuto do trabalhador rural, p. 150.

²³ PRADO JÚNIOR, Caio. O estatuto do trabalhador rural, p. 153.

este fracasso, os cubanos concluíram (seguindo de perto a experiência soviética) que "a evolução da grande exploração rural não é para a cooperativa, mas para a empresa estatal".²⁴

Posta a problemática nesses termos, a solução mais adequada à questão agrária não estaria numa reforma que privilegiasse a ampliação do número de pequenos proprietários, ou então que organizasse os trabalhadores em cooperativas, mas na organização da grande exploração socialista, orientada através de um planejamento abrangente de todo o sistema econômico. Essa linha argumentativa, que propugnava a radicalidade de um modelo de "revolução agrária não-camponesa", conforme aplicado na União Soviética na década de 1930, coincidia com os termos da análise trazida a efeito três anos antes em um artigo de Michael Löwy, publicado na *Revista Brasiliense*. Este, porém, recebeu de Elias Chaves Neto uma "nota crítica" advertindo os leitores sobre as suas conclusões, que não se enquadravam na orientação da revista, "que é nacionalista, conforme foi firmado no seu manifesto de constituição".²⁵ Nele, foram mostradas as diferenças entre a "reforma agrária" - vista como uma política que visava à implantação de formas capitalistas no campo, criando conseqüentemente um "pequeno campesinato conservador, que se tornará baluarte da propriedade privada e do regime social vigente" - e a "revolução agrária" - vista como a criação da propriedade coletiva da terra.²⁶

Não podendo vislumbrar a coletivização dos campos numa perspectiva de curto/médio prazo, Caio Prado Júnior escreveu que "na etapa histórica atual", a melhor política de defesa dos interesses da massa trabalhadora rural, seria incentivar "as reivindicações trabalhistas em torno das relações de emprego, e promoção de medidas legais de proteção ao trabalhador empregado e melhoria de suas condições de trabalho".²⁷ No artigo que escreveu para a última edição da *Revista Brasiliense*, de janeiro/fevereiro de 1964, ele chamou atenção para algumas evidências práticas da aplicação da legislação trabalhista no campo.²⁸ Enfocando os resultados obtidos na região canavieira de Pernambuco durante o governo de Miguel Arrais (1962-64), o intelectual paulista mostrou como a elevação dos valores salariais pagos aos trabalhadores rurais produziu

²⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. O estatuto do trabalhador rural, pp. 153-154.

²⁵ LÖWY, Michel. Notas sobre a questão agrária no Brasil. *Revista Brasiliense* nº 31, set/out, 1960, p. 55.

²⁶ LÖWY, Michel. Notas sobre a questão agrária no Brasil, p. 60

²⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. O estatuto do trabalhador rura, p. 154.

²⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. A marcha da reforma agrária. In: *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979. Originalmente publicado na *Revista Brasiliense*, nº 51, jan/fev, 1964.

um aumento no poder aquisitivo dessas pessoas, levando a uma impressionante ativação do comércio local.

Para o historiador, com o sucesso dessas medidas a região Nordeste ingressava "em uma nova fase de desenvolvimento bem distinta do passado" ²⁹, a despeito dos comunistas insistirem em *slogans* demagógicos como "reforma agrária radical", "eliminação do latifúndio" e "terra para quem trabalha", que pouco representavam em termos de melhoria das condições materiais de vida do homem do campo. Haja vista que a luta pela repartição da terra só possuía sentido em algumas poucas regiões do país, de menor porte em termos produtivos, enquanto:

Nas regiões de real e fundamental expressão na economia agrária brasileira, e onde se concentra a maioria da população trabalhadora rural - na lavoura canavieira do Nordeste e do Centro Sul, nos cafezais de São Paulo e Paraná, nos cacauais da Bahia, etc. - nessas regiões a reivindicação da terra não encontra eco, e não se esboçou aí, em proporções dignas de nota, nenhum sintoma de luta social. O que contrasta vivamente com a agitação, luta e abertura de amplas perspectivas de reforma e renovação econômica, social e podemos dizer até política, que se apresentam no setor das reivindicações trabalhistas. ³⁰

Essas medidas legais adquirem um *status* significativo no agrarismo de Caio Prado Júnior, colocando-se como essenciais na construção de uma modernidade nacional, que deveria surgir da articulação de um mercado interno suficientemente capaz de integrar as diferentes regiões do país. A introdução dos direitos trabalhistas no campo fazia parte da estratégia política do historiador, que contrariando a proposta de divisão do latifúndio improdutivo como saída para a libertação dos camponeses do fardo de supostas relações feudais de produção, baseava-se numa reforma do capitalismo agrário existente.

Necessárias para aumentar o nível de produção e consumo dos trabalhadores rurais, e ao mesmo tempo, garantir-lhes condições mínimas de organização política, essas medidas poderiam igualar as condições de vida no mundo rural e urbano, acabando com os desequilíbrios e as disparidades regionais que, na visão de Caio Prado Júnior, em pleno século XX ainda ameaçavam a integração nacional brasileira.

Artigo recebido em 20/11/2008 e aprovado em 22/02/2009.

²⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. A marcha da reforma agrária. In: *A questão agrária no Brasil*, p. 167.

³⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. A marcha da reforma agrária. In: *A questão agrária no Brasil*, p. 168.

“A árvore proibida do sacerdócio”: razão e religião segundo Tom Paine

Marcos Felipe de Brum Lopes
Universidade Federal Fluminense (UFF)
Mestrando do PPGH-UFF
marcosfblopes@yahoo.com.br

Resumo

O artigo visa explorar o pensamento filosófico de Thomas Paine (1737-1809), no que este toca as questões religiosas. Paine, um deísta que julgava a Bíblia como um livro herético, escreveu alguns artigos em que desacreditou as profecias bíblicas, em análises feitas a partir da Razão ilustrada. Tal Razão foi definida por Tom Paine como “a árvore proibida do sacerdócio”, já que a Bíblia, se lida pela lente das Luzes, seria despida de todo conteúdo de verdade. Assim, o trabalho almeja expor uma das vertentes da crítica iluminista às sociedades cristãs dos séculos XVIII e XIX.

Palavras-chave: Religião, razão, iluminismo.

Abstract

This article aims to explore the philosophical thought of Tom Paine (1737-1809) which is concerned with religion. Paine, a deist who judged the Bible as a heretic book, wrote some papers in which he disbelieved the biblical prophecies, in readings guided by the enlightened Reason. Such Reason was defined by Paine as being “the forbidden tree of priestcraft”, since the Bible, if read through the lens of the Enlightenment, would lose all its claims for truth. The goal is to expose one of the many types of the enlightened criticism which were addressed to XVIIIth and XIXth century’s christian societies.

Keywords: Religion, reason, Enlightenment.

Introdução

Thomas Paine (1737-1809) é um dos mais conhecidos autores do final do século XVIII. Por seu engajamento e defesa da democracia, recebeu inúmeros adjetivos, tanto positivos como depreciativos. Seu radicalismo outorgou-lhe tanto o título de revolucionário da esperança como o de herege. Suas idéias mais conhecidas são aquelas sobre sociedade, governo e nação: todo poder emana do povo por uma questão de princípios. Todo regime que não segue esse preceito racional – como as monarquias dinásticas – constitui numa verdadeira usurpação política.¹ O apoio de Thomas Paine à revolução francesa justifica-se exatamente

¹ Ver PAINE, Thomas. *Dissertations on the first principles of government*. Blackmask Online: 2001. Disponível em www.blackmasl.com. Acesso em: 14/04/2005; e _____. *Common sense*. Blackmask Online: 2001. Disponível em www.blackmask.com. Acesso em: 14/04/2005. Especialmente a seção “On monarchy and hereditary succession”.

por esta postura. É sabido que este apoio granjeou-lhe algumas inimizades, como a de Edmund Burke, outro britânico ilustrado crítico da revolução francesa, por sua visão conservadora da sociedade.

O escopo do pensamento político-filosófico de Paine pode ser classificado entre o *rol* das idéias ilustradas nascidas, sobretudo, no século XVIII – o século das *Luzes*. A capacidade de o homem pensar por si mesmo e, assim, questionar o mundo a sua volta é uma das principais marcas desse pensamento. Considerando as proposições de Reinhart Koselleck,² pode-se dizer que, se a ilustração foi exatamente o questionamento e abate do Antigo Regime – ou Absolutismo, como o próprio Koselleck denomina –, Thomas Paine construiu suas idéias em consonância e no trilho das *luzes*, pois o sistema de governo dinástico era o alvo principal de suas críticas.

Não desconsiderando tudo o que foi supramencionado, este trabalho dará outro enfoque ao pensamento do autor e tentará buscar em outras fontes, não eminentemente políticas, algumas idéias caracterizadas pelo que se chama *Ilustração*, um movimento típico do século XVIII com desdobramentos políticos e culturais. Os textos analisados são dedicados principalmente à religião: *Examination of the prophecies* é um extrato da grande obra *The age of reason*, onde Paine refuta a veracidade das profecias sobre Jesus Cristo encontradas ou referenciadas pelos quatro evangelhos bíblicos; *Existence of God* é um discurso feito no primeiro encontro público da Sociedade Teofilantrópica de Paris. *Of the religion of deism compared with the christian religion and the superiority of the former over the latter* é um artigo publicado em 30 de junho de 1804 no *The Prospect*. Alguns outros pequenos textos serão aludidos ao longo deste trabalho: foram compilados de diversas publicações sob o nome de *Essays on religion*.

A trajetória de Paine, como pensador e homem politicamente engajado, permite dizer que suas idéias não podem ser tomadas como um espelho do pensamento setecentista. Homens tidos como exemplos de *ilustração* travaram verdadeiras discussões com ele, discordando de suas posições, radicais demais para muitos. Por vezes podem-se tomar as palavras de Paine como casos limite da crítica ilustrada à tradição política e religiosa. O que se quer aqui é mostra como o tempo do fim do século XVIII era propício à discussão e como a crítica já poderia levantar a palavra no espaço público. Isso não significa a ausência da repressão da reação clerical e estatal. Na verdade, a presença das lutas entre os grupos da

² KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

crítica e da tradição é um indicador de como o período foi determinante para o que se chamou a *ilustração*.³

A política não está ausente das discussões religiosas de Paine. Os fatos ocorridos nos Estados Unidos da América (1776) e França a partir de 1789 foram determinantes para que o autor publicasse seus pensamentos sobre religião, como ele mesmo relata:

Logo após ter publicado o panfleto *Senso Comum*, na América, eu previa uma grande possibilidade de uma revolução no sistema de governo ser seguida por uma revolução no sistema religioso. (...) ...Tão logo fosse feita a revolução no sistema de governo, uma revolução religiosa deveria ocorrer em seguida. Invenções humanas e o sacerdócio seriam descobertos; e o homem se voltaria para a pura e legítima crença num só Deus, e em nenhum outro.⁴

(...)

...há muito já tinha o desejo de publicar minhas idéias sobre Religião; mas havia originalmente reservado isso para um período mais tardio da vida, desejando que fosse tal a última tarefa que deveria desempenhar. As circunstâncias, entretanto, pelas quais passava a França no fim do ano 1793, foram determinantes para que eu não mais a adiasse.⁵

Os textos filosóficos de Tom Paine

The age of reason é uma grande coleção de ensaios escritos ao longo de muitos anos. O editor do texto diz: “No prefácio de Paine a Segunda Parte de ‘The Age of Reason’, ele afirma ter escrito a Primeira Parte num tempo próximo ao fim de 1793”.⁶ Seis horas após o término da primeira parte, em 28 de dezembro de 1793, Paine foi preso pelo Comitê de Segurança Pública, que promoveu a remoção de qualquer estrangeiro da Convenção. Isso o

³ Não é sem motivo que Koselleck vê o fim do século XVIII – a revolução francesa – como resultado político da crítica filosófica surgida no século XVII – principalmente com John Locke – e levada adiante pelos grupos maçônicos e letrados do XVIII. O surgimento público da crítica derrubou o que o segredo havia lentamente minado: o Absolutismo e suas estruturas filosóficas (idéia de poder supra-social – Hobbes – e o catolicismo romano)

⁴ PAINE, Thomas. *The age of reason*. Blackmask Online, 2000. Disponível em www.blackmask.com. Acesso em 14/04/2005. p.11. Tradução livre.

⁵ PAINE, Thomas. *The age of reason*. Prefácio à parte II. p.41. Tradução livre. Os acontecimentos a que se refere Paine são o afastamento da Revolução dos princípios filosóficos que haviam lhe dado base: “The intolerant spirit of church persecution had transferred itself into politics; the tribunals, stiled Revolutionary, supplied the place of an Inquisition; and the Guillotine of the Stake. I saw many of my most intimate friends destroyed; others daily carried to prison; and I had reason to believe, and had also intimations given me, that the same danger was approaching myself”. p.41.

⁶ *The age of reason*. “Editor’s introduction”. Blackmask Online, 2000. Disponível em www.blackmask.com. Acesso em 14/04/2005. p.01. Tradução livre.

impediu de revisar o texto antes de ser levado à tipografia. A isso se deve a permanência de “erros”, um dos quais explica o editor:⁷

Ele consiste na repetida menção de Paine a seis planetas apenas, e na enumeração deles, 12 anos após a descoberta de Urano. Paine era um dedicado estudioso de astronomia, e não se pode suspeitar de que não participara da acolhida universal à descoberta de Herschel. A ausência de qualquer menção ao fato me convence de que o episódio astronômico foi publicado de um manuscrito escrito antes de 1781, quando Urano foi descoberto. Não conhecedor da língua francesa em 1793, Paine talvez ignorasse a errata na tradução de Lanthena's, e, como não dispunha de tempo para copiar, ele naturalmente teria utilizado ao máximo o mesmo manuscrito quando preparava seu trabalho para leitores ingleses.⁸

O interesse de Paine por astronomia e outras ciências naturais explica, em certa medida, suas posições religiosas, como se verá. As idéias defendidas em *The age of reason* estão presentes em todos os outros textos dedicados à religião. Por ser uma obra compilada ao longo da vida, ela explica e aprofunda idéias encontradas em outros textos de forma superficial. Resumidamente, nega-se a veracidade das profecias, os eventos sobrenaturais da bíblia e a existência de um Deus vingador como apresenta o Antigo Testamento bíblico. Tudo o que foge à compreensão da racionalidade é falso, pois verdadeira é a razão universal. De forma sucinta, Paine expõe esses pensamentos no texto *Existence of God*.

Segundo Conway, editor do texto, *Existence of God* é um escrito da mocidade de Paine. A versão final foi feita sob a forma de discurso em 1797, no primeiro encontro público da Sociedade Teofilantrópica de Paris. Porém, o estilo do texto assemelha-se aos artigos da *Pennsylvania Magazine*, anteriores à revolução norte-americana (1776), evento que, de acordo com o próprio Paine, fez dele um verdadeiro escritor. Por ocasião da reunião inaugural da Sociedade em Paris, o texto foi acrescentado de poucos parágrafos. Outro elemento que faz Conway crer que o discurso teve origens antigas é o fato de que Paine dá uma explicação muito superficial ao que chama *infidelidade*. Em *The age of reason*, obra posterior a *Existence of God*, o conceito de infidelidade é aprofundado, de forma que o autor daria uma idéia profunda também em *Existence of God*, se este fosse datado de 1797.

Os teofilantropos eram homens que propunham uma postura diferenciada em relação à divindade, baseada na racionalidade humana. Essas idéias – que serão mais bem explicadas adiante na análise de *Existence of God* –, suscitaram reações da Igreja Católica na França, a ponto de Napoleão fechar a sociedade anos depois de sua criação (1796). Tom Paine

⁷ O editor não é identificado no texto, porém a introdução revela que foi escrita no fim do século XIX.

⁸ *The age of reason*. “Editor's introduction”. p.02.

menciona a Sociedade como se estivesse em sua infância, num momento em que não eram necessários o temor de perseguições e o segredo. É significativo, no contexto do movimento ilustrado, que o fim do século XVIII tenha proporcionado este sentimento. Era o primeiro encontro público do grupo: a palavra de crítica poderia ser expressa.⁹ Mas o otimismo deve ser interpretado de forma complexa, já que pouco tempo depois a Sociedade iria sofrer perseguições. Foi nesse contexto de tensão que os escritos de Paine surgiram.

As Luzes para Tom Paine

Os autores costumam fazer juízos sobre seu próprio tempo. Os *ilustrados* viam nascer um era em que a humanidade saia de sua menoridade: um tempo em que nada externo à própria condição humana poderia levar a sociedade adiante. O homem, em suas faculdades racionais, emergia como juiz de si e, se isso valesse para todos eles, não haveria nada que impediria o progresso, a marcha em direção à civilização. Governo da *Razão*.

Para o grupo radical de pensadores teofilantrópicos do qual Tom Paine fazia parte, a religião institucionalmente constituída não poderia mais responder aos questionamentos racionais que o século XVIII viu nascer. Partindo do raciocínio direcionado, através da observação visual dos fatos naturais, a religião vestia-se, na filosofia desse grupo, com roupagem distinta – por vezes completamente oposta – da tradicional.

A era inaugurada por esse julgamento racional do mundo era identificada com uma ruptura por Paine. As lutas políticas que foram o motor da centralização política e as perseguições promovidas pela intolerância religiosa haveriam sucumbido sob o triunfo da razão:

A infidelidade foi propagada por aqueles induzidos pelo exagero ao qual chegaram os sistemas imaginativos de religião, e pela intolerância, perseguições, incêndios e massacres que este exagero ocasionou; pensando ser melhor não crer em coisa alguma do que crer numa multiplicidade de coisas e em credos complexos, causaram grande confusão no mundo. Mas tais dias passaram, a perseguição cessou, e o antídoto que antes existia, hoje não tem sombra de apologia. Nós professamos, e proclamamos em paz, a pura, legítima, confortável e racional crença em um Deus, como este se nos manifesta no universo. Fazemos isso sem um mínimo de apreensão de que tal crença seja alvo de perseguições como outras

⁹ Uma Sociedade semelhante foi criada em Nova Iorque anos mais tarde, por Colonel John Fellows e outros amigos de Paine, com o objetivo de resgatar os princípios teofilantrópicos deturpados pela Sociedade parisiense. O próprio Paine concordava com essa crítica, dizendo que os membros franceses misturavam oferendas de flores em altares, cerimônias do catolicismo e o culto “robbspierresco” a um Ser Superior. Ver a nota introdutória do editor a *Existence of God*.

crenças o foram, ou de que soframos nós algum tipo de perseguição. A Deus, e não a homem, deverá qualquer um prestar contas de sua fé.¹⁰ [grifos meus]

O segredo da crítica ao sistema tradicional – religioso e político – não era mais necessário. Proclamar uma crença diferenciada *sem um mínimo de apreensão de que tal crença seja alvo de perseguições* somente foi possível no momento em que a crítica pôde se lançar como *palavra pública*.

Sustentando a possibilidade da livre proposição crítica estava o homem como juiz de si. Os trechos iniciais de *The age of reason* são interessantes nesse aspecto. Seguindo uma tendência de seus amigos pensadores, Paine decide que é necessário fazer sua profissão de fé. Deve-se notar que o pensamento de Paine era muitas vezes julgado como ateu, por isso o autor não deixa de enfatizar o que entende por infidelidade: crer ou não crer não decide quem é infiel, mas sim o fato de alguém professar crer no que, na verdade, não crê. Paine diz:

Não creio na fé professada pela igreja judaica, pela igreja romana, pela igreja grega, pela igreja turca, pela igreja protestante, ou qualquer outra que porventura eu conheça. Minha igreja é minha própria mente.¹¹ [grifo meu]

Como é possível alguém afirmar algo tão extremo? Para o autor britânico isso é possível se o homem for juiz de si, se sua mente for sua própria religião. A submissão¹² da humanidade às *Luzes*, através da soberania da razão, permite que outra religião surja. O modo como Paine via o tempo do século XVIII emerge de seus escritos com frequência, e a análise de suas idéias religiosas podem nos ajudar a compreender seus julgamentos sobre o período que ficaria conhecido como *ilustrado*.

Razão, fé e a necessidade de uma causa primeira

But when the divine gift of reason begins to expand itself in the mind and calls man to reflection, he then reads and contemplates God and His works, and not in the books pretending to be revelation.

Thomas Paine, *Of the religion of deism...*

¹⁰ PAINE, Thomas. *Existence of God*. Abika. s/d. p.08.

¹¹ PAINE, Thomas. *The age of reason*. Blackmask Online, 2000. Disponível em www.blackmask.com. Acesso em 14/04/2005. p.10. Tradução livre.

¹² Note-se a construção retórica do pensamento ilustrado de Paine: se antes o homem era submetido ao externo, libertou-se. É possível falar, porém, em uma nova submissão na medida em que a razão é algo surgido da observação individual da natureza. O homem que se submete à razão se submete, por conseguinte, a si próprio.

Depois de explicado o contexto em que surgiram os textos e como Paine julgava seu próprio tempo, chega o momento de analisar com mais profundidade alguns textos. Tomarei como lente a ênfase dada por Paine à observação do universo natural para o conhecimento divino, pois essa é a novidade religiosa proposta pelo autor.

Em *Existence of God* é defendida a existência de Deus. O ateísmo, equivalente à infidelidade, deve ser combatido com a filosofia natural. Esta, por sua vez, é um estudo não do universo, somente, mas um estudo teológico. É o estudo da causa através da consequência, “o estudo de Deus através de suas obras”.¹³ Desta forma a bíblia de um teofilantropo – ou deísta – é o universo natural, pois é nele que se manifesta a existência de Deus: “Quando estudamos elementos de geometria, pensamos em Euclídes. Quando falamos de gravidade, pensamos em Newton. Como, pois, quando estudamos as obras de Deus na criação, limitamos a nós mesmos e não pensamos em Deus?”¹⁴ Não aceitando, *a priori*, a existência de Deus, diriam alguns. Mas no pensamento do autor, não existe racionalidade que possa, pela observação da natureza, conceber a inexistência de Deus, pois a necessidade de uma causa inicial não seria saciada.

À época – lembre-se que o texto provavelmente é anterior a 1776 e foi adaptado em 1797 –, Newton havia defendido a necessidade da causa inicial para o movimento dos planetas e Paine, por seu interesse em astronomia, defendia a mesma posição. O movimento, por não ser conteúdo da matéria, tem necessariamente sua origem em algo externo, no caso, Deus. Quem além de Deus poderia ter dado tal impulso à tão grande quantidade de matéria? O sistema solar é o exemplo máximo da existência de Deus por sua propriedade locomotiva, que ordena os planetas nas órbitas em movimentos de rotação e translação, sem que essa capacidade seja originada na matéria que os compõe. Toda a existência de vida na Terra depende desse fenômeno:

A Terra percorre essa viagem em trezentos e sessenta cinco dias e algumas horas, e conseqüentemente se movimenta a razão de mais de um milhão e seiscentos mil milhas a cada vinte e quatro horas. Onde a infidelidade, onde o ateísmo buscará a causa para esta assombrosa velocidade de movimento, que nunca pára, nunca varia, e que é o que mantém a Terra em sua órbita?¹⁵

¹³ PAINE, Thomas. *Existence of God*. Abika. s/d. p.04. Tradução livre.

¹⁴ PAINE, Thomas. *Existence of God*. p.04. Tradução livre.

¹⁵ PAINE, Thomas. *Existence of God*. p.07. Tradução livre.

Defendida a necessidade de uma causa inicial para a existência do universo, a idéia tradicional de fé cristã é invertida. Enquanto o cristianismo definia a fé de uma forma, a razão ilustrada defende a constatação do divino pelo estudo da natureza visível: “Ora, a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam, e a prova das coisas que não se vêem. (...) Pela fé entendemos que os mundos foram criados pela palavra de Deus; de modo que o visível não foi feito daquilo que se vê”.¹⁶ Ao contrário, para um deísta, aquilo que é visível baseia a crença: pelo mundo entende-se que existe um criador.

Segundo Tom Paine, todo o conhecimento teológico era, até então, procurado em livros impressos, supostamente baseados em revelações divinas e sobrenaturais. O homem não pode prová-los em sua veracidade através da razão. Assim, o estudo teológico, para o autor, é feito às avessas: “Escolas transformaram o estudo da teologia em estudos de opiniões escritas em livros impressos; ao passo que teologia deveria ser estudada nas obras e livros da criação”.¹⁷ Os livros impressos, que apenas produzem fanatismo e perseguições “*que desolaram a Europa*”, não explicam a existência de Deus, ao passo que o estudo da teologia através da criação produz um efeito contrário: “A mente se torna iluminada e serena, uma cópia da cena que contempla: informação e adoração andam lado a lado; e todas as faculdades sociais se tornam mais abrangentes”.¹⁸ [grifos meus]

Perceba-se a idéia de mente esclarecida (*enlightened*) pela luz da razão natural. É inevitável um paralelo com a idéia de câmara obscura, onde a realidade produz uma imagem invertida e fiel, exatamente com prevê Tom Paine: a crença num poder superior é “crença oriunda de fatos visíveis”; esses fatos visíveis, quando contemplados, tornam a mente “uma cópia da cena que contempla”. A câmara obscura era não só um instrumento utilizado por artistas, mas também comumente utilizada como metáfora para a mente humana. Lembre-se que estava em curso uma mudança significativa nas teorias da visão, como por exemplo, os estudos de Goethe sobre as faculdades da visão, que veio a desafiar o modelo da câmara obscura como metáfora da visão humana. Ainda assim, a câmara obscura permaneceu como um modelo a ser utilizado, sobretudo depois do surgimento da fotografia.¹⁹

A elevação do homem a um patamar superior também não deixa de ser enfatizado, pois a divindade está expressa na natureza. Se a mente humana torna-se uma cópia do que contempla, é inevitável a convergência da razão divina e da razão humana: “Afinal, não

¹⁶ Epístola aos Hebreus, xi:01 e 02.

¹⁷ PAINE, Thomas. *Existence of God*. p.04. Tradução livre.

¹⁸ PAINE, Thomas. *Existence of God*. pp.04-05. Tradução livre.

¹⁹ CRARY, Jonathan. *Techniques of the observer. On vision and modernity in the Nineteenth Century*. Cambridge: MIT Press, 1993.

queremos saber o que é Deus? Procuremos não em livros, mas na Escritura chamada Criação”.²⁰

Entretanto, na condição terrena, o homem é inferior a Deus. Segundo Paine, o homem equivale à metade da divindade. Para provar a existência de um ser superior, o autor lança mão de uma interessante comparação. Imaginar um deus é possível através do raciocínio filosófico: pensemos num ser cuja capacidade de ação é igual a sua vontade. A natureza da vontade humana é infinita, mas limitada é sua capacidade de ação. Se a possibilidade de fazer valer a vontade humana equivalêsse aos desejos, o homem se igualaria a Deus: “Nesse raciocínio progressivo, vemos na natureza da vontade humana metade do que concebemos quando pensamos em Deus”; adicionando a outra metade, compreende-se a existência de Deus.²¹ Desde o menor animal até o homem pode-se observar uma progressão de poder. Assim sendo,

Onde está a dificuldade de se supor que, no “topo de todas as coisas”, existe um Ser no qual um poder infinito se une a uma vontade infinita? Quando esta simples idéia é apresentada a nossa mente, temos uma idéia de um Ser perfeito, o qual chamamos Deus.²²

Por fim, Tom Paine constata que é de imensa contribuição social que o estudo teológico seja feito através da filosofia natural. A teologia obteria maiores atrativos e os conhecimentos científicos seriam alcançados por indivíduos excluídos:

O profissional será ensinado nos princípios matemáticos necessários para que lhe rendam uma proficiência na sua arte; o lavrador verá se desenvolverem os princípios da vegetação; ao passo que verá, também, a mão de Deus em todas essas coisas.²³

Para finalizar esta seção, vale dizer que no início do século XVIII outro autor defendeu a crença em Deus através da observação da criação. O próprio Paine recorre a esse autor em *The age of reason*. Trata-se de Conyers Middleton, bibliotecário da universidade de

²⁰ PAINE, Thomas. *Existence of God*. p.04 e 07. Tradução livre.

²¹ É inevitável levantar a questão do paralelo com a tradição cristã, baseada no Gênesis, de que o homem obteve o conhecimento pela desobediência. O fruto da árvore proibida deu ao homem a razão do bem e do mal. Outra árvore do paraíso permitiria que o homem se igualasse em poder e imortalidade a Deus. Paine chega a dizer: “Suppose the power equal to the will, and man would be a God. He would will himself eternal, and be so. He could will a creation, and could make it”. p.07. Paine não credita à Bíblia nenhuma sombra de veracidade, e as descrições do Gênesis são julgadas por ele como alegorias. A Igreja Católica Romana teria as transformado em fatos reais para justificar suas doutrinas. Ver PAINE, Thomas. *Of the religion of deism...*

²² PAINE, Thomas. *Existence of God*. p.07. Tradução livre.

²³ PAINE, Thomas. *Existence of God*. p.08-09. Tradução livre.

Cambridge, na Inglaterra. Paine o define com um típico ilustrado: “Ele foi um homem de uma forte e original mente, teve coragem de pensar por si mesmo, e a honestidade de expor seus pensamentos”.²⁴

Julgamentos racionais sobre a Bíblia

Reason is the forbidden tree of priestcraft...

Thomas Paine, *Of the religion of deism...*

O Teofilantropismo, ou simplesmente Deísmo, defendido por parte dos *ilustrados*, dedica-se em grande medida à refutação da Bíblia enquanto uma revelação verídica de Deus. Como se viu, Paine eleva a criação visível ao patamar de testemunho mor da existência de um Ser Superior, não obstante isso esteja previsto numa epístola paulina.²⁵ *The age of reason* possui várias menções à falsidade bíblica, sendo talvez a mais consistente a seção *Examination of the prophecies*.²⁶ Algumas asserções de Tom Paine são ilustrativas e complementam as idéias defendidas em outros textos.

Consideraremos aqui as primeiras acusações do autor ao clamor pela veracidade bíblica. Trata-se do episódio da concepção de Jesus Cristo, quando Maria e José receberam revelações através de sonhos. De acordo com a Bíblia, no evangelho segundo Mateus, Maria encontrou-se grávida mesmo antes de ter se deitado com seu marido, José, pela primeira vez. Turbando-se o coração de José, um anjo apareceu-lhe em sonho dizendo para que não temesse, pois o ser no ventre de sua esposa era fruto do Espírito Santo. Como, para o cristianismo, o nascimento virginal é uma profecia, neste ponto Paine faz seus primeiros comentários.

Para ele, a autoridade do texto se baseia em nada mais que um sonho, “pois é impossível para um homem contemplar algo no sonho que seja mais do que aquilo com o que ele sonha”.²⁷ A mente, quando o corpo está adormecido, é prodigiosa, pois se vale de tudo o que a imaginação pode inventar. Paine chega a usar o termo *irrational* para caracterizar as faculdades mentais nos sonhos. Desta forma, crer na veracidade do texto bíblico é por a fé em

²⁴ PAINE, Thomas. *Old Testament “prophecies” of Jesus proven false*. In: *Essays on religion*. Abika, s/d. p.28. Este texto é originário da terceira parte de *The age of reason*. Tradução livre.

²⁵ Não pude encontrar comentários de Tom Paine sobre esta passagem.

²⁶ Na coletânea *Essays on religion*, esta seção é intitulada *Old Testament “prophecies” of Jesus proven false*. Esta foi a versão utilizada neste trabalho.

²⁷ PAINE, Thomas. *Old Testament “prophecies” of Jesus proven false*. In: *Essays on religion*. Abika, s/d. p.03. Tradução livre.

algo baseado não na razão, mas na irracionalidade. Atitude inversa em relação ao que se pregava nas *Luzes*, a fé no que não se vê é reprovada. Não é sem motivo que o autor usa recorrentemente o termo *behold*. Lembre-se da importância dos fatos visíveis para a crença em Deus, tão cara a Tom Paine. O deísta deve contemplar a natureza (“...the scene it beholds”), enquanto os cristãos crêem naquilo que José contemplou (“behold”) num sonho. Paine dá o veredito, com certa carga irônica: “Eu não dou crédito a meus próprios sonhos, e eu seria um tolo se desse crédito ao sonho de outrem”.²⁸

Tom Paine percorre os quatro evangelhos refutando cada trecho que clama ser um cumprimento de profecias do Antigo Testamento bíblico. Como sempre, a razão é a lente pela qual o leitor deve julgar os textos. Quando aos milagres e episódios maravilhosos das histórias bíblicas, Paine também não poupa críticas. Num artigo de 1804, diz:

As pequenas e insignificantes, às vezes obscenas, lendas da Bíblia são insuportáveis quando postas em comparação com esta grande obra [a criação]. O deísta não precisa daqueles truques e espetáculos chamados milagres, pois o que pode ser milagre maior do que a própria criação, e sua própria existência?²⁹

Novamente a criação é usada como confirmação da crença. Além disso, para que alguém creia nos sistemas religiosos ditos revelados, é preciso driblar a razão. Para não alongarmos demasiadamente os exemplos, vejamos um último argumento de Paine sobre a veracidade do deísmo e falsidade dos sistemas religiosos ditos revelados. Ele também se fundamenta na leitura e julgamento racional da religião.

Como é comum na filosofia de Tom Paine, a questão dos princípios marca seu pensamento religioso. No princípio das crenças – em seu *artigo* primeiro, como coloca o autor – todos os homens são deístas, pois, seja de qual for a denominação, o crente professa a existência de um deus, um Ser Superior. Porém, nos sistemas religiosos existentes, os homens se apartaram desse princípio: os judeus crêem na revelação das leis a Moisés; os muçulmanos nas revelações a Mohamed; os Persas creram nas leis de Zoroastro como leis divinas; e os cristãos atribuem aos evangelhos as revelações sobre os planos de Deus para a humanidade. Cada uma dessas crenças professa uma verdadeira revelação e são excludentes umas em relação às outras.

²⁸ PAINE, Thomas. *Old Testamente “prophecies” of Jesus proven false*. p.04. Tradução livre.

²⁹ PAINE, Thomas. *Of the religion of deism compared with the christian religion and the superiority of the former over the latter*. Paul Halsall, 1998. In: *Modern History Sourcebook*, disponível em <http://www.fordham.edu/halsall/mod/paine-deism.html>, acesso em: 06/01/2007, citado a partir daqui como PAINE, Thomas. *Of the religion of deism...* Tradução livre.

A grande falsidade nesses sistemas religiosos é que seus princípios – seus *artigos*, como numa *constituição* – são contraditórios entre si, pois não obedecem ao primeiro artigo. A existência de Deus é “consentida universalmente por toda a humanidade”,³⁰ obviamente pelo testemunho da criação. Assim sendo, todos os outros *artigos* das crenças devem ser tão racionais quanto à constatação da existência de Deus:

Portanto, todo artigo necessário para felicidade e salvação do homem, deverá ser tão evidente para a razão e compreensão quanto o primeiro artigo, pois Deus não nos concedeu razão para nos confundir, mas para que a usemos para nossa felicidade e Sua glória.³¹ [grifos meus]

Neste ponto Paine ataca um dos grandes pilares do cristianismo, que é a idéia de uma razão divina diferente da razão humana. Como argumenta o apóstolo Paulo:

Porque a palavra da cruz é deveras loucura para os que perecem; mas, para nós, que somos salvos, é o poder de Deus.
Porque está escrito: Destruirei a sabedoria dos sábios e aniquilarei o entendimento dos entendidos. Onde está o sábio? Onde o escriba? Onde o questionador deste século? Porventura não tornou Deus louca a sabedoria deste mundo?
Visto como, na sabedoria de Deus, o mundo pela sua sabedoria não conheceu a Deus, aprovou a Deus salvar pela loucura da pregação os que crêem.³²

E:

Ninguém se engane a si mesmo; se alguém dentre vos se tem por sábio neste mundo, faça-se louco para se tornar sábio.
Porque a sabedoria deste mundo é loucura diante de Deus; pois está escrito: Ele apanha os sábios na sua própria astúcia;
E outra vez: O Senhor conhece as cogitações dos sábios, que são vãs.³³

Como se vê, a irracionalidade do cristianismo não pode ser atribuída a Deus, se seguirmos o pensamento do autor *ilustrado*, pois a razão de Deus anda em consonância com a razão humana, como vimos em seção acima. A Bíblia, para Paine, não guarda verdade alguma, pois suas lendas – como o autor denomina as histórias bíblicas – são incompreensíveis e impassíveis de comprovação. A razão dada por Deus ao homem serviria para a compreensão da Sua existência e de forma alguma para confundir a mente humana.

³⁰ PAINE, Thomas. *Of the religion of deism...*

³¹ PAINE, Thomas. *Of the religion of deism...*

³² I Coríntios, i:18-21.

³³ I Coríntios, iii:18-20.

Conclusão

Para concluir este trabalho sobre o pensamento de Thomas Paine sobre a religião, deve-se lembrar, novamente, que o século XVIII foi marcado por diversas discussões filosóficas, o que nos impede de afirmar que o conjunto dos autores *ilustrados* defendeu posições semelhantes às de Paine. Podemos atribuir os pensamentos expostos aqui às Sociedades Teofilantrópicas e aos Deístas, mas também não podemos afirmar que fossem estes os únicos a defendê-los.

Entretanto, as idéias de Paine sobre a religião podem ser classificadas como ilustradas, pois elevam o homem ao patamar de juiz de si, iluminado por uma Razão que, como um raio de luz numa sala escura – a câmara escura –, imprime na mente humana uma imagem real do que é o mundo, ainda que invertida. O *esclarecimento* permite ao homem sair de sua minoridade e tornar-se tutor de si mesmo, apto a criticar e questionar a tradição política e religiosa. O tempo da Ilustração enquanto um período histórico foi identificado como uma ruptura pelos próprios contemporâneos do processo, como vimos aqui, no caso de Tom Paine, e como foi o caso de, por exemplo, Kant.

Um panorama e uma análise mais profundos dos escritos sobre religião de Paine apenas seriam possíveis a partir da análise completa de *The age of reason*. Além disso, essa empreitada poderia esclarecer as mudanças – se houveram – no pensamento do autor, já que a mencionada obra foi compilada ao longo da vida de Paine. Não obstante, os pilares de sustentação de seus argumentos foram expostos aqui, quais sejam: 1) a existência de Deus é testemunhada pela criação, sendo a astronomia seu exemplo máximo; 2) o deísmo baseia-se na crença de Deus, não precisando recorrer a escritos revelados, pois a observação dos fatos visíveis da natureza basta para tal crença; 3) a Razão é o filtro que estabelece o que é verdade: a Bíblia é incompreensível em inúmeras partes, e por isso falsa.

É necessário mencionar, para finalizar, que a idéia de história, cara à *ilustração*, de que o homem caminha para estágios cada vez mais esclarecidos, não esteve ausente da filosofia de Paine. Aliando esse fato ao deísmo, sugerimos que Thomas Paine foi um dos pensadores que teria influenciado o Positivismo enquanto uma filosofia da História, por um lado, e enquanto um pensamento com desdobramentos filosófico-religiosos, por outro, determinante na formação de entidades religiosas cuja base foi a Razão, tal como a Igreja Positivista. Vimos que, para ele, uma revolução na política acarretaria uma revolução na

religião, e assim o homem iria emancipar-se do julgo das perseguições, na medida em que a razão fosse abrindo os olhos da humanidade. O homem, para Paine, tem propensão ao bem, pois é criação de Deus, que é bom por princípio. Assim, quanto mais o homem se aproximasse de Deus pela crença racional, melhores seriam as relações entre ele e seus próximos. O editor de um de seus textos, ao fim do século XIX, corroborou essa idéia de progresso:

A exaltação da natureza moral do homem como fundamento da religião deísta, apesar de ser conhecida hoje de sobejo, foi uma afirmação nova há cem anos; gerou uma concepção subversiva da divindade para o deísmo do final do último século [XVIII], humanizou a religião, e suas últimas metas filosóficas e éticas ainda não foram alcançadas.³⁴ [grifos meus]

Artigo recebido em 25/09/2008 e aprovado em 15/02/2009.

³⁴ Nota do editor a *The age of reason*. p.10. Tradução livre.

**A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo:
um lugar de memória**

Cylaine Maria das Neves Auler
Universidade de São Paulo – Doutoranda em História Social
Av. Professor Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária
São Paulo – SP – CEP 05508-900, Caixa Postal 8105
Endereço eletrônico spghisto@edu.usp.br
Telefone/Fax: (011) 3091-3786
cymozart@usp.br / cymozart@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir os vínculos entre o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) e o movimento de construção da memória de São Paulo. Pouco a pouco, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (RIHGSP) transformou-se na guardiã de parte da memória de São Paulo e da nação. Pretende-se desse modo contribuir para a reflexão sobre a maneira pela qual a RIHGSP pode ser interpretada como “lugar de memória” e como espaço para formulação e encaminhamento de problemas históricos.

Palavras-chave: Memória, História, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Abstract

This paper is aimed at discussing the links between the São Paulo Historical and Geographic Institute (*IHGSP*) and the construction processes of the memory of the São Paulo State. Little by little, the Magazine of the São Paulo Historical and Geographic Institute (*RIHGSP*) transformed itself into the guardian of part of the memory of São Paulo and of the nation. It thus intends to contribute to the comprehension *RIHGSP* as “places of memory” and as spaces where historical problems are formulated and dealt with.

Key words: Memory, History, São Paulo Historical and Geographic Institute.

Introdução

Embora a memória seja um problema histórico, os que primeiro deram uma resposta específica à questão, foram psicanalistas e filósofos (Sigmund Freud, Henri Bergson, Georg Lukács), escritores (Marcel Proust, James Joyce, Joseph Conrad) e sociólogos, e seguidores de Émile Durkheim como, por exemplo, Maurice Halbwachs.

Há vários conceitos de memória. O primeiro está no âmbito do fenômeno neuropsíquico da conservação de informações que pertencem às áreas da medicina, biologia e psicologia. Esse fenômeno faz parte da dinâmica psíquica, da formação da personalidade e da identidade individual que possui dimensões coletivas.¹

No Brasil, a obra de referência sobre o tema da memória é *Memória e Sociedade* de Ecléa Bosi.² Utilizando três autores – Maurice Halbwachs, Frederic Bartlett e Willian Stern – ela considera a memória como uma construção social constituída por meio da articulação de vários pólos: indivíduo/sociedade, passado/presente, consciente/inconsciente, sonho/trabalho.

Discute várias conceituações a respeito da memória. Detém-se na teoria de Henri Bergson que consiste em provar a espontaneidade e a liberdade da memória em oposição aos “esquemas mecanicistas” que instalam a memória em algum canto escuro do cérebro, fazendo com que o passado se conserve íntegro e independente do espírito, sendo que o seu modo próprio de existência se apresente de uma forma inconsciente.³

A partir da afirmação de Bergson de que “aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos nós misturamos milhares de pormenores da nossa experiência passada”, pode-se afirmar que quase sempre essas lembranças deslocam as percepções reais, das quais se retém apenas algumas indicações, ou seja, simples “signos” destinados a evocar antigas imagens⁴; e, a partir disso, começa-se atribuir à memória uma função decisiva no processo psicológico, pois a memória permite a relação do presente com o passado, e, ao mesmo tempo, interfere no presente, pois, “... pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes,

¹ LURIA, Aleksander Romanovich. *A mente e a memória. Um pequeno livro sobre uma vasta memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

² BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

³ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, p. 14.

⁴ BERGSON, Henri. *Matière et mémoire: essai sur la relation du corps à l'esprit*. 94. ed. Paris: PUF, 1985.

misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência”.⁵

Bergson, na construção de sua teoria sobre a memória, privilegia o indivíduo e suas lembranças, ignorando o meio social no qual este indivíduo está inserido. A obra memorialística é vista como uma fonte que permite simplesmente a apreensão factual do passado, ou seja, o resgate de um acontecimento que pela força da evocação mnemônica se liberta das malhas do tempo e nos alcança inviolado. Portanto, recordar é reviver integralmente o passado. A relação entre o autor e o conteúdo de sua lembrança é privilegiada, reforçando-se a importância do que é lembrado. Além disso, a experiência de vida que separa o memorialista do momento evocado é também ignorada, como também impossível de ser compartilhada.

Segundo Inês da Conceição Inácio, a teoria de Bergson sobre a memória, exerceu profunda influência em artistas como Claude Debussy e Marcel Proust, mas apesar disso, ou talvez por isso mesmo, pouco alterou o conceito que os historiadores faziam das fontes memorialísticas; parecia muito mais justificá-lo, pois, a teoria bergsoniana redimia a capacidade humana de rememoração, acrescentando-lhe ainda um caráter onírico e mimético. Dessa forma, as memórias podiam se constituir em um bom exercício para literatos, mas não para os historiadores.⁶

Memória e História: dois lados de uma mesma moeda?

Contrapondo a teoria de Henri Bergson com a teoria psicossocial, temos o sociólogo Maurice Halbwachs, o principal estudioso das relações entre memória e história. De seus estudos nasceram: *Les cadres sociaux de La mémoire*⁷ e *La mémoire collective*⁸ que colocaram a questão da memória sobre novas bases, prolongando os estudos de Émile

⁵ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, p. 9.

⁶ A autora apresenta importante estudo sobre a relação memória e história e utiliza relatos autobiográficos como fonte histórica. (INÁCIO, Inês da Conceição. A família rememorada: representações do grupo familiar em memória de militantes comunistas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, n. 9, v. 17, p. 178-190, 1988/1989).

⁷ HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Alcan, 1925.

⁸ HALBWACHS, Maurice. *La Mémoire collective*. Paris: PUF, 1950.

Durkheim; que levaram a pesquisa de campo às hipóteses de Auguste Comte sobre a procedência do “fato social” sobre fenômenos de ordem psicológica e individual.⁹

Em Bergson, o método introspectivo conduz a uma reflexão sobre a memória em si mesma, como subjetividade livre e conservação espiritual do passado, sem que lhe parecesse pertinente fazer intervir quadros condicionantes de teor social ou cultural.

Maurice Halbwachs, relativizando as idéias de Bergson, desenvolve uma teoria psicossocial, na qual salienta que lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias contemporâneas. A conservação total do passado e a sua ressurreição só seriam possíveis se o adulto mantivesse intacto o sistema de representações, hábitos e relações sociais da sua infância - o que é impossível. O passado não sobrevive “tal como foi”, porque o tempo transforma as pessoas em suas percepções, idéias, juízos de realidade e de valor.

Ao invés de tratar a memória isoladamente, Halbwachs busca sua compreensão na relação homem-sociedade. Ele não vai estudar a memória em si, mas os “quadros sociais da memória”. As relações a serem determinadas já não se limitam ao mundo da pessoa e sim à realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, com os grupos de convívio e os grupos de referências peculiares a esse indivíduo. Nesta perspectiva, lembrar-se é uma ação coletiva, pois, embora o indivíduo seja o memorizador, a memória somente se sustenta no interior de um grupo. Portanto, a reconstrução do passado irá depender da integração do indivíduo em um grupo social que compartilha suas experiências, e é esse grupo que dará sustentação a suas lembranças.

Com efeito, Maurice Halbwachs ajuda a situar a “aventura” pessoal da memória e a sucessão de eventos individuais, da qual resultam mudanças que se produzem em nossas relações com os grupos com os quais estamos misturados e relações que se estabelecem entre esses grupos.¹⁰ Dessa forma, podemos inferir que os estudos de Halbwachs apontam para o caráter coletivo da memória e lhe atribui uma função social.

Halbwachs nos fornece uma distinção entre a “memória histórica”, de um lado, que supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e é projetada no passado reinventado; e a “memória coletiva”, de outro, aquela que recompõe o passado.¹¹ Em

⁹ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, p. 14.

¹⁰ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 14.

¹¹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 14-15.

outras palavras, podemos afirmar que enquanto a memória histórica realiza a “reconstrução” do fato, a memória coletiva opera a sua “reconstituição”. Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída.¹² A lembrança é, em larga medida, uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada.

No que se refere à memória coletiva, podemos dizer que ela se distingue da história. É uma corrente de pensamento contínuo, ou seja, retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: há, na realidade, dois grupos que se sucedem. Por outro lado, a história divide a seqüência dos séculos em períodos, como se distribui o conteúdo de uma tragédia em vários atos.

Porém, enquanto que em uma peça, de um ato para outro, a mesma ação prossegue com os mesmos personagens, que permanecem até o desenlace de acordo com seus papéis, e cujos sentimentos e paixões progridem em um movimento ininterrupto, na história se tem a impressão de que, de um período a outro, tudo é renovado, interesses em jogo, orientação dos espíritos, maneiras de ver os homens e os acontecimentos, tradições e perspectivas para o futuro, e que se, aparentemente reaparecem os mesmos grupos, é porque as divisões exteriores, que resultam dos lugares, dos nomes, e também da natureza geral das sociedades, subsistem. Mas os homens que constituem um mesmo grupo em dois períodos sucessivos são como duas barras em contato por suas extremidades opostas, mas que não se juntam de outro modo, e não formam realmente um mesmo corpo.¹³

Na realidade, no desenvolvimento da memória coletiva, não há linhas de separação nitidamente traçadas, como na história, mas somente limites irregulares e incertos. O presente

¹² HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 16-34.

¹³ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 84.

não se opõe ao passado. Porque o passado não mais existe, enquanto que, para o historiador, os dois períodos têm realidade. A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, ou seja, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta. Não é por indiferença que ela esquece uma quantidade tão grande de acontecimentos. É porque os grupos que dela guardavam a lembrança desapareceram.

Toda a memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo. Não se pode concentrar em um único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desligá-los da memória dos grupos que deles guardavam a lembrança, romperem as amarras pelas quais participavam da vida psicológica dos meios sociais onde aconteceram, de não manter deles senão o esquema cronológico e espacial. Não se trata mais de revivê-los em sua realidade, porém de recolocá-los dentro dos quadros nos quais a história dispõe os acontecimentos, quadros que permanecem exteriores aos grupos, em si mesmos, e defini-los, confrontando-os uns aos outros.

É como dizer que a história se interessa, sobretudo pelas diferenças, feita a abstração das semelhanças, sem as quais, todavia não haveria memória, uma vez que é possível se lembrar apenas dos fatos que tenham por traço comum pertencer a uma mesma consciência. Apesar da variedade dos lugares e dos tempos, a história reduz os acontecimentos a termos aparentemente comparáveis, o que lhe permite ligá-los uns aos outros, como variações sobre um ou alguns temas. Somente assim, ela consegue nos dar uma visão em um pequeno ponto do passado, “apanhando num instante, simbolizando em algumas mudanças bruscas, em alguns avanços dos povos e dos indivíduos, lentas evoluções coletivas. É desse modo que ela nos apresenta uma imagem única e total”.¹⁴

A história é um quadro de mudanças, e é natural que ela se convença de que as sociedades mudam sem cessar, porque ela fixa seu olhar sobre o conjunto, e não passam muitos anos sem que dentro desse grupo, alguma transformação se produza. Ora, uma vez que, para a história, tudo está ligado, cada uma dessas transformações deve reagir sobre as outras partes do corpo social, e preparar uma nova mudança. Aparentemente, a seqüência dos acontecimentos históricos é descontínua, cada fato está separado daquele que o precede ou que o segue por um intervalo, onde se pode acreditar que nada aconteceu. Na realidade, aqueles que registram a história e, sobretudo as mudanças, as diferenças, entendem que, para passar de um fato para outro, é preciso que se desenvolva uma série de transformações das

¹⁴ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 86.

quais a história não percebe senão o somatório, ou o resultado final. Tal é o ponto de vista da história, porque ela examina os grupos de fora, e porque ela abrange uma duração bastante longa. A memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro, e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana, que lhe é, freqüentemente, bem inferior. Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas. A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo, e o que mudou, foram as relações do grupo com os outros.

A memória coletiva avança, no passado até certo limite, mais ou menos longínquo, aliás, segundo se trate deste ou daquele grupo. Para além desse limite e que se detém a atenção da história. Costuma-se dizer que, às vezes, a história se interessa pelo passado e não pelo presente. “Mas o que é verdadeiramente o passado para ela, é aquilo que não está mais compreendido no domínio onde se estende ainda o pensamento dos grupos atuais”. Parece que ela precisa esperar que os antigos grupos desapareçam e que seus pensamentos e sua memória se tenham desvanecido, para que ela se preocupe em fixar a imagem e a ordem de sucessão dos fatos que agora é a única capaz de conservar. Sem dúvida, é preciso então se apoiar em depoimentos antigos cujo rastro subsiste nos textos oficiais, jornais da época e nas memórias escritas pelos contemporâneos. Mas na escolha que deles faz, na importância que lhes atribui, o historiador se deixa guiar por razões que não têm nada a ver com a opinião de então, porque esta opinião não existe mais; “não somos obrigados a levá-la em conta, não se tem medo que ela venha a se chocar com um desmentido”.¹⁵ Tanto assim é verdade que ele não pode realizar sua obra senão com a condição de se colocar deliberadamente fora do tempo vivido pelos grupos que assistiram aos acontecimentos, que com eles tiveram contato mais ou menos direto, e que eles podem se lembrar

Halbwachs não está sozinho, há uma tradição em opor memória e história. O historiador francês Pierre Nora, em seu artigo *Memória Coletiva*, publicado na França em 1978, leva a efeito a diferenciação entre memória coletiva e memória histórica no âmbito da comunidade de historiadores. Estas reflexões serão retomadas no início dos anos 80, com a publicação da obra coletiva *Les Lieux de Mémoire. I La République*¹⁶, por ele dirigida.

¹⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 109.

¹⁶ NORA, Pierre (org.). *Les Lieux de Mémoire. I La République*. Paris: Gallimard, 1993.

Para Nora, a memória coletiva, é a que permanece do passado na vivência dos grupos ou aquilo que os grupos fazem do passado. A memória histórica é unitária. É fruto de uma “tradição científica, é ela própria memória coletiva do grupo dos historiadores”. A memória histórica filtra, acumula, capitaliza e transmite; a memória coletiva conserva por um momento a recordação de uma experiência intransmissível, apaga e recompõe a gosto, em função das necessidades de momento, das leis do imaginário e do retorno dos recalamentos. A memória histórica une, a memória coletiva divide. Sejam quais forem, entre uma e outra, as passagens e as influências recíprocas, dificilmente se foge a esta oposição.

Em outro texto, Nora afirma que a memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.¹⁷

A leitura de Pierre Nora dialoga, especialmente, com as assertivas propostas por Maurice Halbwachs na distinção que ele faz entre a história e a memória, na qual a história “é uma e podemos dizer que não há senão uma história”, e por outro lado, a memória trabalha com o vivido, com o que está presente no grupo e é, portanto, múltipla. Nora, ao contrário de Halbwachs, propõe a utilização da memória como objeto do conhecimento histórico. Contudo Marcos A. da Silva lembra-nos que Nora enfatiza a oposição entre a memória (espaço do vivido e do absoluto) e a história (lugar do reconstruído e do relativo), “perdendo de vista que no reconstruído e relativo há alguns horizontes do vivido e certa pretensão do absoluto”¹⁸. O próprio mito da objetividade, que é alimentado por parcelas do conhecimento histórico erudito, acaba por reforçar a memória interna desse campo de saber. Mas se são distintos, também são inseparáveis, como afirma Montenegro.¹⁹

Se se toma a história como construção que, ao recuperar o passado (campo também da memória), aponta para formas de explicação do presente e projeta o futuro, podemos afirmar

¹⁷ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 9.

¹⁸ SILVA, Marcos A. da. *História: o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 70-71.

¹⁹ MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994, p. 18.

que esta operação encontraria em cada indivíduo um processo interior semelhante (passado, presente e futuro) por meio da memória.

Outros autores elaboram, com perspectivas diferenciadas, conclusões próximas a esta assertiva, especialmente aqueles que trabalham com a história oral. Michael Frisch, por exemplo, enfatiza que, apesar de, em certos sentidos, serem verdadeiramente opostos os conceitos de memória e história, muito têm em comum. Segundo ele, “os estudos recentes estão marcados por situações, nas quais a história subverteu a memória e a memória subverteu a história”. Isso não sugere apenas uma contradição ou paradoxo, mas, sobretudo uma tensão útil que contribui para que os historiadores focalizassem a problemática da própria memória coletiva, situando-a simultaneamente como fonte de alternativas e resistências ao poder estabelecido e como objeto de manipulação ideológica hegemônica por parte das estruturas de poder cultural e político. Esta incorporação da memória à história proporcionou uma tensão produtiva que vem gerando novas abordagens à concepção tanto da história quanto da memória, nas quais o processo de dar sentido ao passado é entendido como uma capacidade mais geral, expressa de várias formas e modos, que podem ser mais bem entendidos como organizados em vetores de diferentes espectros, em vez de estarem agrupados em torno de noções polarizadas de história e memória.²⁰

Por seu lado, Samuel pondera que “talvez seja um legado do romantismo que a memória e história quase sempre sejam colocadas em campos opostos”. Segundo ele, o romantismo possuía como pressuposto para a memória “um senso de perda”, separando o seu trabalho da ciência e inserindo-a “no reino do intuitivo e do instintivo”. Criticando Le Goff, dentre outros, o autor afirma que a memória não é “receptáculo passivo”, e

sim uma forma ativa, que molda; que é dinâmica - o que ela sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra - e que ela é dialeticamente relacionada ao pensamento histórico, ao invés de ser apenas uma espécie de seu negativo.²¹

Nessa mesma linha, Portelli considera importante a memória não ser “apenas um depósito passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações”.²²

²⁰ THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Uso e abuso da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 65-91.

²¹ SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. *Projeto História*. Cultura e Representação, São Paulo, n. 14, 1997, p. 41-45.

Para ele, a memória é um “processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados”.²³ As recordações, afirma o autor, “podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas” e nunca serão exatamente iguais entre duas pessoas. Nesse sentido, ele prefere evitar a expressão “memória coletiva” por considerá-la extremamente problemática ao situar a memória fora do indivíduo. Esse autor acredita que a memória é social e pode ser compartilhada. Porém, ela só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais. Ela só se torna memória coletiva quando é abstraída e separada do individual: no mito e no folclore, nas instituições, etc.²⁴.

O historiador Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses acredita ser imprópria qualquer coincidência entre memória e história. A memória, como construção social é uma formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a história, que é forma intelectual de conhecimento, “operação cognitiva”. A memória, ao invés, é “operação ideológica, processo psicossocial de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz”. A memória fornece quadros de orientação e de assimilação do novo, códigos para classificação e para o intercâmbio social. Segundo o autor, nessa perspectiva, o estudo da memória ganharia muito se fosse conduzido no domínio das representações sociais.²⁵

Enfim, memória não é sinônimo de história, existem tensões entre elas e, ao mesmo tempo, mútuas determinações.²⁶ A memória constitui a história, é produzida em diversos lugares do social definindo identidades, diferenças e agentes, é experiência e criação social, dá base ao conhecimento histórico e também é influenciada por ele.²⁷

Outro conceito importante que pode ser abordado é o conceito de memória social. Ao se falar em memória social, pode-se tomá-la como expressão da experiência coletiva. A memória social identifica um grupo, conferindo sentido ao seu passado e define as suas

²² PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. Cultura e Representação, São Paulo, n. 14, 1997, p. 33.

²³ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto história. Ética e história oral*, São Paulo, n. 15, 1997, p. 16.

²⁴ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. Cultura e Representação, São Paulo, n. 14, 1997.

²⁵ MENESES, Ulpiano Bezerra Toledo de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, 1992, p. 22.

²⁶ SILVA, Marcos A. da. *História: o prazer em ensino e pesquisa*, p. 61-75.

²⁷ POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

aspirações para o futuro. Ao fazê-lo, a memória social faz muitas vezes exigências factuais sobre acontecimentos passados. Por vezes, é possível confrontar estas exigências factuais com fontes documentais; em outras ocasiões, não. Em ambos os casos, porém, “a questão de nós considerarmos estas memórias historicamente verdadeiras revela-se muitas vezes menos importante do que a de eles considerarem verdadeiras as suas memórias”.²⁸

A memória social é fonte de conhecimento. A capacidade de uma sociedade para transmitir a sua memória social sob a forma lógica e articulada não depende do domínio da escrita. A questão é muito mais complexa. A transmissão da memória depende, em um sentido mais geral, da maneira como uma cultura representa a linguagem.

Depende da medida em que uma sociedade sabe aperceber a linguagem como veículo de expressão e comunicação independente do contexto social imediato. Depende também da concepção que o grupo tiver do saber que recorda.²⁹

Uma memória só pode ser social se puder ser transmitida e, para ser transmitida, tem que ser primeiramente articulada. A memória social é, portanto memória articulada. Nesse sentido, o processo de mudança durante a transmissão da memória social é igualmente um processo de conceptualização. Se uma sociedade não dispõe de meios para fixar a memória do passado, a tendência natural da memória social é suprimir o que não é significativo ou intuitivamente satisfatório nas memórias coletivas do passado e interpolar ou introduzir o que parece mais apropriado ou mais em conformidade com determinada concepção do mundo.

Segundo Pierre Nora³⁰, nas chamadas sociedades tradicionais, a memória estava incorporada à vivência cotidiana da tradição e do costume³¹, desempenhando o papel decisivo

²⁸ FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória social. Novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Editorial Teorema, 1992, p. 41.

²⁹ FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória social. Novas perspectivas sobre o passado*, p. 64.

³⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

³¹ A tradição deve ser diferenciada do costume, vigente nas sociedades ditas tradicionais. O costume tem a dupla função de motor e volante. “Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história. Os estudiosos dos movimentos camponeses sabem que quando numa aldeia se reivindicam terras ou direitos comuns ‘com base em costumes de tempos imemoriais’ o que expressa não é um fato histórico, mas o equilíbrio de forças na luta constante da aldeia contra os senhores de terra ou contra outras aldeias. Os estudiosos do movimento operário inglês sabem que o ‘costume da classe’ ou da profissão pode representar não uma tradição antiga, mas qualquer direito, mesmo recente, adquirido pelos operários na prática, que eles agora procuram ampliar ou defender através da sanção da perenidade. O ‘costume’ não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais. O direito comum ou

de indicar no passado o que era necessário reter para preparar o futuro. No mundo moderno, a memória teria deixado de estar incorporada à vivência cotidiana da tradição e do costume, sendo substituída por “lugares de memória”.³² Ou seja, a memória teria deixado de ser uma função ativa do conjunto da sociedade para se tornar atributo de alguns. Ao invés de ser encontrada no próprio tecido social – no costume, na tradição –, a memória tomaria forma em lugares determinados passando a depender de agentes especialmente dedicados a sua produção.

Ao serem elucidados alguns conceitos sobre memória e a sua relação com a história, chega-se ao conceito crucial para o presente artigo, trabalhado por Pierre Nora, que é o de “lugar de memória”. Como sugeriu Pierre Nora, os monumentos jogaram peso decisivo na configuração da memória nacional no século XIX, pois expressavam a intenção deliberada, por parte de segmentos políticos definidos, de defender do movimento indeterminado da história, fragmentos do passado reconstituído por intermédio de abordagens e focos precisos. Nesse sentido, assumindo a configuração de “lugares de memória”, na feliz concepção do historiador, os monumentos não foram obras pacificamente idealizadas, e sim construções destinadas a resguardar poderes e saberes sobre o passado e sobre as origens da nação que se achavam ameaçados pela própria complexidade do curso da história e da política.³³

Para abordar a noção de “lugar de memória”, Pierre Nora afirma haver tomado emprestado a Cícero, em seu *De oratore*³⁴, a figura retórica do *locus memoriae*, na qual se associa a um lugar, uma idéia, transformando-o em um símbolo. Este *locus* pertence claramente ao domínio do ideal e por isso é errado reduzi-lo a um passeio nostálgico entre monumentos e vestígios materiais do passado.³⁵

consuetudinário ainda exhibe esta combinação de flexibilidade implícita e comprometimento formal com o passado. Nesse aspecto, aliás, a diferença entre ‘tradição’ e ‘costume’ fica bem clara. ‘Costume’ é o que fazem os juízes; ‘tradição’ (no caso, tradição inventada) é a peruca, a toga e outros acessórios e rituais formais que cercam a substância, que é a ação do magistrado. A decadência do ‘costume’ inevitavelmente modifica a ‘tradição’ à qual ele geralmente está associado” (HOBSBAWN, Eric; RANGER, HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 10).

³² “A *lieu de mémoire* is any significant entity, whether material or non-material in nature, which by dint of human will or the work of time has become a symbolic element of the memorial heritage of any community (...)”. (NORA, Pierre; KRITZMAN, NORA, Pierre; KRITZMAN, Lawrence. (eds.). *Realms of Memory: rethinking the French past. Conflicts and divisions*. V. 1, New York and Chichester: Columbia University Press, 1996, p. 17).

³³ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. A memória da Independência e o Museu Paulista. *D. O. Leitura*, São Paulo, set. 1999, p. 23.

³⁴ CÍCERO, Marcus Tullius. *De oratore*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

³⁵ ENDERS, Armelle. Les Lieux de Mémoire, dez anos depois. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 133.

O “lugar de memória”, na pena de Pierre Nora, “possui geometria variável e designa ora objetos, ora um método, ora a memória, ora o trabalho do historiador”. A maioria dos autores da coleção *Les Lieux de Mémoire* não seguiu o mesmo caminho. Nos sete volumes, o “lugar de memória” é compreendido como uma análise da construção da memória.³⁶

A memória nacional desenhada pela RIHGSP

Ao tentar refletir sobre a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (RIHGSP) como um “lugar de memória” torna-se necessário repensar o problema a partir do que nos autoriza Pierre Nora. De imediato ressalta-nos a colocação feita pelo historiador sobre memória e história que mostra que “la mémoire est un phénomène toujours actuel, un lien vécu au présent éternel; l’histoire, une représentation du passé”.³⁷ A história, para Nora é reconstrução, ou seja, a “representação do passado”. Diferente da memória, a história não conhece o absoluto, apenas o relativo.

O “lugar de memória” é o ponto capaz de cristalizar a memória nacional.³⁸ Possui três aspectos significativos – material, simbólico e funcional – que vão sempre coexistir. A razão de ser dos “lugares de memória” é paralisar o tempo, impedir o trabalho do esquecimento, imortalizar a morte, materializar o imaterial.

São “lugares de memória”, não só museus, mas também aquilo que, apesar de não ter a concretude de *lugar* guarda a capacidade de cristalizar a memória, como, por exemplo, a *RIHGSP* relacionada à representação do jesuíta e do bandeirante, que eram

... dois agentes igualmente poderosos, antagônicos muitas vezes, mas eficazes ambos tomam a si a expansão povoadora: o missionário e o bandeirante. Aquele, alma ardente de apóstolo abnegado, soldado de uma milícia que não tem pátria, que

³⁶ ENDERS, Armelle. *Les Lieux de Mémoire*, dez anos depois, p. 135.

³⁷ “A memória é um fenômeno atual, portanto, uma ligação vivida no eterno presente; a história é uma representação do passado”. (NORA, Pierre (org.). *Les Lieux de Mémoire. I La République*. Paris: Gallimard, 1993).

³⁸ “Já a memória nacional que não é a somatória das diferentes memórias coletivas de uma nação apresenta-se como unificada e integradora, procurando a harmonia e escamoteando ou sublimando o conflito: é da ordem da ideologia. Por isso mesmo, o estado e as camadas dominantes - mas nem sempre - são, como interessados na reprodução da ordem social (a que ela induz e que simbolicamente realiza), os principais responsáveis pela sua constituição e circulação. A memória nacional é o caldo de cultura, por excelência, para a formulação e desenvolvimento da identidade nacional, das ideologias da cultura nacional e, portanto, para o conhecimento histórico desses fenômenos. Daí ser a questão da identidade nacional, em sua natureza problemática, o tema melhor estudado dentre todos os que se referem à memória social” (MENESES, Ulpiano Bezerra Toledo de. *A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais*, p. 15).

surgiu para vencer persuadindo, é por certo um dos fundadores da nova nação. Ao seu aceno moviam-se levas numerosas de catecúmenos com que se fundaram nos campos como nas praias do mar as aldeias de outrora, opulentas cidades de hoje, que não renegam a humildade do seu berço. Este outro, um mestiço já nascido nas terras da América, alma inculta, supersticiosa e por vezes cruel, manifestando-se por uma energia indômita, e por uma audácia descomedida, é um caçador. Mas a sua caça é primeiro o índio que é mister descer para as lavouras, depois as minas que é mister desvendar;³⁹

e que podem ser apresentados como o *locus*, não só do imaginário da época, mas, sobretudo, um dos lugares privilegiados onde a memória nacional se cristalizou e foi representada. A *RIHGSP* construiu ou ainda, perpetuou a imagem-símbolo do bandeirante “desbravador” e do jesuíta “civilizador” do gentio. Assim, a *RIHGSP* torna-se uma idéia associada ao símbolo, primordialmente pelo trabalho do próprio tempo e, em parte pela ação dos homens, indo encontrar-se como elemento simbólico do patrimônio desta memória nacional específica.

Os discursos fundadores funcionam como referência básica no imaginário que constituem as diferentes falas da *RIHGSP*. Esses discursos se tornam referências na construção da memória nacional. Trata-se de pensar como os diferentes processos discursivos se relacionam. Como uns vão se constituindo em relação aos outros. Como é possível reconhecer um discurso fundador através do modo pelo qual ele se instala como tal no conjunto dos processos discursivos? No que se refere a *RIHGSP*, podemos inferir que o discurso fundador pode ser observado na representação do bandeirante, enquanto forma legitimadora de determinada camada social; e, também, podemos encontrá-lo na representação do jesuíta:

Resgatemos antes os nossos dissentimentos, erguendo à memória dos fundadores do Colégio, que são também os desta cidade, um monumento imorredouro como o bronze, sobrepondo ao monumento que desaparece outro monumento ainda mais conspícuo, e que este seja uma memória tão digna deles como também o representativo fiel do nosso progresso de três séculos.⁴⁰

³⁹ SAMPAIO, Teodoro. IV centenário do descobrimento do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 5, 1899-1900, p. 103.

⁴⁰ SAMPAIO, Teodoro. A propósito do nome ‘Caramuru’. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 2, 1896-1897, p. 9.

A análise do discurso dos artigos da *RIHGSP* se faz importante, visto que o discurso enquanto prática social funciona em várias dimensões temporais simultaneamente, ou melhor, capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e idéias –

ou seja, lê o presente - ao mesmo tempo em que organiza um futuro - as possíveis conseqüências desses fatos do presente - e, assim, legitima, enquanto passado - memória - a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro.⁴¹

É possível vislumbrar como se constrói a memória histórica; como ela se elabora nos enunciados dos discursos políticos da *RIHGSP* e também como essa mesma memória é reelaborada e consolidada pela prática historiográfica. Por meio da análise se desmontam os mecanismos pelos quais os discursos políticos produziram determinado fato histórico visando a sua própria legitimação.

O tema da construção da memória histórica representa com certeza uma questão que vem sendo cada vez mais desenvolvida pela análise do discurso, “sobretudo quando analisado do ponto de vista de como a história se faz materialmente presente, enquanto memória, no discurso”.⁴² A partir dos discursos da *RIHGSP*, tornar-se possível entrever os processos discursivos que atuam na perpetuação e cristalização de determinados sentidos em detrimento de outros, ou seja, é cabível investigar os processos discursivos que acabam por tecer a memória de uma determinada época.

Em seus três aspectos, material, simbólico e funcional, a *RIHGSP* adquire estatuto de “lugar de memória”. Ela é material por força de sua própria concretude. Esta materialidade se reveste, contudo de uma aura simbólica:

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo constitui-se numa das mais antigas publicações em circulação no país, na área das ciências humanas. Desde 1895, ela abriga artigos que representam, sobretudo para os estudos históricos, uma significativa contribuição ao pensamento nacional. Como todas as instituições de uma sociedade em mudança - e a brasileira tem dado provas de como esse movimento pode ser acelerado - também a Revista procura não apenas representar o papel de órgão de divulgação de idéias perfeitamente consolidadas, como estar aberta à participação em embates intelectuais em processo de

⁴¹ MARIANI, Bethania Sampaio Côrrea. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói a memória). In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). *Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993, p. 33.

⁴² MARIANI, Bethania Sampaio Côrrea. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói a memória), p. 41.

amadurecimento. Nesse sentido, a Revista do IHGSP assume, contemporaneamente, um duplo papel: além de assentar-se como uma ponte entre pensadores profissionais e amadores de história - o que a leva a admitir em suas páginas uma fértil pluralidade de métodos, periodizações e outras formas de construção do texto analítico - pretende abrir-se para um relacionamento íntimo com a intelectualidade reunida nas grandes universidades brasileiras e outros trabalhadores do pensamento que têm construído isoladamente a sua trajetória de estudos e pesquisas. Assim, pretende-se dar corpo a uma nova fase da Revista que descortinará um espaço variado de concepções, com o objetivo de contribuir para fertilizar ainda mais o campo do saber histórico em nosso Estado de São Paulo. O lema defendido pela atual presidência de Roberto Machado Carvalho bem consubstancia o momento. Trata-se de ser fiel à *tradição*, sem descuidar da indispensável *modernização*.⁴³

O caráter funcional também está presente. Refletindo sobre esse aspecto do “lugar de memória”, no caso da *RIHGSP*, percebe-se a cristalização da memória de forma bem nítida:

Pelo mérito de pioneiros da fundação, os retratos a óleo de Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, Antônio de Toledo Pisa e Estevão Leão Bourroul foram colocados, por ato presidencial de José Torres de Oliveira, no lugar que a justo título lhes compete na galeria dos grandes vultos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.⁴⁴

Como afirmou Pierre Nora, o “lugar de memória” pode ser um arquivo, um testamento, uma tela pintada por qualquer grande mestre da pintura, um homem, um salão, uma revista... Para ser este *lugar* é necessário, entretanto, que coexistam os aspectos indicados por Nora, os quais são encontrados na *RIHGSP*.

Enfim, a *RIHGSP* é um *lugar* duplo: fechada em si mesma, enclausurada naquilo que ela é, mas capaz de transbordar além de seus limites, completamente aberta a múltiplas significações. Como “lugar de memória”, a *RIGHSP* promove o estudo e a divulgação da história do Estado de São Paulo:

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo [grifo CMN] fundado em 1º de novembro de 1894 na capital paulista, onde tem sede e domicílio jurídico, é uma sociedade civil de caráter científico e cultural, reconhecida de utilidade pública, sem fins lucrativos, com duração ilimitada e a finalidade precípua de promover o estudo e a divulgação da História, da Geografia e das Ciências e disciplinas correlatas, especialmente das que se relacionam com São Paulo, regida pelo

⁴³ COMISSÃO DE REDAÇÃO. Nota da redação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 95, 1999, p. 5.

⁴⁴ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. *Jubileu social (1894-1944)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1944, p. 10.

presente Estatuto, pelo seu Regimento Interno, subsidiariamente, pelo Código Civil e outras leis vigentes no País.⁴⁵

Para a *RIHGSP* a memória

é idéia e ação. O homem vive e cresce pelo que pensa e faz. Luta pela idéia que impulsiona a ação. Impõe-se pelo pensamento, agindo. Realça-se. Exalta-se e glorifica-se pela idéia e ação. Idéia é ideal, e este, motor da ação. Por isso, o homem afirma-se na grandeza dos seus ideais e dimensiona-se na totalidade das suas realizações. O homem que pensa e age torna digno seu povo e enriquece o patrimônio de sua Pátria e da própria Humanidade porque se faz exemplo e se torna lição.⁴⁶

Visto que para o

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo [grifo CMN] se engalana, nesta tarde festiva de São Paulo, 25 de janeiro de 1981, para dar início, com as solenidades do estilo, ao seu 87º período de atividades cívico-culturais. E para nós paulistas, Senhor Presidente, tanto os nascidos neste Estado, como os que a ele deliberadamente se associaram, voltados ao empenho de seu engrandecimento e ao nobre culto de suas tradições - o venerando Sodalício da rua Benjamin Constant se alteia, na paisagem intelectual da cidade, como um de seus instrumentos mais eficazes, instituído providencialmente para a preservação do fabuloso acervo histórico nacional, que se contém no opulento passado bandeirante.⁴⁷

considerou-se relevante para o conhecimento histórico, tratar também desse “culto às tradições”, ‘idéia-conceito’ que perpassou toda a existência da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*.

Artigo recebido em 13/11/2008 e aprovado em 17/02/2009.

⁴⁵ CARVALHO, Roberto Machado. Ata da Assembléia Geral Extraordinária do IHGSP realizada em 9 de abril de 1997. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 95, 1999, p. 247.

⁴⁶ GOMES, Alfredo. Orações oficiais. 25 de janeiro de 1968. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 67, 1970, p. 229.

⁴⁷ GOMES, Alfredo. Orações oficiais. 25 de janeiro de 1968, p. 229.

A Trajetória de um propagandista no início da República: o discurso de João Pinheiro da Silva em prol do desenvolvimento¹.

Marcos Fábio Martins de Oliveira²
Doutorando em História Econômica na FFLCH/USP
e-mail: mfmo1msn@hotmail.com

Ana Carolina Ferreira Caetano
Graduanda em História pela PUC Minas e em Letras pela UFMG
e-mail: aninha_mia@hotmail.com

Resumo

Este artigo propõe um estudo sobre a trajetória da vida política de João Pinheiro da Silva. Um industrial mineiro que desde sua época de estudante era engajado politicamente e a favor da implantação da República, e mais do que isso, ao longo de sua vida política, passa a defender medidas que levariam ao desenvolvimento econômico do país. Assim, este estudo tem o intuito de apontar aspectos biográficos da vida desse propagandista, e analisar seu discurso, partindo do ponto de vista de que João Pinheiro foi um desenvolvimentista nos primórdios da República, principalmente, quando do seu retorno à cena política, através da Comissão Fundamental do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 e, posteriormente, como Presidente do Estado de Minas Gerais.

Palavras-chaves: João Pinheiro da Silva, Desenvolvimento, Minas Gerais.

Abstract

This article considers a study about the trajectory of João Pinheiro da Silva's politics life. An industrial from Minas Gerais who since his student time was engaged politically and in favor of the implantation of the Republic, and more than that, throughout his politics life, starts to defend measures that would lead to the economic development of the country. Therefore this study has intention to point biographical aspects of the life of this "propagandista", and to analyze his speech, with main objective that João Pinheiro was in favor of the economic development in the beginning of the Republic, mainly, when of his return to the politician scene, through the Fundamental Commission of the Agricultural, Industrial and Commercial Congress of 1903 and, later, as President of Minas Gerais State.

Key-words: João Pinheiro da Silva, Development, Minas Gerais State.

João Pinheiro da Silva é comumente apresentado como um desenvolvimentista³ precoce. Este trabalho aceita esta afirmação como sua hipótese inicial, e para tanto, objetiva analisar seu pensamento econômico e a sua visão de desenvolvimento.

¹ Outro artigo de um dos autores deste, tratando da mesma temática de maneira mais aprofundada, foi publicado na *Revista de Economia Política e História Econômica*, "João Pinheiro da Silva, Um desenvolvimentista nos primórdios da República? Um diálogo com as fontes." (<http://rephe01.googlepages.com/>, ano 5, v. 15, 2008).

² Professor da UNIMONTES (economia e história) e das Faculdades Santo Agostinho (Montes Claros). Além das Instituições a que estou ligado, agradeço também o apoio da Fundação João Pinheiro à pesquisa que dá origem a este trabalho.

O presente trabalho encontra-se organizado, além desta introdução e das considerações finais, em seis seções, a saber: 1, Breve apontamento Biográfico; 2, Formação; 3, Abandono da política; 4, A experiência empresarial e alguns reflexos em seu pensamento político-econômico; 5, O retorno à política e 6, A questão econômica no discurso de João Pinheiro, sendo este o cerne das questões aqui indagadas, ou seja, a questão da perspectiva desenvolvimentista em seu pensamento.

Mesmo considerando ser possível, embora com as devidas e necessárias ressalvas, enquadrar João Pinheiro como desenvolvimentista⁴, não o será feito neste trabalho. O objetivo é conhecer e apresentar seu pensamento, tomando como referência as fontes disponíveis. Em trabalhos futuros os elementos aqui colhidos serão confrontados com a literatura sobre o tema, em especial àquela dedicada a João Pinheiro.

Breve apontamento biográfico

Nascido na cidade do Serro (1860), João Pinheiro da Silva inicia sua vida política em Minas Gerais como militante republicano, tão logo retorna de São Paulo, graduado (1887) em Ciências Jurídicas e Sociais. Estabelece-se em Ouro Preto como advogado (1888) e como *propagandista*⁵ da causa republicana. Na mesma cidade participa ativamente como um dos líderes da fundação do Partido Republicano da Capital (onde é escolhido como membro da Comissão Provisória), e da realização Congresso do Partido Republicano de Minas - PRM, onde é eleito para Comissão Executiva do Partido. Em 1898 cria e torna-se editor do jornal *O*

³ Ver principalmente João Antônio de Paula: “Raízes do desenvolvimentismo: pensamento e ação de João Pinheiro”, *Pensamento & Debate*, São Paulo, v.15, n.2(26), 2004. Paula destaca que João Pinheiro teria ensaiado o projeto desenvolvimentista, seja em sua versão nacional-desenvolvimentista, seja associada (p.273) e diria mais explicitamente que “a plataforma política de João Pinheiro anunciou os tempos do desenvolvimentismo que viriam pós-1930. Em um aspecto essencial, há continuidade, entre esse desenvolvimentismo *avant le lettre* de João Pinheiro e o que seguiu” (P.276). Paula também destaca as associações que o próprio Juscelino Kubitschek (presidente no auge do desenvolvimentismo) fazia ao período e idéias de João Pinheiro. Tais associações são também claras e explícitas em diversos pronunciamentos publicados em 1960 na *Coletânea do Centenário de Nascimento de João Pinheiro da Silva*. Organizada por Copérnico Pinto Coelho (Belo Horizonte, 1960).

⁴ Numa perspectiva mais precisa e teórica do conceito, conforme o definiu e historiou Ricardo Bielschowsky, *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1988.

⁵ O termo *propagandista* é muito utilizado por João Pinheiro como auto-referência, identificando os republicanos históricos, aqueles defensores da causa ainda como bandeira na época em que ela não trazia, no dizer de suas palavras, bônus, mas sim ônus e riscos. A militância, ainda como estudante no Largo do São Francisco (Faculdade de Direito), em São Paulo, já havia começado, onde teve a oportunidade de conhecer os republicanos históricos, sobretudo paulistas.

Movimento, órgão oficial do Partido Republicano em Minas Gerais. No ano seguinte (agosto de 1889), é candidato (não eleito⁶) a Deputado nas eleições gerais.

Com o advento da República, João Pinheiro ascende rapidamente como Secretário de Estado (21/01/1890), também, na mesma data, como 1º Vice-Governador, ambos no Governo Cesário Alvim, Governador Interino (11/02/1890, vice em exercício, quando o Governador Cesário Alvim tornou-se Ministro do Interior) e, posteriormente, como Governador (12/04/1890). Todos os cargos nomeados pelo Governo Provisório da República.

Posteriormente, renuncia ao cargo de Governador (23/07/1890) e candidata-se a Deputado Constituinte. Eleito (posse em 04/11/1890), torna-se membro da *Comissão dos 21*, encarregada de centralizar as discussões e sistematizações na elaboração da nova Carta Constitucional. A comissão tem esse nome, pois congregava um representante de cada Estado da Federação. Finda a Constituinte, continua suas funções como deputado, ao mesmo tempo em que iniciava estudos para implantação de uma cerâmica em Caeté. Divergências políticas (que serão tratadas adiante) levaram à renúncia de sua candidatura a reeleição (06/01/1894) e ao efetivo abandono da vida pública em cargos oficiais estaduais⁷. Época, a partir da qual, se dedica integralmente à administração da recém criada *Cerâmica Nacional de Caeté*. Tal experiência, como será apresentada posteriormente neste trabalho, traria repercussões no pensamento econômico de João Pinheiro, criando ou reforçando suas convicções.

O retorno ao cenário estadual se dá no *Congresso Agrícola, Comercial e Industrial* de 1903, do qual foi o presidente a pedido e por designação do Presidente do Estado de Minas, Francisco Salles. Logo após, candidata-se (1905) ao Senado Federal (vaga extemporânea devido ao falecimento do Senador Carlos Vaz de Mello). Já como Senador da República, tem seu nome indicado, pelo Partido Republicano Mineiro – PRM – à Presidência do Estado, eleito toma posse para o período 1906-1910, no entanto, não termina seu mandato, vindo a falecer em 25 de outubro de 1908.

⁶ Ver seção Abandono da Política, neste artigo.

⁷ Destacamos abandono da *vida pública em cargos oficiais estaduais*, pois há relatos de permanentes contatos políticos desde sua chácara em Caeté. Ao mesmo tempo em que participa ativamente da vida pública em Caeté, onde é eleito vereador e Presidente da Câmara (1/1/1890), o que lhe confere o cargo de Agente Executivo, equivalente ao de prefeito atualmente (BARBOSA, Francisco de Assis (org). *Idéias Políticas de João Pinheiro: cronologias*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa (MEC), 1980, p. 20-1). Nesta gestão, realiza a Primeira Feira Municipal de Caeté, o que propôs e não foi realizado em seu primeiro governo no Estado, e seria sua marca na segunda gestão.

Formação

Apesar de ser advogado formado e atuante em seus anos profissionais iniciais, João Pinheiro sofreu grande influência de sua passagem pela Escola de Minas de Ouro Preto. Não chegou a completar seu curso, mas o frequentou por dois anos (abandonou o curso antes da matrícula no terceiro), tendo desistido por convicção ou receio do desemprego⁸, devido às poucas perspectivas para os egressos da escola. No entanto sua formação estaria marcada pelo positivismo⁹ e por uma racionalidade técnica. Muitas são as referências à necessidade de aumento da ampliação da base material como sustentáculo da sociedade; da necessária organização e racionalização da produção e, principalmente, aumento da produtividade. Esta sendo baixa, seria a causa maior da pobreza de Minas e do Brasil.

Chega mesmo a criticar (apesar de ser um deles¹⁰) o *bacharelismo* no Brasil. Alega que as esperanças das famílias em formar seus filhos com educação e profissão liberal (como advocacia) acabam por prejudicar o país e os próprios filhos, pois não contribuem para aumentar a riqueza material do Brasil. Assim, como a riqueza não aumenta, os próprios bacharéis serão colocados em situação difícil, de proletários intelectuais. Basicamente a questão é, não havendo expansão da base material e da produtividade, a renda a ser dividida/apropriada será necessariamente menor; resulta disto o empreguismo e a dependência do Estado.¹¹

Abandono da política

O abandono da política no âmbito estadual já apresentara alguns prenúncios ou antecedentes. João Pinheiro já renunciara, em 1889, a uma candidatura a deputado provincial

⁸ “(...)incerteza do futuro de tal Eschola, e o exemplo de estarem todos os ahi formados, com pouca exceção, desempregados (...)”. Carta de 10 de fevereiro de 1883, endereçada ao tio Luís Antônio Pinto. APM doc. n° 21, 1883, 10 de fevereiro, p. 2, caixa 2.

⁹ Os trabalhos sobre João Pinheiro relacionados com política ou à questão religiosa aprofundam a questão do positivismo, para uma apresentação sobre este aspecto, ver LINS, Ivan Monteiro de Barros. *João pinheiro, sua formação filosófica e seus ideais humanos, sociais e políticos*. Belo Horizonte: S.ed., 1966.

¹⁰ E veta lei que restringia o mercado para advogados formados... alegando cerceamento da liberdade profissional e captura do Estado por uma classe profissional. Razões do Veto a proposição de Lei N. 40, de 31/07/107). BARBOSA, Francisco de Assis (org). *Idéias Políticas de João Pinheiro: cronologias*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa (MEC), 1980, p.311. Contra o “bacharelismo”, chega a criticar até mesmo engenheiros, alguns dos quais, para ele, sem o devido espírito prático e de iniciativa. RACHE, Pedro. *Homens de Minas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947, apresentam diversos exemplos e “causos” à respeito.

¹¹ Que pode ser analisada com base na teoria do *rent seeking*. Em Nali de Jesus de Souza, *Desenvolvimento econômico*, São Paulo, Atlas. 1997), há um resumo desta teoria.

(Carta ao 8º. Distrito) ¹², ao Governo do Estado e a reeleição como Deputado Federal. Isto demonstrara certa dificuldade ou falta de disposição em cumprir determinadas obrigações cobradas pelo jogo político tradicional.

Quando João Pinheiro renunciou ao primeiro mandato ao Governo do Estado, em 23/07/1890, divulgou sua explicação para o episódio, que se encontra na *Exposição de Motivos ao deixar o Governo do Estado*, de 1º de agosto de 1890¹³. A visão, então predominante, do ocorrido relacionava-se ao fato do Governo Provisório da República, cujo Ministro da Instrução Pública, General Benjamin Constant, ter nomeado o Sr. Gorceix para diretor-Efetivo da Escola de Minas de Ouro Preto, quando João Pinheiro pretendia indicar outro nome, ou ter a decisão sobre as nomeações. Ele minimiza o fato em si, mas destaca que:

Em resumo, o incidente que determinou o meu pedido de exoneração, é em si insignificantiíssimo; mas envolvia para mim, um principio da mais alta significação, qual é o da autonomia absoluta dos governadores, nada se devendo fazer no Estado, sem audiencia dos mesmos.¹⁴

Grave também era a repercussão que o fato provocará:

Entretanto, chamado ao Rio e ja pelo que aqui verifiquei, o tal grupo aproveitando do incidente avançava na intriga e por fim, **o que estava em questão era a política que eu fazia**. Percebendo isto, **insisti terminantemente no meu pedido de exoneração** (Grifos nossos).¹⁵

A política a que João Pinheiro se referia era a “política de conciliação”, “(...) conciliação de todos os interesses, fazendo o chamamento de todas as forças capazes de auxilio na consolidação da Republica, sem exclusão, como sem odios” ¹⁶. Sua renúncia viria garantir a manutenção desta visão, e a indicação de Bias Fortes para sucedê-lo, sua execução.

Após esta renúncia, elege-se Deputado Federal Constituinte, e faz parte da comissão sistematizadora da Carta Republicana; Comissão dos 21. Promulgada a Constituição em 1891, seu interesse pela política começa a diminuir. A isto também se alia seu posicionamento

¹² *Circular aos eleitores do 8º. Distrito*, publicado em *O Movimento* de 05/10/1889. (BARBOSA, Francisco de Assis (org). *Idéias Políticas de João Pinheiro*: cronologias. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa (MEC), 1980, p.95). Nesta circular pede que seu nome fosse substituído, abandonando sua candidatura a eleição provincial.

¹³ Publicado em *O Movimento*, de 8 de agosto de 1890. Ano II, Ed n. 84, p.2.

¹⁴ *O Movimento*, de 8 de agosto de 1890, Ano II, Ed n. 84, p.2

¹⁵ *O Movimento*, de 8 de agosto de 1890, Ano II, Ed n. 84, p.2. Outro objetivo, também exposto no mesmo documento era a: “(...) discordância com o projecto da constituição em ponto que reputo capital. Refiro-me á questão religiosa e a exclusão injustissima dos clérigos da nossa comunhão politica”. Embora fosse partidário do Estado Laico e da clara separação da igreja e do Estado. Este assunto tem relevância na análise do pensamento de João Pinheiro, mas não em nossa discussão, de cunho mais econômico. A renúncia ao governo permitiria que manifestasse suas opiniões de maneira mais livre.

¹⁶ *O Movimento*, de 8 de agosto de 1890, Ano II, Ed n. 84, p.2. Nesta *conciliação* seriam aceitos no governo todos aqueles com competência e experiência, mesmo ex-monarquistas (desde que aceitassem o novo regime).

político frente aos conflitos do momento, provocados pela renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca (23/11/1891) e ascensão do Marechal Floriano Peixoto, sem convocar novas eleições. Os mesmos episódios levaram a renúncia do Governador Cesário Alvim.¹⁷

A desilusão com a política tradicional avança. A política de conciliação volta a ser questionada. Embora aparentemente tentando, não dava para conciliar todos os interesses, isto acabou culminando com renúncia a candidatura a reeleição a Deputado Federal, conforme expôs em *Carta a Gama Cerqueira*, de 06 de janeiro de 1894¹⁸.

Ao passo em que se desiludia com a política, crescia o interesse pela atividade empresarial, que levaria a fundação (ainda como Deputado) da Cerâmica Caeté, em 13 de julho de 1893.¹⁹ Os estudos para a criação da cerâmica já haviam começado em pelo menos 1891²⁰, quando João Pinheiro mandará analisar o barro de sua chácara Tinoco (adquirida em 1892), naquele município, para onde se mudaria com sua família em 1894.

Essa experiência como produtor iria reforçar os argumentos e convicções de João Pinheiro em relação à importância do protecionismo e da ativa participação do Estado na economia.

A experiência empresarial e alguns reflexos em seu pensamento político-econômico

Profissionalmente, João Pinheiro atuou como professor, advogado e político. Sua vida empresarial está intimamente ligada à Caeté, onde adquiriu a Chácara do Tinoco e fundou a Cerâmica Nacional; esta é sua experiência mais conhecida. Suas atividades lá desenvolvidas também estão ligadas a produção agropecuária, pois ao longo dos tempos adquiriu novas terras, vizinhas à chácara, a cerâmica e nas redondezas.

¹⁷ 17 de fevereiro de 1892 (renúncia de Cesário Alvim). Ambos ficaram ao lado da posição do Marechal Deodoro.

¹⁸ Carta aberta (de 06 de janeiro de 1894) publicada em *O País*, Rio de Janeiro, 12/01/1894. Carta a Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, em que João Pinheiro comunica a decisão irrevogável de retirar sua candidatura a deputado federal (reeleição) e anuncia seu retraimento político. (BARBOSA, Francisco de Assis (org). *Idéias Políticas de João Pinheiro: cronologias*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa (MEC), 1980, pp.145-6). No APM há disponível o manuscrito da carta, Doc n. 1257, ano 1894, 21 de janeiro. 12 páginas, caixa 9.

¹⁹ Ata de fundação da Cerâmica Nacional de Caeté. SENNA, Caio Nelson. *João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seu exemplo. 1860 a 1908*. sl. se. 1941, p.54.

²⁰ “1892 fevereiro 17 – Cesário Alvim renuncia ao governo de Minas Gerais (2º. Período). É quando João Pinheiro começa a se afastar da política, abandonando praticamente a atividade parlamentar, com deputado federal. Em 1891, já pensava dedicar-se as atividades industriais, iniciando os estudos para o estabelecimento da Cerâmica de Caeté, o que se efetivará em 1892.” BARBOSA, Francisco de Assis (org). *Idéias Políticas de João Pinheiro: cronologias*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa (MEC), 1980, p. 19. No documento *Memorial João Pinheiro* informa que os estudos iniciaram em 1891 (SENN, Caio Nelson. *João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seu exemplo. 1860 a 1908*. sl. se. 1941, p. 137).

Assim, além de uma questão familiar (Caeté era a terra de sua família materna), percebemos uma conexão entre a oportunidade surgida com a decisão de se criar uma nova capital, tomada em 1891, quando se dão os inícios dos estudos da qualidade do barro para produção de cerâmica, e a opção por Belo Horizonte (1893), mesmo ano da ata de criação da cerâmica (sua efetivação seria em 1894).

Em um *Memorial*²¹ apresentado ao *Banco da República* (Rio de Janeiro, 08 de Agosto de 1903), quando de uma tentativa de empréstimo²², aponta os produtos, mercados, técnicas de fabricação e insumos utilizados pela Cerâmica. Destaca seus principais mercados, que eram Belo Horizonte, governos de Minas Gerais e outros estados (Rio de Janeiro e São Paulo). Destaca, ainda, que matéria-prima, combustível e mão-de-obra são nacionais. Dois problemas são apontados pelo *Memorial*: estrangeiros não pagam impostos e o mercado interno oscila muito, principalmente pela linha de produção ser relacionada com obras públicas.

Posteriormente, quanto volta à cena política estadual, suas experiências e vivências no meio empresarial serão utilizadas como referencial. Um episódio pode ser apresentado como ilustrativo; em carta a Calógeras, de 25/2/1905, logo após o lançamento da candidatura ao Senado, ele aponta que:

Esta política é um grande mal para minha fabrica; (...) está quase tudo dependendo d. minha direcção pessoal (...). Entretanto há de parecer um paradoxo que seja a fabrica que me empurra com mais violencia para a ingratição da lucta partidaria. Por que? Muito simples. Fazer industria nova, produsir, custa sacrificios inauditos, e, ainda há dificuldade superior a todos estas: - é a d. vender a mercadoria feita. Ah! Meu caro amigo, nunca plantaste batatas! Caí uma vez nessa asneira, cultivei uma quarta d. chão, obtive colheita estupenda, remiti-a núns balaios e fui pessoalmente ao Rio de Janeiro, vender os meus formosos turbeculos (salvo seja)! É ainda com odio, que me lembro da peregrinação humilhante, de portugues em portugues, batateiros d. profissão e como o cérebro também entufado d. batatas e me disseram desaforos e me não quizeram comprar minha linda mercadoria e offereceram um preço vil e afinal me obrigaram a entregar a colheita quasi dada. (...) E o **proteccionismo nasceu como a solução salvadora dos que trabalham** dos que querem aproveitar as nossas terras desertas e os nossos braços desocupados, dos que sendo **donos de seu paiz devem também ser senhores do seu mercado**, e, para vender tubos foi a mesma lucta para vender a louça será a mesma humilhação e d. novo ver agora claramente como o plantador de batatas e fazedor d. painelas foi empurrado para a lucta ingrata da politica. (grifos nossos) ²³.

²¹ SENNA, Caio Nelson. *João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seu exemplo. 1860 a 1908*. sl. se. 1941, p. 134-138.

²² Aparentemente mal sucedido, haja vista empréstimo junto ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais, do qual o mesmo SENNA, p.129, apresenta transcrição da escritura de hipoteca (1904).

²³ Carta a Calógeras. APM doc. n. 1620, 25 de fevereiro de 1905, p. 8, caixa 12.

Nesta citação percebe-se o afloramento de uma consciência de classe; a dos produtores, com a qual João Pinheiro se identifica, e busca, a partir daí, (o que pode ser percebido em suas falas quando retorna ao Governo) uma nova política, a política útil, a da produção. João Pinheiro propagava, então, uma distinção entre formas de se fazer política:

Ha politica esteril e ha politica fecunda. Ha politica inútil e pernicioso, a das pessoas, e ha politica elevada e nobre, a das idéias e dos princípios, para o fim positivo do benefício do povo. (...) Mas, e as luctas pessoaes? e as luctas das vaidades? substituamos as competencias sem objectivo pela emulação fecunda do trabalho. Cumpre que o criador e o industrial mais inteligentes possam ver o seu mérito reconhecido e proclamado nas exposições regionaes, e os premios de emulação virão manter um pleito de vaidade, mas **vaidades de utilidade real** para o que lucta, e para o que testemunha essa lucta, tirando della ensinamentos (grifos nossos)²⁴.

Enxergava ele, outro tipo de disputa no econômico e nas feiras em que propagava, como disse na *Primeira Exposição Geral do Estado*:

O que se observa não é, absolutamente não é, o rumor triste e sombrio das luctas politicas pessoaes, que enxovalham os contendores e o proprio meio em que se desenvolvem. (...) Teria realizado um dos meus mais ardentes desejos de republicano, aproximando a administração sempre e cada vez mais dos interesses do povo, procurando que se diga que a Republica é a escola dos desejos vãos; porque deve, ao contrario, ser a pratica das realidades uteis²⁵.

Quando, em carta de 26/03/1905, explicava seu retorno à política após o *Congresso Agrícola, Industrial e Comercial* de 1903, reclamava da ausência de empresários (produtores) na política, dizia então: “(...) as classes conservadoras se compõe de homens ocupados; feitas as reuniões, cada um vai para sua casa e os politiqueiros continuam na sua profissão; serenamente, como se a coisa nada tivesse de vêr com êles”²⁶.

O retorno à política

Efetivamente, João Pinheiro nunca abandonou a política propriamente dita, mas sim os cargos públicos no âmbito estadual e federal. Continuou atuando como conselheiro e interessado. Seu Arquivo Privado, hoje no Arquivo Público Mineiro, contem várias

²⁴ *Minas Geraes*, edição 22/09/1907. Anno XVI n. 224, p. 6. Resumo do pronunciamento de João Pinheiro no Congresso das Municipalidades no Norte (Diamantina).

²⁵ Discurso pronunciado no jantar oferecido aos criadores que concorreram à Exposição de Animais, em Belo Horizonte, a 28/2/1908. *Minas Geraes*, n. 53. Bello Horizonte, 29 de fevereiro de 1908. Caixa 31, caderno n.3, doc n. 67, página 58.

²⁶ Correspondência de João Pinheiro. Doc n. 1626, ano 1905, 26 de março, p. 4, caixa 12. (APM).

correspondências políticas do período (embora gradativamente tenha predominado as relativas à cerâmica). Quando de seu retorno à cena política estadual e nacional, refere-se àquela época, (afastamento) como uma sem inimigos ou adversários, estando fora da disputa direta, os demais não o viam como um contendor em potencial.

Neste período também atuou diretamente no município de Caeté, onde foi Vereador e Presidente da Câmara (01//11/1899) e, portanto, seu Agente Executivo (cargo equivalente ao de prefeito atualmente). Assim, chamar este período de exílio voluntário, como é comum, é certo exagero.

Já como Governador, João Pinheiro refere-se a sua experiência empresarial como credenciais para reforçar e defender seus argumentos nos congressos das municipalidades, onde se coloca como representante das classes produtoras no poder. O jornal *Minas Gerais* sintetiza o pronunciamento de João Pinheiro na abertura do Congresso das Municipalidades da Mata, quando falava da crise do café:

Os esforços do governo e dos particulares se deviam concentrar nas duas últimas faces²⁷; para isso, eram precisos fé, esforços e dinheiro. A fé e a confiança devia resultar do fato de estar elle alli, Presidente do Estado, **directo representante das classes productoras**, sabendo por experiencia propria os sofrimentos e as amarguras do trabalho nacional; tinha vindo pessoalmente para affirmar aos senhores productores que não era por preocupações da triste política partidaria que se tinha movido, mas para auxiliar a reconstrucção da vida econômica da Matta que estava presidindo aquelle congresso (grifos nossos).²⁸

No mesmo documento aponta que os particulares:

... tem o direito de esperar que a palavra do governo seja acreditada. **Não é um político**, não veiu para o governo com fins políticos. **Veiu do trabalho austero e custoso e sabe**, com os que mais o saibam, como os que mais tenha soffrido, em que consistem as **difficultades do trabalho directo do productor**, todos os tropeços que o atormentam e embaraçam. Fala, pois com sinceridade, promette com a firme intenção de cumprir (...) (grifos nossos).²⁹

A mesma identificação faz quando da *Primeira Exposição Geral do Estado*:

Em 1903, quando o governo do meu illustre antecessor, convocando as classe productora, as interessou directamente na gestão das cousas publicas, tinha-se dado o primeiro passar para a transformação rapida e intensa que felizmente se vae

²⁷ Distingue três fases da crise do café e medidas para sua solução deste, o Congresso Agrícola de 1903, a saber: produção, beneficiamento industrial e colocação mercantil do produto.

²⁸ Jornal *Minas Geraes*, edição 14-15/10/ 190, ano XVI, n. 242, p. 4.

²⁹ Jornal *Minas Geraes*, edição 18/10/ 1907, ano XVI n. 245, p. 5.

operando em nossa terra, nas sua vida economica, social e politica. Collaborador³⁰ do **Congresso Agricola e Industrial** daquelle anno, a acção do meu governo tem procurado **ser-lhe fiel, quando em condições de realizar o que, então, como productores, nos julgamos no direito de pedir.**³¹

Na *Segunda* (e última) *Mensagem ao Congresso Mineiro* dizia: “(...) tem-se buscado interessar directamente as classes conservadores na vida publica”³². Coloca-se assim não só como um representante direto, mas um estimulador de uma maior participação dos produtores na efetiva vida política.

A questão econômica no discurso de João Pinheiro

A questão econômica vai ganhando relevância no discurso de João Pinheiro, quando este se candidata ao Senado da República. Dá sua visão sobre as prioridades a serem abordadas pelos governos e faz uma retrospectiva dos primeiros anos da República (fase ditatorial, na qual foi governador):

(...) tinha eu a firme convicção de que o **primordial dever dos governos** em paizes novos é antes de tudo, **cuidar do ser progresso material e do desenvolvimento de suas riquezas**. Entretanto, no mar alto das paixões revoltas desses proximos dias da revolução, na tormenta ensurdecadora de ambições (...) era talvez, prematuro esse pensamento de organizar o trabalho systematico e remunerador, e, por isso, o esforço despendido em tal sentido constituiu nota frouxa e perdida em meio da geral e empolgante desorientação dos espiritos. A iniciativa, porém, do governador dictatorial era legitima e justificada. A propaganda republicana incriminára a monarchia pela lentidão com que fizera caminhar o **paiz, evidentemente empobrecido e sequioso de progresso** correspondente ás suas extraordinárias riquezas naturaes. A libertação do escravo trouxera, no ponto de vista economico, seria perturbação, e sentia-se que sua substituição pelo trabalho livre não tinha sido convenientemente preparada. Parecia, pois, que a **preocupação economica devera ser**, de todas as que se agitavam, **a questão capital a estudar e solver. Assim não foi. Aos programmas sem sinceridade, na monarchia, succederam os partidos sem programma**, na Republica; **a conquista do poder**, antes como depois, foi o ponto culminante de extremação partidária, na mais desmoralizadora das pugnas, a da **baixa politicagem, constituindo mesmo uma industria, - a de viver do orçamento**. E por isto, passados quinze annos de regimen republicano, verifica-se que, com a mudança de fôrma de governo, apenas de nome se mudou, **continuando**,

³⁰ João Pinheiro teria sido mais que colaborador, seria o idealizador e indicado pelo Presidente do Estado para presidir o Congresso. SENNA, Caio Nelson. *João Pinheiro da Silva, sua vida, sua obra, seu exemplo. 1860 a 1908*. sl. se. 1941, p. 116-117.

³¹ Discurso pronunciado no jantar oferecido aos criadores que concorreram à Exposição de Animais, em Belo Horizonte, a 28/2/1908. *Minas Geraes*, n. 53. Bello Horizonte, 29 de fevereiro de 1908. Caixa 31, caderno n.3, doc n. 67, página 58.

³² *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*. 15/06/1908. APM – Mensagens dos Presidentes, microfilme (rolo 2). *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Gerais, Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro*. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1908, p. 54.

talvez agravada a mesma situação econômica e social do país (...). Soou enfim a hora da ação (Grifos nossos)³³.

O problema econômico é por ele apresentado como o novo, como a pauta do momento, e é explicitado de maneira objetiva no lançamento de candidatura à presidência de Minas em 1906:

O problema econômico brasileiro não é, conseqüentemente, como muitos pensam, uma destas idéias políticas passageiras, (...) Corresponde á solução de necessidades aflitivas, á ancia de progresso, tendo sido posto, para ser resolvido, pelas próprias condições actuais da vida nacional³⁴.

O mesmo assunto volta em sua *Primeira Mensagem*, explicitando que o problema é a baixa produtividade (insuficiente produção quando comparada à população e aos recursos disponíveis):

Na insuficiente produção em um territorio vasto, produção absolutamente desproporcional com a sua população, está a causa patente de todos estes males, oprimentes e numerosos (...). Os remedios apontados não são os do empirismo incerto e neam as aventuras de experiencias novas, senão o caminho do trabalho, esclarecido pela sciencia, e amplamente illuminado pelo exemplo de outros povos (...)³⁵.

Chegara a hora da ação, para João Pinheiro uma nova etapa histórica estava em andamento (uma época positiva)³⁶. Em seu pronunciamento durante almoço com autoridades constante da programação de sua à posse Presidência de Minas, firmava que:

A cada época correspondem sempre, na sociedade, os órgãos elevados que a representam e personificam. Seja me permitido, lembrando o **problema econômico brasileiro, que domina e dominará d'ora avante a política do país**, (...). São as próprias **classes conservadoras**, que amassam e constroem a riqueza nacional, **que se organizam para erigil-a**. (grifos nossos)³⁷.

³³ Manifesto *Candidatura ao Senado. Minas Geraes*, anno XIV, n. 21, p. 6, 25/01/1905 (Hemeroteca).

³⁴ *Ao Povo Mineiro, Manifesto-programa*, 12/02/1906, *Minas Geraes*, ano XV, n. 37, p.1, 12-13/02/1906.

³⁵ *Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro*. (1907). Belo Horizonte, 15/07/1907. APM – Mensagens dos Presidentes 15/06/1908, microfilme (rolo 2). Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Geraes, Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1907, p. 55-56.

³⁶ João Pinheiro usa esta idéia com freqüência, por exemplo: “(...) além do puro prazer intellectual, forças positivas governando a actualidade, e elementos poderosos sustentando o presente e dirigindo o futuro (...)”. *A Missão do Historiador*. Discurso inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, 15/8/1907. *Minas Geraes*, ano XVI, n. 191, p.7, 16/08/1907, (embora aqui falando da Justiça). Aqui transparece a idéia de História enquanto etapas ou fases a serem cumpridas, ou seja, a cada qual cabe uma tarefa específica.

³⁷ *Minas e a Federação*. Discurso almoço no Palácio da Liberdade em 8/9/1906. *O Puritano* (jornal), ano III, n. 28, Cidade do Pomba, 16 de setembro de 1906, caixa 32, caderno n.2, p. 58/ n. 79 (Hemeroteca).

Como representante destas classes e destas idéias, ele pôs o seu governo. Quando das comemorações de um ano de seu mandato, em 1908, apresentou uma síntese de suas preocupações (e realizações):

Ao coração patriota, entretanto, um contraste amargo afligia – o desequilíbrio assombroso da riqueza moral do povo e da sua penúria material, ainda mais afflictiva pela absoluta desproporção entre os recursos naturaes existentes e a sua efectiva utilização. O problema material da reorganização do trabalho, do augmento da produção nacional, da defesa dos nossos mercados, da acção commercial externa pelo brasileiro, da colonização do solo deserto, todo um conjuncto de medidas que os scepticos de todo o tempo julgaram impossiveis, como impossivel julgaram a rapida evolução politica que effectuamos – **o problema economico brasileiro, foi posto depois do problema politico, para como este ser tambem efficazmente resolvido.** (grifos nossos). No trabalho de produção, combater a rotina condemnada; no comercio, as tutelas indevidas; mostrando no primeiro caso como se pratica o trabalho moderno; e no segundo facilitando a acção directa do productor para collocação da mercadoria; o credito facilitado; as iniciativas particulares estimuladas e premiadas; o ensino pratico estatuido e systematizado; a emulação estabelecida nos concursos geraes e regionaes: - taes foram, de um modo geral, os intuitos que presidiram a elaboração das leis novas, visando a organização do nosso progresso material.(...) A intervenção do governo era necessaria; a intervenção do governo está sendo decisiva. (...) É trabalhoso, mas é o unico caminho seguro e definitivo. Não está nos nossos habitos, mas é necessario que venha a estar; para que deixando de collocar os destinos em mãos alheias possamos ser senhores dos proprios destinos. Todas estas idéias, todas estas medidas, toda esta linha alta de preocupações, a terra mineira tem visto, por parte dos que elegeu, serem tratadas, sem baixa preocupação partidaria, independentes de pessoas, visando a utilidade geral (...) ³⁸.

Para ele, o econômico era o “terreno util e fecundo dos progressos reais”, enquanto o jogo tradicional era “a lucta aviltante da politica das personalidades”³⁹. Seu governo procuraria, em seu entendimento, dar novos rumos à Minas e à política.

O proteccionismo

Ainda em seu primeiro governo, 1890, João Pinheiro já havia mostrado preocupação com a proteção à *indústria* (entendido o termo como produção) mineira e nacional. Na exposição de motivos para melhor regulamentar impostos e taxas afirma:

considerando que está sendo tributado um grande numero de generos produzidos por **industrias ainda nascentes**, que por isso devem merecer todo auxilio do governo para que seus productos possam concorrer nos mercados com os similares

³⁸ *O Poder Legislativo e o Regime Republicano*. Discurso pronunciado no Palácio da Liberdade, por ocasião do primeiro aniversário do seu governo. Belo Horizonte, 7/9/1907. *Minas Geraes*, n. 211. Bello Horizonte 8-9 de setembro de 1907. APM, caixa 32, caderno n. 3, doc. n. 39, p. 28.

³⁹ *Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1907, p. 37.

de outras procedências, onde a respectiva indústria já se acha em pleno desenvolvimento ⁴⁰.

Para promover o desenvolvimento destas *indústrias*, aprofunda-se cada vez mais a idéia de protecionismo.

No encerramento do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903, reitera suas convicções, do potencial de Minas Gerais e da necessidade de protecionismo (uma tônica do congresso): “(...) importação do que não temos querido produzir (...) condenados em nome de uma liberdade comercial absurda a sermos um povo pobre no seio da mais rica das pátrias” ⁴¹.

Protecionismo, para João Pinheiro, não era um dogma, mas uma oportunidade a ser aproveitada em prol do desenvolvimento de Minas e do país. Ele deveria ser estabelecido quando a indústria nacional tivesse condições de suprir a demanda satisfeita com produtos importados, até que a produção nacional pudesse competir em condições de igualdade (ou vantajosas) com a estrangeira:

(...) o proteccionismo para mim, não deve ser um facto permanente. Eu sou protecionista “ad tempora”. Penso que a industria deve ser protegida decididamente, mas como um facto transitório, enquanto não está aparelhada para lutar com a concorrência fos mais fortes. (...) mas no nosso caso actual, a ausencia da protecção não seria liberdade, seria um delicto; é como se dessem a uma criança a liberdade de ir lutar com um athleta. A liberdade industrial só se póde praticar em relatividade de condições: aqui a protecção é uma necessidade de defesa, ainda que temporaria. Na Inglaterra eu seria livre-cambista. No dia em que estivermos aparelhados para lutar, sim; até ahi, a protecção não é ao industrial, é a nossa independencia economica, é ao nosso trabalho ⁴².

Questionado pelo repórter de *O Paíz*, na época de sua posse (1906), se o protecionismo não seria um benefício a um indivíduo e que isto pesaria contra o consumidor, João Pinheiro deixa claro que o protecionismo visa o interesse do País:

(...) Toda industria nova começa naturalmente pelo esforço e pela iniciativa de um ou de poucos; uma industria em que se estabelecesse simultaneamente um grande numero de industriaes, seria uma industria feita, está claro. E a que carece mais da protecção é justamente a que mais tem de enfrentar dificuldades (...). A questão é que a industria fique; o exemplo do exito incita outros e ella se nacionaliza. (...) Depois, proteger uma industria não é proteger um individuo, é proteger tudo, desde

⁴⁰ *Cobrança de Imposto de Exportação*. Decreto n. 82, de 24 de maio de 1890. Dá instruções para a cobrança de impostos de exportação, p. 114 – 143. Collecção dos Decretos do Governo Provisório do Estado de Minas Geraes: expedidos desde 3 de dezembro de 1889 a 31 de dezembro de 1890. Bello Horizonte: Imprensa Official, 1903.

⁴¹ Discurso proferido na sessão de encerramento Congresso Agrícola, Comercial e Industrial. BARBOSA, Francisco de Assis (org). *Idéias Políticas de João Pinheiro*: cronologias. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa (MEC), 1980, p.155.

⁴² *Novo Governo de Minas*, I. Entrevista com João Pinheiro publicada no jornal *O Paíz* (19/7/1906). *O Paiz*, n. 8.019, p. 1. APM - caixa 32, caderno n.1, p. 31/ n. 43, ano 1906, 17 de setembro.

o operario, o empregado de administração, o caixeiro-viajante, todos os que tiram directamente della um provento, que mais difficilmente teriam se ella não existisse, como todas as actividade que se ligam indirectamente a ella, até o proprio commercio, a quem o homem empregado leva uma quantidade maior de movimento e de lucro. O Estado tem, por sua vez, o beneficio do seu desenvolvimento economico ⁴³.

Ele identifica a República com o protecionista, enquanto o Império seria livre cambista:

A protecção aos consumidores, o livre-cambio, foi a politica do império e seus resultados, durante quasi um seculo, testemunha-mol-os na situação actual do paiz. ⁴⁴ [Sobre proteccionismo] (...) basta-nos olhar para os Estados Unidos do Norte, que nos têm servido de paradigma paras as questões politicas, não porém, infelizmente, para os problemas do trabalho material do qual é resultante sua assombrosa grandeza ⁴⁵.

E esta política teria sido uma das causas da pobreza do país.

Em seu *Manifesto Programa* (1906), explica a lógica que levou ao proteccionismo por ele proposta. Este nasceu de uma necessidade empírica (arrecadação), mas avança para defesa explícita, intencional, da produção e do mercado nacional; até porque, fora defendida pelos empresários reunidos no Congresso Agrícola e Industrial de 1903:

O empirismo foi o primeiro a crear o proteccionismo nos Estados que adoptaram os impostos inter-estaduaes, já como fonte de renda, e já como meio de amparar a producção local. Uma lei da União aboliu-os. A Constituição, porém, permite que os Estados taxem as mercadorias estrangeiras para poderem proteger as proprias, o que demonstra que a Republica, desde o seu inicio, se inspirou sábiamente nesta necessidade economica dos paizes novos. Fundados no dispositivo constitucional, começam os Estados a elevar os impostos de importação das mercadorias estrangeiras, não já como fonte de renda, pois elles revertem ao thesouro federal, mas como defesa positiva da propria producção, à qual, por outro lado, a supressão das barreiras inter-estaduaes assegura toda a extensão do mercado interno brasileiro ⁴⁶.

Abre-se aqui breve parêntese sobre os impostos interestaduais; no *Congresso Agrícola. Comercial e Industrial* de 1903 há inúmeras referências negativas à sua existência e prática, inclusive colocando-o como ameaça a continuidade da Federação Brasileira. Esta não era apenas uma posição dos mineiros presentes, mas um sentimento nacional expresso pelas associações comerciais (no congresso se faz relato das manifestações contra estes impostos).

⁴³ *O Novo Governo de Minas*, I. Entrevista com João Pinheiro publicada no jornal *O Paíz*, n. 8.019, caixa 32, caderno n.1, p. 31/ n. 43, ano 1906, 17 de setembro, APM.

⁴⁴ *Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1907, p. 15.

⁴⁵ *Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1907, p. 15.

⁴⁶ *Manifesto Programa*, candidato presidência de Minas Gerais. Publicado no *Minas Geraes*, ano XV, n. 37, p.3, 12-13/02/1906.

O sentido de nação (enquanto Federação) seria complementado com o de mercado nacional, este sim protegido, mas da concorrência estrangeira, enquanto internamente haveria maior liberdade.

Mas protecionismo apenas não bastava; necessário seriam outras medidas, no mesmo Manifesto (1906) afirma:

(...) Se a solução económica do aumento da riqueza de um povo dependesse, exclusivamente, de um golpe de tarifas alfandegarias, certo não haveria povo pobre no mundo. (...) Com a decretação do protecionismo alfandegario, deve coincidir, necessariamente, a de outras medidas, visando promover e estimular directamente, a produção no interior do paiz⁴⁷.

Apesar de sua postura protecionista, isto não significa restrição ao capital estrangeiro, ao contrário, este poderia ser utilizado para reforçar a produção no Brasil, seja promovendo substituição de importações ou promovendo exportações⁴⁸. Trabalha inclusive com a perspectiva de atrair capitais estrangeiros para mineração

Algumas vezes critica o comércio nas mãos dos estrangeiros, mas faz isto quando a atividade comercial dificulta ou inibe o processo produtivo, sua acumulação e desenvolvimento: “É assim [despertando o interesse da iniciativa particular] que tem procurado eliminar muitos intermediarios inuteis, verdadeiramente parasitarios, que, ao lado dos uteis e indispensaveis, surgem graças á ignorancia geral dos productores e consumidores”⁴⁹.

Nesta postura, critica não só os estrangeiros, mas também os nacionais. Daí uma grande ênfase na organização de cooperativas de produtores para beneficiamento da produção. Apesar desta visão reconhece os perigos da ação do capital estrangeiro, mas principalmente para aqueles povos que não conseguirem efetivarem suas potencialidades econômicas.

⁴⁷ *Manifesto Programa*, candidato presidência de Minas Gerais, 1906, p.1.

⁴⁸ Aqui não se está usando a expressão “substituição de importações” nos moldes do PSI, programa de substituição de importações, que seria historicamente e conceitualmente definido.

⁴⁹ *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*. 15/07/1908. APM – Mensagens dos Presidentes, microfilme (rolo 2). *Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Geraes, Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1908, p. 6.

A prioridade para agricultura (e agropecuária)

O tema agricultura e agropecuária é presente em quase todos os pronunciamentos de João Pinheiro; não só pela reincidência dos argumentos, mas pela sua ênfase, deixando claro que esta é sua prioridade.

Reafirmando a primazia do econômico durante entrevista ao jornal *O País*, em 1906, João Pinheiro não deixa dúvidas sobre o que priorizará em seu governo:

- O meu pensamento capital, V. sabe-o, é a reorganização econômica. Dizendo isto, devo acrescentar que o **facto principal para mim não é a questão industrial, mas a questão agrícola**, e dentro desta o desenvolvimento da pequena agricultura. A questão industrial é importante, não resta dúvida, e eu sou partidário decidido da proteção do Estado à indústria, enquanto esta não se acha bastante forte para lutar com vantagens com as indústrias estrangeiras (...), mas, tratando-se de reorganizar o trabalho como base da fortuna pública, **o que se impõe** naturalmente, sobre tudo, é a reorganização daquella que representa a parte maior dessa fortuna. Essa é, incontestavelmente, em nosso país, a agricultura; a indústria manufactureira beneficia um certo numero de habitantes, mas a agricultura é que beneficia a grande massa (...) (grifos nossos) ⁵⁰.

A agropecuária se impunha naturalmente naquela época, principal fator de geração de divisas, de ocupação do trabalho, de receitas públicas, enfim, da riqueza nacional. Além do mais, era atividade tradicional e de fácil modernização; portando uma forma eficiente e rápida (diria ele prática) para se obter melhores resultados econômicos.

A crise do café, causada pela superprodução, abria uma leque de oportunidades de substituição de importações. Em sua *fase expansiva*, este produto atraía os melhores recursos, terra, capital e trabalho; abrindo assim, brechas para importação de vários produtos primários ou de baixo processamento (como os agropecuários processados), os quais o país estava apto a produzir. Não o fazia devido à drenagem de recursos feita pelo café, pois este último apresentava maior rentabilidade.

Na abertura do *Congresso, Agrícola, Industrial e Comercial* de 1903, destaca que vários dos itens da pauta de importações brasileira eram deste tipo, muitos deles anteriormente ou ainda em produção em Minas e no Brasil; com a adequada política, poderiam deslanchar sua produção. Essa era a realidade econômica de seu tempo (crise do café).

⁵⁰ *O Novo Governo de Minas*, I. Entrevista com João Pinheiro publicada no jornal *O País*, n. 8.019, caixa 32, caderno n.2, p. 31/ n. 43, ano 1906, 17 de setembro.

Embora João Pinheiro coloque a agricultura (e agropecuária) como prioridade de ação, ressalva faz as indústrias manufatureiras que beneficiam às matérias-primas e produtos daquela, colocando-as em igualdade de importância⁵¹. Isto explica as inúmeras iniciativas de implantação de cooperativas durante o seu governo.

Também é importante salientar que esta priorização não equivale a dizer que a agricultura seja efetivamente prioridade absoluta sobre a indústria. *A realidade objetiva e base produtiva* do país de então “*impunham*” essa opção.

A indústria e a indústria e o urbano como um ideal

Embora João Pinheiro priorize explicitamente a agropecuária (e as indústrias a ela relacionadas) em seu projeto de desenvolvimento, chama à atenção a seguinte passagem:

A exemplo da capital do Estado, as outras municipalidades deverão **favorecer, por todos os meios, a criação destes centros de trabalho industrial**, de que resultam uma **civilização mais adiantada e vida mais intensa** como a que as cidades oferecem, com **superioridade, relativamente ao campo**. Os fundamentos, entretanto, do trabalho generalizado e remunerador para todos, dada a **nossa situação especial**, estão preferencialmente na agricultura: a população das cidades em comparação com a dos campos é muito diminuta (grifos nossos)⁵².

Essa situação especial era o atraso em que o país vivia; inclusive devido à política descuidada que, até então, (embora esta começasse a mudar) se praticará. Os parágrafos abaixo procuram entender sua idéia de industrialização.

João Pinheiro antevia o processo de industrialização dentro de uma lógica, partindo do mais simples para o composto, em etapas gradativas, em suas palavras, numa *marcha natural das coisas*. Embora a *natureza das coisas* devesse ser estimulada e protegida. Na entrevista ao jornal *O Paíz*, em 1906, antes de sua posse, sintetiza seus argumentos:

Nesta questão de indústrias manufatureiras em um país industrialmente novo o que se dá, e é um facto curioso, é a **marcha natural do simples para o composto, é uma adaptação gradativa dos diferentes graus de aperfeiçoamento, dos processos mais complicados**, que não poderiam ser praticados em conjunto de momento, pelas condições mesmas em que a indústria se inicia.⁵³ (...) [citando exemplo da produção de caixas de fósforos] Firmada a face commercial da sua indústria, estabelecido o producto, adaptado o operario, o industrial lembra-se então de que póde introduzir um novo melhoramento, aperfeiçoar a sua manufactura,

⁵¹ *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1908.

⁵² *Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1907, p.11.

⁵³ Ver o exemplo, nesta mesma fonte, da produção das caixas de fósforos. *O Paíz; O Novo Governo de Minas I*, 17/09/1906, n. 8.019, caixa 32, caderno n.2, p. 31/ n. 43, ano 1906, 17 de setembro.

liberta-se de uma contingencia a mais da importação; (...) e assim sucessivamente até a completa nacionalização da industria. É o que está acontecendo. O Estado, por sua vez, á medida que a industria se vai desenvolvendo, que se acha em condições de se poder libertar de um elemento estranho, intervem proibindo pela tarifa que o elemento já dispensavel permaneça, persista na industria firmada, forçando pela protecção aduaneira o industrial a augmentar a somma do trabalho do operario, a accentuar a independencia industrial do paiz ⁵⁴.

Anteriormente e na abertura no *Congresso Agrícola, Industrial e Comercial* já se perguntava: “Não seria mais conveniente a importação das manufaturas, ao invés dos objetos manufaturados?”. A resposta é clara, incentivar às manufaturas pelo protecionismo e por outros meios. Mas por onde começar?

A idéia que predomina é a da proteção à indústria nascente, incipiente, procurando incentivar e estimular aquelas que começassem a florescer por iniciativas particulares: “(...) amparo às manufaturas incipientes na lucta desigual com productos estrangeiros, fructos amadurecidos de uma actividade secularmente systematisada” ⁵⁵.

Falando em 1906, em seu *Manifesto Programa* de 1906, sobre a indústria mineradora, mas num conceito aqui generalizado, apresenta a lógica do que priorizar e o que incentivar:

São estes os trabalhos e industrias já constituídos em nosso sólo que o governo deve olhar e proteger de preferencia. (...) estes ramos da actividade fecunda, brotados como que espontaneamente, e devendo de preferencia ser auxiliados. Para iniciativa particular, em todos os ramos de actividade humana, offerece a nossa patria um campo vasto e sem limites, (...) Em todo caso é sempre mais prudente olhar para o que já existe ⁵⁶.

Seu posicionamento pró-industrialização era inequívoco. Em entrevista ao jornal *O País* no período de sua posse teve a oportunidade de se manifestar sobre importante ponto acerca do processo de industrialização brasileiro, uma polêmica sobre indústrias naturais e artificiais. João Pinheiro descarta esta classificação e explica seus argumentos:

Não. Isto é um erro que corre e que se firma, que muitos espalham por interesse e a maior parte aceita por irreflexão. **Não ha industrias artificiaes, O que faz a industria não é a matéria prima, é a mão de obra, é o trabalho do operario.** Figure V. uma mola de aço, uma mola de relógio que custa 4\$: o que ali existe, como valor intrinseco, de matéria prima, é nada; o que valoriza o artefacto é o trabalho industrial, é o esforço para chegar áquelle resultado. Não pesa

⁵⁴ *O Novo Governo de Minas*, I.

⁵⁵ São inúmeras as referências a estas indústrias. Esta é citada no *Manifesto Candidatura ao Senado* (1905). *Minas Geraes*, ano XIV, n. 21, p. 6, 25/01/1905 (Hemeroteca).

⁵⁶ *Manifesto Programa* do Candidato à Presidência de Minas, 1906. *Minas Geraes*, ano XV, n. 37, p.2, 12-13/02/1906.

absolutamente isto que allegam para essa falsa classificação de industrias artificiaes, de que a matéria prima é importada; os paizes manufactureiros por excelencia não produzem, na maioria dos casos, a materia prima (...). (...) e seria ridiculo dizer que as suas industrias são artificiaes ⁵⁷.

Embora preocupado com a questão da indústria e com a o desenvolvimento da agropecuária, sua idéia sobre a indústria de bens de capital era relativamente limitada, pouco destacando as implicações sobre os demais ramos da atividade econômica.

Sua ênfase é no microeconômico, na unidade produtiva enquanto geradora de emprego e renda. Não aborda a questão da interligação setorial, nem do estímulo que uma indústria de bens de capital simples poderia trazer à agricultura (embora defenda a mecanização). A interpretação acima é reforçada por suas ações de governo quando estimula e importa máquinas e equipamentos agrícolas.

Não antecipa o papel estratégico da indústria de bens de capital, nem na geopolítica (veja sua fala sobre imperialismo, *nações mais fracas serão sacrificadas (...) é uma questão de sobrevivência*), apesar de citar algumas vezes Japão e Alemanha como paradigmas. Nem enquanto estimulador de outros setores, como, por exemplo, no caso das ferrovias, quando *sugere* que as mesmas devem se antecipar e estimular a criação de demanda: “ellas têm que crear, tanto o trafego como a producção” ⁵⁸.

Assim, seu programa de *substituição de importação*⁵⁹ tem um claro viés de priorizar aqueles setores incipientes, nascidos da iniciativa particular, a qual deveria ser estimulada e incentivada.

O Incentivo a Produção e ao Trabalho

Na realidade, seja na agricultura, agropecuária ou indústria, a preocupação de João Pinheiro é com aumento da produção, e produtividade. Mesmo a educação está a isto associado. Para alcançar o objetivo do crescimento econômico (progresso), lançaria mão de todos os instrumentos já descritos, protecionismo, incentivos e promoções de feiras e exposições, com intuito de divulgar os produtos regionais.

⁵⁷ *O Novo Governo de Minas* (jornal *O Paíz*), I, p. 31.

⁵⁸ *Manifesto Programa* do Candidato à Presidência de Minas (1906). *Minas Geraes*, anno XV, n. 37, p.2, 12-13/02/1906. O mesmo argumento e reiterado em *O Novo Governo de Minas* I, jornal *O Paíz*, 17/9/1906, p. 39.

⁵⁹ Aqui o termo é usado num sentido largo; não pode ser confundido com o Programa de Substituição de Importações (PSI) desenvolvido a partir dos anos 1930 ou 50.

O processo do que hoje é chamado de desenvolvimento era considerado cumulativo. Como no caso anteriormente citado (indústrias naturais *versus* artificial) o ponto central era o trabalho; *o saber fazer*, que poderia ser replicado para diversas culturas e processos. A aprendizagem era vista em múltiplas abordagens, pois poderia se *aprender estudando* (meio tradicional), mas também *fazendo e interagindo*, daí o porquê da grande ênfase em feiras e exposições; para demonstração e disseminação de novos produtos, métodos e maquinários. O progresso seria, então, fruto da disputa saudável (comparação da competição econômica com a política), uma vitória contra a natureza (e não contra outros homens), vitória esta que poderia ser compartilhada ou reproduzida por todos.

Para desenvolver o trabalho todos os recursos eram utilizados, além dos citados nesta seção, acrescenta-se a importação de máquinas, para aumentar a produtividade da agropecuária e de obras públicas (estradas de rodagem). Até mesmo as penitenciárias tinham a função de educar para o trabalho, e recebiam do Estado encomendas de carteiras escolares, calçados, fardamentos, trabalhos tipográficos; isto começou no início de seu segundo governo e, fato interessante, a penitenciária apresentara, conforme sua *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro* (1908) saldos.

Frequente também era sua intenção de atrair mão-de-obra estrangeira para Minas Gerais, chegou mesmo a propor doação (gratuita, mesmo, sem qualquer ônus) de terras devolutas para implantação de colônias agrícolas⁶⁰. Acreditava nestas colônias como fator essencial de desenvolvimento. A elas teriam acesso não só os estrangeiros, mas também brasileiros; elas também teriam a função de promover um reordenamento fundiário, com a divisão das propriedades; acreditava, inclusive, na viabilidade de instalação de colônias particulares⁶¹.

A modernização dos processos produtivos se impunha para ele, pois percebia que os problemas da agricultura (e outros setores em menor escala) não estavam apenas na questão dos mercados externos, mas também na inadequada transição para o trabalho livre. Este assunto é tratado na *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro* (1908), quando João Pinheiro conclui:

⁶⁰ Lei 455 de 11 de setembro de 1907. Auctoriza o Governo a conceder gratuitamente aos estrangeiros que constituírem família no Estado, lotes de terras devolutas e contem disposições sobre legitimação de posses, vendas directa de terras devolutas e dá outras providencias. APM – *Colleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes de 1907*. Bello Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, p. 11 e 12.

⁶¹ *O Novo Governo de Minas*, II. Entrevista com João Pinheiro publicada no jornal *O Paíz* (19/09/1906), n. 8.021, caixa 32, caderno n.2, p. 39/ n. 55, ano 1906, 17 de setembro.

Tem sido preocupação dominante sobre as outras a das questões econômicas, que o momento social que estamos vivendo, nos aponta terem sido descuradas, pois a riqueza das gerações anteriores, filha do trabalho escravo, abalada na transição para o regime livre, vai diminuindo, acusando a depressão natural, quem em semelhante crise era justo esperar-se, com a impossibilidade ser reconstruída pelos processos do passado⁶².

João Pinheiro via Minas Gerais como tendo elevado potencial não aproveitado, como no caso dos recursos naturais. O Estado tinha grande população (em relação ao país, mas de baixa densidade), mas esta era aproveitada de maneira inadequada, seja pela não concretização do potencial econômico, seja pela sua baixa produtividade, o que nos remete para a questão da educação, tema da próxima seção.

Educação como Fator de Progresso

A educação é por ele desenvolvida em duas vertentes, primeira como fator de cidadania, como direito, consolidando a democracia e a República. A segunda, mais especificamente, como preparação para o trabalho, fonte de aumento de produtividade.

Primeiramente destaca-se uma ampla reforma por ele implantada na educação em Minas Gerais, principalmente com a constituição e consolidação dos *grupos escolares* (ensino primário), procurando acabar com as salas multiseriadas. Tal reforma propiciou dobrar o número de alunos matriculados em seu governo; mas tal não era motivo para festejar, pois, em suas palavras: “Cumpro, entretanto, assinalar que, das 800 mil crianças do Estado, em idade escola, a 700.000 não se dá ainda o devido ensino”⁶³.

Assim, pela autocrítica acima, pelos seus discursos e campanhas que fazia em prol da educação, sua postura e meta parecia ser a universalização do ensino primário. Aliado ao tema econômico, junto aos congressos das municipalidades, a educação era um dos pontos centrais, conclamando os municípios a esta causa, reclamava que eram poucos os recursos nela investidos. Com a Instrução Pública os municípios só despendiam 6,90% da receita, com o funcionalismo, 21,24%, e com a dívida, 13,67⁶⁴.

⁶² Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro, 1908. p. 53. APM – Mensagens dos Presidentes 15/06/1908, microfilme (rolo 2). Mensagem dirigida pelo presidente do Estado de Minas Geraes, Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1908, p. 53.

⁶³ Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro. (15/06/1908), p. 40. A mesma preocupação já havia dito na Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro.

⁶⁴ Primeira Mensagem ao Congresso Mineiro, 1907, p. 38.

A educação deveria ser base para o trabalho, desde as séries iniciais, conjugada com o primário, o ensino agrícola. A partir daí, em todos os níveis, secundário e superior, a parceria entre educação para o trabalho e instrução formal (e também de maneira independente desta, ou em paralelo, com práticas extensionistas) deveria prosseguir. Por exemplo, diz ele:

Ensino Secundário – Ao lado da instrução primaria remodelada e de modo a corresponder-lhe, cumpre reformar a instrução secundaria, de sorte que, na luta pela vida, satisfaça ás novas necessidades sóciaes, e, na agricultura, na industria, no commercio, abra indefinido horizonte ao trabalho intelligente, esclarecido pelos princípios da sciencia e pelos preceitos da arte ⁶⁵.

Esta educação para o trabalho estava ligada ao problema anteriormente abordado da consolidação do trabalho livre. Os novos ensinamentos, enfim a educação, serviriam para “retirar-lhes dos olhos os antigos instrumentos de trabalho aviltados pela escravidão (...) razão da pobreza dos homens livres de agora”. Lá aprenderiam o uso de novas técnicas e novos maquinismos⁶⁶. Também para os adultos haveria possibilidades de aprendizagem, nas Fazendas Modelos (muito difundidas em seu governo), que serviriam ao mesmo tempo de escolas e campos de demonstração e experimentação.

Os recursos públicos deveriam ser concentrados nos níveis iniciais do processo educacional e, posteriormente aos demais. Propõe que os melhores de cada nível tenham acesso e estímulo para prosseguir, inclusive recursos públicos (bolsas), até o superior, no Brasil e no Exterior, sempre priorizando a formação técnica e para o trabalho. Além deste ponto, chama a atenção o processo de seleção, onde os mais capazes deviam prosseguir seus estudos; a ascensão se daria tendo como base a meritocracia, esse era um valor caro para João Pinheiro, que lhe acompanha desde os tempos da juventude.

O Papel do Estado e da Iniciativa Privada

Neste quesito, há uma mistura de ideologia (*capitalista*) e pragmatismo na posição de João Pinheiro. A visão capitalista (de um *capitalismo em construção*) se expressa na busca do incentivo e primazia das iniciativas particulares, o despertar de consciência e de ação da classe produtora, da qual João Pinheiro se fazia porta voz. Uma segunda visão se sustenta nas necessidades do Estado, que sem desenvolvimento econômico não conseguiria fazer face às necessidades que lhe apresentava.

⁶⁵ *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*. (15/06/1908), p. 40.

⁶⁶ *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*. (15/06/1908), p. 40.

A idéia das funções governamentais frente à iniciativa privada pode ser assim enunciada: “Ha nellas, é certo, a acção do Governo, mas acção **em busca das iniciativas particulares**, animando-as, fazendo-as convergir, premiando-as” (grifos nossos)⁶⁷.

A mesma concepção, despertar o interesse da iniciativa particular, foi reiterada no mesmo ano de 1908, na *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*, onde explicita sua orientação geral de Governo:

Em todas as reformas iniciadas, tem sido pensamento dominante – a **intervenção minima e efficaz por parte do governo e a solicitação maxima e energica da iniciativa particular**; o esclarecimento da acção concreta pela própria prática dos actos ou medidas aconselhadas, conjugando-se o incitamento, que desperta a atenção, e o exemplo que arrasta as determinações. **Enquanto as iniciativas particulares não convergirem para a solução completa do problema, enquanto o não tomarem generalizadamente**, não se realizará o beneficio social pratico, que é o que se espera e que deve ser conseguido (grifos nossos)⁶⁸.

Era favorável à participação dos produtores e empresários na política, esse era seu chamamento. Mas as intervenções públicas deveriam ser na linha na emancipação do produtor, emancipação dos comerciantes (em relação aos atravessadores nacionais e estrangeiros), dos métodos tradicionais e arcaicos. O fim da tutela se daria pela organização dos produtores, nisto o Estado deveria atuar e estimular, pois é “um negócio que é deles”⁶⁹.

Soluções fáceis não existiam, descartava aumentos de impostos, pois acreditava que eles já eram altos e seu aumento prejudicaria a economia e, por conseguinte, o próprio Tesouro. Reduções de despesas e investimentos (apesar de suas iniciativas de racionalização dos gastos e gestão pública) seriam muito difíceis. As despesas com pessoal não seriam comprimíveis dada à baixa remuneração do servidor e da necessidade de aumento de seu quadro, principalmente para segurança e educação. Os investimentos em obras públicas, especialmente viárias, eram necessários e deveriam aumentar, assim como crescentes funções estatais, como a justiça. Como resolver esta questão? Embora o exercício de 1908 projetasse um déficit, isto não era uma estratégia deliberada, ele seria coberto com empréstimos, honrados pelo Estado, e o equilíbrio aparentemente era um valor importante a ser perseguido. Assim as finanças públicas passam a se relacionar cada vez mais com o estado geral da

⁶⁷ Discurso pronunciado no jantar oferecido aos criadores que concorreram à *Exposição de Animais*, em Belo Horizonte, a 28/2/1908. *Minas Geraes*, n. 53. Belo Horizonte, 29 de fevereiro de 1908. Caixa 31, caderno n.3, doc n. 67, página 58.

⁶⁸ *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1908, p. 5.

⁶⁹ Maior produção de cereais. Editorial do *Minas Geraes* (12/01/1908). Atribuído a João Pinheiro. BARBOSA, Francisco de Assis (org). *Idéias Políticas de João Pinheiro*: cronologias. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa (MEC), 1980, p. 331 e 333.

economia. Aquelas só poderiam melhorar de maneira sustentável com base no aumento do fato gerador, ou seja, crescimento e desenvolvimento econômico.

Para ele, este era um problema fundamental: “É preciso não perder de vista que o **problema capital para o Estado** de Minas, que a questão premente, que lhe pode resolver a crise de penúria particular e de deficiência das rendas públicas **é o problema da produção**” (grifos nossos) ⁷⁰.

Assim fecha-se a equação, une-se sua visão de empresário, com a preocupação da produção (e produtividade), e a de estadista, com o adequado funcionamento do Estado (finanças e eficiência). Mas a iniciativa caberia às *classes produtoras* (e estas estimuladas pelo governo), pois somente o despertar da iniciativa privada poderia levar ao progresso.

As ações de João Pinheiro são neste sentido, consolidação da ordem burguesa, capitalista, da busca pelo desenvolvimento econômico. Para que este acontecesse, caberia ao Estado contribuir com políticas públicas de justiça, segurança, infra-estrutura e protecionismo, ao mesmo tempo em que estimulasse às iniciativas privadas. A estas (classes produtoras), caberia assumir o seu papel de liderança, inclusive, participando da política partidária (o jogo político formal, embora ele o criticasse), contribuindo para seu aprimoramento, com sua racionalidade de eficiência e busca por resultados. João Pinheiro colocava-se como representante destas idéias e desta classe, ou seja, da implantação da nova ordem, republicana e capitalista.

Considerações finais

Antes das conclusões propriamente ditas, fazem-se algumas considerações finais sobre o aspecto político.

Em uma entrevista ao jornal *Imprensa*, João Pinheiro garante que não é candidato⁷¹ a Presidência da República, apesar de biógrafos e trabalhos sobre ele insistirem que seria o próximo presidente:

não fui nunca, não sou e não serei absolutamente candidato a coisa alguma. (...) Tenho duas aspirações: guardar illesos os meus princípios e servir à minha terra.

⁷⁰ *Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro*, 1908, p. 7.

⁷¹ Claro que é possível se tratar de um artifício político eleitoral; sair dos holofotes para poder trabalhar pela candidatura. Mas o histórico de afastamento da política e a condição especial de sua eleição em Minas parecem reforçar a idéia da não candidatura.

Desejo voltar para Caeté, (...) lá, na minha cerâmica, é que está a minha presidência da República e o domínio dos meus (...) ⁷².

Aqui também, o que é reiterado em outras partes deste trabalho, há consciência da excepcionalidade ⁷³ de sua eleição para Presidente de Minas, pois foi ponto de equilíbrio entre diversas forças em disputa pelo poder em Minas. Sua condição de *Tertius* lhe assegurava maior autonomia e permitia seguir seu plano de governo (de certa forma concebida e/ou aprimorada durante o Congresso Agrícola de 1903), e sua auto-identificação como alguém fora da política tradicional e representante direto das classes produtoras.

Por outro lado, nesta mesma entrevista o jornalista o apresenta como alguém que resgata as causas republicanas históricas, do tempo dos propagandistas:

A segura orientação dessas idéias, algumas das quaes chocaram pela audaciosa inovação nos inertes programmas de administração a que a política nos habituara, e que impressionaram tanto mais a opinião quanto exprimiam um conjuncto das promessas, quasi esquecidas, do regime republicano (...). ⁷⁴

Caminhando para conclusão, retoma-se ao título e indagação principal deste artigo, seria João Pinheiro um *desenvolvimentista* nos primórdios da República? Pelo acima exposto, sim, poderia, mas não um *desenvolvimentista* precoce nos termos do conceito teórico ⁷⁵ e da prática firmada em meados do século XX. Mas um desenvolvimentista de seu tempo, como se dizia, da ordem e do progresso.

Alguns até sugerem a inversão, mais do progresso do que da ordem. Para ele, as duas andavam juntas, inseparáveis. Defendia a nova ordem, não só republicana, mas uma nova ordem econômica, a consolidação da transição do trabalho escravo para o livre, a afirmação da burguesia e do capitalismo, mas sem sobressaltos, sem jacobinismos ou desrespeito a ordem democrática. Essa era uma questão cara a ele, e foi um dos focos de seu “afastamento” da política (época de Floriano Peixoto). No discurso da transmissão (recepção do cargo de Presidente de Minas) destacava qual seria sua prática política (que seria criticada, pois contrária a usual manipulação dos resultados das urnas e das votações em favor dos correligionários). Anunciando que começaria a execução de seu plano de governo, apontou:

⁷² Entrevista jornal *A Imprensa*, (*Minas Geraes*, de 23/01/1908, p.4).

⁷³ *Ao Povo Mineiro, Manifesto-programa. Minas Geraes*, ano XV, n. 37, 12-13/02/1906.

⁷⁴ *Jornal A Imprensa (Minas Geraes*, de 23/01/1908, p.4).

⁷⁵ O que exigiria uma maior reflexão do conceito e sua historicidade, principalmente com suas relações com o PSI (industrialização por substituição de importações), bem como no papel do Estado na economia e suas relações com a iniciativa privada (o que se complica em função das etapas distintas do processo de industrialização). Tais questões, tomando como base os levantamentos aqui realizados, poderão ser discutidas em trabalhos futuros. Por ora concentrou-se em apresentar a visão de João Pinheiro, com base nas fontes.

“que devo declarar que começarei pela prática da mais essencial de todas as liberdades que é a liberdade das urnas.” Continuava ele “Ter medo da liberdade política, num regime republicano, constitui uma afirmação monstruosa e absurda”⁷⁶.

Artigo recebido em 19/12/2008 e aprovado em 28/02/2009.

⁷⁶ *Minas e a Federação*. Discurso almoço no Palácio da Liberdade em 8/9/1906. *O Puritano* (16/09/1906), n. 28, Anno III, p. 2. APM – caixa 32, caderno n. 1, p. 58/ n. 79, ano 1906.

A presença de japonesas e japoneses imigrantes nas imagens do álbum do 10º aniversário da colônia de Bastos – São Paulo (1938)

Daniel Choma

Mestrando em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC)

Especialista em Fotografia: práxis e discurso fotográfico (UEL)

Graduado em Comunicação Social (UEL)

danielchoma@yahoo.com.br

Resumo

O artigo traz uma análise do álbum produzido pelo fotógrafo Suejiro Yasunaka e publicado em 1938, em comemoração pelo 10º aniversário da “Fazenda Bastos”, SP. Este fotógrafo japonês percorreu a região, a cavalo, portando pesado material fotográfico, registrando o trabalho de dezenas de famílias recém chegadas ao Brasil. Com o patrocínio dos estabelecimentos comerciais e dos trabalhadores e trabalhadoras locais, produziu e organizou um álbum de 214 páginas, impresso em gráfica. Busca-se detectar o modo como homens e mulheres surgem nas centenas de fotografias para discutir os papéis sociais afirmados à época por mulheres e homens situados em um contexto específico de imigração recente. Tangenciando uma discussão sobre a fotografia como fonte histórica, verifica-se a potencialidade do álbum comemorativo em trazer à luz relações de gênero. Situando os possíveis objetivos da Sociedade Colonizadora do Brasil, do fotógrafo, das famílias e dos comerciantes da colônia, busca-se levar em conta a função social do material.

Palavras-chave: imigração japonesa, fotografia, gênero.

Abstract

The article raises an analysis of the album produced by the photographer Suejiro Yasunaka and publicized in 1938, to celebrate the 10th birthday of the “Bastos Farm”, at São Paulo state. This Japanese photographer traveled all around this region, on horseback, carrying a heavy photograph staff, registering the work of many families which had just arrived in Brasil. With the sponsorship of the business and local workers, S. Yasunaka has produced and organized a 214 pages album, graphic printed. We try to search the way how men and women appear inside these hundreds of photos intending to discuss the social parts affirmed at these times by women and men inside a specific context wich is the recent immigration. Walking around a discussion about the photograph as historic document, we can verify a potential of this celebration album to bring gendered relationships. Locating possible aims from the Brazilian Colonization Society, from the photographer, from the families and from the colony business men, we try to consider the social function of the photograph material produced.

Keywords: Japanese migration, photography, gender

Introdução

O migrante parte de seu território, pedaço querido de que tem que se desgarrar e vai deixando pelo caminho fragmentos de sua vida, de sua experiência anterior. Na poeira da estrada que percorre, vai deixando detritos de sua alma, de sua cultura, de sua memória. O eu deste ser nômade começa a se despedaçar; o longo período que havia levado para construir este eu já surge em sua memória como reminiscências. Reminiscências feitas de breves iluminações, de fragmentos deste passado, com as quais ele tenta remontar o roteiro de sua vida, de sua memória.¹

Das reminiscências de um fotógrafo imigrante. Das iluminações que sensibilizaram saís de prata, homens e mulheres. De um álbum conservado durante 70 anos, fragmento de um passado ainda presente. Com estes elementos, busco uma alquimia que permita revelar as representações de gênero em uma comunidade japonesa imigrante recém estabelecida no Brasil, e a partir do conjunto de fotografias de Suejiro Yasunaka constantes no “Álbum Comemorativo do 10º Aniversário da Colonia Bastos”², refletir sobre o uso da fotografia como fonte histórica.

Tudo indica que a análise de qualquer fotografia não pode deixar de considerar as construções operadas nas práticas de três atores: o fotógrafo (*operator*), o fotografado (*spectrum*) e o espectador (*spectator*)³. Na perspectiva do *operator*, neste artigo traço um breve perfil das trajetórias de Suejiro Yasunaka como fotógrafo imigrante japonês entre os anos de 1928 e 1938, quando realiza a publicação do “Álbum Comemorativo do 10º Aniversário da colônia de Bastos, SP”. O trabalho empreendido por ele também permite pensar relações entre a aventura migrante e a aventura fotográfica.

Na perspectiva analítica do *spectrum*, verifico, dentro de um grupo de 773 imagens, a presença de gênero, o contexto e o modo como homens e mulheres aparecem representados nas fotografias. Empreendo uma análise quantitativa deste conjunto de fotografias, identificando paralelos com as representações de gênero entre imigrantes japoneses traçadas por Célia Sakurai em “O Romanceiro da Imigração Japonesa”⁴.

¹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica*. In: História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007. p.247.

² YASUNAKA, Suejiro. *Álbum Comemorativo do 10º aniversário da colônia Bastos*. Acervo pessoal de Yutaka Yasunaka. São Paulo: Sociedade Colonizadora do Brasil, 1938.

³ Estas seriam as três práticas humanas possíveis em torno da Fotografia, conforme Roland Barthes expôs em “A Câmara Clara. Notas sobre a fotografia”. BARTHES, Roland. *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia*. Tradução de Júlio Castañon Guimarães – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

⁴ SAKURAI, Célia. *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1993 – (Série Imigração; v. 4)

Adiante, destaco duas páginas do álbum para reflexão acerca de sua composição visual e mergulho em fotos específicas. Como único espectador (*spectator*) das imagens ouvido neste artigo, exponho esta condição, ao discutir o caráter polissêmico da fonte imagética e possibilidades de extensão deste trabalho na interação com imigrantes japoneses no Brasil da atualidade, para que outras vozes atuem sobre a leitura do documento. Organizado por Suejiro Yasunaka e patrocinado pela Sociedade Colonizadora do Brasil e pelas famílias de imigrantes da própria colônia de Bastos, SP, este impresso de 214 páginas nos permite múltiplas leituras, abrindo pesquisas para as áreas de migração, gênero, fotografia, família, moda e política.

Fotografia, aventura migrante

Suejiro Yasunaka iniciou sua relação com a fotografia na década de 1920, na cidade de Sapporo - Ilha de Hokkaido, Japão. Sua incursão nos conhecimentos desta arte e ciência se deu no convívio diário com Abe Gueitiro, na casa de quem residiu por quatro anos, prestando pequenos serviços domésticos em troca do aprendizado do ofício de fotógrafo. No último ano de sua formação, vê seu mestre falecer, deixando mulher e filhos órfãos. Em consideração e gratidão, Suejiro assume os trabalhos de Gueitiro e o sustento da família. Após ensinar ao menino mais velho o ofício do pai que partiu, monta um estúdio e laboratório fotográfico próprio na mesma cidade. Mas logo percebe que, por sua maior experiência e contato com a comunidade, seu negócio acabava por roubar os clientes do foto da família Gueitiro, fazendo-o desejar a mudança para outra cidade.



À esquerda, Abe Gueitiro; ao centro, Suejiro Yasunaka; à direita, o Photo Yasunaka no Japão, década de 1920. Fonte: Reprodução do acervo de Yutaka Yasunaka em Londrina, PR-2006.

Em 1928 já estava casado com Shizu e tinha um filho com um ano de idade, Yutaka. Segundo o próprio Yutaka me relataria setenta e oito anos depois, a propaganda de estímulo à migração para o Brasil atraiu seus pais, que então empreenderam a viagem, cruzando os mares entre os portos de Kobe e Santos a bordo de um navio e fixando-se em Registro-SP. O pretexto era de que viriam para trabalhar nas lavouras de café por no mínimo dois anos, pois esta era uma das principais condições para se obter a permissão (e o incentivo) para emigrar do Japão para cá ⁵. A família cumpria os critérios de migrar em grupo, mas não pretendia o trabalho na terra. Tanto que seis meses após a chegada ao Brasil, Suejiro já havia se estabelecido como o fotógrafo da colônia de Registro, fundando em 1930, ele e sua família, o Photo Yasunaka.

⁵ No acordo entre os dois países, o Brasil pagava as passagens de terceira classe em navios e as despesas da viagem eram custeadas pelo fazendeiro, que depois as descontavam do pagamento aos trabalhadores. Mais em SAKURAI, Célia. *Imigração Japonesa no Brasil: um exemplo de migração tutelada*. In: FAUSTO, Boris (org). *Fazer a América*. São Paulo: Eduscsp, 1999. p 201-239. Conto ainda com uma abordagem na perspectiva das teorias migratórias, ver ASSIS, Gláucia de Oliveira; SASAKI, Elisa Massae. *Teorias das migrações internacionais*. Gt de Migração. Caxambu, MG, ABEP: 2000.



Shizu e Yutaka, esposa e filho de Suejiro, em frente ao comércio da família. Registro, SP, entre 1930 e 1933.
Fonte: Reprodução do acervo de Yutaka Yasunaka em Londrina, PR-2006.

Na colônia em Iguape-Sp, no núcleo de Registro, iniciou trabalho fotográfico que se repetiria na colônia de Bastos-Sp. Além dos serviços de estúdio e registro de eventos, a **produção de álbuns comemorativos** - cuja narrativa de memória tem em si a aura da aventura. A cavalo, portando pesado equipamento fotográfico – a câmera e o tripé eram de madeira maciça e os negativos, chapas de vidro – Suejiro percorreu as trilhas das duas colônias, oferecendo de casa em casa seu serviço de fotógrafo. O trabalho realizado por ele entre 1929 e 1938 resultaria na publicação de um álbum em comemoração pelos 20 anos da colônia de Iguape, e outro em comemoração pelos 10 anos da Fazenda Bastos, material que analiso neste artigo.



Suejiro Yasunaka nas trilhas da colônia imigrante ⁶. Registro, SP, década de 1930. Fonte: Reprodução do acervo de Yutaka Yasunaka em Londrina, PR-2006.

Fontes abertas

Tanto o álbum de Registro-SP (publicado em 1933), como o realizado em Bastos-SP (publicado em 1938), demandaram cada um cerca de três anos de empenho por parte de

⁶ Eis uma foto que me olha e, ondulante, leva meu olhar ao horizonte. Etienne Samain traz um escrito que sintetiza meu sentimento com esta fotografia “Para Barthes, a fotografia é essencialmente uma ‘fuga’ e a ocasião de uma ‘aventura’ que somente se tornam possíveis, quando a fotografia induz a pensar e torna-se ‘pensativa’, quando, ondulante, ondulosa como as ondas do mar, leva nela nosso pensamento e nosso imaginário. O princípio de aventura me permite fazer a fotografia existir”. SAMAIN, Etienne. *Um retorno à Câmara Clara: Roland Barthes e a Antropologia Visual*. In: SAMAIN, Etienne (org.). O fotográfico. São Paulo: Hucitec/Senac, 2005. p. 88. Não seria também o princípio de aventura que impulsiona o homem a emigrar? Sinto que a atmosfera da aventura perpassa as artes da fotografia e da migração. Afinal, fotógrafos, aventureiros e migrantes - ambos confiam em sua própria força e sorte no jogo com o acaso. “Na aventura (...) apostamos tudo justamente na chance flutuante, no destino e no que é impreciso, derrubamos a ponte atrás de nós, adentramos o nevoeiro, como se o caminho devesse nos conduzir sob quaisquer circunstâncias”. SIMMEL, Georg. *A aventura*. In: SOUZA, Jessé e OËLZE, Berthold. (orgs.) Simmel e a modernidade. Brasília: UnB, 1998. p. 176. Vejo essa atitude no olhar de Suejiro. Ver também SIMMEL, Georg. *O estrangeiro*. In: MORAES FILHO, Evaristo. Simmel. São Paulo: Ática, 1983. Coleção Os grandes cientistas sociais.

Suejiro. Foi o filho Yutaka quem guardou as duas grandes obras produzidas pelo pai e que me permitiu, em 2005, conhecer os materiais. Neste artigo, que escrevo no ano de 2008, me debruçarei sobre as fotografias do “Álbum Comemorativo dos 10 anos da Fazenda Bastos”. O propósito inicial de abordar o álbum produzido em Iguape, me foi impossibilitado dada a razão do material ter sido cedido a organizadores das comemorações dos cem anos da imigração japonesa, estando indisponível para consulta.

Destaco a importância de narrar a trajetória de Suejiro a partir das memórias de seu filho, Yutaka. Qualquer análise histórica deste álbum seria prejudicada sem o conhecimento dos motivos que levaram a sua produção, bem como a ação humana de construção em torno do objeto. Infelizmente não pude conversar com o próprio Suejiro, o que permitiria cartografar com maior precisão a história do documento. Ao trazer uma rica análise sobre o uso de fotografias antigas como fonte para a pesquisa histórica, Boris Kossoy nos aponta que “entre o referente e a representação existe um labirinto cujo mapa se perdeu no passado: desapareceu com o próprio desaparecimento físico do fotógrafo, o criador da representação”⁷.

Da materialidade do objeto, posso constatar que o álbum tem 214 páginas e foi impresso em gráfica, sendo monocor (em preto e branco), tendo as páginas internas compostas por papel de seda liso e a capa dura com encadernação costurada. Sugerindo uma navegação ao modo japonês, a leitura do álbum se inicia pelo verso, ou seja, pela contracapa. O título da capa “Álbum comemorativo dos 10 anos da Fazenda Bastos” aparece em português, impresso em relevo dourado, conforme demonstram as imagens a seguir.

⁷ KOSSOY, Boris. *Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia*. In: SAMAIN, Etienne (org.). O fotográfico. São Paulo: Hucitec/Senac, 2005. p.45. Temática também discutida em KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 1999.



Detalhes da capa. Fonte: Álbum Comemorativo do 10º aniversário da colônia Bastos, produzido por Suejiro Yasunaka. São Paulo: Sociedade Colonizadora do Brasil, 1938.

As iniciais SCB - Sociedade Colonizadora do Brasil – aparecem impressas no canto superior esquerdo, também com relevo dourado. Mas segundo Yutaka Yasunaka, a SCB não foi a única patrocinadora do material. Os custos da publicação foram rateados entre a SCB e a comunidade da colônia de Bastos, que queria se ver representada no álbum comemorativo.

Podemos destacar ao menos três personagens envolvidos e interessados diretamente na produção do álbum: a SCB, a comunidade de colônia de Bastos-Sp e o próprio fotógrafo. Tinham, portanto, expectativas quanto ao resultado do mesmo. O material comemorativo firmaria representações para a posteridade. Famílias, comerciantes, indivíduos, posaram para Suejiro Yasunaka buscando inscrever, em luz e sombra, a imagem que gostariam de projetar de si mesmos para os outros.

A narrativa construída por Suejiro através de fotografias e legendas constitui uma fonte aberta a múltiplos discursos em seu entorno. As luzes que lancei sobre ela, buscam formar imagens em torno de aspectos da imigração japonesa no Brasil, enfocando as representações de gênero nas fotografias do álbum. Sobre este álbum muitas outras pesquisas podem se realizar, cabendo ao pesquisador definir o recorte. De acordo com Miriam Moreira Leite, “não é a imagem, mas o leitor quem realiza a decomposição e a integração da problemática da proposição visual, de acordo com seus critérios referenciais e intertextuais”.⁸

Centrarei minha análise nas imagens constantes entre as páginas 21 e 213, quando se iniciam as fotos da colônia japonesa em Bastos, SP. Analisarei a organização das imagens no álbum e em que contextos homens e mulheres aparecem representados nestas fotografias.

⁸ LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família: imagem paradigmática no passado e no presente*. SAMAIN, Etienne (org.). O fotográfico. São Paulo: Hucitec/Senac, 2005. p.63. Mais a respeito em LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família: Leitura da fotografia histórica*. São Paulo: Edusp, 2000.

Excluirei as vistas gerais de ruas e plantações, tomando apenas os retratos como objeto de análise por neles estarem, homens e mulheres, em primeiro plano.

Lugares e artigos definidos

Após uma fotografia panorâmica da Vila Bastos, um mapa situando geograficamente a colônia e registros das principais estruturas da região (a estação ferroviária de Rancharia, a estrada entre Rancharia e Bastos, o auto ônibus, escola, delegacia), cada página passa a apresentar um estabelecimento comercial ou uma família em especial, havendo em média entre três e seis fotos em cada página. Sobre essas imagens realizei um trabalho de quantificação da presença de gênero, organizando em temas de acordo com o contexto e ambiente.

No decorrer do trabalho, localizei sete categorias temáticas, definidas de acordo com os contextos predominantes das imagens, sendo elas: **retratos de família; lavoura; retrato-destaque; comércio; rua e lazer; fabril; serviço público.** Em **comércio** foram incluídas as fotos de hotéis, postos de gasolina, feira de verduras, armazéns; em **rua e lazer**, eventos, encontros promovidos por associações, reunião de jovens, esporte, dança, festa esportiva, piscina, cinema; **fabril** inclui indústrias, fábricas, máquinas de beneficiamento, serraria, alfaiataria; **serviços públicos** incluem o Instituto Agrônômico, escolas, hospitais, delegacia e a sociedade cooperativa de Bastos.



Miniaturas de páginas do álbum. Fotos: Suejiro Yasunaka. Fonte: Álbum Comemorativo do 10º aniversário da colônia Bastos, SP – 1938.

Entre as 773 imagens analisadas no álbum, em 612 temos a presença tanto de homens como de mulheres, destacando-se as fotografias de família e as realizadas nas lavouras, ou durante o trabalho.

Nas outras 161 imagens, temos a presença de apenas indivíduos do mesmo sexo. Neste grupo, a figura masculina aparece em 93,2 % das imagens, presente em 150 destas. Em apenas 11 fotografias, ou seja, neste grupo, em apenas 6,8 % das ocasiões as mulheres surgem sem a companhia dos homens.

Tabela 1:
Presença de gênero e contexto nas imagens do álbum

Contexto / Ambiente	Gênero Presente		
	Homens e Mulheres	Apenas Homens	Apenas Mulheres
Retrato de Família	330	03	-
Lavoura	212	20	01
Retrato destaque	-	67	05
Comércio	28	23	02
Rua e Lazer	26	07	-
Fábrica	10	18	03
Serviço Público	06	12	-
Total de fotos	612	150	11

Fonte: contagem realizada sobre o “Álbum Comemorativo do 10º aniversário da Fazenda Bastos”, produzido pelo fotógrafo Suejiro Yasunaka. Foram incluídas neste cálculo as imagens constantes entre as páginas 21 e 213 do álbum, referentes ao trabalho e cotidiano dos colonos japoneses residentes em Bastos, SP. As páginas excluídas referem-se a políticos e personalidades de fora da comunidade imigrante.

Quando se analisa as fotos em que há a presença de apenas pessoas do mesmo gênero, em todas as categorias há mais fotografias relativas a homens do que em relação as mulheres. Nas onze fotografias em que se encontram apenas mulheres, estas surgem vinculadas a família ou ao trabalho, nos seguintes contextos: Fábrica de Seda, Hotel Central, Alfaiataria, Bar e Sorveteria Kazuo Honda, Pensão Yoshida, Lavoura e cinco em retrato-destaque, como esposas - fotos acompanhadas de retrato do marido em retrato-destaque logo ao lado.

Os dados sugerem que a mulher japonesa migrante deveria aparecer publicamente sempre vinculada a família ou ao trabalho, pois estas eram as expectativas atribuídas ao

gênero. “Pouco aparece da vontade individual, dos sonhos de cada uma. Aparece apenas a fidelidade e a dedicação à família”.⁹



“Alfaiataria”. No canto inferior esquerdo, na equipe de trabalhadores, notar os homens no centro do grupo; no canto superior direito, retrato-destaque do “Snr. Toku Matsumoto”; na foto maior, as máquinas de costura em primeiro plano e as mulheres ao fundo. Fonte: Álbum Comemorativo do 10º Aniv. da Fazenda Bastos -1938.

⁹ SAKURAI, Célia. *Romanceiro da imigração japonesa*. p. 94



Modo de composição de uma das páginas, “Hotel Central”. Foto: Suejiro Yasunaka.
Fonte: Álbum Comemorativo do 10º Aniversário da Fazenda Bastos -1938.

Em *Romanceiro da Imigração Japonesa*, Célia Sakurai realiza uma interessante análise das representações de imigrante japonês a partir de romances escritos à época dos primeiros anos da colonização. “Apesar de escritos por mulheres, os romances têm como traço característico dar pouca voz para essas personagens femininas. A família, vista pela mulher, é o ponto central da narrativa, não a mulher como indivíduo”.¹⁰

A análise do conjunto de fotografias do álbum permite visualizar com muita proximidade a afirmação de Célia Sakurai. Das 623 fotos em que as mulheres aparecem, acompanhadas ou não por homens, 330 delas (53%) se referem a fotos de família.

A figura pouco falante e sempre atarefada, às vezes até apagada da mulher, é o eixo que une o homem e os filhos. A mãe participa do trabalho na lavoura junto com o marido e filhos, cuida dos afazeres domésticos, tem inteira responsabilidade pela criação dos filhos.¹¹

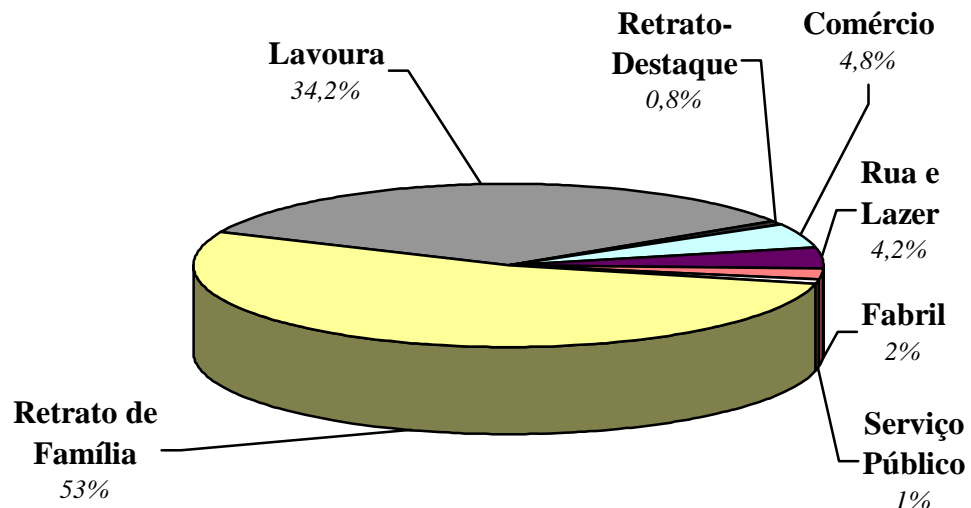
O gráfico A, “Contextos da presença feminina”, permite perceber que do total das fotos em que as mulheres aparecem, acompanhadas ou não por outros homens, é justamente

¹⁰ SAKURAI, Célia. *Romanceiro da imigração japonesa*. p.5

¹¹ SAKURAI, Célia. *Romanceiro da imigração japonesa*. p.28

entre a família e a lavoura que a mulher se “divide”. Estes seriam os dois espaços sociais em que a presença feminina poderia atuar e deixar-se representar numa fotografia, no contexto daquela comunidade japonesa imigrante do final dos anos 1930.

Gráfico I
Contextos da presença feminina*



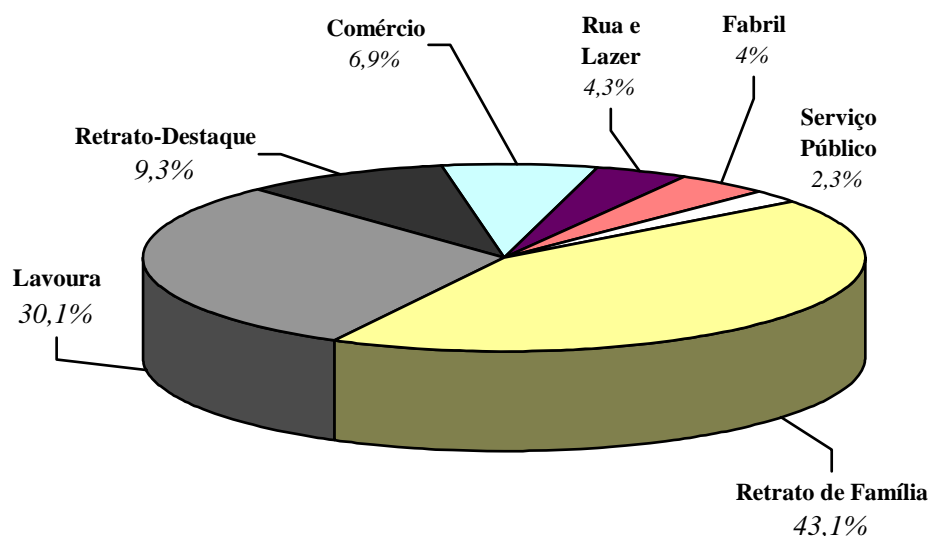
* Contextos em que as mulheres aparecem, acompanhadas ou não por homens, em um total de 623 fotografias. **Fonte:** contagem realizada sobre o “Álbum Comemorativo do 10º aniversário da Fazenda Bastos”, produzido pelo fotógrafo Suejiro Yasunaka - páginas 21 a 213.



Detalhe da página “Hotel Central”, em que a fotografia da família ocupa a posição central.
Fonte: Álbum Comemorativo do 10º Aniversário da Fazenda Bastos -1938.

A divisão entre categorias apontam uma predominância de retratos de família, seguido das imagens realizadas na lavoura. O comércio, que particularmente interessava aos imigrantes japoneses na busca pela ascensão social, aparece em seguida, mas com uma pequena participação.

Gráfico II:
Contextos mais frequentes no total das imagens



* 100% = 773 fotografias. **Fonte:** “Álbum Commemorativo do 10º aniversário da Fazenda Bastos”, produzido pelo fotógrafo Suejiro Yasunaka - páginas 21 a 213.

O fato de haverem muitas imagens em que o contexto é agricultura, explica-se mais pela necessidade do que por uma suposta “vocação” dos japoneses pelo trabalho no campo. Segundo Célia Sakurai, “pode-se afirmar que grande parte dos imigrantes japoneses voltou-se para a agricultura aqui no Brasil, dadas as circunstâncias que encontraram, não por opção. Os outros vieram ao Brasil sem nenhuma experiência anterior de trabalho agrícola”.¹²

Em 1928, quando no Brasil continuava-se a varrer sertões imaginários e o café era o principal produto de exportação, no Japão Suejiro Yasunaka já trabalhava com fotografia, uma atividade ligada principalmente ao modo de vida urbano. “A origem urbana dos

¹² SAKURAI, Célia. *Romanceiro da imigração japonesa*. p.65

imigrantes retratados nos romances, confirmada pelos dados oficiais, modifica a visão do senso comum de que os japoneses são uma etnia de agricultores”.¹³



Para tirar a foto, a família reuniu-se na lavoura. Ao fundo, área recém desmatada. Imagem constante no canto inferior esquerdo da página “Hotel Central”. Foto: Suejiro Yasunaka. Álbum Comemorativo do 10º Aniversário da Fazenda Bastos - 1938.

Não é difícil imaginar a dificuldade enfrentada por jovens da classe média urbana japonesa no contato com as condições de trabalho e higiene nos “sertões” brasileiros que ajudavam a desmatar. Em 1938, enquanto o Japão se cercava de educação, indústrias, nacionalismo e militarização crescente, era a mata, a roça e a onça quem rondavam seus imigrantes em terras brasileiras. Vale lembrar que a região sudeste do Estado de São Paulo, onde se situa Bastos, é uma região cercada de Mata Atlântica, ecossistema exuberante que abriga metade da biodiversidade de fauna e flora do planeta.

A imagem do *corte* talvez seja a que melhor representa a experiência de cruzamento das fronteiras e contato com o novo meio, principalmente para a primeira geração de imigrantes. Corte abrupto, no instante decisivo, como o movimento do obturador da câmera fotográfica que guilhotina o tempo e o espaço, transformando-os em memória – realidade à qual não se pode retornar e que só existe nela mesma.

A imigração representa um profundo corte, com vários desdobramentos no plano material e no plano do imaginário. O corte não é sinônimo de apagamento de uma fase passada, na vida individual, familiar ou de grupo, integrando-se pelo contrário ao presente, com muita força.¹⁴

Entre o ato migratório e o ato fotográfico, entre estes dois modos de aventura e de exercício de alteridade, uma atitude de ruptura é exigida em comum. “Para o fotógrafo, há

¹³ SAKURAI, Célia. *Romanceiro da imigração japonesa*. p.65

¹⁴ FAUSTO, Boris. *Imigração: cortes e continuidades*. In: Schwarcz, Lilian M. (org.). *A história da vida privada no Brasil. Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, volume 4. p. 14

apenas uma opção a fazer, opção única, global e que é irremediável. Pois uma vez dado o golpe (o corte), tudo está dito, inscrito, fixado”.¹⁵ Uma vez cruzada a fronteira, está feito o gesto radical, uma barreira se quebra.

Ao imigrante, ar, água, céu e terra, tudo lhe é estranho. Em carne viva sente, no contato direto com a diferença, o novo ambiente que envolve e abarca seus sentidos. Seu valores culturais “oscilam entre o passado que deixou para trás, que está sendo reconstruído no prédio da memória, e o presente que o invade pelos olhos, ouvidos, boca, pele e nervos.”¹⁶

Pode-se dizer que os imigrantes japoneses aceitaram o desafio de escrever uma nova história em país distante, apesar de todas as dificuldades. A base de valores que trouxeram do outro lado do mundo - a resignação como sinal de virtude e a educação como principal investimento familiar – contribuiu para a mobilidade social em terras brasileiras.

O confucionismo, no qual este princípio é baseado, ensina que o homem deve ir em busca da harmonia (wa), entendida como a harmonia entre homem e universo. A aceitação daquilo que o destino coloca nas mãos do indivíduo é uma das virtudes que conduz o homem à harmonia. Supõe que ‘cada um deve conhecer o seu lugar’ no universo.¹⁷

As fotos do álbum sugerem que as mulheres japonesas imigrantes de fato *conheciam o seu lugar*, e este era propriamente o lugar da família, ao lado do marido e dos filhos, ou no trabalho. De qualquer modo, sempre discretas, fora de evidência, silenciosas.

¹⁵ DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Tradução Marina Appenzeller – Campinas, SP: Papirus, 1994. p. 161.

¹⁶ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica*. p. 248.

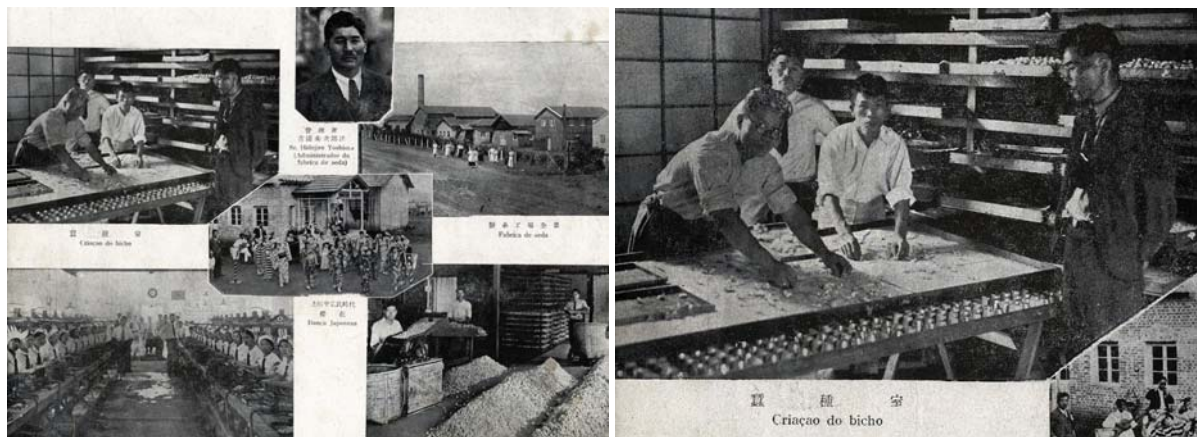
¹⁷ SAKURAI, Célia. *Romanceiro da imigração japonesa*. p. 52



Mulheres funcionárias da fábrica de seda. Foto: Suejiro Yasunaka. Fonte: Álbum Comemorativo do 10º Aniversário da Fazenda Bastos. Bastos, SP - 1938.

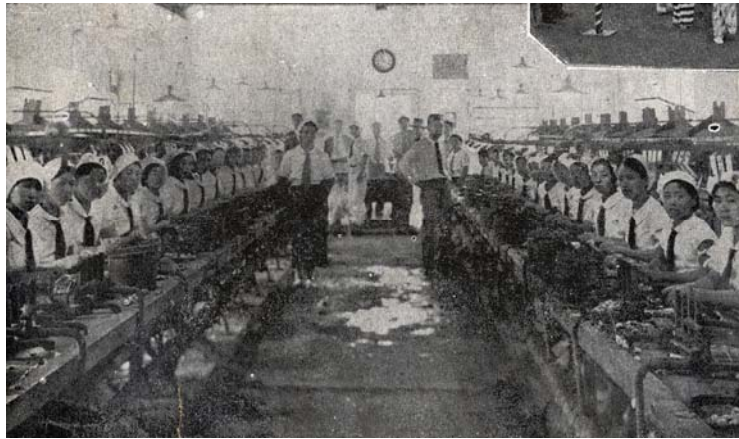
Em uma das apenas 11 imagens em que estão presentes somente mulheres (de um universo total de 773 fotografias), e que tem por legenda “Fabrica de seda”, as mulheres aparecem ao longe, pequenas, o que impossibilita até mesmo a diferenciação de seus rostos. Trata-se mais de uma vista geral da fábrica de seda, que de um retrato das mulheres trabalhadoras da fábrica de seda. Percebe-se que o fotógrafo não se aproximou delas para realizar a tomada.

Em outra imagem da mesma página, à esquerda, intitulada “Criação do bicho”, os homens trabalhadores aparecem nitidamente, num plano muito mais próximo, possibilitando identificar os atores e detalhes da atividade.



À esquerda, página completa; à direita, detalhe da página, com a legenda “Criação do bicho”. Fonte: Álbum Comemorativo do 10º Aniversário da Fazenda Bastos. Bastos, SP - 1938.

Na página inteira, se visualizam seis imagens. Uma foto-destaque do administrador da fábrica de seda, “Sr.Hidejiro Yoshiura”, no centro e no alto, é acompanhada de quatro fotos do processo de produção da seda. Ao centro, uma inusitada foto a que se segue a legenda “Dança Japonesa”, o único registro do álbum com essa temática. A foto do canto esquerdo inferior também merece destaque. A imagem, construída com simetria, traz um conjunto de mulheres que, alinhadas em paralelo, formam uma perspectiva que conduz o olhar ao conjunto de homens que está ao centro. Mulheres ao lado, homens ao centro, e o relógio acima de todos.



“Fábrica de Seda”. Como se vê, as japonesas imigrantes não trabalhavam apenas na casa e na lavoura. Foto: Suejiro Yasunaka
Fonte: Álbum Comemorativo do 10º aniv. da Faz. Bastos - 1938.

Outra imagem que me sugere “o lugar” social destinado às mulheres japonesas na década de 1930 numa colônia de imigrantes, é a foto que aparece no canto superior direito da página do “Hotel Central. Uma das tais onze imagens em que estão presentes somente mulheres.



A presença feminina na intimidade da casa.”Hotel Central”. Foto:
Suejiro Yasunaka. Fonte: Álbum Comemorativo do 10º aniversário
da Colônia Bastos - 1938.

Na foto as mulheres aparecem, por acaso, no fundo do corredor, de onde uma forte luz é refletida. Elas olham para as lentes do fotógrafo, intrigadas, talvez para ver o que afinal fazia aquele homem com aquela câmera. Elas bem sabiam que ele não estava ali a fotografá-las, mas a fotografar as instalações do hotel. Silenciosas e reservadas, presentes na intimidade de um corredor que leva aos quartos da casa, trabalhando nos bastidores da família: eis os “lugares” determinados àquelas mulheres e que elas conheciam tão bem.

Os objetos orientais que compõem o cenário e que podem ser identificados - um abajur e uma cerâmica com o formato de um pequeno elefante – nos fazem retomar a idéia da migração como corte, trabalhada com primor por Boris Fausto:

Já assentado no Brasil, o imigrante busca amenizar o corte materializando, de várias formas, a lembrança da terra que deixou. Desse modo, o arranjo de sua casa tem características próprias, evidenciadas nos chamados objetos biográficos. Um retrato emoldurado de toda a família, tirado geralmente pouco antes da partida, uma imagem religiosa, baixelas, tapetes, uma caixa de madrepérola, ou simples talheres, são expostos como fragmentos de um mundo a que se desja voltar mas que se

suspeita jamais ser possível rever ou, talvez pior, ao revê-lo, não mais reconhecer seus traços originais.¹⁸

Considerações Finais

A análise do “Álbum Comemorativo do 10º aniversário da Colônia Bastos” permite lançar questões sobre representações de gênero e de imigrante na colônia japonesa de Bastos na década de 1930. Como toda fonte imagética, trata-se de uma fonte em aberto, a partir da qual múltiplos olhares e recortes perceberão novas informações a respeito da comunidade recém chegada ao Brasil.

Estas fotografias conservam os vestígios de um passado humano irreversível, que não se repetirá jamais. Homens e mulheres passando por espaços, pelo tempo, pela vida, e que ainda hoje nos espreitam do fundo das imagens, a nos lembrar da fluidez de todas as coisas.

A vida, no entanto, continua e a fotografia segue preservando aquele fragmento congelado da realidade. Os personagens retratados envelhecem e morrem, os cenários se modificam, se transfiguram e também desaparecem. O mesmo ocorre com os autores-fotógrafos e seus equipamentos. De todo o processo, somente a fotografia sobrevive, algumas vezes em seus artefatos originais, outras vezes apenas o registro visual reproduzido.¹⁹

A preservação deste álbum após 70 anos de sua publicação é um ato louvável da parte de Yutaka Yasunaka. O material carece de um trabalho aprofundado de restauro e pesquisa: tradução de textos em japonês, análise de discursos, digitalização das páginas e tratamento das imagens - pois apesar de sua duração o material é frágil, a capa está cedendo, páginas estão rasgadas e amareladas. Localizar as fotografias originais, em negativo ou ampliadas em papel, também seria um grande avanço para a preservação deste patrimônio da história da imigração japonesa no Brasil, as fotos de Suejiro Yasunaka.

Não se pode deixar de considerar que Suejiro Yasunaka era um homem do seu tempo, portanto sua postura enquanto fotógrafo também esteve determinada pelos atributos de gênero da época. As múltiplas escolhas inerentes ao processo de produção fotográfica, o modo como estruturou a montagem das páginas e a organização de fotos e textos, enfim, um olhar masculino está posto na construção das narrativas visuais ali presentes. Além do

¹⁸ FAUSTO, Boris. *Imigração: cortes e continuidades*. p. 18

¹⁹ KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p.156.

possível, imaginemos: em que se diferenciaria o mesmo álbum comemorativo caso este fosse produzido por uma mulher fotógrafa japonesa?

Durante muito tempo as mulheres não foram vistas como sujeitos nos processos migratórios. Mas ao lado de Suejiro, por todo o tempo esteve Shizu, sua esposa. Que cuidava da casa enquanto ele percorria as trilhas da colônia japonesa empreendendo a aventura fotográfica sobre seu cavalo. Foi quem cuidou dos filhos enquanto ele passou nove meses no Japão realizando a impressão do primeiro álbum, produzido na colônia de Registro. Foi a mediadora cultural na reunificação familiar, a ponte no diálogo entre o pai e os filhos, que por meses pouco se viam.

A exemplo do que ocorreu em outras etnias, as relações familiares tiveram um peso muito importante para a migração feminina japonesa. Os japoneses e japonesas que aqui chegaram trouxeram em sua bagagem cultural hábitos e valores de seu país de origem, e os atributos de gênero definiram as chances de homens e mulheres na realização de seu projeto migratório. A divisão entre os universos masculino (o mundo da rua) e feminino (o mundo da casa), determinou sensivelmente as trilhas abertas a cada gênero como opção de vida no decorrer dos anos em terras brasileiras.

Pela análise quantitativa de um conjunto de 773 imagens do álbum, pode-se verificar o potencial da fotografia como fonte histórica e, dado o recorte, trazer à luz representações de gênero. Não desejei aqui pretender afirmações generalizantes e definitivas sobre as relações entre os imigrantes japoneses, mas tangenciar aspectos a partir das imagens do álbum e da descrição de outros autores, afinal,

Este ser que procura a construção de um futuro melhor, que sonha ‘sonhos felizes de cidade’, é um ser do devir, é um ser em devir, um ser que se constrói permanentemente; que, portanto, não pode ser paralisado, congelado em estereótipos preconceituosos, que o buscam capturar e reduzir; que buscam domar sua diferença. Deve-se procurar explodir os estereótipos, buscando reconstruir os lugares onde se criam, onde se produzem e se reproduzem.²⁰

Pois é preciso lembrar que a história continuou e continua em movimento. A experiência de alguns destes imigrantes de Bastos já foi encerrada, mas para outros a vida ainda pulsa. Tanto elas como eles, que aqui são tidos como “japoneses” e no Japão como “brasileiros”, foram inevitavelmente impregnados pelo ar dos trópicos, o mesmo ar que impregna a mim e a você. Neste espaço e no tempo, envelhecemos dia a dia, reinventando-nos

²⁰ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica*. p. 253

a cada instante, na velocidade de um clique de pensamento. Seleccionando memórias e imaginando raízes que nos dêem sustentação em nosso navegar de ilhas flutuantes.

Muitos valores mudaram com o tempo, e, portanto, novas pesquisas se fazem necessárias sobre as imagens que analisei. Como os nikkeis da atualidade percebem as representações de gênero ali expressas? Que memória se conserva e se projeta nas falas de idosos japoneses imigrantes frente a essas imagens da colônia de Bastos? Que aspectos mais lhe tocam? Que lembranças as imagens despertam? Que outras narrativas migratórias podemos traçar ou evocar a partir do trabalho realizado por Suejiro Yasunaka? As perguntas estão postas. O tempo continua a passar e os homens e mulheres a passar por ele, a mover-se no mundo, no giro que não cessa. E os seres humanos continuam a precisar dos feixes de luz da fotografia para reter e cristalizar os instantes de seu contínuo migrar pela vida.

Artigo recebido em 15/12/2008 e aprovado em 01/03/2009.

Passado, simbolismo e naturalidade: os primeiros anos de Jaime I (1208-1276) no Livro dos Feitos

Luciano José Vianna

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio/Brasil

Mestrando em História do PPG em *História Social das Relações Políticas* da UFES/Brasil

Aluno do Mâster em *Ciències de l'Antiguitat i de l'Edat Mitjana* da UAB/Espanha

Bolsista (BCC) da *Agència de Gestió d'Estudis Universitaris i de Recerca*

(AGAUR) 2008/2009

Luciano.Jose@campus.uab.cat

Resumo

Neste artigo, nos aproximamos um pouco da imagem real de Jaime I, o *Conquistador*, nos primeiros anos de seu reinado. Ao analisar as palavras do *Livro dos Feitos*, observamos alguns simbolismos celestes e terrestres em relação à confirmação de Jaime I como rei. Mais especificamente, buscamos sua imagem como *rei natural*, ou seja, nas próprias palavras de Jaime, um rei de *lonch temps*, cuja realeza era baseada em uma naturalidade de linhagem. Apresentamos também o primeiro discurso de Jaime no *Livro dos Feitos*, onde o rei tomou como base a questão da naturalidade do seu poder. Assim, optamos por dividir este trabalho em duas partes. Na primeira apresentamos o *Livro dos Feitos* e comentamos sobre sua tradição manuscrita. Em seguida, analisamos a imagem do *Conquistador* como *rei natural*, destacando os vários sinais e, principalmente, as palavras que estão relacionadas com esta questão.

Palavras-chave: Jaime I, *Livro dos Feitos*, *rei natural*

Abstract

In this paper, we approach of royal image of James I, the *Conqueror*, in the first years of your kingdom. When we analysis the words of *Llibre dels fets*, we observe some celestial and terrestrial symbols which confirm James I as king. Specifically, we search your image as *natural-king* and, in the own words of James, a king of *lonch temps*, whose royalty is establish in the natural line. We present too the first discourse of James in the *Llibre dels fets*, when the king illuminate the question of the natural line as establish of your power. So, we choose for divide this paper in two parts. In the first, we present the *Llibre dels fets* and comment about your handwritten tradition. After, we analysis the image of *Conqueror* as *natural-king*, detaching the multiple signs and, essentially, the words which are connect in this question.

Key-words: James I, *Llibre dels fets*, *natural-king*

O Livro dos Feitos de Jaime I

Em 2008, ocasião da comemoração dos oitocentos anos do nascimento do rei Jaime I, o *Conquistador*, foram publicados vários livros, artigos, notas e comentários relacionados a este rei, assim como foram realizadas muitas exposições permanentes em toda Catalunha. Desse modo, o *Livro dos Feitos*, uma das fontes mais importantes sobre o reinado de Jaime I, e também sobre o contexto peninsular medieval, merece a sua publicação no cenário

brasileiro, oportunidade surgida com a publicação deste artigo, o qual desejamos que sirva de incitação para novos trabalhos.

Jaime nasceu em Montpellier em 1208, e morreu em Valência, em 1276. Durante seus 68 anos de vida, reinou 62. Foi rei de Aragão, Maiorca e Valência, conde de Barcelona e de Urgel, e senhor de Montpellier.¹ Sobre o seu reinado existem muitos documentos que abordam vários assuntos. Entretanto, um deles se destaca perante os outros, tanto pela sua fama quanto pela sua importância: o *Livro dos Feitos*.

Esta fonte é considerada uma das primeiras obras literárias historiográficas escritas em catalão.² Além disso, é a única autobiografia de um rei da Idade Média européia que está conservada até hoje³ e, por isso, chama a atenção de muitos pesquisadores sobre a história medieval da Catalunha.⁴

De acordo com Julia Butiñá, tradutora do *Livro dos Feitos* para a língua castelhana, esta fonte é considerada como *Crônica e Memória, Autobiografia e História: Crônica*, porque o rei narrou e descreveu grande parte dos acontecimentos de sua vida; *Memória*, pois Jaime utilizou suas recordações; *Autobiografia*, visto que Jaime falou sobre si mesmo, personagem presente na narrativa e; *História*, pois nos conta a expansão do reino catalão-aragonês durante o processo de Reconquista.⁵ Sendo uma obra de memória, até mesmo os “lapsos” nos relatos de Jaime reforçam a legitimidade da fonte,⁶ uma vez que o esquecimento é uma característica essencial da memória.⁷

Nesta obra, onde são narrados seus feitos cavaleirescos, guerreiros e políticos, Jaime destacou que ao longo de sua vida seus feitos melhoravam conforme se adequavam à fé católica, exatamente como recomendou seu apóstolo Santiago.⁸

[fl. 1r] Meu senhor Santiago me reprova, e diz que sem obras a fé está morta. Nosso Senhor quis cumprir essas palavras em nossos feitos, pois, embora sem obras a fé

¹ MACHIRANT, Francesc. *Introducció. Llibre dels fets*. Jaume I. Alzira: Bromera, 2008, p. 7.

² SOLER LLOPART, Albert. *Literatura catalana medieval*. Barcelona: Editorial UOC, 2003, p. 19.

³ VINAS, Agnès i Robert. *Traduir el Llibre dels Fets*. TRENC, Eliseu i FIDORA, Alexander. *Segon Col·loqui Europeu d'Estudis Catalans*. Volum 1. La recepció de la literatura catalana medieval a Europa. Centre d'Études et de Recherches catalanes. Université Montpellier III. Association Française des Catalanistes, p. 97-111, 2007.

⁴ Para uma completa e exaustiva apresentação do *Livro dos Feitos* ver BRUGUERA, Jordi. *La Crònica de Jaume I. Arxiu de Textos Catalans Antics*. Barcelona, nº 12, p. 409-418, 1993.

⁵ BUTIÑÁ, Julia. *Introducción. Libro de los hechos (1252-1274)*. Madrid: Editorial Gredos, S. A., 2003, p. 7-8.

⁶ BUTIÑÁ, Julia. *Introducción. Libro de los hechos*, p. 19.

⁷ GEARY, Patrick. *Memória*. LE GOFF, Jacques. & SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Volume II. Bauru, São Paulo: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, p. 167-181, 2002.

⁸ BUTIÑÁ, Julia. *Introducción. Libro de los hechos*, p. 16.

não valha nada, quando ambas se unem, dão fruto, fruto que Deus deseja receber em sua mansão.⁹

Nesta narrativa são encontradas passagens da vida do rei, sua infância e educação no castelo de Monzón, suas conquistas (como as das cidades de Burriana, Játiva e Valência), suas campanhas contra os sarracenos, as sublevações dos barões aragoneses, e sua visita ao papa em Roma.

Além disso, esta fonte apresenta uma forte mentalidade religiosa, tema imprescindível para se entender o contexto estudado. A partir do século XI, guerra e religião tornaram-se mais próximas, especialmente a partir do *Concílio de Clermont* (1095), quando o papa Urbano II (1088-1099) incitou àqueles que guerreavam entre si para se converterem em “soldados de Cristo” (*militia christi*).¹⁰ Nessa ocasião, a luta contra os inimigos da Cristandade estava sacramentada, uma vez que ocorria um processo de expansão territorial de clara motivação religiosa.¹¹

Como havia uma estreita ligação entre guerra e religião, o homem medieval também estava unido com Deus, o qual se fazia presente e intervinha no mundo terreno. A noção de Deus, importantíssima para compreender os medievais, resumia toda a concepção de mundo desses homens.¹² Além disso, nunca é demais lembrar que a sociedade do ocidente medieval era *hierofânica*, ou seja, interpretava todos os fenômenos naturais do cotidiano como uma manifestação do sagrado.¹³

Considera-se que a obra está dividida em quatro partes. A primeira, entre os capítulos 2 e 33, refere-se aos primeiros anos do reinado de Jaime, ao seu matrimônio e à turbulência da nobreza de Aragão. A segunda, que compreende os capítulos 34 a 327, abrange as conquistas de Maiorca, de Valência e à permanência do rei em Montpellier. A terceira, referente aos capítulos 328-409, destaca alguns temas como as desavenças com seu genro Afonso X, o *Sábio* (1221-1284), as campanhas contra os sarracenos de Valência e a conspiração

⁹ [fl.1r] Retrau mon seyor sent Jacme que fe sens obres morta és. Aquestra paraula volch nostre Seyor complir en los nostres feytz. E jassia que la fe senes les obres no vayla re, can abdues són ajustades, fan fruyt, lo qual Déu vol reebre en la sua mansió. *Llibre dels Fets del Rei En Jaume* (a cura de Jordi Bruguera), Barcelona, Editorial Barcino, 1991, Vol. II., cap. 1, p. 5.

¹⁰ Os que estão habituados a combater maldosamente, em guerra privada, contra os fiéis, lutem contra os infiéis, e levem a um fim vitorioso a guerra que devia ter começado há tempo. Os que até agora viviam em brigas se convertam em soldados de Cristo. FOUCHER DE CHARTRES. Apud PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média: textos e testemunhas*. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 83.

¹¹ COSTA, Ricardo da. *A Guerra na Idade Média*. Rio de Janeiro: Edições Paratodos, 1998, p. 79.

¹² SCHMITT, Jean-Claude. Deus. LE GOFF, Jacques. & _____. (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Volume I. Bauru, São Paulo: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, p. 301-317, 2002.

¹³ FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Peregrinos, monges e guerreiros: feudo-clericalismo e religiosidade em Castela medieval*. São Paulo: Editora Hucitec, 1990, p. 40.

aragonesa. Por fim, a quarta, relativa aos capítulos 410-566, relata a conquista de Múrcia, algumas sublevações baronesas, a amizade com Afonso X e a visita ao papa.¹⁴ De uma forma ou de outra, Jaime deixou claro que o livro devia ser publicado após sua morte.

E para que os homens conhecessem e soubessem como passamos esta vida mortal e o que nós fizemos com a ajuda do Senhor Poderoso, que é a verdadeira Trindade, deixamos este Livro como memória para aqueles que desejam ouvir as graças que Nosso Senhor nos têm feito, e para dar exemplo a todos os outros homens [fl.2r] do mundo para fazer o que nós temos feito: colocar sua fé nesse Senhor que é tão poderoso.¹⁵

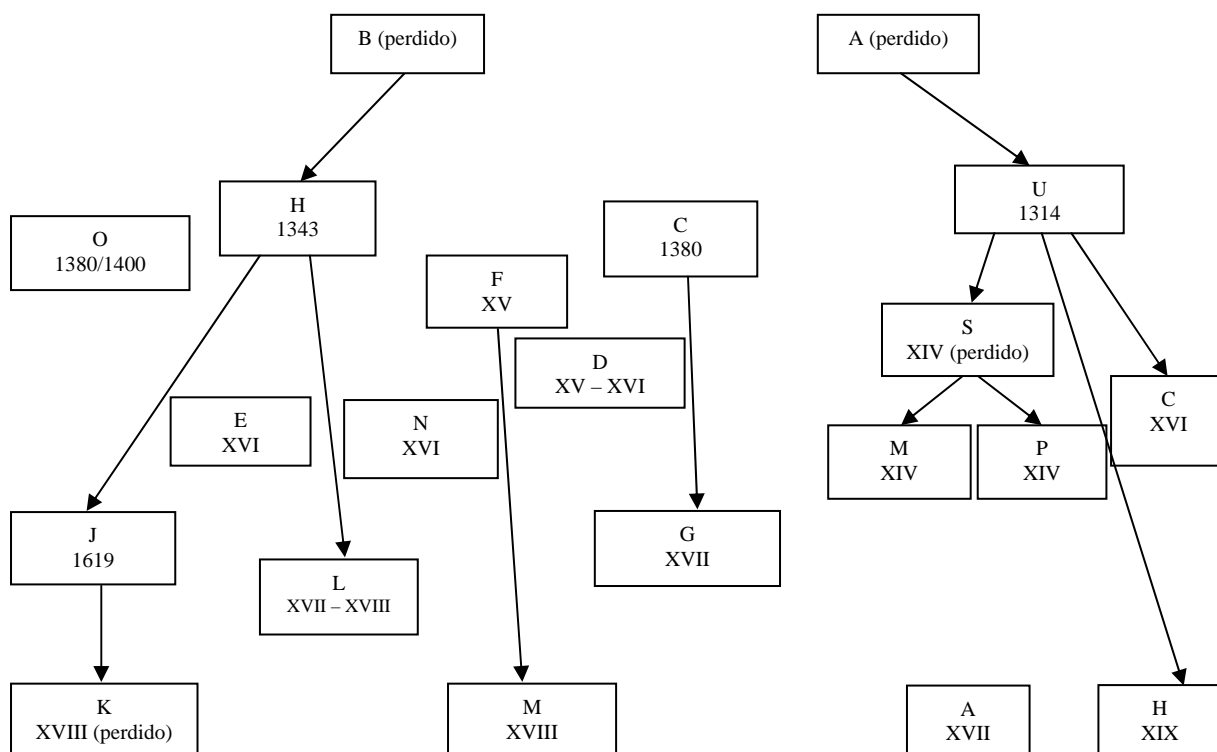
Memória. Essa é a palavra que pode resumir a obra de Jaime I. Memórias que deixou para que os homens “conhecessem e soubessem como passamos esta vida mortal e o que fizemos com a ajuda do Senhor Poderoso”. Em um ambiente feudal, providencialista, cavaleiresco e guerreiro, Jaime não podia deixar de citar suas relações com Deus, seu senhor feudal por excelência.¹⁶

No total existem dezessete manuscritos do *Livro dos Feitos*, datados desde o século XIV até o século XIX. Assim, para uma melhor visualização, representamos abaixo um esquema da tradição manuscrita desta fonte.

¹⁴ RIQUER, Martí de.; COMAS, Antoni.; e MOLAS, Joaquim. *Història de la Literatura Catalana*. Vol. 1. Barcelona: Editorial Ariel, S. A., 1984, p. 403-408.

¹⁵ E per tal que-ls hòmens coneguessen e sabessen, can hauríem passada aquesta vida mortal, ço que nós hauríem feyt ajudan-nos lo Seyor poderós, en qui és vera trinitat, lexiam aquest libre per memòria. E aquels qui volran hoir de les gràcies que nostre Seyor nos ha feytes e per dar exempli a tots los altres hòmens [fl.2r] del món, que façen ço que nós havem feyt: de metre sa fe en aquest Seyor qui és tan poderós. *Llibre dels Fets del Rei En Jaume*, 1991, cap. 1, p. 7.

¹⁶ LE GOFF, Jacques. *O Deus da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 67.



Esta é a representação da tradição manuscrita do *Livro dos Feitos*, tanto a tradição vernacular (à esquerda) quanto a latina (à direita). Não faremos um aqui um comentário sobre cada manuscrito, o que seria interessante, mas, por outro lado tornaria o trabalho imenso e fugiria completamente das nossas intenções neste artigo. Assim, limitamo-nos a indicar os comentários de Martínez San Pedro,¹⁷ onde encontramos uma exaustiva exposição sobre as fontes latinas do *Livro dos Feitos*; e para as fontes catalãs o “estudo filológico” da edição crítica do *Livro dos Feitos* feita por Jordi Bruguera¹⁸ juntamente com os comentários de Llúcia Martín Pascual.¹⁹

Antes de iniciarmos o assunto específico deste artigo, gostaríamos de comentar dois assuntos sobre a composição *Livro dos Feitos*. O primeiro é sobre a representação da tradição manuscrita. Por ela, vemos que os manuscritos mais antigos são o de 1314, latino (Ms. U), e o de 1343, catalão (Ms. H). Os estudos filológicos de Martínez San Pedro demonstraram que

¹⁷ MARTÍNEZ SAN PEDRO, Maria de los Desamparados. *La Crónica Latina de Jaime I*. Edición crítica, estudio preliminar e índices. Almería, 1984, p. 17-69.

¹⁸ BRUGUERA, Jordi. Estudi filològic. *Llibre dels Fets del Rei En Jaume* (a cura de Jordi Bruguera), Barcelona, Editorial Barcino, 1991, Vol. I, p. 7-26.

¹⁹ MARTÍN PASCUAL, Llúcia. Àngel Aguiló i la tradició manuscrita del Llibre dels Fets. *El rei Jaume I: fets, actes i paraules*. COLÓN DOMÈNECH, Germà i MARTÍNEZ ROMERO, Tomàs (eds.). Castelló: Fundació Germà Colón Domènech; Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 2008, p. 335-348.

uma versão em catalão (provavelmente o manuscrito A, perdido) serviu de base para a tradução latina.²⁰ Outros autores, como Martí de Riquer, também seguem esta idéia.²¹

Além disso, Martí de Riquer destaca que em alguns trechos o manuscrito latino passa a impressão de ter sido copiado de um manuscrito em língua vulgar. Desse modo, a hipótese de que o *Llibre dels fets* foi uma mera tradução da versão latina fica descartada,²² o que por outro lado supõe a existência de um manuscrito anterior (no caso, o manuscrito B, também perdido).

A existência deste manuscrito A, que serviu de base para a produção latina, seria comprovada por meio de dois documentos da chancelaria real de Jaime II (1267-1237), o *Justo*: um datado de 5 de maio de 1313, onde Jaime II envia uma cópia do *Livro dos Feitos* a seu primo, Sancho de Maiorca (1311-1324); e outro de 18 de junho de 1313, onde Jaime II concede uma soma de cento e trinta soldos *barcelonesos* ao Frei Pedro Marsílio, por ter trasladado o *Livro dos Feitos* para o latim.²³

O manuscrito B, também perdido, teria sido a base para a composição do manuscrito H, que apresenta em seu cólofon a data de 17 de setembro de 1343. Dessa forma, segundo Bruguera, há uma bifurcação na tradição dos manuscritos.²⁴ Por fim, temos de destacar o manuscrito O, recentemente encontrado, e que foi objeto de comentário no artigo de Jesús Alturo i Perucho.²⁵

Nosso artigo se baseia na edição crítica de Jordi Bruguera, a qual utilizou como base o manuscrito H e cotejou com os manuscritos C, D, E, F, N, juntamente com a edição de 1557,²⁶ cujas variantes foram escritas em notas de rodapé. Assim, nossa base de análise é um manuscrito de 1343, época do reinado de Pedro IV, o *Cerimonioso* (1319-1387), que por sinal procedeu da mesma forma que Jaime I ao redigir também uma a *Crônica*.²⁷

²⁰ MARTÍNEZ SAN PEDRO, Maria de los Desamparados. *La Crónica Latina de Jaime I*. Edición crítica, estudio preliminar e índices. Almería, 1984, p. 17-69.

²¹ RIQUER, Martí de.; COMAS, Antoni.; e MOLAS, Joaquim. *Història de la Literatura Catalana*, p. 395-396.

²² RIQUER, Martí de.; COMAS, Antoni.; e MOLAS, Joaquim. *Història de la Literatura Catalana*, p. 397-398.

²³ RUBIÓ I LLUCH, Antoni. *La Crònica del Rey En Jaume en el XIV segle*. *Estudis Universitaris Catalans*, n.º 1, 1907, 349-357. Neste artigo estão recolhidos estes dois documentos da chancelaria de Jaime II.

²⁴ BRUGUERA, Jordi. *Estudi filològic. Llibre dels Fets del Rei En Jaume*, p. 7-26.

²⁵ ALTURO I PERUCHO, Jesús. Un altre manuscrit del Llibre dels fets del rei en Jaume. *Arxiu de textos catalans antics*, n.º 17, 1998, p. 490-506.

²⁶ **H** – Biblioteca Universitària i Provincial de Barcelona. Ms. 1; **C** – Biblioteca de Catalunya, Barcelona. Ms. 1734; **D** – Biblioteca del Palau Reial de Madrid. Ms. II-475; **E** – Biblioteca Nacional de Madrid. Ms. 10121; **F** – Biblioteca d’El Escorial. Ms. Y-III-5; **N** – Biblioteca de la Real Academia de la Historia de Madrid. Ms. 9-4769; **Edição de 1557** – Biblioteca Nacional de España. Ms. 15398.

²⁷ Para a *Crônica* de Pedro, o *Cerimonioso*, ver SOLDEVILA, Ferran. *Les quatre grans Cròniques* (Col·lecció Perenne, 26), Barcelona: Editorial Selecta, 1971, p. 1001-1225.

Outro assunto importante e necessário para se comentar sobre esta fonte é com relação ao período de sua composição, sobre o qual existem várias interpretações. De acordo com Lluís Nicolau D'Olwer, o *Livro dos Feitos* foi composto em dois momentos: um em Játiva, durante o ano de 1244, e o segundo em Barcelona, em 1274.²⁸ Recentemente surgiram outras propostas para a redação do *Livro dos Feitos*. Dentre elas, citamos as de Stefano Maria Cingolani,²⁹ Josep Maria Pujol³⁰ e Albert Soler Llopert³¹ que defendem a composição desta obra durante os últimos anos de vida de Jaime I, momento em que o rei já possuía uma grande reflexão sobre seus atos.

Diante de todas estas discussões historiográficas e metodológicas, temos uma obra que nos apresenta a vida de um rei, cujo extenso reinado foi lembrado nas épocas subsequentes. A própria tradição manuscrita nos apresenta esta confirmação, uma vez que o último manuscrito encontrado data do século XIX (manuscrito H, da tradição latina).

Assim, após esta exposição, tentaremos nos aproximar da imagem de Jaime nos primeiros anos de seu reinado, especificamente em três momentos: 1) logo após seu nascimento, em 1208; 2) no juramento das cortes de Lérida, em 1214 e; 3) no seu primeiro discurso, por volta de 1226. Seguimos.

O reconhecimento dos céus: o simbolismo celeste

Quando observamos o *Livro dos Feitos*, uma pergunta nos intriga: como era a imagem de Jaime I nos primeiros anos de seu reinado, mais especificamente antes da conquista de Maiorca? Como o rei era representado frente aos seus nobres? O que o *Livro dos Feitos* nos apresenta? Desse modo, importa estudarmos como se formou a imagem de Jaime durante o início de seu reinado, abordando principalmente os sinais que o representam como rei, um *rei-natural*. Para isso, vamos seguir duas pistas: as palavras do rei e a mentalidade da época.

Antes de ter sido jurado em Lérida, em 1214, Jaime já havia passado por uma situação que confirmaria o simbolismo de sua imagem como *rei natural*, um *señor natural*

²⁸ NICOLAU D'OLWER, Lluís. La Crònica del Conqueridor i els seus problemes. *Estudis Universitaris Catalans*, n.º 11, 1926, p. 79-88. Ver também NICOLAU D'OLWER, Lluís. Principals obres que han tractat de la Crònica de Jaume I. *Estudis Universitaris Catalans*, n.º 6, 1912, p. 38-45.

²⁹ CINGOLANI, Stefano Maria. *Jaume I: història i mite d'un rei*. Barcelona: Edicions 62, 2008.

³⁰ PUJOL, Josep M. *Jaume I. Llibre dels fets*. Barcelona, Editorial Teide, 1991.

³¹ SOLER LLOPART, Albert. *Literatura catalana medieval*, p. 19.

legitimado pelos céus. Referimo-nos aqui ao momento logo após seu nascimento, quando foi levado à Igreja de Notre-Dame das Madeiras. Eis o que aconteceu:

E nossa mãe, assim que nascemos, enviou-nos à Santa Maria, levando-nos nos braços e dizendo as matinas na igreja de Nossa Senhora. E assim que nós passamos pelo portal, cantaram *Te Deum laudamus*. Os clérigos não sabiam que nós iríamos entrar ali, mas nós entramos quando eles cantavam aquele cântico.³²

No instante em que Jaime entrou na Igreja, lugar supremo onde o poder sagrado estava presente, os clérigos cantaram *Te Deum laudamus*, um hino litúrgico. Compreendemos que este cântico entoado pelos clérigos era direcionado para louvar o Rei Celeste, que governava reino dos céus. Entretanto, ao citar esta coincidência, o *Livro dos Feitos* destaca que o mesmo cântico também foi direcionado para o Jaime I, o qual governaria um reino terrestre.

Um detalhe que nos chamou a atenção é que o rei fez questão de lembrar em suas memórias que os clérigos não sabiam que ele seria introduzido naquele lugar sagrado. Esse detalhe faz com que a legitimidade, o reconhecimento dos céus em relação Jaime fosse ainda mais forte: a interpretação de Jaime para esse acontecimento foi de que aquela coincidência aumentou ainda mais a crença em seu destino como rei. Coincidências que agradaram muito à sua mãe. Assim, Jaime apresentou o início de sua vida juntamente com uma maravilha que o acompanhou e que assinalava um bom desígnio divino para ele.³³

O que aqui nos interessa é o *simbolismo transcendental* do momento, algo que ligou a imagem de Jaime I aos céus. O rei, ainda uma criança, pois o levavam “nos braços”, estava em uma igreja, *passou* por um portal: estava em um ambiente religioso, sagrado. E nesse mesmo momento, iniciou-se um canto de louvor a Deus: assim, a imagem de Jaime já aparece no início do *Livro dos Feitos* como a de um rei que é louvado na terra e que é a imagem do rei celeste. Um soberano reconhecido pelos céus.

Comparativamente, esta mesma função do simbólico aparece em outros reinados contemporâneos ao do rei *Conquistador*, como na coroação de Fernando III, o *Santo* (c. 1198-1252). Com a morte do rei Afonso VIII de Castela (1158-1214) e de seu filho, Henrique I (1214-1217), a coroa do reino de Castela foi destinada à filha mais velha desse rei,

³² E nostra mare, sempre que nós fom nats, envià'ns a Sancta Maria, e portaren-nos en los braces; e deÿen matines en la església de Nostra Dona; e, tantost con nos meseren pel portal, cantaren *Te Deum laudamus*. E no sabien los clergues que nós deguéssim entrar allí, mas entram quant cantavem aquel càntich. *Llibre dels Fets del Rei En Jaume*, cap. 5, p. 10.

³³ SOLER LLOPART, Albert. *Literatura catalana medieval*, p. 21.

Berenguela (1180-1246). Entretanto, como a rainha renunciou aos direitos em favor de seu filho, o mesmo foi aclamado rei em Valadolid em 1217:

Depois que todos foram juntos e deram o reino à D. Berenguela, ela rogou-lhes que recebessem seu filho como rei, e eles ficaram muito contentes com isso. Partiram logo com ele para uma igreja de Santa Maria e ali o alçaram como rei. Quando isso aconteceu, ele tinha dezoito anos de idade. E todo o clero cantava *Te Deum laudamus*.³⁴

No caso acima, este cântico foi entoado no momento da confirmação e legitimação real de Fernando III.³⁵ Assim, ao compararmos com a situação ocorrida com Jaime I, nos deparamos com algo similar.

Em uma época em que o poder do rei devia obrigatoriamente ser reconhecido pelo supremo poder de Deus, o simbolismo assumia um significado muito forte. Marc Bloch demonstrou isso ao analisar de forma pioneira todo o processo da crença de que os reis possuíam o poder de curar as escrófulas através do toque real. Segundo Bloch, esse milagre foi a expressão de uma concepção particular de poder político supremo.³⁶ Além disso, não podemos esquecer o simbolismo que este rito provocou na mentalidade daqueles homens.

Mas o que significa este simbolismo no *Livro dos Feitos* de Jaime I? Ao ditar sua história, o que o rei desejou apresentar? O simples ato de relacionar esta fonte ao seu contexto histórico pode nos dar uma chave para nos aproximarmos do pensamento do rei e compreendermos o significado do simbolismo que esta fonte nos apresenta.

Século XIII, reino de Aragão. Tempo e espaço. Este contexto específico nos apresenta mudanças importantes para que possamos compreender as condições de produção do *Livro dos Feitos*. Em primeiro lugar, foi durante o reinado de Jaime I que o movimento expansionista do reino aragonês mudou de direção: da política além Pirineus de Afonso II (1162-1196), o *Casto*, passamos pelo desastre de Muret (1213)³⁷ com Pedro II (1196-1213), o *Católico* até chegamos ao reinado de Jaime I, o qual, com a conquista de Maiorca perante os muçulmanos, empreendeu a expansão do reino de Aragão pelo Mediterrâneo.

³⁴ *Crônica Geral de Espanha de 1344* (Edição crítica de Luís Filipe Lindley Cintra). Lisboa: MCMXC, vol. IV, cap. DCCCLVI.

³⁵ COSTA, Ricardo da. E o rei entrou na cidade em uma grande procissão, com todos cantando *Te Deum laudamus*”: a conquista de Córdoba (1236) por Fernando III, o *Santo* (c. 1198-1252) e a expansão das fronteiras da cristandade ibérica medieval. *Conferência de abertura da VI Semana de História da Universidade Federal de São João del Rei* (UFSJ), no dia 20 de novembro de 2006. Conferência também proferida no *VI Encontro ANPUH-ES*, na Universidade Federal do Espírito Santo, no dia 8 de novembro de 2006.

³⁶ BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³⁷ Para a batalha de Muret, ver CABRER, Martin Alvira. *12 de Septiembre del 1213. El Jueves de Muret*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2002.

Novos territórios conquistados, novos objetivos. Novas exigências? Se observarmos a produção literária destes reinados, veremos que ocorreu também uma mudança na composição literária: a corte de Afonso II apresentava fortes ligações com o trovadorismo da região do Languedoc, além do fato de que os trovadores de sua corte escreviam em occitano.³⁸ Além disso, foi durante seu reinado que surgiu a versão primitiva da *Gesta Comitum Barcinonensium*, escrita em latim e composta entre os anos de 1180 e o fim do reinado de Jaime I,³⁹ a qual recua no tempo e apresenta uma genealogia dos condes de Barcelona.

É fato que a produção literária trovadoresca e também outras versões da *Gesta Comitum* continuaram a ser compostas. Entretanto, uma produção histórica, narrativa, detalhista, providencialista e, principalmente, que colocava o passado em um “presente” era algo novo. E essa novidade foi surgindo durante o reinado do *Conquistador* e foi representada pelo *Livro dos Feitos*.

Antes do século XIII, as obras históricas compostas no território catalão eram escritas em latim e consistiam em breves anotações sobre os acontecimentos históricos. Posteriormente, recolheram também alguns fatos relacionados à monarquia francesa ou aos condados catalães. Entretanto, ao longo do século XIII, a produção literária vernacular tomou força e foram compostas crônicas sobre os fatos históricos mais recentes, seja utilizando a experiência dos escritores, seja utilizando os fatos vividos pelos próprios cronistas.⁴⁰ Foi assim que surgiram as *Quatro Grandes Crônicas* da literatura catalã, as quais formam um corpo historiográfico que compreendem os séculos XIII e XIV.⁴¹ Conseqüentemente, a primeira delas foi o *Livro dos Feitos*.

Diferentemente da função genealógica apresentada na *Gesta Comitum Barcinonensium*, o *Livro dos Feitos* oferece uma visão contemporânea dos fatos. Jaime narrou os acontecimentos do seu reinado, uma literatura muito mais contemporânea que a *Gesta*. Como dissemos, foi durante o reinado de Jaime que ocorreu a definitiva conquista de Maiorca diante dos muçulmanos, fato que representa o início da expansão do reino de Aragão pelo

³⁸ RIQUER, Martí de.; COMAS, Antoni.; e MOLAS, Joaquim. *Història de la Literatura Catalana*, p. 21.

³⁹ *Gestes dels comtes de Barcelona i reis d'Aragó*. Edició a cura de Stefano Maria Cingolani. València: Impremta Palàcios, 2008.

⁴⁰ MACHIRANT, Francesc. Introducció. *Llibre dels fets*. Jaume I, p. 15.

⁴¹ SOLDEVILA, Ferran. Introducció a *Les Quatre Grans Cròniques*. *Les Quatre Grans Cròniques* (Col·lecció Perenne, 26), Barcelona: Editorial Selecta, 1971, p. 3.

Mediterrâneo.⁴² Além disso, houve uma forte expansão para o sul da Península Ibérica, contexto no qual ocorria a luta contra os muçulmanos. Dessa forma, acreditamos que este contexto influenciou as memórias de Jaime, onde são claras as narrativas cavaleirescas.

Expressado em uma língua vernacular sobre a forma narrativa e apresentando um encadeamento de idéias relacionadas, o *Livro dos Feitos* expõe a vida de Jaime I e como este evocou seu passado. Com isso, o rei fez do seu passado um “presente”, falou especificamente da sua vida e apresentou suas interpretações neste relato.

Voltamos nosso olhar para a imagem de Jaime: essa legitimação, esse *simbolismo transcendental* foi confirmado em outro momento, dessa vez na Igreja de São Firmino:

Depois disso nos levaram para São Firmino. E quando aqueles que nos levavam entraram na igreja de São Firmino, cantavam *Benedictus Dominus Deus Israel*. E quando nos levaram de volta para a casa de nossa mãe, ela ficou muito alegre com esses prognósticos ocorridos conosco.⁴³

Maria de Montpellier ficou feliz ao ver os presságios que aconteceram com seu filho, os quais confirmaram que ele era reconhecido por Deus, seu senhor feudal por excelência.⁴⁴ Assim, Jaime estaria preparado espiritualmente para enfrentar os problemas que surgiriam (e muitos) durante seu reinado. Mais que isso: tinha toda a proteção celeste para empreender o governo de seu reino terrestre.

Crônica histórica, análise simbólica. Qual seria a importância do *Livro dos Feitos* para o reinado de Jaime I, quando este rei narrou seus feitos? Porque nos apresenta todos estes acontecimentos localizados no início do seu reinado? Talvez um sinal que podemos seguir para encontrar uma possível resposta seja o momento da vida de Jaime em que tudo isso ocorreu e que foi relatado em sua *Crônica*. Assim, ao analisarmos esta fonte, devemos não somente destacar a importância de ser reconhecido *pelos céus*, mas também o momento em que isso ocorreu na vida de Jaime I: sua infância.

⁴² SÁNCHEZ, Esteban Sarasa. Aragón y su intervención militar en el Mediterráneo medieval. *Militaria – Revista de Cultura Militar*. Servicio de Publicaciones de la UCM, nº 12, p. 31-48, 1998.

⁴³ E puyt levaren-nos a Sent Fermi. E, quant aquels qui-ns portaven entraren per la església de Sent Fermi, cantaven *Benedictus Dominus Deus Israel*. E, quan nos tornaren a la casa de nostra mare, fo ella molt alegre d’aquestes prendstignes que-ns eren esdevengudes. *Llibre dels Fets del Rei En Jaume*, 1991, cap. 5, p. 10-11.

⁴⁴ Para ver esta concepção, muito presente entre os medievais, ver LE GOFF, Jacques. *O Deus da Idade Média*, p. 67.

Depois de certo tempo, o fato de os monarcas coroarem ou sagrarem um filho antes de morrerem tornou-se um costume.⁴⁵ Isso aconteceu com Jaime? Pedro II, o *Católico* e Maria de Montpellier morreram em 1213, quando Jaime tinha somente cinco anos; para piorar a situação, o Juramento nas Cortes de Lérida ocorreu em 1214, ou seja, depois da morte de seus pais.

Desse modo, o fato de ser levado a uma igreja e ser reconhecido pelos céus (idéia que se fortalece devido às coincidências ocorridas) não deve ser visto como um simples evento, mas sim como uma “necessidade”. Dessa forma, concluímos que antes mesmo de ter sido jurado pelos seus nobres na terra, Jaime I, ao apresentar suas memórias, acreditava que era um rei confirmado pelos céus, e assim aqueles cânticos entoados pelos coros celestes confirmavam que o nascimento do rei era um desejo de Deus.⁴⁶ Assim, ao afirmar que os feitos do *Conquistador* estavam adequados às suas crenças, o *Livro dos Feitos* transformou a historiografia em um legado ou testamento exemplar, e, nesse sentido, transcendeu a história e referindo-a a Deus.⁴⁷ Mais importante que isso: estes feitos protegeram a continuação dinástica dos condes de Barcelona no reino de Aragão.

Mas Jaime não apresentou somente um simbolismo celeste em relação aos primeiros anos de seu reinado. Os acontecimentos terrestres também eram necessários para fortalecer sua imagem confirmada pelos céus. Diante disso, o *Livro dos Feitos* nos apresenta alguns fatos interessantes sobre o Juramento nas Cortes de Lérida, ocorrido em 1214.

O Juramento nas Cortes de Lérida: o simbolismo terreno

Outro fato que nos chamou a atenção foi a cerimônia de Juramento do rei nas Cortes de Lérida, em novembro de 1214, o que entendemos como um *simbolismo terreno*, pois se referia à imagem do rei entre seus nobres:

E tiveram outro conselho: que em nosso nome e com um novo selo que mandariam fazer, ordenariam uma corte de catalães e aragoneses em Lérida, na qual também iriam o arcebispo, os bispos, abades, *ricos-homens* de cada um dos reinos e dez homens de cada cidade com a autoridade dos outros para fazer o que [fl.6r] fosse

⁴⁵ LE GOFF, Jacques. Rei. _____ & SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Volume II. Bauru, São Paulo: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, p. 395-414, 2002.

⁴⁶ BELENGUER, Ernest. *Jaume I i el seu regnat*. Lleida: Pagès Editors, 2007, p. 33.

⁴⁷ HAUF, Albert G. Més sobre la intencionalitat dels textos historiogràfics catalans medievals. *Medieval and Renaissance Studies in honour of Robert Brian Tate*. Oxford, The Dolphin Book Co., 1986, p. 47-61.

necessário. E todos vieram no dia da corte, exceto Dom Fernando e o conde Dom Sancho, pois tinham a esperança que cada um fosse rei. Ali todos juraram que guardariam nosso corpo, nossos membros e nossa terra, e que nos guardariam de todas as coisas e de todos.⁴⁸

A partir daquele momento, a imagem real de Jaime I seria representada por um selo, decisão tomada na celebração de uma Corte composta por catalães, aragoneses, religiosos, *ricos-homens* e os cidadãos. Este foi o primeiro momento que o rei manteve um contato direto com seus súditos, depois de passar por um dos períodos que consideramos iniciais em sua formação cavaleiresca: a tutela de Simon de Montfort (1160-1218), conde de Tolosa, visconde de Beziérs e de Carcassone e duque de Narbona,⁴⁹ entre os anos de 1211 e 1214. Após este reconhecimento, Jaime ainda passaria por duas experiências que fortaleceriam sua formação cavaleiresca: a tutela sob os Templários e o contato com seus súditos.⁵⁰

Mas retomamos nosso assunto: é importante frisar que esta representação terrena foi a primeira que ocorreu com o rei, logo no início de seu reinado. Serviu para difundir a sua legitimidade frente não apenas aos outros reis, mas também aos seus súditos.

Entretanto, é notório que Jaime I não poderia ser “efetivamente” um rei desde o seu nascimento. Até mesmo por ter passado por duas “tutelas”: Simon de Montfort (1211-1214) e Guilherme de Montredon (1214-1217). Durante este último período, o reino foi governado por Sancho, regente de Jaime I.⁵¹ Assim, ao ditar suas memórias, ao reviver seu passado, Jaime desejou que soubessem como foram os princípios de sua vida à frente do reino de Aragão. No momento em que fez isso, desejou que todos soubessem que, com a ajuda divina, ele conseguiu reinar.

Destacamos também os personagens que participaram do juramento do rei: a corte de catalães e aragoneses, arcebispo, bispo, abades, ricos-homens de cada um dos reinos e dez homens de cada cidade. Aqui temos a presença da Igreja e da nobreza e dos cidadãos, homens

⁴⁸ E hagueren altre conseyl: que en nom de nós e ab segel novel que-ns faeren fer que manàsem cort a Leyda de cathalans e d'aragoneses, en la qual fossen l'archabisbe e-ls bisbes e-ls abats e-ls richs hòmens de cada .I. dels regnes, e de cada ciutat .X. hòmens ab autoritat dels altres de co que éls farien que [fl.6r] fos feyt. E tots vengren al dia de la cort, levat Dom Fferrando e-l comte Dom Sanxo, car havien esperança que cascú fos rey. E aqui juraren-nos tots que-ns gardarien nostre cors e nostres membres e nostra terra, e que-ns guardarien en totes coses e per totes. *Llibre dels Fets del Rei En Jaume*, 1991, cap. 11, p. 15.

⁴⁹ SOLDEVILA, Ferran. *Els grans reis del segle XIII. Jaume I i Pere el Gran*. Barcelona: Editorial Vicens-Vives, 1965, p. 14.

⁵⁰ VIANNA, Luciano José. A cavalaria medieval e a formação inicial de Jaime I como rei cavaleiro no *Llibre dels Fets* (c. 1252-1274). COSTA, Ricardo da, TÓRRES, Moisés Romanazzi e ZIERER, Adriana. *Mirabilia. Revista eletrônica de História Antiga e Medieval*, nº 08, p. 182-204, 2008. Disponível em: <http://www.revistamirabilia.com/Numeros/Num8/numero8_10.htm>. Acesso em: 10/12/2008.

⁵¹ SOLDEVILA, Ferran. *Els grans reis del segle XIII. Jaume I i Pere el Gran*, p. 13.

da cidade. Nesta cerimônia de confirmação, neste juramento de Jaime em 1214, percebemos que o mesmo estava circundado pela “comunidade do reino”, uma vez que todos prestaram juramento de “guardar” o “rei e a Coroa”, ou seja, a pessoa do rei e também a instituição.⁵²

Igreja, nobreza, homens da cidade. Estes personagens presentes na cerimônia de juramento de Jaime I, em 1214, seriam uma representação das três ordens? Coincidentemente, cerca de quatro meses antes do juramento de Jaime em Lérida, uma importante batalha ocorreu em 12 de julho de 1214: Bouvines. Aqui não nos interessa sua narrativa, a qual foi belamente estudada por Georges Duby,⁵³ mas sim o seu significado: de acordo com Duby, a partir daquele momento, a antiga história da trifuncionalidade social deixava o campo do imaginário e começava a se tornar uma instituição.⁵⁴

Segundo este mesmo autor, o documento que melhor expressa esta idéia é a *História dos Duques da Normandia*, escrita entre os anos de 1173 e 1185 por Benoît de Saint-Maure (s. XII). Este documento representa a pista mais antiga do esquema conceitual trifuncional. Tomado como “o verdadeiro ponto de partida”, da composição deste documento até Bouvines este esquema ideológico se implantou nas terras de Felipe Augusto, pois, depois desta batalha, o tema das três ordens tornou-se um lugar comum na literatura francesa.⁵⁵

Mesmo com este juramento (das três ordens?), o começo do reinado de Jaime I foi muito conturbado. As lutas entre os nobres pela disputa do reino são constantemente citadas no *Livro dos Feitos*. Além disso, o *Conquistador* herdou um reino em constante turbulência, pois, em suas próprias palavras, quando entrou em Monzón pela primeira vez: “(...) não tínhamos sequer do que comer para um dia, pois nossa terra estava destruída e penhorada!”⁵⁶ Apesar disso, Jaime se apresenta para nós como um rei que foi auxiliado especialmente pela fortuna, pela providência e pela astúcia.⁵⁷

Assim, pouco a pouco, conforme o desenrolar dos acontecimentos, o *Livro dos Feitos* nos apresenta certa aquisição de maturidade por parte do rei. Aos poucos sua imagem toma contornos, adquire uma grande diferença em relação aos primeiros anos de seu reinado. Jaime viveu em um mundo de transformações, como explicamos anteriormente. Seu mundo

⁵² KANTOROWICZ, Ernst H. *Los dos cuerpos del rey. Un estudio de teología política medieval*. Madrid: Alianza Editorial, 1985, p. 338-340.

⁵³ DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines*. 27 de Julho de 1214. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

⁵⁴ DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 371-373.

⁵⁵ DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*, p. 296-297, 380-381.

⁵⁶ E no haviem a .I. dia, quant nós entram em Monsó, què menjar: si era la terra destròyda e empenyorada! *Llibre dels Fets del Rei En Jaume*, 1991, cap. 11, p. 15.

⁵⁷ VILLACAÑAS, José Luis. *Jaume I el Conquistador*. Madrid: Editorial Espasa Calpe S. A., 2004, p. 56.

ainda era, mesmo que com algumas mudanças, o mundo feudal. Nesse ambiente, o rei necessitava dos conselhos dos seus nobres, principalmente um rei como Jaime, novo e sem experiência neste cotidiano.

Necessitava de conselho? Diante dessa pergunta, o capítulo 29 do *Livro dos Feitos* torna-se importante para ser analisado. Mesmo sem esta experiência, neste momento da narrativa o rei recusa um conselho. Seria uma aquisição de consciência ou imaturidade? Vejamos o motivo.

Recusar um conselho e discursar: consciência, maturidade e a naturalidade de linhagem

Uma leitura atenta da fonte observará que a conquista de Maiorca, localizada entre os capítulos 47 e 106, apresenta um momento importante na vida do rei. Antes desta conquista Jaime I admitiu três vezes que ainda não tinha idade para dar conselhos: afirmou que não possuía senso para dar conselho, que não sabia reinar sobre a terra e que, por isso, era necessário que os nobres o aconselhassem. Na última afirmação, o rei tinha não mais que catorze anos.⁵⁸

Assim, ao ditar seus feitos, Jaime não teve medo de admitir os problemas que passou durante os momentos iniciais de seu reinado. Por isso declarou abertamente que não tinha sabedoria para aconselhar porque era muito jovem, praticamente um infante. Entretanto, nos parece que conforme a narrativa progride, a imagem de Jaime como *rei natural* se fortalece. Devido às circunstâncias em que viveu, Jaime I adquiriu experiência e com o tempo vivenciou sua imagem de rei. Um jovem rei, destacamos. Como um esboço, a imagem de Jaime como rei se aperfeiçoou aos poucos, formou-se com o passar dos anos.

Identificamos dois momentos cruciais nos quais Jaime adquiriu essa maturidade e que, conseqüentemente, sua imagem se fortaleceu. Após a morte de Dom Pedro Ahones em 1226,⁵⁹ houve uma sublevação da nobreza aragonesa, a qual formou uma coalizão contra Jaime I. Quando estava na localidade de Lascellas,⁶⁰ o rei foi aconselhado por seu vassalo,

⁵⁸ Para estas afirmações, ver os capítulos 15 (p. 17-19), 16 (p. 19-21) e 21 (p. 24-27) do *Llibre dels Fets Del Rei En Jaume*.

⁵⁹ Nobre aragonês. Fazia parte de uma das facções nobiliárias durante o reinado de Jaime. *Grup Enciclopèdia Catalana*. Disponível em: <http://www.enciclopedia.cat>. Sobre a morte deste vassalo, ver VIANNA, Luciano José. Juramento, pacto, traição e morte: a relação de poder do sistema feudo-vassálico no Livro dos Feitos (c. 1252-1270) de Jaime I (1208-1276), o *Conquistador*. Artigo apresentado no XV *Simpósio de História* da Universidade Federal do Espírito Santo, em novembro de 2005.

⁶⁰ Localidade entre Barbastro e Huesca.

Dom Pedro Pomar, a se refugiar em um monte “muito forte”, ou seja, difícil de ser tomado.

Porém, Jaime não aceitou este conselho:

Dom Pedro Pomar, nós somos rei de Aragão por nosso direito, e estes que vêm contra nós são nossos naturais e fazem o que não devem, pois vêm combater contra nós. Nós temos o direito, eles têm o erro. Por isso, Deus nos ajudará, e nós não deixaremos a vila, a não ser morto, mas os venceremos. Assim, dessa vez não tomaremos vosso conselho.⁶¹

O rei, que tanto necessitava de conselho, que tanto precisou de ajuda durante os momentos iniciais de seu reino, agora rejeitava auxílio. Ou melhor, devido à sua posição, recusava algo que não devia fazer. Não por orgulho ou por qualquer pecado, mas sim porque amadurecia e ganhava experiência neste cotidiano de guerra.

Desse modo, o que nos importa não é a recusa do conselho e sim o motivo da dispensa. Ao analisar este trecho por este viés observamos que o motivo da recusa está relacionado ao amadurecimento de Jaime. Ele sabia que era rei por direito e aqueles que o combatiam estavam no erro, pois combatiam contra o rei, contra seu senhor.

Por pensar conscientemente no que era correto, Jaime acreditava que Deus o ajudaria, pois tinha como verdade que Ele sempre estava do lado certo nas batalhas, típica concepção dos medievais.⁶² Nas próprias palavras de Ferran Soldevila, Jaime “deveria, de pouco a pouco, pelo próprio esforço e pela dura aprendizagem da vida, cobrar autoridade diante dos soberbos ricos-homens e barões”.⁶³

Como já afirmamos, este texto é uma narração dos feitos de um rei, que está situado em um momento de mudança específico do reino de Aragão. Jaime se encontrava em uma “encruzilhada” da história da Europa, vivia a experiência de um “homem de fronteira”, algumas vezes cavaleiro, outra conquistador, mas sempre muito consciente do que fazia.⁶⁴ Ao ditar sua vida, Jaime desejou que seus feitos fossem lembrados por todos.⁶⁵ Seu livro representa suas memórias, recordações sobre seu reinado. E isso nos leva para o segundo

⁶¹ Don Pero Pomar, nós som rey d'Aragó e havem-lo per nostre dret, e aquests qui vénen contra nós són nostres naturals e fan ço que no deuen, per ço quan se vénen combatre ab nós. E nós tenim dretura, e els han tort; e Déus ajudar-nos n'è. E nos no lexarem la vila meys de mort e vençrem-los. E no farem vostre conseyl esta vegada. *Llibre dels Fets del Rei En Jaume*, 1991, cap. 29, p. 37-38.

⁶² DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines*. 27 de Julho de 1214, p. 157.

⁶³ SOLDEVILA, Ferran. *Els grans reis del segle XIII. Jaume I i Pere el Gran*, p. 15.

⁶⁴ RUIZ-DOMÈNEC, José Enrique. Salvar la imagen del caballero. *Jaime I, Rey y Caballero. Los arneses y la cultura caballeresca en el siglo XIII*. València: LAIMPRESA CG, 2008, p. 91-95. Atas do Encontro “Any Jaume I – 800 Aniversari”, em comemoração aos 800 anos do nascimento de Jaime I, evento realizado entre os dias 24 e 25 de outubro de 2008, no Museu de la Ciutat de València.

⁶⁵ Ver nota 15.

momento em que esta fonte nos apresenta uma mudança de personalidade de Jaime, não totalmente concreta, mas com uma notável diferença: seu primeiro discurso perante os nobres aragoneses. Nele, o rei manifestou toda sua insatisfação com a nobreza aragonesa e com tudo que havia acontecido até então. Estamos aproximadamente em 1226:

Barões, cremos que sabeis e deveis saber que nós somos de longo tempo vosso senhor natural; que conosco Aragão teve quatorze reis, e quanto mais distante é a natureza entre nós e vós, mais aproximação deve existir, pois ao se estender o parentesco, por essa extensão a natureza se estreita. Nunca lhes fizemos mal, nem falamos mal, pelo contrário, temos em nosso coração a intenção de amá-los e honrá-los, e lhes faremos ter todos os bons costumes que temos tido de nossa linhagem, e lhes daremos ainda melhores, se não tiveres aqueles que são bons. Por isso, maravilhamo-nos muito em ter que nos proteger de vós, que não possamos entrar nas cidades que Deus nos deu e que nosso pai nos deixou, e nos pesa muito que haja guerra entre nós e vós. Assim, rogamos e ordenamos que isso não aconteça, pois nos pesa muito, e podeis perceber isso, pois vim só para estar entre vós, pois confio em vós e em vosso amor, e vos tenho guardados com amor no coração.⁶⁶

Quando narrou seus feitos o próprio rei confessou que em alguns momentos não era capaz de dar conselho, pois não estava preparado para guiar seu reino. Porém, compreendemos que o primeiro discurso de Jaime denota um momento em que a personalidade do rei se modificou, principalmente pela influência do meio em que vivia: guerras constantes, disputas, um universo militar onde se exigia maturidade de qualquer líder.

Até aqui percebemos que há um encadeamento dos feitos contados por Jaime. Aos poucos descobrimos, nos aproximamos de sua imagem, a qual surge vagarosamente depois de uma densa interpretação. A cada capítulo, o *Livro dos Feitos* nos apresenta um rei que adquire consciência do seu papel como conde de Barcelona na formação do reino de Aragão. Afirmamos isso tomando as próprias palavras de Jaime, pois, quando afirmou que era o décimo quarto rei de Aragão, ele não apenas baseou-se na naturalidade de sua linhagem, mas também construiu uma ponte com o passado e tornou este “passado” presente em seu discurso.

⁶⁶ Barons, bé creem que sabets e devets saber que nós som vostre seyor natural, e de lonch temps; que .XIII reys ab nós haüts en Aragó, e on pus luyn és la naturalea entre nós e vós, més acostament hi deu haver, que parentesch s’alonga, e naturalea per longuea s’estreyn. E anch no us fem mal ni-l vos dixem, ans vos havem en cor d’amar e d’onrar, e totes bones costumes que hajats haüdes de nostre linyatge, que les vos farem tenir e nós qui us darem de miylors, si no n’havets d’aqueles que fossen bones. E maraveylam-nos molt d’esta cosa, que nós nos hajam a guardar de vós e que nós no gosem entrar en les ciutats que Déu nos ha donades e nostre pare leixades; e que guerra haja entre nós e vós pesa’ns molt. E preguam-vos e manam-vos que no y sia, que açò és cosa que-ns pesa molt, e podets-ho conèxer, que axí só vengut jo entre vós e que en vós me fiy e en vostra amor e que us he en cor de retenir e de amar. *Llibre dels Fets del Rei En Jaume*, 1991, cap. 31, p. 39.

Além disso, ao lembrar que era conde de Barcelona e rei de Aragão, Jaime retomou e reforçou a continuidade dinástica, destacando que por um longo tempo a casa de Barcelona reinava naquelas terras. Isso se aproxima da afirmação de Ernest Kantorowicz, quando o mesmo afirmou que a perpetuidade da cabeça do reino (ou seja, do rei) dependia da interação de três fatores: a perpetuidade da dinastia, o caráter corporativo da Coroa e a imortalidade da dignidade real.⁶⁷ Entretanto, lembramos que os dois últimos elementos não estavam presentes ao menos nos primeiros anos do reinado do *Conquistador*.

Além disso, somente em relação ao primeiro elemento – perpetuidade da dinastia – podemos indicar certa continuidade no tempo, pois a história do reino de Aragão apresenta várias particularidades em sua formação que impedem esta associação de forma direta e sem um exame minucioso. Vale ainda lembrarmos da crítica realizada por Alain Boureau em relação à tese de Kantorowicz, o qual afirmou que a dualidade do corpo real foi somente uma ficção de relevância estética, um conceito desenvolvido por escritores da época, e que foi o resultado da crescente utilização do discurso da teoria corporal.⁶⁸

Para compreendermos melhor a utilização do passado por parte do rei, passado revivido em suas memórias, dividimos seu discurso em quatro partes onde Jaime: 1) explicou a natureza da relação entre ele e seus nobres, obviamente a natureza feudal; 2) lembrou a intenção e o dever dele para com os barões; 3) ficou surpreso em ter que se proteger de seus nobres e não poder reinar como um rei e; 4) rogou e ordenou que isso não acontecesse novamente.

Ao invocar a relação de parentesco e destacar que a mesma existia há um longo tempo (*lonch temps*), Jaime identificou as bases sobre as quais seu poder estava constituído. Na verdade, com a intenção de acabar com a “anarquia” que existia em seu reino, Jaime exaltou a natureza feudal para aproximar-se de seus vassallos e submetê-los ao seu comando, o que faria com que eles o reconhecessem como rei.

Em seguida destacou seus deveres como senhor feudal, onde teria por seus vassallos “a intenção de amá-los e honrá-los”. Cumprindo a obrigação de um senhor, Jaime faria todo o bem pelos seus *naturais*. Vale notar que, sem compreender o motivo de ser atacado por pessoas que lhe deviam fidelidade, Jaime primeiro lembrou seu dever, honrar seus homens e

⁶⁷ KANTOROWICZ, Ernst H. *Los dos cuerpos del rey. Un estudio de teología política medieval*, p. 299.

⁶⁸ BOUREAU, Alain. *Le simple corps du roi. L'impossible sacralité des souverains français, XVe-XVIIIe siècle*. Éditions de Paris, 1988. Para as críticas em relação às idéias de Kantorowicz, ver principalmente as páginas 19-21 e 46-60.

“amá-los”, e somente no final do discurso destacou a reciprocidade dessa relação: “pois confio em vós e em vosso amor”.

A terceira parte do discurso é representada pela insatisfação de Jaime com os acontecimentos ocorridos em seu reino. São três queixas: 1) o fato de que ele tinha que se proteger de seus próprios vassallos; 2) de que não podia entrar nas cidades que seu pai, Pedro II, o *Católico*, deixou e 3) que lamentava muito pela guerra que existia entre ele e seus vassallos.

Nesse estado de coisas, compreendemos que não havia possibilidades para Jaime exercer sua função de rei, um rei que teria que governar seu reino, comandar seus vassallos, mobilizar suas forças, forças que lhe deviam obediência. Por isso é que discursou aos seus vassallos com a intenção de acabar com tudo o que acontecia. Nessa ocasião, sua maturidade já é bem notável se compararmos com momentos anteriores, onde o rei não tinha capacidade de aconselhar.

Por fim, rogou e ordenou para que aquilo não mais acontecesse, uma vez que ele confiava muito em seus vassallos e os tinha em uma relação de amor guardados em seu coração. Jaime já estaria cansado de tanta desordem? É o que parece. Mas também já apresentava certa maturidade e certa competência para exercer seu ofício.

Conclusão

Levando em consideração todos os acontecimentos precoces que aconteceram com Jaime, o *Livro dos Feitos* nos passa a informação de que o mesmo era um *rei natural*, que se baseava no longo tempo de sua linhagem, que batalhava para estabelecer a paz em seu reino e procurava exercer sempre seus desígnios. Além disso, não podemos esquecer a função do simbolismo que auxiliou no processo de reconhecimento de Jaime I como um rei, simbolismo tanto celeste quanto terrestre, o que fazia com que o rei estivesse envolvido por um reconhecimento dos céus e da terra já no início de seu reinado.

Ao relacionarmos estes fatos com o reinado de Jaime, entendemos que o rei os comentou por dois motivos: primeiro porque acreditava no significado simbólico dos mesmos e também porque assim legitimaria em suas memórias o seu reinado, o qual, como afirmamos anteriormente, foi muito conturbado principalmente pela oposição de parte da nobreza.

Assim, o rei acreditava que os primeiros anos de seu reinado tinham um forte significado simbólico e que por isso deveriam ser revividos em suas memórias. O que isso

significava para o rei? Agora que temos uma aproximação de sua imagem real nos primeiros momentos do reinado do *Conquistador*, confirmada tanto pelos simbolismos presentes em sua *Crônica* quanto pelo fato de ser um *rei natural*, afirmamos que Jaime I acreditava que era um rei designado por Deus, o que dentro da “política medieval” era imprescindível.

Artigo recebido em 22/12/2008 e aprovado em 23/02/2009.

The French Experience in Algeria

The Character of the Fighting and the Political Consequences

1954-1962

Connor McNulty
Graduando em História e Filosofia
University of Illinois at Urbana-Champaign
e-mail: cmcnult2@illinois.edu

Abstract

The intent of the paper is to provide a brief overview of the Algerian War and the collapse of the French position. This paper looks from a military and a social viewpoint, and argues that the French colonization of Algeria was based on the notion that Algeria was more than merely a colony and instead was culturally integral to France. The Second World War faced the French with such atrocity that the continental citizens became more mindful of individual liberties and atrocities committed during war, while the French military's loss of Indochina in 1954 conveyed the lesson that increased brutality was needed to win a counterinsurgency campaign. The French military applied the lessons of Indochina to Algeria and the clash of values almost caused a civil war. De Gaulle took over the Parisian government and over the next few years he suppressed the military and abandoned Algeria, and in the process forced the French to redefine themselves as intolerant of torture and culturally separate from Algeria.

Key Words: France, Algeria, Terrorism, Radical Islam, Insurgency, Counterinsurgency

Resumo

A intenção do trabalho é oferecer uma breve abordagem da Guerra da Argélia e do colapso da posição francesa. O artigo parte de um ponto de vista militar e social, e argumenta que a colonização francesa da Argélia baseou-se na noção de que a Argélia era mais do que uma mera colônia sendo, ao invés disso, culturalmente integrada à França. A Segunda Guerra Mundial impôs aos franceses atrocidades tais que os cidadãos continentais se tornaram mais conscientes das liberdades individuais e das atrocidades cometidas durante uma guerra, enquanto a perda militar francesa da Indochina em 1954 trouxe a lição de que uma brutalidade crescente era necessária para vencer uma campanha de contra-insurreição. Os militares franceses aplicaram as lições da Indochina na Argélia e o conflito de valores quase causou uma guerra civil. De Gaulle tomou o governo parisiense e pelos próximos anos suprimiu o exército e abandonou a Argélia, e no processo forçou os franceses a se auto-redefinirem como intolerantes à tortura e culturalmente separados da Argélia.

Palavras-chave: França, Argélia, Terrorismo, Radicalismo Islâmico, Contra-insurgência.

The French obsession with Algeria from the time of its conquest to the Évian Accords created a political climate that could not change without fundamentally redefining the French identity. The Algerian's struggle for independence was through and through a political struggle, with (epitomizing Clausewitzian ideals) the actual violence serving as an expression of their political agenda. The challenge faced by the FLN was to unite the Arab population against the French and create an Algerian government with the FLN leaders as the only legitimate powers and this was accomplished by the terrorist campaigns between 1954 and 1962. The failures of the French can be summarized as a consistent misreading of the arising situations, from the mass arrests that radicalized much of the population in the initial phase of the struggle to the assumption that Algerian independence was part of a larger communist expansion than a nationalist movement. These misconceptions combined with the almost fanatical attachment to Algeria tore France apart by forcing her to compromise her liberal values with her attachment to North Africa.¹ It appears now that there is little that the French could have done to retain their original (pre-1954) hold on their colony, but the evacuation of Algeria mandated that France move away from certain values of the Fourth Republic. The violence in Algeria and the political struggle in Paris forced the Fifth Republic to establish new values and allow for a France without colonies.

The French colonization of Algeria originated from Charles X's desire to avenge an insult from the Dey of Algeria against the French Consul.² The fact that it took three years for the French to retaliate combined with the constant investment indicated that Charles was probably interested in using, to paraphrase Alistair Horne, '*gloire*' as a distraction from the torrid abuses and shortcomings of his regime. After the fall of Algiers, the struggle carried on, irrespective of the collapse of Charles X's regime. The steady flow of colonists and the continued military operations in the war started by a reviled monarch indicates that colonization was politically convenient, with the newly formed second republic declaring it an "integral part of France."¹ Questions over what exactly was "Algerian" caused problems for all potential revolutionaries. The non-*Pied Noir* population was not ethnically unified, and the problem of bringing them together beyond the fact that they were not French was handled uniquely by the revolutionaries in the 1950s and will be addressed later in this paper. Ferhat Abbas gained fame for saying before the revolution, "I will not die for the

¹ This came both from the powerful *Pied Noir* lobby and members of the military who felt that making concessions in Algeria would dishonor the fallen.

² Olivier Le Cour Grandmaison, "Liberty, Equality and Colony", accessed on 7.30.2008 from <http://mondediplo.com/2001/06/11torture2>

Algerian nation as it does not exist.”³ The offspring of the colonists strongly identified with French ideals and French history without ever knowing mainland France. This resulting population, while proudly self-identifying as French, only knew Algeria as their home.

With this in mind, it is no surprise that the strongest lobby for *la Algérie Française*⁴ came from the African-born Europeans. This population, the *Pied Noir*, in addition to their increasing size, enjoyed a considerable sway over the French government. Unfortunately, this left the Muslim population, the “Algerians”, to be marginalized. Horne notes that the major reform efforts proposed by Paris for the Algerians were, in fact, torpedoed by the *Pied Noir*. Horne specifically cites both a measure to provide increased liberties to Algerians who had served in the First World War and the Blum-Viollette Bill, which offered citizenship to an unprecedented (albeit still far from being in any way representative) number of Algerians. Both of these bills were “stillborn” (to use Horne’s term) because of the *Pied Noir* lobby.⁵ The French perception of the Algerians was mired in racism. French author Pierre Nora satirically describes a courtroom where a man is testifying, stating that five witnesses were present to a crime, “Two men and three Arabs.”⁶ This revealing comment represented an attitude not only possessed by the *Pied Noir*, but also by the continental French, and, ultimately, served as an unspoken foundation for the military’s understanding of the conflict.

The Sétif rising in 1945 served only to further divide the Arab resistance, but the opening of the Algerian war on All Saints’ Day (November 1st), 1954. Ben Bella and the rest of the CRUA (Comité Revolutionnaire d’Unité Algérienne) were empowered by the French humiliation at Dien Bien Phu, that same year. The fact that a major colonial power had been undeniably defeated in a pitched battle by the colonized people served both to empower the subjugated and to insult the French in such a way that their pride would blind their strategic judgment. The character of the struggle that emerged in Algeria was a significant break from both the positional warfare of the early half of the century and of previous guerilla strikes. While the attack on All Saints’ Day in 1954 hit police and military barracks, it achieved little tactical success and failed to cause significant

³ Alistair Horne, *A Savage War of Peace* (New York: 2006) Pg. 404-It is important to note that Abbas did eventually throw his allegiance in with the FLN.

⁴ The author wishes to note that this term was used heavily in Horne’s *A Savage War of Peace* and will be used in this paper to refer to the concept of a French-controlled Algeria.

⁵ Horne, p.36-37.

⁶ Horne, p.55.

disruption.⁷ The FLN (Front de Libération Nationale) realized true success not by striking at the French military, but instead at civilian targets, including both *Pied Noir* and Muslims who they saw as aiding the French. The French failures in this situation were their attribution of the struggle to foreign agitation. The notion of foreign agitation would be recurrent throughout the Algerian war. It was widely believed by the French that Egypt was the nexus of the resistance and this was buttressed by the seizure of the ship *Athos* that was carrying guns from Egypt to Algeria in 1956. The appeal to the Communist nations later sowed the fear that the FLN was a communist front.⁸ A serious error in judgment on the part of the French was the principle of “collective responsibility” and the mass reprisals that it entailed. Horne claims this was forced upon then-Governor General Jacques Soustelle by the military (the first step in a long series of instances where the military tail would wag the dog). The effect of collective responsibility is that in launching mass arrests and failing to limit the violence of the French soldiers, the Algerian community was driven further away from the French and, in Horne’s words, “...the army would regard almost every Muslim as a potential killer.”⁹

The strength of the FLN came from its ability to survive and from the polarizing effect that it had on the populations. As previously noted, they increased their membership by drawing the French into overreacting and further alienating the already divided population, the FLN increased its offensive by using terror to enact social and cultural change. For example, the FLN sought to boycott the *Pied Noir* tobacco and spirits industry, so they banned Muslims from consuming any of these products under the penalty of mutilation or death. Additionally, they established their own media outlet, including the illicit radio station “Voix de Algérie” which allowed the FLN to spread their message to a much wider audience (allowing them, in Horne’s words, to become a “mass movement”)¹⁰. In addition to spreading their message, the FLN struck at what they saw as representative of French culture. The French education system became a target, with schools burned and teachers terrorized. To replace these, the FLN created its own schools (and hospitals and other social services). Inside these new institutions, FLN supporters reinterpreted history so as to portray the French as ignorant and violent and the Algerians as advanced and unified.

⁷ Horne, p.104.

⁸ Horne, p.158, 463.

⁹ Horne, p.102, 112-115, 136.

¹⁰ Horne, p.112, 133.

The results were that young Muslims were taught a visceral hatred for the French colonists, further isolating the two communities.¹¹

In Paris, the idea that Algeria could be separated from France had not entered anyone's mind; however the demographics were such that if everyone in Algeria were enfranchised, the Muslim Algerians would soon dominate the elections. After a series of successes at the ballot for the Algerian Muslims in the municipal elections of 1947, The French began to manipulate the election outcomes in 1948 and by 1951 (in Larkin's words), the elections to the Algerian Assembly and the French National Assembly were "effectively stage-managed."¹² By the year 1954, however, the Laniel administration collapsed in a vote of no confidence following the defeat at Dien Bien Phu. Pierre Mendés France was elected with the expectation that he would bring an end to the struggle in Vietnam (which he did successfully, allowing the USA to replace the French). Unfortunately, the downfall of Mendés France came from his treatment of Algeria, specifically in the policies of the comparatively liberal governor-general Soustelle.¹³

Soustelle's objective in French Algeria was to import the liberal values that had taken hold on the continent and extend them to the native Algerians. To assist with this task, he employed Germaine Tillion and Vincent Monteil, two famous reformers who were to assist with studying the Algerian condition.¹⁴ Under Soustelle, successful inquiries into the Algerian plight were accomplished, and Soustelle advocated the idea of "integration"—the first major push for reform since the Blum-Viollette bill. Under this vision, all of the occupants of Algeria would be afforded equal rights.¹⁵ As previously noted, the FLN saw itself as the only legitimate power in Algeria and to allow this kind of inclusion into French society could only rob them of their support. The *Pied Noir*, seeing themselves as part of Algeria (and in no way inclined to threaten what they had, much less even think about leaving) were especially sensitive to the fears mentioned by Larkin, as the expanding Algerian population, if permitted to vote, would be in a perfect position to retaliate for all the historical injustices. With the combined sentiments of the *Pied Noir* and those leading the FLN, it is no surprise that Soustelle came under fire from every direction. The mounting pressure to deal with terrorism led Soustelle to implement shortsighted maneuvers

¹¹ Horne, p.403.

¹² Maurice Larkin, *France Since the Popular Front* (Oxford: 1988) p.226-228.

¹³ Larkin, p.237-241, 245-246.

¹⁴ Horne, p.109-110.

¹⁵ Horne, p.107-109.

in haste, such as the “collective reprisals” mentioned earlier. Soustelle’s reign of ineffective liberalization and short-sighted offensives happened to contain two major victories for the FLN: first the issue of the uprisings being discussed, which Soustelle described as being more helpful than “a convoy of arms.” The second victory for the FLN was the Phillipville massacre (August 20th, 1955), which killed 37 men women and children and left thirteen injured and provoked reprisals by *Pied Noir* vigilantes (arguably paving the way for increasingly radical organizations that would come to threaten the stability of the French government).¹⁶ Under Soustelle, the divisions between the *Pied Noir* and the Muslim community became greater, and the strife only grew worse. The additional failings of peace overtures served as the nails in the coffin and Soustelle left Algeria in the beginning of February 1956.¹⁷

The rise of Guy Mollet after the fall of Eduard Fare (who succeeded Mendés France) saw a further radicalization of the *Pied Noir*, with the emergence of the “ultras” and the emergence of vigilante organizations, often times led by World War II veterans who felt that they were entitled to some sort of recognition for their service, and that they were being betrayed by liberals in Paris and by Soustelle. A notable characteristic of these groups was that they felt that they had little faith in the French government and had little objection to use violence to express their outrage, notably illustrated by the firing of a bazooka into the offices of the Commander-in-Chief of the armed forces, General Salan. The quote of a *Pied Noir* demonstrator illuminates the mindset of the hardline and its decision to resort to violence:

The FLN has taught us that violence is profitable for Muslims. We are going to organize violence by Europeans and prove that it too is profitable.¹⁸

The FLN strategy fell into place like clockwork in a watch. The terror inflicted on the Muslim community had destroyed European-Muslim relations that bred paranoia and mutual suspicion. The increasingly visible bombings and massacres underscored European vulnerability, which then generated impatience with each successive administration (Laniel, Mendés France, and Faure had fallen; Mollet would fall because of the Battle of Algiers). In addition to the aforementioned “ultras” and vigilante groups, the army began to show

¹⁶ Horne, p.118-124.

¹⁷ Horne, p.127, 181-182.

¹⁸ Horne, p.148-151.

increased autonomy, especially in its decision-making, which led to the major gaffe that was the abduction of Ben Bella. He was flying from Morocco to Tunis when the pilot received orders purporting to be from the French Ministry of Defense to land in Algiers. As soon as the aircraft touched down, the *gendarmes* stormed the aircraft and arrested Ben Bella. This operation was clearly executed without the consent of the civilian government of France, and it nearly sparked an international incident. This placed Mollet and then governor-general Lacoste in an intractable position; the international community was disgusted by this act and the Muslim Algerians were outraged, however the *Pied Noir* saw this as a gallant move and were so enthused that Mollet stated, “I could not liberate [them]...My government would have fallen overnight.”¹⁹ Before the beginning of the Battle of Algiers, the Muslim community had (apart from the *Harkis*—Muslim auxiliaries in the French Army, and other French supporters) been forced together by the European reprisals. A liberal *Pied Noir* was quoted as saying at the end of 1957 that there were no more moderate Muslims, that:

...Within a few months it’s finished. No one any longer. As a result of bullying them, arresting them, interning them, and occasionally killing them—you’ve won; but everybody who represents anything of importance in this country has gone over to the FLN. There are no more intermediaries.²⁰

This author is loathe to indulge in comparing the French experience in Algeria with the American experience in Vietnam, but several important parallels can be drawn between the Battle of Algiers and the offensive launched during the Tet holiday eleven years later. Tet shook the faith of the American people; it overwhelmed the nation with a sense that they had been lied to, it greatly strengthened the anti-war movement, it put the Viet Cong at their weakest and it set off a chain of events that led the military to feel that it was abandoned by the citizens it served. If Tet was a cinder block on America’s chest, Algiers was an anvil to France. Most importantly, the Battle of Algiers paved the way for *Résurrection*, the collapse of the Fourth Republic, and the rise of De Gaulle.

The Battle of Algiers opened as a reprisal against the French executions of Algerian prisoners. It was intended to be the largest offensive to date and the aim was to break the French will to fight by causing a disproportionate number of civilian casualties:

¹⁹ Horne, p.159-161.

²⁰ Horne, p.220.

Announcing that for every guillotined member of the FLN a hundred French would be killed indiscriminantly...Saadi Yacef (who...had taken over the Algiers network) was told to 'kill any European between the ages of eighteen and fifty four...

The immediate impact of this “open season” tactic was the shooting of 49 Europeans over a three day span (June 21-24, 1956), which was met with a powerful bomb that killed 70 Muslims, placed by the precursor organizations to the OAS (Organisation Armée Secrète) which would eventually become one of the biggest threats to French security towards the end of the war.²¹ The end of the year saw increased murders and terror bombings by the FLN. The bombings themselves now were often carried out by women as part of a change in strategy where people would be targeted in the bombings instead of property. Violent mob reprisals against innocent Muslims increased in addition to the selective targeting by vigilante groups One of the more famous reprisals occurred after the assassination of the Mayor of Algeria and subsequent bombing of the cemetery during his funeral. The mob attacked men and women indiscriminately and left 4 dead and 50 injured.²²

The month of January 1957 saw General Jacques Massu arrive in Algeria, to accompany the new chief of staff of the paratroopers, Colonel Yves Godard. With the arrival of these generals, the greatest tactical offensive against the Algerians would be opened (with the notable exception of the response to the January 28th strike, which resulted in the pillage of Muslim shops and businesses all across the country, which itself only increased participation in the general strike).²³

The frequency and the intensity were rapidly increasing, and Godard faced enormous pressure to halt the bombings. Godard determined that the only way to stop the bombing would be to by capturing the leaders and destroying the network inside Algiers. To this end, he stated, “Intelligence is Capitol.” Given this, then, Godard and Massu made a Faustian bargain in their decision to permit torture in their interrogation centers. The issue of torture opened a deep wound in the French conscience, recalling the injustices perpetrated by the Nazis. The ethical considerations came back to hurt France, by seriously damaging its image as a liberal and humanitarian state and by the profound psychological damage that it had on its own soldiers. The strategic considerations also became relevant,

²¹ Horne, p.183-184.

²² Horne, p.185-187.

²³ Horne, p.188-192.

for the news of torture being used on prisoners in cold blood both angered the Muslim community and the international community for its violation of the Geneva convention. It is true that by the fall of 1957, the bombings and attacks had stopped and the FLN could no longer fight within the cities, but the cost was irreparable damage to the French image and its soldier's humanity.²⁴

The last few months of 1957 saw the leaders of the Algiers network dead or imprisoned and the FLN abandoning Algeria with its tail between its legs. The extensive penetration of the terror networks by French informants, the information extracted by Godard's interrogation centers and the disruption of Muslim communities by the forced relocation of entire villages²⁵ made it impossible for the FLN to wage terror campaigns the way it had before inside of Algeria, so the remaining leadership (now plagued with internal divisions) sought refuge in neighboring Tunisia, with the city of Tunis serving as its base of operations.²⁶ Tactically, times had never been better for the French military, but the abuses by Godard's paras came to the international light, bringing the FLN attention from the UN and then-senator John F. Kennedy. The outcry against the French abuses also enabled the FLN to expand its operations into France where it extorted money from Algerians living in France. The emergence of a new anti-war movement also led some extreme left-wing extremists to provide clandestine support for the FLN, the most famous of these being Francis Jeanson who helped the FLN smuggle its funds out of France and into Swiss banks where it could be laundered. Amidst the negative popular opinion, the Mollet government collapsed, leaving France without government for twenty-two days.²⁷

Having driven the FLN across the Tunisian border, the French erected a highly secure border fence (electrically charged, supported by troops, mines and helicopter support, extending from the sea to deep into the Sahara) to contain the FLN. This fence was subject to almost perpetual attack from the FLN soldiers, however it proved to be an effective killing field, forcing the FLN to waste essential manpower in staging pitched battles against the French border forces, which were acquiring aircraft from the US and using new tactics to detect and kill the rebels. A noticeable example came at the position of Souk-Arhas, where 820 men launched an all out scramble to cross the line and reinforce

²⁴ Horne, p.198-199, 204-206, 219.

²⁵ This forced relocation, much like the torture, would eventually prove itself a strategic cost.

²⁶ Horne, p.212, 217-221, 223- The French never understood how serious the divisions were, but the FLN found it necessary to assassinate Ramdane Abane, one of their top leaders, to preserve unity. Horne, p.228-229.

²⁷ Horne, p.234, 237-238, 243-246.

FLN forces already inside Algeria. While significant numbers breached the line, at least 620 rebels were captured or killed by the French, who large transport helicopters to rapidly move soldiers to points of conflict. The Morice line by itself was serving its purpose effectively, however the army was growing increasingly comfortable with its autonomy and, in February of 1958, launched a raid into Sakiét, a village on the Tunisian side of the border without seeking permission of the civilian government.²⁸

This cross-border incident was the next step in a quick succession of events that ruined the army's confidence in the Fourth Republic. The army saw a large number of FLN casualties and had seized a great number of weapons and saw concerns over the border violation as a sign of an ineffective government. In Paris, the incident caused pressure to mount from England and Britain and the Galliard government (which replaced Mollet) fell in a vote of confidence backed by both the center and the Communist Party. The final straw that broke the army's tolerance of the Parisian government was when the FLN decided in May to execute three French soldiers it had captured a year previously.²⁹ These executions were not particularly well received by the European population, and the rumor of an upcoming mass riot encouraged governor-general Lacoste to flee Algeria. The absence of leadership both in Paris and in Algeria created a vacuum, and in the midst of a demonstration that turned into the ransacking of the vacant governor-general's office, the army opted to create a Committee of Public Safety that would hold Algeria together until some semblance of order could be restored.³⁰

The ensuing confusion left people appealing for a great unifying power, and the first choice was Charles De Gaulle, the man who had rebuilt France after the end of World War II. De Gaulle was a safe choice as he was a national hero who could appeal both to the citizenry of France and the increasingly agitated military. And in a sort of "Father-knows-best" manner, De Gaulle accepted the personal invitation to take the reigns of the turbulent nation, on the condition he be given an absolute free hand in the running of the country for the next six months. During these machinations, the Army had taken over Corsica, and the paratroops were making plans to land in France and seize Paris, with the promise of support from the Second Armored Task Force. The objectives of this putsch, codenamed *Résurrection* was to completely shut down the government and paralyze the assembly while

²⁸ Horne, p.263-267.

²⁹ Horne, p.267-270.

³⁰ Horne, p.283, 285-287.

the army installed De Gaulle. Fortunately, the assembly capitulated and formally permitted De Gaulle to establish a new government.³¹

Undoubtedly the most painful position De Gaulle found himself in was that he came to be seen as the one who would provide a magic cure-all solution to the woes in Algeria. He was everyone's hero and as such he was expected by the many different factions with opposing interests to fight for their own specific objective. With the expectation that he would please everyone, it was a miracle that he was able to please anyone. Most importantly, De Gaulle realized that the status quo in Algeria was not sustainable, and that peace would come at a price to France. This upset the army for two reasons: first, the operations in Algiers had been successful and the FLN had been driven across the Moulouza line. Why would they back down now? Secondly, because of *Résurrection*, the Army felt that "De Gaulle was "their man," and believed that it was the threat of *Résurrection* that put him into power.³²

It was, in fact, precisely because of the unprecedented level of autonomy displayed by the army in the taking of Corsica and threatening Paris that De Gaulle had to reform the army. To prevent another *Résurrection*, over 1,500 officers in Algeria had either been reassigned to bases within France or Germany or forcibly retired, and the Committee of Public Safety was disbanded by October of 1958. It was at this same time when De Gaulle extended an olive branch to the FLN, the "Paix au Braves," which was met with a new wave of bombings (some of which would now happen in mainland France) and a categorical rejection of all peace overtures except total French withdrawal. Additionally, the National Assembly feared that this would signal to the continental population that the French were on the run, while the *Pied Noir* "ultras" saw this as De Gaulle stabbing them in the back while the army saw this as a military setback.³³

De Gaulle had placed General Maurice Challe in charge of the offensive, under whom tactical success was achieved, including improved use of helicopters for rapid response situations and increased participation of Muslims in the *harkis*. The cost of this was worsening conditions for villagers outside the cities who found themselves in ever-worsening displacement camps. The greatest frustration to the French army, according to Horne, is the simple fact that no matter what the French did, they could never completely break the FLN. By the sheer fact of its survival it defied Challe's efforts and laughed at the

³¹ Horne, p.293-298.

³² Horne, p.546.

³³ Horne, p.306-309, 317.

peace offerings extended by De Gaulle, taking these to be a sign of a weakening of the French will to fight.³⁴

The position of the Algerian Muslims having been solidified, the toll of the violence committed against the *Pied Noir* soon served to harden and radicalize the European population. The continued offensives and peace overtures (bringing terms like “self-determination” and others vaguely reminiscent of long deceased reform measures) portrayed the French to the FLN as floundering and pursuing an easy way out of the conflict. De Gaulle’s peace overtures were often searching for a certain moderate element to end the war favorably for the French. This was not to be, for any moderate movement existing in Algeria was either killed or cowed into submission by the FLN or driven to the extreme by the draconian reprisals and moral transgressions performed by the French forces. The proven strength of the FLN had been its survivability, and even after Challe’s offensive, defeating the French had become a waiting game. To the *Pied Noir* “ultras,” the French overtures for peace became another cog in a vast mechanism unintentionally built by the threefold combination of the FLN attacks, the Army’s inability to crush the FLN, and De Gaulle’s apparent desire to sell out the European population of Algeria to the Muslims.

The first terrifying demonstration of this rage came in the form of the uprising during called the “Barricades Week,” instigated by Jo Ortiz, the leader of the newly-established FNF (“Front National Français”). The continued presence of FLN attacks had driven *Pied Noir* civilians to align themselves with Ortiz’s faction, as had the French colonels who believed that 1960 would see France separate itself from Algeria.³⁵ With the new Fifth Republic, De Gaulle was in a ripe position to modernize France, however Algeria and those who fought to keep the French mired in it. Bernard Tricot recalls De Gaulle as an innovator and a military man at heart, and describes Algeria as an “archaic war” and wrote that

...It [Algeria] was all very distasteful to him. What he really desired to do was to modernize the French army and bring it into the atomic era, and this was always impeded by Algeria.³⁶

If one treats the army as a metaphor for France as a social and political actor, then the conservative factions led by Ortiz and the colonels were the beginning of a series of

³⁴ Horne, p.333-335, 338, 348.

³⁵ Horne, p.349-353.

³⁶ Horne, p.381.

death thrashes of the old France. While Ortiz and the FNF did seize national attention with the general strike that they incited, their support from the military failed to materialize (quite arguably due to De Gaulle's personal appeal that all soldiers retain their allegiance).³⁷ Tragically, the French military would not show the same restraint in the future.

The summer of 1960 saw another attempt at peace with the negotiations at Melun. These were both brief and heartbreaking for De Gaulle, for the FLN representatives spent their time arguing that the imprisoned Ben Bella should be present and that more high-ranking officials should be present for the discussions. After reiterating the firmness of the FLN's position and categorically rejecting any sort of compromise, De Gaulle disbanded the talks on June 29th, 1960.³⁸ The failure of the peace further polarized the French electorate, with the continental left (although none were actually members of the Communist Party) producing the "Manifesto of the 121," which incited French conscripts to desert, while General Salan (now retired) declared "total war" against De Gaulle and named himself leader of the *Algérie Française* movement. So completely disgusted by De Gaulle's rule, he returned covertly to Algeria with retired General Edmond Jouhaud. Increased discussions of the possibility of an Algerian Republic caused Marshall Juin, one of De Gaulle's closest friends, publicly accused De Gaulle of abandoning the *Pied Noir*, brought the resignation of Governor-General Delouvrier's Secretary-General André Jacomet, and caused the Governor-General himself to be attacked by demonstrators on Armistice Day. Eventually, there arose a plot to incite a revolution (to take place in December, 1960, upon De Gaulle's arrival), loosely coordinated between elements of the military and the "ultra" *Pied Noir*, with the separate objectives of hardening the French policy towards the Algerians and killing De Gaulle held respectively.³⁹

The uprising failed completely. The "ultras" were rebuffed and the civil leadership in Algeria was purged. The sting of this humiliation only angered the generals further and encouraged them to attempt again with greater planning. Within the *Pied Noir*, a new organization that would persist beyond the General's Putsch and well into the Évian Accords—The Organization Armée Secrète (OAS).⁴⁰ Having both been split off from the Muslim community long ago, and further isolated from the continent since *Résurrection* and

³⁷ Horne, p.369-371.

³⁸ Horne, p.394-395.

³⁹ Horne, p.418-423, 427.

⁴⁰ Horne, p.432-434, 440.

the rising in December, it can be argued that a split was emerging between the army and the *Pied Noir*. Challe declared upon the Generals seizing power:

I am in Algiers, together with Generals Zeller and Jouhad, in order to keep our solemn promise, the promise of the Army to hold Algeria, so that our dead will not have died for nothing.⁴¹

While these men led the uprising, they could not totally control their armies. The disenchanted lower ranking soldiers began to express their outrage towards their officers, and fuel was added to this fire in what Horne describes as another “victory of the transistors” where De Gaulle broadcasted via radio orders that the soldiers had a duty to halt the rebellion at all costs. In doing so, De Gaulle found a line that Challe would have to cross if he wished to insure that the “dead will not have died for nothing.” The prospect of having to order his soldiers to fire on their comrades-in-arms sickened him, and it was Challe who persuaded the Generals to stand down, and it was Challe who personally accepted total responsibility for the actions of The Generals. In this decision, the military could no longer oppose De Gaulle’s peace overtures.⁴²

Where the OAS broke from the military was that it was an inherently predacious organization. The OAS’s primary tactic was terror and chaos, and it took on a form somewhat like a film negative of the FLN. Horne writes:

By and large, the *Pied Noirs* were led to believe and trust in the OAS as an organization protecting their interests, just as the FLN had fought so successfully for Muslim interests...⁴³

Unlike the four generals, the OAS had no objection to targeting other French or even *Pied Noir* who they saw as too liberal. Their tactics involved mass bombings, professional assassins known as “killers.”⁴⁴ Their attacks mirrored in many ways the policies of the FLN in the opening of the war, as they sought to antagonize the Muslims into launching a blind counterattack, which would force a French response and destroy the ongoing peace talks at Évian.⁴⁵ A practical consideration of their strategy reveals gaping flaws and

⁴¹ Horne, p.450 -Salan had been in Spain in exile since the previous uprising, but he would soon join the other three generals.

⁴² Horne, p.457-459.

⁴³ Horne, p.488.

⁴⁴ Horne, p.486-488.

⁴⁵ Horne, p.508.

illuminates the failure of the OAS. As noted earlier, the FLN gained its strength by its ability to survive. The struggle fought by the FLN had a certain inevitability about it, where it appears that so long as their movement survived, they would win. The OAS on the other hand was attempting to reverse French policy being enacted during the height of their activity. They were fighting against time. Another major flaw in their strategy was declaring their strategy would be to implement total chaos and prevent the French government from being able to enact their own policies. The killings and bombings of before had served to attract everyone's ire, however the targeting of government workers put them into direct conflict with the army, which had initially been slightly sympathetic to the conservative movement. The final sick and tragic irony was that the environment of terror created by the OAS had surpassed the level of angering the *Pied Noir* at those providing their security, and instead prompted the beginnings a mass exodus that would end with 1.38 million Europeans departing for France and tens of thousands leaving for other countries.⁴⁶

Decolonization is our interest and, therefore, our policy. Why should we remain caught up in colonization's that are costly, bloody and without end, when our own country needs to be renewed from the bottom up?⁴⁷

In a four-year span, France came undone. The violence, the struggle and the moral compromises made left the continental French enraged and the Algerian French without faith in their leaders. In a sort of soul-searching manner, France, under De Gaulle, had to determine what it would fight for. By the close of the Battle of Algiers, the French army had demonstrated that it could, on a tactical level, fight against the FLN, however this fighting had created a permanent rift between the Muslim and European communities, and as such, had the fighting continued, France would have to devote all of its attention to a permanently alienated and disenfranchised community dwelling within its borders, as well as live with a backslide off the moral high ground. De Gaulle's decision to disentangle himself from Algeria was a concession to the values of the continent; that France could not be defined by its colonies and that it could not remain odious in the eyes of the international community or its own citizens. The conscious, albeit protracted, effort to seek peace with the Algerian resistance at any cost was an immense sacrifice to those who had never known

⁴⁶ Horne, p.516, 528-529, 533.

⁴⁷ Horne, p.444.

the continent and to those whose comrades had sacrificed their lives to continue holding north Africa. Additionally, it was a defeat, in the sense that the FLN achieved quite handily its political agenda through the use of violence and by surviving French suppression. The task of accepting this defeat required both the acceptance by the military that the fallen would not be dignified through the perpetuation of struggle. Unfortunately, the “ultras” of the *Pied Noir* had so hardened their side, that the almost *Deus ex Machina* solution of the mass exodus was the only solution to the problem of the French Algerians. After another four years, France was well again.

“It was a victory march. That may seem curious, but it was really symbolic, because in these last days it represented a great victory over ourselves...” – Christian Fouchet.⁴⁸

Artigo recebido em 28/12/2008 e aprovado em 20/02/2009.

⁴⁸ Horne, p.534.

Tipos de interpretação sobre as especificidades do objeto do conhecimento na História das Ciências

Fernanda Schiavo Nogueira
Universidade Federal de Minas Gerais/Graduanda em História
fernanda.schiavo@uol.com.br

Resumo

No presente trabalho, propomos breve discussão sobre o papel desempenhado pelos fatos na construção do conhecimento científico, a partir do ponto de vista de autores consagrados, ligados à Historiografia das Ciências, com enfoque especial para o tratamento dado às “ciências duras”. Paralelamente, priorizaremos as maneiras por meio das quais a relação desenvolvida entre sujeito e objeto do conhecimento influencia a compreensão de cada pensador a respeito dos saltos qualitativos ocorridos na ciência, ao longo do tempo. Finalmente, refletiremos sobre a necessidade de problematizar como fica o estatuto de verdade conferido à ciência, a partir do relativismo instaurado pelo Programa Forte, desde os anos 1970. Durante toda a investigação, privilegiamos as especificidades das interpretações de pensadores, tais como: Ludwik Fleck, Thomas Kuhn, Bruno Latour e o Programa Forte de Sociologia, da Escola de Edimburgo, focalizando David Bloor.

Palavras-chave: ciência, historiografia, fato

Abstract

In the present work, we propose a brief discussion of the role of facts in the construction of the scientific knowledge from the point of view of recognized researchers in Historiography of Science, with emphasis on the attention given to the “hard sciences”. We also prioritize the ways in which the relation developed between subject and object of knowledge influences the ways each of the thinkers understands qualitative leaps in science over time. Finally, we reflect upon the need to question the situation of the truth status given to the science, taking in account the relativism proposed by Strong Programme, since the 1970s. During the investigation, we privilege the specificities of the interpretations of thinkers like Ludwik Fleck, Thomas Kuhn, Bruno Latour and also of the Strong Programme from Edinburgh School, focusing on David Bloor.

Keywords: science, historiography, fact

Durante longa data, a ciência moderna apresentaria como principal fundamento a crença quase religiosa na positividade dos fatos, considerados o solo firme para a construção das bases das investigações. Dentro da perspectiva, o construto era projetado como dado pronto, dotado de “existência fixa, permanente”, categoria constante e igual ao longo do tempo, “independente das opiniões subjetivas do observador”.¹ Os processos do mundo constituiriam fatores “tão objetivos que sempre eram interpessoais”: elementos àqueles que poderiam ser acessados indubitavelmente e descritos por qualquer pesquisador, sem

¹ FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*. Introducción a la teoría del estilo de pensamiento y del colectivo de pensamiento. Madrid: Alianza Editorial, 1986, p.43.

distinções.² Sem a necessidade do trabalho de interpretação, cada fenômeno, tal qual entidade onipotente, falaria por si, enunciaria, sozinho, verdades eternas, consideradas provas cabais, de onde originaria fontes seguras para o conhecimento. Logo, para a criação de teorias em absoluta coincidência com a realidade, caberia ao cientista capturar, pela descrição, a objetividade dos processos do mundo, atento para não contaminar, com subjetivismos, a pureza dos dados coletados. Portanto, o universo da ciência estaria polarizado em duas instâncias, sujeito e objeto do saber, então diametralmente opostas: a “mente ouvinte”, pura passividade e silêncio, e o “mundo falante”, pura objetividade e verdade.³

Contra a tendência, tanto Fleck⁴, quanto Kuhn⁵ alertariam sobre os graves limites da concepção de orientação positivista, segundo a qual o fato era compreendido como natural, dado existente desde sempre, sob uma mesma forma. Para os autores, o objeto consistiria em construto criado por determinada comunidade de cientistas, no bojo de complexas relações com a sociedade, tão dinâmico que se desenvolveria ao longo do tempo, sofrendo variações de um momento a outro. Particularmente, o intrincado processo descrito poderia ser mais bem visualizado na obra magna de Fleck, na medida em que o autor tomaria, como tema central do livro, o estudo de caso concreto: a lenta construção do fenômeno sífilis. Do século XV a meados do XX, o pensador acompanharia a trajetória no tempo das categorias de definição da doença, com ênfase nas características adquiridas pela enfermidade, quando da transição de um estilo de pensamento a outro.

No livro *A estrutura das revoluções científicas*, o desenvolvimento de novo fato, inscrito na ciência, dependeria da constante “redeterminação dos referenciais de definição do

² KUHN, Thomas. *O caminho desde A estrutura*. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p.135.

³ LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*. Ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. São Paulo: Edusc, 2001, p.28.

⁴ Ludwik Fleck, pensador polonês, falecido em 1961, médico e biólogo, cujo principal alvo de preocupação era temas ligados à microbacteriologia. Ao longo da vida, manteve um engajamento no mercado de trabalho mais afim com sua formação acadêmica, atuando em institutos de universidades, centros hospitalares e laboratoriais, voltados para microbiologia e imunologia. Contudo, Fleck realizou incurssões em outros campos do conhecimento, em especial, História e Filosofia das Ciências, influência esta clara em sua obra magna *A emergência e o desenvolvimento de um fato científico*, cuja primeira publicação ocorreu em 1935. O livro permaneceu em ostracismo por muitos anos até que venho a lume para o grande público, através de uma referência, feita por Thomas Kuhn, no prefácio do best-seller, *A estrutura das revoluções científicas*, na qual advertiria o leitor que a obra de Fleck antecederia muitas das idéias do pensador norte-americano.

⁵ Thomas Kuhn, pensador estadunidense, falecido em 1996, apresentava formação em Física, particularmente, em Física teórica, com atuação profissional mais versada sobre História e Filosofia das ciências. Ao longo da vida, lecionou em diversas instituições de ensino superior, a saber: Universidade de Havard (1949-1956), Universidade da Califórnia Berkeley (1956-1964), Universidade de Princeton (1964-1971) e, finalmente, o MIT, onde permaneceu até o fim da carreira acadêmica. Na atualidade, Kuhn permanece sendo considerado um dos mais influentes historiadores da ciência do século XX, reconhecido pelos estudos polivalentes, que fazem dialogar campos distintos do conhecimento, história, filosofia e sociologia.

fenômeno”, de maneira condizente as teorias vigentes no paradigma. De acordo com o ponto de vista, o fato e a teoria não comporiam mundos nitidamente separados, blocos estanques; pelo contrário, as entidades floresceriam da interação, de maneira tão articulada que uma não teria precedência sobre a outra.⁶ Na obra *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*, Fleck, embora consciente do quão as entidades estariam imbricadas, formularia duas conceituações distintas, a saber: “conexões passivas” e “conexões ativas do conhecimento”. O primeiro tipo de relação abarcaria a referência fundante da atividade dos cientistas, obrigatoriamente tomada como a base das investigações, os comportamentos manifestos pela natureza em laboratório. Enquanto o segundo tipo abarcaria o conjunto de pressupostos, criados e compartilhados dentro do estilo de pensamento, como tentativa de garantir inteligibilidade às observações colhidas durante as experiências testadas.⁷ Nas palavras do pensador, se as conexões passivas eram a “face objetiva” do conhecimento, “o que não poderia ser de outra maneira”, as ativas eram a “face subjetiva”, redes mais abertas à escolha do sujeito, “o que se poderia ver sobre um prisma ou outro”.⁸

Em *O caminho desde A estrutura*, Kuhn demonstraria a probabilidade de dois cientistas, embora submetidos à mesma estimulação, produzirem interpretações distintas, em função de elementos ligados à biografia de cada indivíduo. A cultura, a visão de mundo, as escolhas profissionais, a comunidade de cientistas e paradigma ao qual estaria aderido, delimitariam as possibilidades de compreensão do mundo: a passagem de umas (e não outras) informações a respeito dos processos do mundo.⁹ Se o olhar do cientista para a natureza não constituiria observação pura, objetiva, a leitura dos fenômenos implicaria espécie de “ver orientado”, olhar modelado por categorias, condicionadas segundo fatores da vida pessoal e social do pesquisador. Dessa maneira, desmoronaria o ideal de cientista do modelo de orientação positivista: o investigador com visão neutra, cujo alcance cristalino penetraria a pureza dos dados, trazendo a lume as coisas exatamente como eram.

Em *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*, as possibilidades de percepção do mundo do profissional dependeriam dos referenciais por meio dos quais os fenômenos seriam captados imediatamente sob “determinadas formas, sentidos”. Segundo o pensador, o procedimento envolveria a construção de “ver formativo”, obtido através de longo treinamento, voltado a adestrar o olhar do cientista a privilegiar a identificação de dados

⁶ KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005, p.146 e 186.

⁷ FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*, p.55 e 87.

⁸ FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*, p.96.

⁹ KUHN, Thomas. *O caminho desde A estrutura*, p.135-7.

concordantes com o estilo de pensamento vigente.¹⁰ De modo semelhante à Fleck, Kuhn compreenderia o “ver formativo” a partir do conceito de “gestalt”, modalidade, igualmente, “limitadora, coercitiva”, capaz de impor sobre quais ângulos a realidade seria ou não vislumbrada, de acordo com o paradigma, ao qual pertenceria.¹¹ Tanto o “ver formativo”, quanto a “gestalt” dificultariam, embora em proporções diferenciadas para cada autor, o reconhecimento, à primeira vista, da “diferença”, do “heterogêneo”, do que não era contemplado pelo modelo de compreensão do qual comungaria o grupo de cientistas adeptos. Se para Kuhn, dado a incomensurabilidade entre os paradigmas, o ver orientado de cada modelo inviabilizaria o entendimento de outros distintos, para Fleck, a mesma situação atrapalharia a compreensão imediata, mas não a impediria radicalmente, tal qual pressuporia o pensador norte-americano. Na obra *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*, Fleck destacaria a existência de instrumentos possibilitadores do acesso aos referenciais, integrantes do “ver formativo” de estilos de pensamento diferentes, tais como: a “comunicação indireta de idéias”.¹²

No livro *A esperança de Pandora*, Latour compararia a comunidade de cientistas à uma tribo: ambas portariam cultura particular, formada por redes de sentidos compartilhados, das quais proviriam as categorias de apreensão da realidade do grupo. Em *A estrutura das revoluções científicas*, Kuhn radicalizaria a defesa de Latour, uma vez que o autor demonstraria o quanto as referências comuns, ditadas pelo paradigma, influenciariam de tal maneira a gestalt que poderiam transformar “o mundo em [outro] inteiramente novo”.¹³ A mudança de um paradigma por outro possibilitaria a substituição abrupta dos pressupostos norteadores da ciência praticada, dito de outra forma, as lentes de leitura do mundo propiciariam padrões de compreensão absolutamente diferentes. Cada nova “gestalt”, instaurada no interior da comunidade de cientistas, “incidiria luz diferente” sobre a realidade, o que proporcionaria a conversão dos fenômenos familiares, antes habituais, em novidade, dessa maneira, “os patos virariam, subitamente, coelhos”.¹⁴ Contudo, ainda que a interação entre sujeito e objeto do conhecimento permitisse a criação de analogias com a óptica, a partir

¹⁰ FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*, p.131.

¹¹ KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*, p.160.

¹² FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*, p.87-90.

¹³ KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*, p.147.

¹⁴ KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*, p.148.

do uso do conceito “gestalt”, o ver orientado da ciência não poderia ser reduzido na função de filtro de valores, capaz de deformar a pureza das coisas em si.¹⁵

No entanto, se o fenômeno consistiria em evidência do funcionamento do mundo, considerado exterior e independente dos caprichos da mente humana, apresentaria a constituição da entidade natureza inerente, algum grau de ontologia? Tanto Latour, quanto Kuhn converteriam em alvo de questionamentos a concepção de orientação positivista, segundo a qual a realidade material era portadora de essência, cuja razão de ser das coisas emanaria por si, de maneira homogênea e universal. A ciência, embora envolvesse a manipulação dos mesmos fenômenos, desenvolveria interpretações distintas sobre os resultados obtidos nos experimentos para que as informações adquirissem significados, segundo o quadro de referência em jogo. Ainda que os processos do mundo existissem de forma inequívoca, “a pedra oscilaria pelo peso”, os dados apresentariam a própria natureza alterada, quando inseridos em redes de sentidos, variáveis de acordo com o paradigma vigente, “tanto o pêndulo, quanto a queda violenta poderiam descrever o movimento”.¹⁶

Em *A estrutura das revoluções científicas*, os avanços na construção do conhecimento da ciência ocorreriam a partir da combinação de categorias consideradas imbricadas, embora diferenciadas pelo pensador, através dos termos “invenção” e “descoberta”. Segundo a obra, os dois conceitos remeteriam ao surgimento de novidades: o primeiro no campo das teorias e leis, as redes de significação dos fenômenos, enquanto o segundo no campo das manifestações da natureza, obtidas durante as experiências. De acordo com Kuhn, novos objetos de estudo para o cientista originariam da descoberta de “comportamentos da natureza insuspeitados”, “produzidos inadvertidamente”, quando da realização das mesmas atividades, baseadas em “regras tradicionais”. Os fenômenos imprevistos brotariam em meio à constância dos procedimentos de manipulação da natureza, na condição de “anomalias”, ou seja, dados discordantes e não esperados dentro dos parâmetros da ciência normal, então praticada.¹⁷

Em *A estrutura das revoluções científicas*, para a transformação do incomum em familiar, não bastaria a realização de “mero ajuste aditivo” ao paradigma antes existente: a assimilação demandaria a “criação de teorias radicalmente inovadoras”. A operação exigiria “mudança destrutivo-constructiva”: os referenciais, anteriormente aceitos pelos cientistas, eram

¹⁵ LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*, p.159.

¹⁶ KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*, p.164.

¹⁷ KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*, p.77-8.

demolidos para ceder lugar a fundação de outros “tão inteiramente novos que incomensuráveis” em relação aos antecessores.¹⁸ Todavia, a mesma obra advertiria sobre o quanto nem todas as descobertas surtiriam efeitos tão contundentes para a ciência, novos tipo de objeto de estudo: haveriam àquelas “preditas”, consideradas dentro das expectativas do paradigma vigente, enfim consistiriam em “quebra-cabeças com solução”. Assim, se as descobertas preditas trariam situações-problema insuficientes para extrapolar as capacidades da ciência normal, implicariam resultados passíveis de adaptação aos modelos existentes, mesmo quando excepcionais, poderiam ser convertidas em explicações *ad-hoc*.¹⁹

Em oposição às colocações de Kuhn, Fleck não traduziria o trabalho de construção de novos fenômenos tal qual o surgimento repentino de anomalias indomadas, tão potentes que provocariam a revolução na atividade da comunidade de cientistas. Na realidade, novas descobertas constituiriam o ponto de partida para o desencadeamento de “mudança harmoniosa”, sem descontinuidade abrupta, dito de outra forma, a lenta reorganização das teorias e experiências dentro do pensamento coletivo.²⁰ O processo descreveria a evolução gradual de um conhecimento a outro, a variação parcial do estilo de pensamento vigorante, a partir da qual o “inexistente” manteria elos com o “existente”, sem incomensurabilidades.²¹

Apesar das claras discordâncias entre os pensadores, seja para Fleck ou para Kuhn, a construção de novo fato para ciência não resultaria do trabalho isolado do investigador ermitão, ilhado em pensamentos geniais, através dos quais, sozinho, traria a lume o objeto. De acordo com os dois autores, o processo requisitaria longo trabalho coletivo, fundado no interior da comunidade de cientistas, em meio a uma rede intrincada de comunicação, a partir de complexos intercâmbios entre os discursos, leigo e especializado. A obra magna de Fleck caracterizaria o “científico” e o “não-científico” como instâncias relacionadas, em profundo estado de interação: a primeira modalidade era comparada ao “mar”, enquanto a segunda aos “rios”, a razão de ser do “oceano”.

Como mar, o “científico” assumiria o papel de “centro de gravidade”, para onde convergiria cada vez maior quantidade de demandas, provindas da sociedade, voltadas à reivindicação de soluções para os problemas vividos no cotidiano. Por sua vez, o “não-científico”, considerado o equivalente aos rios, ficaria com a atribuição de alimentar o “mar-ciência” com os suprimentos indispensáveis a boa sobrevivência do “oceano”, recursos

¹⁸ KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*, p.77-8 e 91-3.

¹⁹ KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*, p.87.

²⁰ FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*, p.157.

²¹ FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*, p.146.

humanos e econômicos. Fora a função de garantir o provimento material do “científico”, ao “não-científico”, caberia a incumbência de influenciar a direção do curso do “mar- ciência”, orientar a escolha de quais os processos do mundo mereceriam maior atenção dos cientistas.²²

Da mesma maneira que o “não-científico” exerceria pressão quando da seleção dos fenômenos sobre os quais debruçariam o trabalho do “científico”, a primeira modalidade condicionaria indiretamente a formulação de modelos de compreensão para a natureza. Mesmo que a definição dos parâmetros de cientificidade estivesse restrita aos limites do “científico”, as possibilidades de leitura do mundo guardariam grau de conformidade com o estilo de pensamento dominante em cada período, não raro proveniente do “não-científico”. Por exemplo, ao longo dos Quinhentos, noções predominantes no senso comum, principalmente derivadas da astrologia e religião, contribuiriam, decisivamente, na interpretação dos fenômenos, tais como, das enfermidades mais preocupantes na época, entre elas, a sífilis. Dentro da conjuntura, a doença apresentaria como agentes causadores tanto a combinação desfavorável dos astros, quanto o castigo divino à fornicação pecaminosa, concepções estas integrantes do pensamento místico e religioso, amplamente difundido entre a população leiga.²³ Mesmo que a ciência, praticada no período, estivesse ainda imiscuída em explicações oriundas de teorias, ligadas à astrologia e religião, cada vez mais fortaleceria a tendência de distinguir a esfera como dotada de orientação própria, autônoma e distinta das outras demais.

Por outro lado, o “não-científico” ainda poderia dar origem a fonte de inspiração, denominada de “proto-idéia”, considerada apta a orientar o pensamento coletivo na busca de novos tipos de interpretação para o mundo, depois fundamentados pelos rigores do “científico”. Proveniente tanto do “científico”, quanto do “não-científico”, a “proto-idéia” abrangeria todos os referenciais, sejam teorias, conceitos ou práticas, capazes de representar antecipadamente elementos apropriados na praxe da comunidade de cientistas em futuro indefinido. Por exemplo, a concepção segundo a qual o sangue dos acometidos pela sífilis era corrompido, originada no senso comum, durante os Quinhentos, prefiguraria a necessidade de avaliação das propriedades do fluido no corpo dos enfermos, retomada pela ciência na contemporaneidade, precisamente no século XIX.²⁴

²² FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*, p.125.

²³ FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*, p.46-7.

²⁴ FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*, p.57 e 62.

Tal qual Fleck acompanharia a constituição do fenômeno sífilis ao longo do tempo, Bruno Latour²⁵ atentaria, igualmente, para a dinâmica de criação de entidades designadas pelo autor como “não-humanas”, especificamente o fermento láctico de Pasteur, em *A esperança de Pandora*. Primeiramente, o pensador caracterizaria o universo da ciência como àquele povoado por profissionais comparáveis aos “manipuladores de fantoches”, cujas mãos manuseariam fenômenos, em “situações criadas intencionalmente”, no interior do laboratório.²⁶ O procedimento visaria a especificação de quem eram os “atores não-humanos”, envolvidos na pesquisa, para tanto a comunidade de cientistas selecionaria, com “refletores”, quais ângulos do experimento seriam ocultos e quais visualizados. Todas as operações propiciariam a transformação de “ações vagas em entidade definida”, uma substância qualquer era convertida no fermento láctico de Pasteur, devido as constantes interferências preconizadas pelos engajados na investigação.²⁷

Contudo, a consolidação da descoberta no estatuto de novo fenômeno, objeto de estudo da ciência, requisitaria mais do que a atuação dentro do laboratório: segundo Latour, era preciso a mobilização de esforços para além das paredes do recinto. A incorporação da “novidade” aos pressupostos de produção do conhecimento demandaria a redação de manuais, revistas e livros especializados, a reorientação das pesquisas nos institutos existentes ou a fundação de outros novos, como: museus, universidades, centros de estudo avançados, etc. A organização do sofisticado aparato investiria de legitimidade a nova descoberta, na medida em que as iniciativas trabalhariam em prol da inclusão do construto entre os fundamentos essenciais para as novas investigações, porventura empreendidas.²⁸

No livro *A esperança de Pandora*, a obtenção de respostas da natureza, durante a realização dos experimentos, dependeria primordialmente das ações mantidas e modificadas pela comunidade de cientistas, durante o trabalho cotidiano no laboratório. No entanto, os profissionais, embora agentes atuantes ao longo da investigação, aspirariam ao “próprio desaparecimento”, tentariam desviar as atenções de si para os comportamentos dos fenômenos, manifestos nas experiências.²⁹ Segundo Latour, enquanto o “criador”

²⁵ Bruno Latour, pensador francês, apresenta formação em filosofia e antropologia, foi professor do centro de sociologia *École Nationale Supérieure des Mines Paris*, de 1982 a 2006, e, posteriormente, da *Sciences Po Paris*. Na atualidade, Latour tem sido reconhecido pelas pesquisas dedicadas à etnografia da ciência, campo voltado para investigação de grupos de cientistas em ação, no trabalho cotidiano de construção do conhecimento.

²⁶ LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*, p.143-9 e 158.

²⁷ LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*, p.158.

²⁸ LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*, p.179.

²⁹ LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*, p.158.

concentrasse os holofotes sobre a “criatura”, encobriria as manipulações capazes de introduzir a natureza em situações artificiais, consideradas essenciais para a “fabricação de realidade”, ou seja, os resultados das experiências.³⁰ Contudo, se nos bastidores do laboratório, a comunidade de cientistas conduziria as operações por meio das quais ocorreria a construção de novo fato, na apresentação pública do feito, caberia revestir o objeto sob aparência de dado natural e espontâneo.³¹

Uma vez que a palavra construção poderia significar invenção, produção artificial, não raro sinônimo de falseamento da realidade, o uso dos termos para designar o fato traria a possibilidade de pôr em risco a própria legitimidade do construto. Para o pensador, o binômio, natural e espontâneo, remontaria a um estado de coisas autêntico, livre da ação humana, sentidos estes dotados de conotação melhor aceita socialmente, portanto considerados, pelo cientista-inventor, a analogia perfeita para o fato. Quando enquadrado na roupagem de valores considerados positivos, o objeto ganharia status superior, de maior credibilidade, na proporção que persistiria forte, entre a sociedade, a associação: dado natural e espontâneo, portanto “realidade pura”, a “verdade absoluta”. No entanto, por mais que os fatos sejam desenvolvidos a partir da intervenção orientada sobre a natureza, não resumiriam a meras projeções, sempre suscetíveis à adequação segundo as intencionalidades da mente dos “humanos”.³²

O livro *A esperança de Pandora* propõe: caso os fenômenos consistissem em pura invenção, “Pasteur faz os microorganismos”, o objeto da ciência não passaria de “jogo zerado”, amorfo, cujos contornos seriam definidos ao bel prazer. No entanto, a provocação sob a lógica inversa, “os microorganismos fazem o pensamento de Pasteur”, deslocaria a passividade para o sujeito, então mero expectador da atividade de forças onipotentes, totalmente livres e independentes. Como solução ao problema, Latour sugeriria uma “terceira via”, segundo a qual na construção do saber, não existiria qualquer “cabo de guerra”, capaz de opor sujeito e objeto: ambos eram atuantes, um influenciaria diretamente o outro, a partir de “trocas dinâmicas”.³³ De acordo com o pensador, se o fato, centro por excelência das pesquisas da ciência, consistiria em construto dos “humanos”, a abordagem poderia dar margem para leitura equivocada; o objeto ser traduzido como “tábula rasa, jogo zerado”. Todavia, a natureza apresentaria existência concreta, exterior e independente dos caprichos da

³⁰ LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*, p.143.

³¹ LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*, p.146.

³² LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*, p.323.

³³ LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*, p.171.

mente, cujo funcionamento exerceria tanta pressão sobre a comunidade de cientistas que condicionaria as possibilidades de compreensão do grupo.³⁴

Para a criação de modelos para explicação dos processos do mundo, os profissionais não desfrutariam de liberdade ilimitada, a partir da qual poderiam produzir quaisquer tipos de significados para os fenômenos ocorridos. Segundo Fleck, a criatividade dos profissionais encontraria claros limites na necessidade de seguir a metodologia fundante da ciência moderna, designada, pelo pensador, como “conexões obrigatórias”, redes de sentidos definida com base na experimentação.³⁵ Latour compartilharia da defesa de Fleck comparando o pensamento, adequado ao rigor das pesquisas, àquele pronto a ser “tomado, modificado pelos resultados do laboratório”, ou seja, as ações dos “não-humanos”, trabalhadas nos experimentos. Segundo o pensador, as teorias e ações orientadas aos fenômenos da natureza deveriam ser alteradas na mesma proporção que houvesse a observação de novas formas de manifestação dos dados testados, por parte comunidade de cientistas.³⁶

Contudo, o Programa Forte de Sociologia insurgiria contra as correntes de pensamento então hegemônicas, na medida em que questionaria a superestimação do papel dos fatos na construção da ciência, considerada, pela corrente, inveterada. Para a Escola de Edimburgo, os fenômenos, trabalhados experimentalmente, foram sempre projetados como centro absoluto, de onde irradiaria todos os fundamentos norteadores da praxe cotidiana da comunidade de cientistas. Todavia, a definição dos rumos das pesquisas empreendidas dependeria, fundamentalmente, da concretude de processos socialmente desenvolvidos: as negociações, debates feitos entre aqueles profissionais, fundados no poder do discurso.

O Programa Forte surgiria na Universidade de Edimburgo, situada na Escócia, precisamente em 1964, originado da fundação de um departamento voltado para realização de estudos interdisciplinares sobre a atividade científica, denominado de *Science Studies Unit*. O Programa Forte consistiria em uma vertente contemporânea da Sociologia do Conhecimento, cuja tese fundamental defenderia a ausência de parâmetros de racionalidade universais, capazes de evidenciar como ocorreria o desenvolvimento da ciência. Dessa maneira, para a boa compreensão da dinâmica das mudanças qualitativas processadas ao longo da história da ciência, haveria a necessidade do pesquisador recorrer a fatores de ordem sociológica. O Programa Forte, desde a criação, aspiraria fazer oposição à tradicional Sociologia do

³⁴ LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*, p.156.

³⁵ FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*, p.87.

³⁶ LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*, p.323.

Conhecimento, praticada nos Estados Unidos, sob a orientação do pensamento de Robert Merton. Distintamente da escola mertoniana, cujo tratamento dado à ciência era de cunho exclusivamente institucional, a nova linha de pesquisa acreditava na capacidade da sociologia em dar explicações para a própria natureza do conhecimento científico, antes atribuição restrita à Filosofia das Ciências.

No livro *Knowledge and social imagery*, David Bloor³⁷, grande expoente do Programa Forte, propugnaria que as negociações estabeleceriam tanto os fenômenos alvo das investigações, quanto o teor das teorias a respeito, de maneira sincrônica. Devido à falta de padrões de racionalidade absolutos, a articulação entre o “abstrato”, os conceitos, e o “concreto”, a experiência, não era definida por meio de “elos obrigatórios”, era flexível, aberta à mudança, enfim “negociável”. Qualquer evento poderia ser colocado de acordo com interpretações distintas, com igual coerência, logo era preciso instaurar uma negociação entre os cientistas, voltada a possibilitar o consenso de qual a comunidade seguiria.³⁸ Por conseguinte, a adoção de uma ou outra explicação para o mundo dependeria mais da arte de persuasão, por meio da palavra, do que propriamente de verdades emanantes da observação dos comportamentos dos fenômenos.

No artigo *The sociology of reasons*, Bloor caracterizaria o desenvolvimento da ciência como fruto de “saltos inferenciais indutivos”, quando os saberes consolidados eram confrontados com novos resultados experimentais. No entanto, se a mudança qualitativa seria autorizada ou não era impasse a ser discutido entre os membros da comunidade de cientistas envolvida, tendo em vista as “metas e interesses compartilhados” pelos profissionais.³⁹ O que não significaria dizer que a proposta de leitura do mundo, em negociação, para adquirir validação no seio do grupo, pudesse prescindir de elevado grau de articulação com os fenômenos testados empiricamente. A boa tradução dos processos do mundo consistiria em categoria primordial para que o modelo de compreensão despertasse interesse e tivesse poder de persuasão, capaz de atrair grande quantidade de adeptos de peso.⁴⁰ Contudo, se o mesmo

³⁷ David Bloor, pensador nacional do Reino Unido, apresenta formação em Filosofia e Matemática e doutorado em Psicologia. Na atualidade, é professor, e um ex-diretor, do *Science Studies Unit*, na Universidade de Edimburgo, cujo trabalho tem sido versado, principalmente, sobre assuntos ligados à Sociologia do Conhecimento. Desde a fundação do agora convenionado Programa Forte de Sociologia, Bloor constitui uma das figuras mais proeminentes do recente campo de pesquisa.

³⁸ BLOOR, David. *Knowledge and social imagery*. 2ª ed. Chicago: University of Chicago Press, 1991, p.110-118.

³⁹ BLOOR, David. *The sociology of reasons*. Why ‘epistemic factors’ are really ‘social factors’. In: BROWN, James R. *Scientific rationalit*. The sociological turn. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1984, p.296-7.

⁴⁰ BLOOR, David. *Scientific rationalit*, p.304.

fenômeno poderia originar teorias divergentes, mesmo o objeto sendo a constante na equação, as leituras de mundo variariam mais em função de causas de razão sociológica do que propriamente factual.

No entanto, o mesmo artigo enfatizaria o quanto toda construção do conhecimento da ciência estaria baseada na percepção de regularidades do meio ambiente, repetições consideradas exteriores e independentes da mente dos seres humanos. Para Bloor, a natureza, embora não reduzível à condição de artefato da linguagem, constituiria “terreno de debate”, no qual interpretações diversas competiriam entre si, em busca de status superior, o posto da mais “universal” e “verdadeira”.⁴¹ A conquista da posição privilegiada, em disputa, demandaria a mobilização de esforços, em torno do convencimento da comunidade de cientistas, do quanto o ponto de vista era o mais adequado para definir as novas regras norteadoras do campo de pesquisa. Contudo, se interpretações distintas poderiam apresentar o mesmo grau de competência na tradução dos fenômenos, o triunfo de determinada leitura de mundo dependeria da capacidade da proposta estar mais em harmonia, do que as demais, com os interesses e metas compartilhados no grupo.

Apesar da boa repercussão das colocações do Programa Forte de Sociologia durante a contemporaneidade, posições pilares da linha de pesquisa sofreriam duros questionamentos de pensadores iminentes, em especial Kuhn e Latour. Tanto para Kuhn, quanto para Latour, a Escola de Edimburgo agiria em nome da consolidação do primado do relativismo, quando relegaria a segundo plano o objeto por excelência da ciência, os comportamentos da natureza, trabalhados experimentalmente.⁴² Segundo Latour, a corrente de pensamento engendraria uma separação artificial entre sociedade e natureza, a partir da qual as categorias seriam tratadas como mundos opostos e estanques, com pesos muito diferenciados no processo de construção do conhecimento.⁴³ Se aos “humanos” caberia o status de força onipotente, fonte maior de validação dos estudos empreendidos nas pesquisas, os “não-humanos” ocupariam o fim da hierarquia, na condição de jogo quase zerado, eram meros apêndices da ciência.

Em *A esperança de Pandora*, Latour consideraria a pouca valorização dos “não-humanos” o equivalente a “cair em poço tão sem fundo quanto do positivismo”: a ditadura do factual era substituída pela ditadura do social. De acordo com o pensador, a construção do

⁴¹ BLOOR, David. *Scientific rationalit*, p.304.

⁴² KUHN, Thomas. *O caminho desde A estrutura*, p.139 e LATOUR, Bruno. For David Bloor (...) and beyond: a reply to David Bloor's 'anti-Latour'. *Studies in history and philosophy of science*, parte A, vol.30, p.117, n.1, março de 1999.

⁴³ LATOUR, Bruno. *Studies in history and philosophy of science*, p.115.

conhecimento na ciência não poderia ser resumida à “arte de fazer crer”, dito de outra forma, a arte de gerar o convencimento, por meio da manipulação da palavra, a respeito da aplicabilidade ou não do modelo de compreensão negociado.⁴⁴ Quando reduzida à crença institucionalizada, a ciência era convertida em “terreno onde tudo vale”, a adesão ou não ao paradigma seria mera questão de ponto de vista, sendo qualquer das escolhas dotada de legitimidade, apta a entrar em negociação.

Na obra *O caminho desde A estrutura*, Kuhn alertaria para o quanto o Programa Forte transformaria o conhecimento reconhecido como científico na “crença dos vitoriosos”, definida no bojo de “considerações de poder e autoridade”. Segundo o pensador, a adoção do paradigma pela comunidade de cientistas não originaria tão somente de causas iminentemente sociológicas, de acordos estabelecidos entre os profissionais, como defenderia a Escola de Edimburgo. A substituição de um modelo por outro estaria assentada, essencialmente, sobre fatores epistêmicos, listados a seguir: “precisão, consistência, aplicabilidade e simplicidade” na compreensão dos fenômenos, testados experimentalmente.⁴⁵ Os fundamentos forneceriam uma plataforma racional, capaz de propiciar a passagem do antigo ao novo paradigma, uma vez que ofereceria padrões pelos quais poderiam ser comparados quanto ao grau de apuro na lide com a natureza.

Toda polêmica então abordada giraria em torno do debate sobre qual seria a fonte maior de legitimação do conhecimento produzido pela ciência: a validação dos modelos dependeria em qual medida do grau de articulação com os fenômenos, “provas materiais”? De acordo com Latour, o Programa Forte optaria por dar “salto mortal para dentro do discurso”: para o paradigma ser validado, bastaria a capacidade persuasiva dos adeptos ao modelo, durante as negociações – posição sinônimo de abuso do papel da linguagem.⁴⁶ Contudo, se não mais tinha força o mito segundo o qual os fatos eram o solo firme, fonte de todos os fundamentos do conhecimento, qual o estatuto de verdade conferido à ciência, o grau de realidade das pesquisas, ao longo do tempo?

Tanto Fleck, quanto Kuhn não considerariam a verdade existência absoluta, fixa e inerte: a categoria era trabalhada como busca pela validação de modelos de compreensão, dinâmica esta cuja principal marca era a historicidade. Cada modelo validado apresentaria razão de ser dentro da conjuntura de origem, dito de outra forma, a articulação com os

⁴⁴ LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*, p.315.

⁴⁵ KUHN, Thomas. *O caminho desde A estrutura*, p.115.

⁴⁶ LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*, p.115.

fenômenos apresentada era correta e eficiente, quando avaliada como resultado dos parâmetros de cientificidade vigentes. Para os pensadores, mesmo as definições consideradas superadas no presente, porque acusadas de obsoletas, não mereceriam ser desqualificadas por julgamentos de valor, tais como: amontoados de mitos, a pré-ciência.⁴⁷ O uso das classificações detratoras era improcedente, na proporção em que os modelos designados constituiriam processos cientificamente conduzidos, fundamentados sobre os rigores exigidos da ciência, de quando foram criados. Particularmente, para Fleck, os estilos de pensamento do passado, em comparação com os do presente, atenderiam mais eficazmente às demandas caras à sociedade na qual estariam inseridos, uma vez que aqueles modelos dominariam informações, consideradas, dentro do respectivo contexto, de “valor superior àquele creditado por nosso tempo”.⁴⁸

O pensador polonês alegaria a inexistência de estilos de pensamento na condição de “erros absolutos”, mesmo porque a ciência avançava pela evolução, logo modelos antecessores “seguiriam vivos nos da atualidade”, por meio de “tradições legadas”, sob a forma de conceitos, problemas, linguagem...⁴⁹ Mesmo Kuhn admitiria a possibilidade da coexistência de dois paradigmas pouco congruentes, sem que um inutilizasse o outro, principalmente caso apresentassem aplicações distintas, como, por exemplo: o modelo relativista e o newtoniano.⁵⁰ Portanto, o grau de validade do paradigma era mensurado em função do quanto seria operacional, mais ou menos eficiente para dar soluções de maior precisão na manipulação de fenômenos, segundo as exigências do mundo contemporâneo.

Apesar de não mais estarmos iludidos com a falsa tradução dos fatos como naturais, fonte da verdade absoluta, persistiria inerente à identidade da ciência moderna a observação do mundo e a experimentação rigorosamente conduzidas. Para a compreensão da produção do conhecimento reconhecido como científico, não caberia substituímos a perspectiva objetivista por outra subjetivista, baseada na radicalização da possibilidade do sujeito, via discurso, instituir “realidades”. A falta de mananciais de onde originaria fundamentos últimos não significaria a inexistência total de critérios de objetivação: os rigores da metodologia eram a constante no processo de construção de novos fatos para ciência. Os comportamentos da natureza, testados em laboratório, permitiriam a obtenção de indícios significativos, que,

⁴⁷ FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*, p.66-7 e KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*, p.20-1.

⁴⁸ FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*, p.189.

⁴⁹ FLECK, Ludwik. *La génesis y el desarrollo de un hecho científico*, p.66-7.

⁵⁰ KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*, p.133-4.

quando trabalhados pela interpretação, forneceriam pistas reveladoras para o entendimento do mundo, até então tão opaco.⁵¹

Artigo recebido em 19/02/2008 e aprovado em 28/02/2009.

⁵¹ GINSBURG, Carlo. Sinais de um paradigma indiciário. In: GINSBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.54.

ENTREVISTA*

Margareth Rago

Doutora em História pela Unicamp, Margareth Rago é professora titular do Departamento de História dessa mesma instituição. Também lecionou no Connecticut College, nos Estados Unidos e na Universidade de Paris 7. Trabalha principalmente com os seguintes temas: Foucault, feminismo, subjetividade, gênero e anarquismo. É autora de vários livros, como “Do Cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930”, “Entre a História e a Liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo”, dentre outros títulos. Também é assessora científica da FAPESP, da CAPES e do CNPq.

Temporalidades: Professora, para começar, a Senhora poderia nos falar um pouco sobre a especificidade da categoria de *gênero*? A que esse termo se refere? Por que a preferência pelo emprego dessa palavra?

Margareth Rago: O gênero é uma categoria construída pela epistemologia feminista. Não há uma única leitura da história da introdução da categoria de gênero, embora exista um consenso de que o gênero é uma categoria destinada a nomear a construção social e cultural das diferenças sexuais. O objetivo primeiro de se introduzir essa categoria do gênero é desbiologizar a interpretação da sexualidade, que a percepção social tende a naturalizar profundamente. A categoria do gênero, então, abre alternativas para se pensar, de uma maneira desnaturalizada, a sexualidade; separar essa idéia de que você nasceu mulher, porque nasceu com determinados órgãos sexuais. A categoria gênero introduz a questão da cultura, permitindo a desnaturalização na construção dessas referências identitárias (que também estão muito questionadas).

É um aporte fundamental do pensamento feminista e que, obviamente, atinge muito além do universo específico do feminino ou das mulheres; ele vai muito além porque também é a idéia de que seja uma categoria relacional, para se pensar de um outro modo. A meu ver, essa categoria tem tudo a ver com o pós-estruturalismo, com o feminismo de tendência pós-estruturalista, embora isso também abarque uma gama muito grande de definições, interpretações, leituras, pessoas, práticas, etc.; mas existem alguns pontos comuns. Eu dou essa ênfase no pensamento feminista pós-estruturalista porque acho que é o pensamento que está enfrentando essa questão do descentramento do sujeito e, dentro do feminismo, essa discussão filosófica e epistemológica afetou, também, a produção do conhecimento. Nós produzíamos o conhecimento no interior da filosofia do sujeito, e a filosofia do sujeito tem essa referência do sujeito como a-histórico, universal, fora e anterior à própria história.

* Esta entrevista foi concedida pela professora Margareth Rago à revista *Temporalidades* no dia 19 de setembro de 2008, na FAFICH/UFMG, Belo Horizonte. Tanto a concepção quanto a realização da entrevista foram de: Natascha Stefania Carvalho Ostos e Henrique Rafael Apolinário Costa. Agradecemos à professora Margareth Rago pela atenção com que nos acolheu e também ao professor José Carlos Reis, do Departamento de História da UFMG, que mediou, gentilmente, esse encontro.

Nessa discussão do descentramento do sujeito (e da percepção das subjetividades produzidas em contextos relacionais), no caso do feminismo, a questão é enfrentada trazendo a categoria do gênero e fazendo a crítica à idéia de que o feminismo só trabalha com mulher ou mulheres. O primeiro passo dessa crítica foi a noção de que não existia *A Mulher*; quando nós estávamos falando da História da Mulher, estávamos criando um outro universal, saindo do *Homem* para criar *A Mulher*. Os trabalhos históricos permitiram perceber que a mulher é uma construção também discursiva do século XIX, de um momento de urbanização, de transformação econômica, em que as mulheres invadem a vida social e o mercado; e que a sociedade reage (as elites da sociedade reagem), tentando dizer que a mulher nasceu para ser mãe, para ficar em casa, que o seu cérebro é pequeno, que ela não tem condições de participar da esfera pública em igualdade com o homem. A sociedade do contrato, a sociedade do “somos todos iguais perante a lei”, a sociedade que emerge com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial (que em princípio todos têm direito a tudo), é aquela que também constrói, biologicamente, as diferenças e as hierarquias sexuais, étnicas, raciais, classistas; e o feminismo compreendeu muito bem isso. Então houve um segundo momento, em que se passou a falar mais *das mulheres*, pluralizando, mostrando que também não existia essa comunidade entre mulheres diante dos homens, e que existiam, sim, mulheres muito diferentes entre si, e relações de poder entre essas mulheres. O terceiro momento foi o de perceber que também a própria construção das mulheres, como mulheres, se relacionava à construção dos homens, como homens. A partilha entre o lugar da mulher, como sendo o privado, implica na valorização do público como sendo outro lugar, o dos homens, e assim por diante. Então, eu entendo que a categoria do gênero entra tendo em vista esse deslocamento, que acontece num plano muito mais amplo (no pensamento filosófico), e que afeta, obviamente, todas as produções do conhecimento; e, no caso do feminismo, a categoria entra como uma forma de responder

a esse desafio de construir uma nova forma de pensamento, que seja relacional, que não passe pelo sujeito como origem de tudo (da ação e da palavra), mas que o perceba como construção discursiva e como construção de múltiplas práticas e relações.

Então, é nesse sentido que é uma contribuição fecunda, importantíssima, do feminismo. Também acho que tem a ver com a nossa atualidade, com o profundo desencontro entre os sexos e a explosão de outras formas de experiência sexual. Por que faz tanto sucesso a categoria do gênero? É muito fácil falar que é um modismo; mas porque algo vira um modismo? Eu acho que é porque atende a necessidades; houve uma transformação muito grande das mulheres, que estão muito renovadas, e isso criou um impacto em relação aos homens e uma necessidade de repensar essas relações. As mulheres, de um momento para o outro, viraram tudo, e os homens se surpreenderam muito, estão com dificuldade de saber lidar com essa nova realidade. E, na sequência, o movimento gay liberou também outras possibilidades de experiência sexual. Todas essas teorias tiveram de responder a esses desafios de um outro mundo, o mundo mudou muito, e nós temos que teoricamente também saber pensar, encontrar as categorias, os conceitos, os meios, de pensar o nosso mundo.

TP: O pensamento de Michel Foucault questiona a noção de identidade como essência ou universal, que homogeneiza os sujeitos em categorias a-históricas. Contudo, muitos movimentos sociais reivindicam direitos, e operam sua ação política, ancorados em pressupostos identitários, falando em nome de categorias bastante genéricas, como: mulheres, negros, indígenas, homossexuais. Como seria possível avaliar essa tensão entre a teoria e a militância?

MR: Uma tensão que não tem como não enfrentar. A primeira reação foi negar. Por exemplo, as feministas históricas, com mais experiência, disseram que essas teorias são

difíceis demais e que elas despotencializam os movimentos. Essa foi uma primeira tendência e o movimento gay também colocou essa questão. Mas acho que estamos caminhando para um momento mais amadurecido, que é o de pensar que não tem mais como ficar agarrado na noção de identidade, porque é limitante. As pessoas já falam de identidade de uma outra maneira. Primeiro, todo mundo fala agora em *identidades*. Segundo, as pessoas adjetivam e falam assim: as identidades sexuais, as identidades éticas, as identidades nacionais... Então houve também uma transformação da própria noção de identidade. Porque quando Foucault está criticando a noção de identidade, é aquela noção do século XIX, que finca o indivíduo, que cria raízes, que prende e que impede mudanças. Tudo isso dentro de uma lógica que é aprisionadora e que não dá conta de pensar nosso mundo. Então, penso que não há como deixar de enfrentar o debate, mas também não há como não abrir mão da identidade. Porque ninguém hoje agüenta ser homogêneo ou coerente demais. As pessoas estão vivendo a possibilidade de se experimentar. Por outro lado, o mercado também solicita isso, ele não pede um homem com o “corpo dócil” da sociedade disciplinar, mas um “homem flexível”, que surfe, como diz Deleuze. Não é a toa que o surf aparece como o grande esporte, porque todos nós estamos navegando. Nosso mundo é o mundo da navegação, da internet, da fluidez...

No entanto, sem dúvida, foi importante a luta desses movimentos sociais e essa afirmação identitária para dar visibilidade às questões. Mas essa visibilidade também já foi conseguida. É como a luta de classes, a sociedade já absorveu isso, todo mundo já sabe. Mas e aí? Ter consciência da existência da luta de classes não acaba com ela. Ter consciência de que há dominação machista não impede os homens de espancarem mulheres, de estuprarem... Ter consciência de que a homossexualidade não é patológica não impede o preconceito. Então, nós sabemos que a luta tem de avançar. Os movimentos, na medida em que envelhecem, ficam gordos, pesados.

TP: O conceito de ideologia é caro a muitos estudos históricos. Para Foucault, a noção de ideologia é um tanto estreita, pois ela configura uma continuação da vontade de verdade, como se fosse possível apontar para um campo não “contaminado” pelo poder, onde existiria uma verdade que não fosse política. Como podemos avaliar o emprego do conceito de ideologia nas pesquisas históricas? Trata-se de uma noção ainda pertinente, ou ela empobrece o potencial crítico dos trabalhos produzidos?

MR: É sempre difícil responder abstratamente, depende do trabalho e do contexto; mas acho que, sem dúvida, os limites da noção de ideologia estão colocados. A ideologia é um conceito que pressupõe um sistema de pensamento, e para nós ideologia vem pelo marxismo; a noção de ideologia supõe um lugar fora da ideologia que seria um lugar que permite a legibilidade de todos os outros lugares; então se define o mundo a partir da infra-estrutura econômica, lugar não permeado pela ideologia. Supõe uma concepção também de que as idéias e mentalidades são um reflexo, vento, transparência, algo não palpável e sem importância decisiva. Embora o marxismo seja materialista histórico, não vê o discurso como materialidade, que é uma coisa que chama atenção. Foucault vem dizer que o discurso é materialidade, e é uma materialidade ativa, porque é produtiva de objetos e de realidades. Então são muitas relações complexas que estão em jogo quando a pessoa trabalha com a noção de ideologia, ou não. Hoje já se sabe que quando se trabalha com a noção de ideologia, não se trabalha com a noção de corpo. A noção de biopoder é muito mais ampla que a noção de ideologia porque ela mostra a produção da subjetividade, ou das chamadas “identidades”, ou da maneira como a pessoa se pensa, a partir de forças que atuam no corpo, te capturam, que não é apenas uma dominação ideológica. A consciência perdeu esse lugar privilegiado de revelador que a filosofia da consciência tinha lhe dado, nós não somos só seres racionais, existe o inconsciente, existem

dimensões que a gente não controla. Mesmo você falar em opção sexual é uma forma muito boa, mas é relativo, porque não sei se a opção supõe uma consciência: “olha, eu quero ser lésbica”; não é assim que as coisas funcionam, você meio que lida com as coisas que te surpreendem. Você se surpreende com você mesmo, não se tem controle de tudo.

Então, a ideologia se constitui nesse contexto em que o sujeito é liberal, que ele não é criticado, que ele é um sujeito todo poderoso, lugar da ação, origem da palavra, do discurso; ele fala, e não ele é falado pelas palavras. As pessoas levam um susto quando você fala assim “olha, não sei se a gente fala ou se somos falados pelas palavras”, porque você entra em formações discursivas que estão aí. Se você pegar as teses médicas sobre a prostituição, como foi meu caso, eu nem sei o nome do médico, tanto faz também, porque todos falam a mesma coisa, são formações discursivas e todos participam dessas mesmas práticas discursivas.

A História é conservadora. Independente do sentido positivo ou negativo, a História conserva o que aconteceu, então ela é conservadora. Agora, os historiadores também são conservadores no sentido de terem muita dificuldade com mudanças, é diferente dos cientistas sociais, que são muito ligados à mudança. Não é uma coisa só do Brasil, na França, mesmo a Michelle Perrot, falando das dificuldades que foi para ela falar de História das Mulheres, ou de falar de Foucault, ela encontrou as mesmas dificuldades que eu conheço. Porque são matrizes discursivas muito arraigadas, e também existem lugares de poder construídos em torno disso, verbas das agências, então a coisa é muito mais complicada. Agora, hoje é difícil um historiador que não considere o corpo, não inclua essa questão da corporeidade, da corporalidade nos trabalhos. Por outro lado, também não sei se a gente deve jogar no lixo (também não tenho essa idéia); quanto mais instrumentos e ferramentas a gente tem, melhor; é melhor deixar cada coisa no seu lugar e a gente usa na medida das necessidades, da combinação possível. Não creio que você tenha de substituir classe por gênero, ou isso por

aquilo; se eu vou estudar prostituição, é obvio que tenho de trabalhar com uma historiografia, ou com uma referência teórica, que não é a mesma do meu colega que vai fazer a história da Revolução Russa.

TP: Professora, a Senhora acredita que a História de Gênero modificou a maneira de se pensar o conhecimento histórico, ou sua repercussão limitou-se a uma área restrita de investigação?

MR: É um processo que ainda estamos vivendo. Eu vejo jovens historiadores, sobretudo no exterior, incorporando as noções de gênero, classe, etnia... Acho difícil alguém hoje não incorporar os avanços científicos da nossa área. Claro que um historiador pode se negar a fazer isso, mas o trabalho dele perde. O feminismo foi, em todos os sentidos, inclusive na produção do conhecimento, libertador para todo mundo. Qual historiador pode fazer hoje um trabalho e ignorar a presença das mulheres? Mesmo porque o mercado está ficando cada vez mais de leitoras... Ou mesmo de gays!

TP: No volume IV da *Coleção Ditos e Escritos*, intitulado *Estratégia, poder e saber*, Foucault diz ser desejável “não um encontro interdisciplinar” entre historiadores e filósofos, mas um trabalho em comum de pessoas que buscam se “desdisciplinarizar” (p. 334). Até que ponto isso é possível ou desejável? Os lugares institucionais da História e da Filosofia tem permitido a realização desse trabalho comum?

MR: Eu acho que sim, que tem sim; para mim o mundo está ficando mais flexível, já foi mais difícil. Eu, pessoalmente, fiz História e depois de alguns anos fui fazer Filosofia. Há ainda aqueles que acham que o historiador não tem de estudar filosofia, eu não posso compreender uma mentalidade tão provinciana, porque a gente pensa com conceitos. As gerações anteriores, por exemplo, dos meus pais, nunca

problematizaram maternidade e paternidade. O nosso mundo é um mundo em que a linguagem, as questões culturais estão colocadas. Não tem mais como você decidir ser mãe e não pensar no que é ser mãe. Querer ignorar essa dimensão cultural, da linguagem, dos conceitos é muito provinciano. Inviabiliza a essas pessoas pensarem com que conceitos elas operam; em geral essas pessoas são positivistas. Eu não vejo como a História possa não se abrir para a Filosofia e deixar de se problematizar. O que faz a filosofia, a meu ver? A filosofia cria conceitos, ela fornece caixas de ferramentas para o pensamento. Nós historiadores, o que fazemos? contamos história (nós não ficamos pensando qual é o conceito), vamos aos arquivos, ficamos lendo o que as pessoas fizeram e contamos; mas hoje não tem como você ignorar que você formata o passado, que você inventa o passado, que você recorta, seleciona, estrutura.

É como se alguém hoje falasse “eu não vou usar a internet”, ou então “eu não vou usar telefone”, não tem como. É uma questão de tempo, essas pessoas envelhecerão com muita rapidez, ou esse departamento, ou esse programa vai envelhecer junto com essas pessoas, porque não compete no mercado. Não tem como você não se inteirar do que tem sido produzido nas outras áreas; e desfazer essas fronteiras, mas sem perder o seu lugar, alargando e não perdendo as suas próprias dimensões. E nesse sentido não é só com a filosofia, é também com a psicanálise. Agora que a subjetividade entrou para a História, e que a gente está começando a questionar, bom, mas os gregos riam das mesmas coisas que nós? O que é rir para o grego, o que é chorar? Agora que estamos vendo que não tem nada a ver uma coisa com a outra, que nós não temos nenhuma conexão com os nossos antepassados, agora que está caindo a ficha das diferenças, não tem como não utilizar o avanço daquela área, por exemplo, a psicanálise, porque eles sabem muito melhor do que nós essas coisas, eles estudaram muito mais isso. Não tem como você prescindir: “olha, não quero conversa com os físicos”, não tem mais condições no nosso mundo. A área morre; e a História, se

ficar fechada, vai morrer, porque já conta com o senso comum que não acha História importante. Se a gente não se abre e dialoga, a gente fica um olhando para a cara do outro como num filme do Buñuel.

TP: Nos dias de hoje o mote da liberdade sexual se transformou em um imperativo. No desejo de nos libertarmos da repressão sexual nos enredamos em outras relações de poder, aonde somos chamados, a todo o momento, a produzir uma verdade sobre nós mesmos, particularmente através da psicanálise. Gostaríamos que a Senhora comentasse sobre como a noção de liberdade pode ser lançada de modo a criar outras formas de governo, principalmente no que se refere à constituição de uma normalidade sexual.

MR: Eu preferia que a liberdade não fosse lançada para construir novos patamares de governamentalidade e de controle; isso é captura, nós vivemos o tempo todo capturas, redes de poder capturando todas as linhas de fuga. Primeiro nós temos que ter muito claro isso, não é? O movimento hippie foi capturado, enfim, tudo é capturado, o sistema é muito mais rápido; mas tudo escapa também, felizmente. E acho que mesmo sem muita teoria a gente percebe onde está sendo capturado, onde não está sendo. E, agora, nós também temos teorias para perceber. Nós podemos, com Foucault, Deleuze, Derrida, Lyotard, e outros que estão surgindo, perceber as linhas de fuga e resistir contra essas técnicas de biopoder e contra essas formas de despotencialização da vida. Porque se a gente continua despotencializando a vida o mundo acaba, a gente morre como espécie, o planeta acaba. E apesar do novo fascismo de cada dia, também vejo crescentes expansões de liberdade, também vejo muitas linhas de fuga e muitas estetizações da existência, linhas que apontam para essa construção de outros modos de vida, outros modos de subjetividade que vão numa direção contrária a isso. Então, não acho que a normatização é o nosso destino. Sem dúvida nós estamos vivendo muitos perigos, por exemplo, as pessoas

adoram uma polícia e adoram prisão, o disque-denúncia; com esse crescimento da vigilância agora você não precisa de mais ninguém te vigiando, vai vigiando seu vizinho, seu filho vigia o pai, um vigia o outro; mas o que eu acho interessante é que nós também estamos percebendo que isso está acontecendo e está nos assustando.

Então, essa crítica à ditadura do orgasmo, à ditadura do prazer está sendo colocada e isso é uma coisa ótima também, porque se ela está sendo colocada ela também mostra que existem muitas pessoas e muitas atitudes e práticas de crítica, de questionamento, de resistência, que não são apenas resistências reativas. Penso que hoje em nosso mundo, a questão está muito legal, porque, para além de resistências que a gente via só como reações (a um poder vem uma reação e isso é resistência), hoje estamos trabalhando já com essas outras noções de linhas de fuga, de potencializações, de aberturas de outros possíveis, de criação. A liberdade não pode criar normatização, controle, a liberdade expande. Eu nunca tinha entendido direito essa noção liberal de que “minha liberdade termina onde começa a do outro”, eu achava essa frase tão estranha... Hoje tenho muita clareza de que isso é uma noção liberal da liberdade, e, com os anarquistas, abraço a idéia de que a liberdade é social, a minha liberdade cresce se você for livre, se vocês forem livres eu ficarei mais livre ainda, se eu estiver num programa onde há liberdade, ele crescerá; penso que até o capitalismo sabe disso, a direita sabe, pena que a esquerda seja um pouco tapada para perceber essas questões (e é verdade também que a gente está falando de alguns segmentos). Sobretudo no Brasil isso é um papo cotidiano, nós estamos falando dessa questão, é preciso libertar, abrir, libertar a liberdade, enfim, entender que a liberdade é social, e que os fins não justificam os meios; os anarquistas estavam certos no século XIX quando disseram que não pode haver qualquer meio para qualquer fim, não dá para você criar uma sociedade livre com ditadura do proletariado, nem de ninguém. Com meios ditatoriais você cria ditaduras. A primeira vez que li Bakunin, levei um choque, porque ele

falava, no fim do século XIX, o que iria ser a União Soviética, ele falava assim: a ditadura do proletariado vai criar uma casta, uma burocracia, que vai grudar no poder, nunca mais vai querer sair e vai virar uma dominação. Estava tão claro! Eles tinham tanta clareza disso, e foram considerados românticos porque acreditaram nisso, utópicos pré-políticos porque acreditaram nisso.

TP: Foucault atenta para a liberdade como positividade, para a possibilidade de constituição livre do sujeito sobre si mesmo, coragem de reinvenção no tempo presente, de modo a estabelecer uma relação inovadora consigo mesmo. Essa postura pode esvaziar ou enfraquecer a possibilidade das ações coletivas, reforçando o individualismo?

MR: Quando Foucault está enfatizando a relação “de si para consigo”, quando ele está falando do “cuidado de si” dos antigos, ou “subjetivação”, na verdade está recobrando um espaço para o qual não tínhamos instrumentos conceituais. O marxismo não fala de subjetividade. O que era ser militante? Era você gostar da música do partido, da comida do partido, das festas do partido, da roupa do partido, das pessoas do partido... Ou seja, para Foucault, o partido é o lugar de nascimento de uma governamentalidade que vai dar no Estado totalitário. Então, para Foucault, a origem dos Estados totalitários está no partido. O Estado totalitário não deve ser buscado em uma inflação do Estado liberal, diz ele.

Dessa forma, não se falava de subjetividade, de construção de si e quando se falava de “cultura de si” vinha logo à cabeça a Direita com o seu culto do corpo e o narcisismo contemporâneo. E Foucault vai falar que os gregos pensavam muito em si, no entanto, não eram narcisistas. Eles não tinham a mesma noção de público e privado. A relação “de si para consigo” é fundamental para a relação “com o outro”, para os antigos. Isso nos obriga a pensar nas formas da subjetivação. Porque uma coisa é a sujeição,

por exemplo, sua mãe, sua família, a escola diziam que para ser mulher tinha de ser mãe. Mas a questão é como você se subjetiva diante disso. Porque, se todo mundo obedecesse, não haveria pessoas que afirmariam a condição de mulher sem que com isso fossem obrigadas a ter filhos. Ou seja, as pessoas se subjetivam e esse espaço da subjetivação é o espaço das práticas da liberdade, da possibilidade de você ser outro. O que leva também, obviamente, à relação com o outro. Afinal, as pessoas se constituem na relação, no olhar dos outros. O “cuidado de si” é fundamental para que uma pessoa não se perca em si mesma. No Cristianismo, existe a “renúncia de si”. A questão da estética da existência, de acenar para a possibilidade de saída e de ser outro do que se é, é libertadora. E isso é uma maravilha porque ninguém está fadado a ser nada para sempre!

Senhores da História e do esquecimento

Amanda Silva Martins

Aluna do Programa de Pós Graduação em História

Universidade Federal de Ouro Preto

amandamartinsbr@yahoo.com.br

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008. 224p. ISBN: 987-85-98885-28-5

Introdução

Senhores da história e do esquecimento é a tese de doutoramento de Ciro de Melo, defendida na *Universidade de São Paulo* em 1997. Esse estudo imprescindível para todos os que se interessam pela história do ensino de História no Brasil finalmente foi publicado pela Editora Argvmentvm. A obra enfoca a disputa política pela representação do passado brasileiro na segunda metade do oitocentos.

O próprio título sintetiza bem a principal questão do texto: o que faz um acontecimento se tornar um fato histórico? Quem escolhe – e a partir de que critérios – o que será lembrado e o que será esquecido pela posteridade? Essas perguntas nos levam ao pressuposto que antecede à discussão: não há uma “verdade histórica”, mas construções históricas do passado.

Balizado teoricamente por autores como Gramsci¹ e por ampla experiência como professor, Melo define sua posição: a escolha entre o que será esquecido e o que será lembrado depende do tipo de memória que se quer preservar. O livro didático de História é um instrumento fundamental para a divulgação em massa dessa memória, apresentada como “verdade histórica” e legitimada pelo lugar social² que a irradia: instituições, escolas, livros didáticos e professores. A tentativa do autor é justamente demonstrar como temáticas

¹ GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. RJ: Civilização Brasileira, 1968.

² CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. RJ: Forense, 1982. O livro de Melo nos leva a refletir sobre outras questões: como esses lugares sociais são produzidos? Como interagem entre si?

importantes da História do Brasil foram tratadas de modo diverso dependendo da ordem política vigente³.

Senhores da história e do esquecimento tem como objetivo analisar duas construções diferentes da História do Brasil: uma, sob viés monarquista e outra, sob o ponto de vista republicano. O método adotado é a comparação entre dois livros didáticos de reconhecida influência⁴: a) O manual do monarquista Joaquim Manuel de Macedo, *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II*, volumes 1 (publicado em 1860, cobrindo o período que vai do Descobrimento do Brasil até 1640) e volume 2 (publicado em 1863, cobrindo o período entre 1640 até a Independência do Brasil). b) O manual do republicano João Ribeiro, *História do Brasil, curso superior*, publicado em 1900. Refletir sobre as conseqüências dessas representações é também objetivo do livro, que é organizado em duas partes: 1- Os agentes; 2- Os livros.

Os Agentes

Essa primeira parte do livro comporta pequenas biografias dos principais agentes envolvidos na construção e difusão da História Nacional na segunda metade do XIX: são eles o *IHGB*, Von Martius, Varnhagen, Joaquim Manuel de Macedo, O *Colégio Pedro II* e João Ribeiro. O autor vai demonstrando como as vidas desses intelectuais e instituições se entrelaçaram, confundiram-se e influenciaram-se mutuamente, já que se passam em um lugar social comum: os restritos círculos da intelectualidade brasileira, inseridos no centro da nação – o Rio de Janeiro –, legitimados diretamente pelo Estado e pelo regime político que os acolhia.

Através destes agentes, Melo reflete sobre os contextos políticos e intelectuais que antecedem a escrita dos manuais, correlacionando-os à escrita dos mesmos. Os dois autores viviam a necessidade de legitimar os modelos políticos em que atuavam. A figura de Macedo é construída não só como autor didático, mas como literato e membro do *IHGB*; sua postura é tendencialmente conciliadora entre liberal e conservadora – uma constante dos intelectuais românticos no Brasil, fruto das funções oficiais de que gozavam; nota-se uma ambivalência

³ Conceitos como verdade histórica, interpretação, representação, memória e identidade se relacionam às noções de luta simbólica e monopólio do discurso nessa obra.

⁴ Segundo o autor, o *Lições*, de Macedo, foi publicado até a década de 1920 (!), tendo passado por onze edições, cada uma delas com aproximadamente seis mil exemplares. Ele teria sido talvez o livro de História mais lido do século XIX. João Ribeiro não fica atrás: seu *História do Brasil* contou com inúmeras edições até 1960, influenciando grandes intelectuais do século XX.

entre o amor à liberdade e a fidelidade dinástica. Macedo acaba optando pela conciliação monárquica. Já Ribeiro é coerente em sua defesa radical da causa republicana.

Através de Ciro de Melo, o potencial difusor de “uma visão de mundo” do livro didático pode ser visto concretamente. Ele conceitua “livro didático” ou “manual didático” como “fixador de recortes que recriam e justificam a sociedade a que servem; divulgadores de ‘verdades’ cobradas como tais em salas de aula”.⁵ Já a escola é vista como uma instituição que trata da cultura que se quer preservar ou ver emergir e consolidar.

Uma vez que os manuais deveriam passar pelo crivo do Estado, em nível imperial ou provincial, a escolha e o enfoque dos fatos são importantes construtores do imaginário que se quer divulgar. Por outro lado, a obrigatoriedade da leitura e a facilidade de acesso fazem com que, muitas vezes, os manuais sejam o único ponto de contato entre o aluno e a História.

Melo reflete também sobre a força instrumental dos livros didáticos; uma vez respaldado por instituições de peso, os textos escritos exercem uma força enorme sobre o aluno. A cobrança do professor sobre o que foi ensinado e sua fala confirmam a veracidade do escrito, influenciando profundamente a interpretação histórica dos alunos.

Os livros

Nessa segunda parte do livro, segue-se uma análise da fundamentação que cada autor deu à sua construção histórica. Melo dá atenção especial às periodizações escolhidas e ao número de páginas dedicados a cada um dos assuntos: O descobrimento do Brasil, Os índios, Os jesuítas, Invasão Holandesa em Pernambuco, A Inconfidência Mineira, Bahia – 1798 (não é sequer citada por nenhum deles), D. João VI no Brasil, Revolução Pernambucana de 1817, Independência do Brasil e Escravidão Africana.

A cada item analisado o ponto de vista dos autores se revela: Macedo, seguidor de Varnhagen e amigo íntimo do Imperador, tende a uma História que enfatiza os gloriosos feitos dinásticos, que os súditos devem reconhecer; na Independência ressalta-se a continuidade. A *Monarquia* brasileira é um fato natural oriundo da educação e costumes do povo. Já Ribeiro pensa diferente: a única forma de realizar a fundação da nação é a *República* – encontro da vontade do povo, verdadeiro soberano (embora, na verdade, não tenha ocorrido avanços

⁵ MELO, Ciro F. de C. B. de. *Senhores da história e do esquecimento*, p.70.

concretos de cidadania). A *Monarquia* brasileira teria sido um erro desde o princípio; usurpou o poder do mameluco, verdadeiro brasileiro que foi afastado do centro de decisões⁶.

O que inquieta o leitor de *Ciro de Melo* é justamente a demonstração cabal, nos manuais, de como determinados conceitos e enfoques foram resignificados sem maiores explicações, para serem em seguida expostos prontos e acabados, realmente como “verdades históricas”. Não há tentativas de historicização. Se, em Macedo, a *Monarquia* é identificada com a *Constituição*, para Ribeiro ela se relaciona ao *Absolutismo*. Ao negro e ao índio, por sua vez, sempre um papel secundário, pois ambos os regimes eram excludentes. Ambos silenciaram quanto à Conjuração Baiana, movimento republicano encabeçado pelas massas populares, por negros e pardos, que nem à *Monarquia* nem à *República* coube lembrar⁷. Já a *Inconfidência Mineira* é o momento de fundação do espírito republicano. Por que não a *Conjuração Baiana* ou a *Revolução de 1817*? Por que em nossa História os movimentos populares são repletos de silêncio e conciliação? As respostas podem ser encontradas nas próprias entrelinhas dos livros escritos pelos senhores da História e do Esquecimento.

Ciro de Melo foi extremamente feliz ao reconhecer o lugar do livro didático como instrumento de primeira ordem para a construção de visões de mundo, visto que atinge diretamente gerações de crianças e adolescentes. Tema consolidado no campo da História da educação, o manual merece maior atenção também por parte da história da historiografia. Afinal, ele pode ser inserido no movimento circular descrito por Jörn Rüsen,⁸ em que o conhecimento adquirido na vida prática (incluindo a educação formal) gera novas questões para a ciência especializada – no caso a História e suas instituições de construção de conhecimento, como o IHGB ou as futuras universidades. Sob esse ponto de vista, *Melo* arrola citações diretas de Ribeiro em obras de intelectuais de peso, especializados em História ou não, como *Euclides da Cunha*, *Gilberto Freyre* e *Fernando de Azevedo*. Se o livro didático nos parece às vezes uma obra menor e mecanicista, cabe refletir sobre as conseqüências disso para uma população em massa que buscará nele o passado que deseja conhecer.

⁶ Bastante interessante a observação de *Ciro de Melo* quanto à escolha do termo “Mameluco”, que para Ribeiro era sinônimo de “Mestiço”. Teriam entendido da mesma forma seus leitores? Segundo *Melo*, sua intenção foi minimizar a presença do sangue negro como parte integrante do povo brasileiro. A quem interessar, um estudo teórico sobre os atos de fala (intenções e conseqüências) pode ser encontrado em **SKINNER**, Quentin. “Interpretation and the understanding of speech acts”. In **SKINNER**, Q. *Visions of politics: regarding method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p.103-127.

⁷ Segundo *Melo*, somente em livros didáticos recentes é que a “*Conjuração dos Alfaiates*” ganhou algum espaço, embora tenha feito maior número de mártires que a *Inconfidência*: ao menos quatro foram enforcados.

⁸ **RÜSEN**, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de *Estevão de Rezende Martins*. Brasília: Ed. UNB, 2001.

Por outro lado, uma história da recepção dos manuais em nível regional ainda está por ser feita. Ribeiro dá pistas de que esse processo de educação do povo não ocorreu sem conflitos:

Aqueles que descendem diretamente da escravidão ou da floresta viva nada tem com o passado que a prole deles, não tendo nobreza, não a estima. **Nada aceitam da história, que naturalmente lhes é suspeita e indiferente.**⁹

Resenha recebida em 28/12/2008 e aprovada em 20/02/2009.

⁹ **RIBEIRO**, João. *História do Brasil, curso primário*. RJ: Livraria Alves, 1920, p.392. Citado por **MELO**, Ciro F. de C. B. de. *Senhores da história e do esquecimento*, p.166. (grifos nossos).

Vendendo Secos e Molhados **Estudo de Caso de Uma Comerciante Negra no Setecentos Mineiro**

Débora C. de Gonzaga Camilo
Mestranda em História
Universidade Federal de Ouro Preto
deboracgcamilo@yahoo.com.br

Palavras-chave: mercado, mulheres africanas, ascensão econômica.

Key-words: market, African women, economical ascension.

*Declaro mais que o meu trato prezente foi sempre o usar de vender ao povo, fazenda comestível e molhados...*¹ Com estas palavras Tereza Ferreira Souto, africana da Costa da Mina, declarou a fonte dos recursos deixados em seu testamento realizado no ano de 1747. A africana, assim como tantas outras, havia se alforriado e se tornado um agente mercantil na freguesia de Santo Antônio da Casa Branca, termo de Vila Rica. A história é recorrente: comerciantes negras da América portuguesa escravista, vendedoras de comidas, bebidas e miudezas se estabeleciam nas vilas e através da atividade mercantil conseguiam angariar recursos materiais e simbólicos.

Embora negras de tabuleiros e vendeiras sejam constantemente citadas em trabalhos e estejam presentes em diversos textos historiográficos, problematizar a ação de africanos e seus descendentes como agentes mercantis é algo que só recentemente vem sendo feito, mesmo porque a escolha de um objeto de pesquisa está relacionada com as demandas do seu tempo. Perceber a população de ascendência africana em outros contextos, só foi possível quando se compreendeu a existência de lógicas internas à sociedade escravista na América portuguesa, que permitiram acomodações e mobilidades à população negra.

A presença de africanas e crioulas no comércio das vilas mineiras era vista com desconfiança pelas autoridades coloniais. Vendeiras e negras de tabuleiros eram acusadas de prostituição, abastecimento de quilombos e de desviar o ouro das lavras auríferas. O temor de que revoltas fossem fomentadas por meio das associações entre os negros ou pelo fornecimento de pólvora e alimentos a quilombolas era constante por parte dos governos locais de Ouro Preto e Mariana.

¹ Arquivo do Museu da Inconfidência – IPHAN (AMI). Arquivo da Casa do Pilar (ACP) – Ouro Preto – MG. Testamento de Thereza Ferreira Souto (1747). Códice 350, auto 7319, cartório do 1º ofício, Freguesia de Santo Antônio da Casa Branca.

Sem sombras de dúvida, a ilegalidade e a transgressão foram aspectos marcantes do comércio praticado pelos indivíduos de ascendência africana e, na verdade, os mais conhecidos e destacados pela historiografia.² Na documentação setecentista abundam editais e bandos que buscavam regulamentar a pequena atividade comercial. Desde os primeiros tempos da ocupação de Vila Rica e Vila do Ribeirão do Carmo, a presença dos vendeiros de cor preocupava as autoridades locais. Em edital de 1720, o governador da capitania, Antônio de Albuquerque, proibia o trânsito de africanos e crioulos comerciantes nas lavras de ouro:

(...) E porque outro sy sucedem as pendências, ferimentos, mortes e roubos, e offenças a Deus nosso Senhor de hirem mulheres com taboleyros às lavras do ouro com pasteis, bollos doce, mel, aguardente, e mais bebidas, que algumas pessoas mandão as ditas lavras, e sítios em que se tira ouro, dando occasião a este se desencaminhar de seus senhores, e hir dar a mãos, que não pagão quintos a Sua Magestade, que Deus guarde ordeno e mando que nenhua mulher, ou hôme escravos ou forros, vão às lavras do ouro, nem fora dos arrayaes a vender couza alguma comestível, nem de bebida, sob pena de serem assoutados, e perderem tudo (...)³

A visão das autoridades e letrados se disseminou fortemente entre nós. Talvez por esta razão a historiografia nacional se concentrou no caráter transgressor do pequeno comércio praticado pelos indivíduos de ascendência africana, sem interpretar tal atividade dentro de uma lógica mercantil. Indubitavelmente o pequeno comércio foi palco de violações aos valores estabelecidos pela Coroa. Contudo, para avaliarmos este objeto devemos problematizá-lo por meio de contextos comerciais e simbólicos.

A inserção de tantas africanas e crioulas no pequeno comércio, após sua alforria, é um aspecto que aguça nossa atenção, pois representa uma característica das tradições africanas associada à condição de libertos na América portuguesa. As mulheres da Costa da Mina foram as que mais se dedicaram ao pequeno comércio e, através desta atividade alcançavam não só os meios de subsistência como, em alguns casos, enriquecimento material.

Outrossim, a pesquisa sobre estes sujeitos permite constatar um papel ativo e consciente dos mesmos no mercado local. Sobressai, na análise de editais e bandos, contrapostos aos testamentos e inventários, o deslocamento entre o nível do discurso das

² FIGUEIREDO, Luciano R. *O avesso da memória: cotidiano de trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: Edunb, 1993.; MÓL, Cláudia Cristina *Mulheres forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800)*. (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História- UFMG). Belo Horizonte, 2002.

³ Arquivo Público Mineiro (APM). Seção Colonial (SC). Códice 07, Rolo 02, Gaveta G-3. fl.37v. “Bando pelo qual manda o Senhor General prohibir aos escravos as armas, e hirem as negras às lavras a vender comestíveis e bebidas”. 01/12/1720.

autoridades e a prática das comerciantes de cor. Como exemplificação do que vem sendo descrito, utilizamos um caso que ocorreu em 1733: doze negras que vendiam pães de trigo, broas, queijo e frutas foram surpreendidas pela chegada do Capitão-mor para enquadrá-las segundo o edital que proibia a venda no morro, destacadamente a cachaça e o fumo, que seriam destinados aos negros. Entre as presas constavam duas escravas que pertenciam a mulheres forras: Verônica, escrava de Domingas Gonçalves, e Antônia, escrava de Luiza da Conceição. A prisão de Antônia provavelmente rendera prejuízos a Luiza, possivelmente senhora de poucos cativos, ou até mesmo apenas de Antonia. O certo é que a senhora africana busca recorrer à justiça pedindo a soltura de sua escrava, uma vez que sua prisão resultava da má aplicação das leis.

Diz Luiza da Conceição mulher preta e forra, que trazendo uma sua negra por nome Antonia a vender por esta Vila com tabuleiro de pão trigo, e alguma broa de milho, por acaso sucedeu subir com o tal tabuleiro ao Ouro Fino em o dia 5 ou 6 do presente mês aonde a prenderam oficiais de Justiça e meteram na cadeia desta Vila a ordem do Juiz ordinário que a pretende condenar com o fundamento de que tinha incorrido no Bando que V. Ex^a foi servido mandar publicar impedindo as vendas no Morro, e porque este fala expressamente em vendas atuais, e a Câmara o declarou por um Edital seu permitindo que no Morro pudessem vender tabuleiros de pão como consta da certidão no fim dela constar a que se [...] quer acumular, e o dito Juiz ordinário lhe não quer a isso atender, e a tem preza há mais de oito dias, lhe faz preciso recorrer a V. Ex^a.⁴

O episódio ocorrido com Luiza é precioso para atentarmos para os desafios e posicionamentos das comerciantes negras no setecentos mineiro. Primeiramente, notamos quão significativa é a postura assumida por Luiza, empenhada na libertação de sua escrava, porque as outras cinco cativas, que também foram presas, pertenciam a homens que não tiveram sua qualidade declarada e não apareceram em momento algum para reivindicar as escravas ou a apontar injustiças cometidas contra elas. A posição assumida pela forra demonstra como se alteravam, em momentos específicos, as categorias e valores da sociedade luso-americana. Na busca de seus interesses, estas comerciantes manifestavam seus descontentamentos e recorriam aos meios necessários para que suas reivindicações fossem ouvidas. Se a africana foi ajudada por outras pessoas, esta informação está oculta no documento; entretanto, o que ressaltamos é sua posição ativa na defesa de seu meio de vida.

Graças aos seus esforços, a comerciante africana conseguiu a libertação não apenas de sua escrava, mas também das outras que foram presas injustamente. É bastante interessante a

⁴ APM. Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP), Caixa 05, Documento 04.

alegação das autoridades para justificar a soltura das negras de tabuleiro. No documento, registra-se que as mulheres deviam ser soltas por “*serem rústicas que como tais não são cientes da proibição que há de vender coisas comestíveis pelo morro desta Vila*”. Ora, certamente não eram ignorantes das proibições, antes, bastante conscientes das possibilidades das leis em uma sociedade em formação, agiam de forma a explorar esses espaços como forma que possuíam de obter posicionamento judicial favorável.

Poucas vezes a postura ativa das comerciantes aparece tão claramente na documentação, bem como seu papel como agentes mercantis. Nossa proposta de transcrição comentada visa observar, através do testamento de uma africana comerciante, a preta forra Thereza Ferreira Souto⁵, a participação dos agentes mercantis negros nas Minas setecentistas. O documento, localizado no Arquivo Casa do Pilar, na cidade de Ouro Preto, encontra-se entre outras fontes de natureza cartorial (testamentos e inventários).

É necessário observar que a riqueza deste documento possibilita que vários aspectos sejam ressaltados, a começar pela ascensão conseguida pela negra ainda na primeira metade do século XVIII, quando são incomuns os testamentos e inventários de africanos e seus descendentes. Além disso, podemos vislumbrar a estrutura familiar característica dos lares africanos e a condição material da testadora, pequena comerciante que estava inserida no mercado de crédito local.

O testamento de Thereza Ferreira Souto, preta forra da Costa da Mina, redigido em 1747, possui uma estrutura bastante similar aos demais produzidos no período. Neste, Tereza dispõe sobre suas últimas vontades, declarando que “viveu do comércio” e, ao que indica a documentação, angariou alguma fortuna através desta atividade. No documento, a africana tratava de precaver-se diante das adversidades que poderiam surgir com sua morte, garantindo o sustento para seus sete filhos.

Através do testamento de Thereza Souto verificamos os mesmos elementos observados por Sheila de Castro Faria para as mulheres alforriadas de “nação” Mina no Rio de Janeiro e em São João Del Rey ao longo dos séculos XVII a XIX: existiu entre estas um “universo específico”, formado por um lar matrifocal, a presença de escravas e o fazer comercial. Segundo a historiadora, a pobreza atribuída às comerciantes negras se deve mais à

⁵ AMI – IPHAN, APC. Testamento de Thereza Ferreira Souto (1747). Códice 350, auto 7319, cartório do 1º ofício, Freguesia de Santo Antônio da Casa Branca.

condição e qualidade das mesmas no contexto da sociedade luso-americana, do que às suas reais condições de sobrevivência.⁶

A apresentação feita por Thereza Souto em seu testamento como “comerciante bem sucedida”, demonstrando conhecimento das regras do mercado do qual participava, sinaliza para uma omissão recorrente na historiografia nacional; qual seja o pouco destaque dado ao papel mercantil de vendeiras e negras de tabuleiro. Estas comerciantes não só incomodaram as autoridades, promovendo arruaças e ofensas contra a Igreja, mas também contribuíram para o abastecimento das vilas e alcançaram melhores condições de vida para si e para os seus. Ademais, a análise da vida da comerciante demonstra-nos quão inseridos estavam os pequenos comerciantes no mercado de crédito que movia a economia mineira. A partir desta inserção, é preciso destacar, criavam-se laços de dependência entre credores e devedores, estabeleciam-se dívidas de cunho material e moral. Assim, tornar-se comerciante era tarefa que permitia ascender materialmente e reelaborar relações sociais, inverter, por vezes, a condição imposta pelas hierarquias “*proto-raciais*”.⁷

Contrapor documentos cartoriais, como o que aqui apresentamos, ao discurso das autoridades nos permite ponderar sobre a participação dos comerciantes negros no mercado para além da transgressão sempre apontada pelas autoridades. O testamento da africana sugere a integração da vendeira aos mecanismos de mercado e de crédito que não deixam entrever qualquer débito em relação aos comerciantes de maior porte.

Mulheres de pele escura que alcançavam, através da venda de comida e de miudezas, patamares materialmente mais elevados eram potencialmente perigosas, pois abalavam as estruturas pretensamente rígidas de uma sociedade escravista. Uma vez que esta se apoiava em hierarquias de base “*proto-raciais*”, a ascensão social das comerciantes negras diante de uma população formada em grande parte por africanos e crioulos escravos inspirava a esperança de melhoria das condições de vida. O enriquecimento possível das vendeiras e

⁶ “O significado da pobreza é bastante relativo e depende de conjunturas históricas e de vários fatores, inclusive culturais. Em primeiro lugar, e no aspecto material, sugiro que quem tem um escravo, nem que seja um só, não pode ser considerado pobre nesta sociedade, em qualquer época. (...) Outro fator que caracterizava a pobreza era a posição do indivíduo na hierarquia social. Negros e seus descendentes, libertos ou livres, eram pobres mais pela condição estigmatizada que possuíam do que pelos bens materiais que efetivamente puderam acumular.” In: FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás pretas, damas mercadoras: As pretas minas na cidade do Rio de Janeiro e de São João Del Rei*. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Concurso para Professor Titular. 2004 (mimeo). p.143-144.

⁷ MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português. In: FRAGOSO, João L. R.(org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI- XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

quitandeiras era conquistado graças aos esforços destas pessoas para se inserir nas redes de confiança e crédito do mercado mineiro, na administração eficiente de recursos e na ampla rede “ocultada” detrás da comercialização de alimentos, miudezas e panos.

Documento:

AMI – IPHAN, APC. Testamento de Thereza Ferreira Souto (1747). Códice 350, auto 7319, cartório do 1º ofício, Freguesia de Santo Antônio da Casa Branca.

[fl. 3] Em nome da Santissima Trindade Padre Filho Espirito Santo três pessoas distintas e um só Deus verd^{to}

Saibão quantos este Instrum^{to} de Testamento que minha vontade virem qe sendo no anno de nascim^{to} de Nosso senhor Jesus Christo de mil setecentos e quarenta e sete aos trinta e um dias do mês de Janeiro do d^o anno: Sendo neste arraial e Freg^a de Santo Antonio da Casa Branca tr^o de V^a R^a do Ouro Preto destas Minas Gerais: Eu Thereza Ferreira Souto preta forra estando de pé e com saúde e em meu perfeito juízo e entendimento que Deos nosso Senhor foi servi^o. dar me e temendo me da morte e dezejando por minha alma no cam^o. da salvação por não saber o que Deos de mim quererá fazer. E qd^o. será serv^o. de me levar para si, faço este meu testamento para descargo de minha consciência e bem de minha alma: Pelo qual a encomendo em pr^o. lugar a santíssima Trind^e. que a criou. E rogo ao P^e. Eterno, pela morte e paixão de seu unigênito Filho a queira receber assim como recebeo a sua estando p^a morrer na arvore da vera cruz: E a meu senhor Jesus Christo pezo por suas divinas chagas q^e já q^e neste vida me fez mercê de dar seu presiozo sangue em merecimento de seus trabalhos me faça também mercê na vida que esperamos de dar o premio delles que he a gloria.

Pesso e rogo a bem aventurada e sempre virgem Maria Mae de Deos e S^{ra} Nossa refugio dos pecadores subposto que conhesso q sou a mais ingrata. E a q^e meresso qe ela não converta para mim seus olhos misericordiosos: também espero q^e intercedão por mim os Santos Anjos em especial o da minha guarda. E a santa do meu nome. Sem q^e se lembrem das minhas desatensoes qe cometer e tenho tido no decurso de minha vida com o mesmo espero de todos os santos e santas da corte celestial p^{or} m^{he} ao milagreiro S. Gonçalo e a virgem mãe de Deos do Roz^{to} e a virgem S^{ra}. Nossa do desterro e aos mais santos e finalm^{te} de todos aqueles a q^m tenho por devoção aos quaes rogo e suplico humildem^{te} q^e por amor daquelle Deos que actualm^{te}. estão vendo intrecedão (*sic*) por mim p^a que me dê o que dez^{jo}. que hé he

huma boa morte: conheço a obrigação que tenho de amar a Deos de todo coração e sobre todas as couzas e subposto que tenho tão ingratamente faltado a ellas; agora protesto com sua divina graça de o amar como devo: e oferesso todo o amor que lhe tem a virgem Maria e todos os bem aventurados em suprimentos do amor que me falta e rezigno-me total^{te} no amor de Deos e me conformo com a sua Santa vont^e com a sua divina graça a morte e todas as adverdidades della que elle for servido dar me por q^{al}q^r. via que for: oferecendo juntam^e. com os merec^{tos}. de N. Sr. Jesus Christo em [corroído] de meus pecados: E protesto como verdad^{ra}. cristã catholica [f.3v] romana viver e morrer em a Santa fé catholica e crer tudo o qe tem e crê a Sancta Madre Igreja de Roma. Crer e fé espero de salvar a minha alma não por meu merecimento mas pellos da morte e santíssima paixão do unigênito F^o. de Deos.

Perdo=o quantas ofensas me hajão feito puramente pello amor de Deos: E também pesso perdão a todas as pessoas que de mim estiverem aggravadas e ofendidas.

Peço e rogo ao senhor M^{el} Roiz Capeto morador na Freg^a de N^a. S^{ra}. da Boa Viagem da Itaubira e aos S^{rs}. Manoel da Silva P^a., Domingos Ribeyro da Costa e ao Rev^{do} P^e João Miz Barrozo moradores nesta dita Freg^a de Sancto Ant^o da Casa Br^{ca}. e o Rev^{do} P^e João Barbosa Maciel meu comp^e digníssimo vig^{ro} de presença da Freg^a de N^a Sra. da Conceição da Guarapiranga q^e por serv^o. de Deos nosso Senhor E por me fazerem m^e. queirão asseitar serem meus testamenteiros.

Meu corpo será sepultado nesta igreja Matriz de Sancto Antonio da Casa Br^{ca}. donde sou fregueza, amortalhado no hábito digo amortalhada em um lençol de pano de linho, acompanhada pelo meu Rev^{do} Vigr^o que existir e por mais cinco sacerdotes thé (*sic*) seis e q^e todos me dirão missa de corpo prez^{te} e farão hú officio no dia de meu falecim^{to}. e não podendo ser se fará no terc^{ro}, quinto ou séptimo e tudo se lhe dará esmolla costumada: E peço ao Sr Prov^{or}. da Irmandade das benditas almas a aos mais off^{es}. e Irmãos de Meza acompanharem meu corpo à sepultura e na sua tumba por cujo beneficio lhe deixo 10 oitavas de esmolos e serei sepultada em uma sepultura pertencente a irmandade da Virgem May de Deos e Sn^{ra} Nossa do Rozario de que sou irmã subposto que indignissima e espero devo obrigados na f^{ra}. de seu compromisso: E se lhe satisfará tudo o se achar e o dever lhe para cujo acto se comprará a será que [ilegível] de sorte que todos fiquem satisfeitos. E cazo qe meu falecimento seja em qualquer outra parte quero que se me faça a meo uso por minha alma deixo se digão vinte missas, logo de esmola declarada cada hua nesta d^a freg^a.

Declaro que sou natural da Costa da Mina christã baptizada e instruída nos Ministérios da Ley de Deos, assim como a Lei da Sancta Madre Igreja: declaro que sou forra e liberta por carta de alforria que me passou M^{el} Roiz Capeto meu pr^o testamenteiro por minha S^{ra} Gracia Ferra Souto já defunta detreminar (*sic*) em (ilegível) testamento o d^{lo} M^{el} Roiz Capeto, q^e falecida [f. 4] ella me passou pelo amor de Deos carta de liberdade [*ilegível*].

Item declaro q nunca fui cazada, mas sim tenho 7 filhos e he o prezente entre machos e femeas a saber Domingos crioulo o qual he forro por carta de liberdade qe lhe passou a d^{ta} minha Senhora Gracia Ferra Souto e meu senhor M^{el} da Gama Per^{ra} antes de seu falecimento.

Item declaro q^e depois q^e tive carta de liberdade tenho os f^{os} seguintes: Anna, filha de M^{el} Roiz Capeto; M^{el} filho de Carlos Franco Perra; Maria, Ignacia e Tereza f^{az} de Domingos Fran^{co} Roiz e Sebastianna q^e he a ultima e he filha de João Gomes da S^a cujos filhos são pardos e outrossim são livres de nascimento por serem nascidos depois de eu ter carta de liberdade os quais todos sete são meus herdeiros forçados na parte qe a cada hum tocar depois de pagas as minhas dividas e comprimento dos meus legados: E so da minha tersa farei menção pelo assim permitir o direito.

Item declaro que os bens que possuo são os seguintes: hua rossa citas extra muros a este Arrayal que a ouve por titulo de compra que dela fiz a João Teixeira de Carvalho o qual parte por todos os coatro lados com as estradas q as cercas: e huas cazas em que vivo com minha família, cobertas de telhas com seu quintal que a comprey a meu comp^e Fran^{co} Pr^a Guim^{es} com certa clauzula que se acha estipulada no escripto de venda que me passou. E os mais trastes de venda e móveis q se acharem: possuo mais 5 escravos: a saber Rita, Quitéria e Josefa de nação mina: Paulo e Izabel de nação Angolla; como também possuo mais huma libra de ouro lavrado pouco mais ou menos; E de algus delles uzão minhas filhas p^a ornato e cumpozição de seus corpos: e os mais bens que por meu falecimento se acharem dos quaes não faço individual menção por me livrar de confuzoens.

Declaro mais que o meu trato prezente foi sempre o usar de vender ao povo, faz^{da} comestível e molhados: E as p^{soas} que me devem se acharao nos meus roiz com assignaturas estipuladas e se lhe dará inteiro credito declaro mais qe alguas dellas as faço já falidas a m^{tos} tempos pellos devedores serem alguns falecidos e outros terem ce (*sic*) auzentado para diversas partes e outras finalmente não terem por donde satisfaça por ser praxe observada nestas Minas o fiar a torto e dir^{to} nestes termos não he meu sentido as leis impostas por dito mais só sim ordeno que tendo lugar tirem meu d^{to} testamenteiro exatas informações dos

devedores e tendo serteza dos falidos não gastem nestas justificassoens o remedio de meus filhos porque acho couza fora dos limites e da razão: esperando dos senhores ministros a quem pertencer assim o seião por bem: o retroassem declaro que se pagarão do monte mor [fl.4v] todas as declaraçoens qe se acharem minhas dever: como também daquelas q dellas não ouver clareza. E isto he sendo verdadeiras e fidedignas porque toda a escriptura qe reza de negoço tem cotas de varias pessoas assim não descrevo aqui por de alguma sorte me he impossível por que hoje devo a huas e amanha lhes poderei pagar e outro dia poderei fazer contas e outra parte o que na verdade se he [ilegível] alguma o não devera de reconhecer cujas dividas huas e outras todas farão contrahidas p^a augm^{to} e administração de minha fazenda: a praxe pois que está em uso observe nestas tais dívidas por morte de testadores hé mandar o Juízo q^e se justifiquem: esta parte e era boa razão mais com devido respeito digo que algumas destas por falta de testemunha e outras por se livrarem, talvez de se gastarem nas justificaçoens do que emportão os próprios principais: nestes tr^{os} dezejo sem dúvida que a todos se pague ahinda que as despezas seião algumas da minha faz^{da} pois só pago tudo Real por Real E irá minha alma descansada adonde nosso Snr^o for servido.

Item declaro que sempre ao depois de comprar a minha escrava Rita atrás declarada formei no meu entendimento fazer lhe alguma gallantaria pello motivo de ser aquella escrava que Deos Nosso Snr me fez mercê emprestar também por me servir; e criar todos os meus f^{os} com m^{to} cuidado a atendendo aos seus meres^{tos} e pello amor de Deos e hey por bem a coartar em sem oitavas de ouro e lhe concedo quatro anos para depois de meu falec^{to} para as dar aos meus testamenteiros E [ilegível] paga a d^{ta} quantia estes passarão sua carta de liberdade corrente.

Quero sim declaro que mais uma mulatinha por nome Graça que terá idade de cete para oito mezes f^a da m^a escrava Quitéria e a expoiz [ilegível] por ser a primeira que me nasceo em caza a sua may me servir com saptisfação e pello amor de Deos em pr^o lugar. Corto em sincoenta oitavas de ouro: E lhe não expresso tempo so sim por estar motivos de para sua liberdade cuja mulatinha assentirá debaixo da telha e administração de minha f^a Anna. thé que por sy se possa governar e cazo que lhe aparessa pay este a poderá tirar e levar para sua caza satisfazendo pelas ditas 50 oitavas de ouro e meus testamenteiros passarão depois da d^{ta} quantia recebida sua carta de liberdade.

Declaro q d minha tersa se fará o seg^{te}: Deixo se digão na cidade do Rio de Jan^{to} sincoenta missas pella alma da defunta minha Sr^a Graça Ferr^a Souto a metade no Convento de

Santo Antonio e outra metade em outro Arraial G^{de} da d^{ta} cidade e pela alma do defunto meu Snr. M^{el} da Gama [*ilegível*] missas na mesma freg^a assim. De esmola cada hua de trez oitavas e vinte.

Item deixo se digão nas ditas paragens assim oito missas pela d^a [fl.5] esmolla pellas almas de minha madr^a Narciza da Costa e pellas almas necessitadas do fogo do purgatório doze missas pella esmolla dita e nas mesmas partes declaradas: e pella minha alma sincoenta missas, pella dita esmolla declarando que emporta a soma destas missas em cento e trinta e duas das coais se mandara por dizer a metade como já declarey no Conv^o de Santo Ant^o e a outra metade na d^a cidade donde meus testamenteiros detreminarem.

Item deix se dem coatro oitavas de ouro para a Bula da Santa Cruzada, as coais se tirarão de toda a faz^{da} por restituição ou algum encargo que poderei ter tido nas mesmas contas e vendas.

Item deixo se digão nesta Matriz de St^o Ant^o da Caza Br^{ca} dezasseis missas a saber oito ao S^{nr} S. Gonçallo, coatro ao Snr Santo Antonio, com as outras coatro a Virgem Mae de Deos do Rozario de esmolla cada huma da minha parte.

Item deixo por esmolla a Quiteria Fer^a Souto preta forra minha parente tersa que foi vinte oitavas de ouro e cazo que esta seja falecida se lhe mandara dizer a dita quantia em missas pela sua alma na cidade do Rio de Janeiro pella esmolla de trezentos e vinte reis cada hua.

Item declaro que todos digo que deixo ao meu testamenteiro que tomar a seu cargo estas minhas dispoziçoens sem mil reis em premio de seu trabalho e lhe concedo sinco annos para dar sua conta donde pertencer e tudo o que dependerem na adeministração de minha fazenda se lhe levará em conta na que devem.

Declaro que havendo remanescentes da minha tersa do que tenho disposto meus testamenteiros o distribuirão em missas na cidade do Rio de Janeiro três partes pela minha alma e hua parte pellas almas do fogo do purgatório: de esmolla cada hua de trezentos e vinte reis: e rogo que exceda o que tenho detreminado ao que pro Rata me pertencer se rateará na freg^a que dizporem por dir^{to}.

Item declaro que revogo outro qualquer testamento e codecillo que antes deste tenha feito por que só quero que este meu solemne testam^o valha e tenha força e vigor por citar feito a minha ultima e derradr^a vont^e.

Item declaro ultima minha que pesso e rogo a meus testam^{os} que ponhão todo o cuidado na boa educação de meus filhos e ensinando-lhes a boa doutrina e nisto me farão mercê e serviço a Deos nosso Snr E p^a satisfazer meus legados as ditas couzas pias ao pagar as minhas dividas, aqui tudo declarado e dar expediente aos mais que neste [fl. 5v] meu testamento os deixo, torno a pedir e rogar aos ditos meus testamentr^{os} atrás nomeados queirão fazer por servir a Deos nosso Senhor e por me fazerem mercê aceitar esta testamentária como principio deste lhe pesso: as coais e a cada hu de per si *in sollidum* dou todo o poder que em dir^{to} posso e lhe for necessr^o meu para de meus bens tomarem conta e venderem o que necessr^o forem para meu enterramento pagas de minhas dividas e comprimento de meus legados: para o que os hey por abonados aptos e suficientes p^a toda a despozição: os faço meus procuradores e administradores como em cauza própria com posse livre e geral administração justa mercê premetidas e para poderem reter [*ilegível*] os ditos bens até o tempo que lhe seja preciso a mora [*ilegível*] para restituírem e pagarem a quem estão obrigados conforme esta declarado tenho: que valerá como nelle se conthem como com [*ilegível*] cauza mortis ou como dispozição *adcauzas* pias ou finalmente na melhor forma que em direito possa valer. E pesso as justiças de Vossa Magd^e que Deos guarde assim Eclesiásticas como seculares o faça verdadeiramente cumprir e guardar assim e da man^a que nelle esta escripto e estipulado.

E se neste meu testam^o lhe faltar alguma clauzula ou clauzula que o dir^{to} permite aqui as hey por expressas e declaradas como se dellas fizesse p^{ar} menção.

E por esta ser minha ultima vont^e do modo que tenho dito e disposto e não saber nem ler nem escrever, pedy e roguey a Antonio da Costa Peixoto, que este meu solenne testam^{to} me escrevesse e assignasse como test^a e eu me assignei com hua cruz signal de que uso. E o mandey ler depois de escripto e o achey certo na mesma forma em que o tinha ditado: hoje em a freg^a de Sancto Ant^o da Caza Br^{ca}, 31 de janeiro de 1747 annos.

Cruz signal de Thereza Ferreira Souto

Como test^a que este fiz a rogo da testadora *Thereza Ferreira Souto*
Antonio da Costa Peixoto

Transcrição documental comentada enviada em 22/12/2008 e aprovada em 03/02/2009.